

SER Social

Brasília, v. 18, n. 38, janeiro a junho de 2016

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília

SER Social

Brasília, v. 18, n. 38, janeiro a junho de 2016

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília

Lutas Sociais e Direitos

ISSN 2178-8987 (*versão eletrônica*)

SER Social	Brasília	v. 18	n. 38	p. 1-314	jan.-jun./2016
------------	----------	-------	-------	----------	----------------

© Copyright by *Ser Social* (versão eletrônica)

Todos os direitos editoriais são reservados para a revista *SER Social*. Nenhuma parte da revista pode ser reproduzida, estocada ou transmitida por quaisquer meios e formas existentes ou a serem criados sem prévia permissão por escrito da Comissão Editorial, ou sem constar os créditos de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.

SER Social – Periódico Semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social,
Departamento de Serviço Social – Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília

Editor Chefe

Evilasio da Silva Salvador

Comissão Editorial

Reginaldo Guiraldelli
Sandra Oliveira Teixeira
Camila Potyara Pereira

Conselho Editorial

Ana Elizabete Mota (UFPe/Recife-Brasil); Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UnB/Brasília-Brasil); Elaine Rossetti Behring (UERJ/Rio de Janeiro-Brasil); Fernanda Rodrigues (UCP/Porto-Portugal); François Houtart (Univ. Católica de Louvain/Louvain-Bélgica); Graciela di Marco (Unsam/Buenos Aires-Argentina); Ivanete Boschetti (UnB-Brasília/Brasil); Ivete Simionato (UFSC/Santa Catarina-Brasil); Jorge Luis Acanda (Univ. de La Habana/Havana-Cuba); José Geraldo de Sousa Júnior (UnB/Brasília-Brasil); Luis Moreno (CSIC/Madri-Espanha), Maria Carmelita Yazbeck (PUC/São Paulo-Brasil); Peter Abrahamson (Seoul National University/Seoul-South Korea); Vicente Faleiros (UnB/Brasília-Brasil); Yolanda Guerra (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil).

Equipe de Apoio

Alaídes Melo (Servidora Técnica); Dyana Helena de Souza (Estagiária)

Revisão

Em português: Tereza Vitale

Produção final

Editorial Abaré

Figura da capa

Obra *Os retirantes*, 1945 – acervo digital @Projeto Portinari
Agradecimentos ao professor João Candido Portinari.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SER Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social /
Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. SER Social.
V. 18, n. 38, 1. sem./2016.
V. 1, n. 2 – 1. sem./1998. Brasília: SER Social UnB, 1998.
Semestral. Continuação de: Debate Social, v. 1, n. 1, 1995
Interrompida de 1996 a 1997.
ISSN 2178-8987 (versão eletrônica)
1. Serviço Social. I. Universidade de Brasília, Departamento de Serviço
Social.

CDU: 3(05)

SUMÁRIO / CONTENTS

Editorial / *Editorial* 275

Artigos Temáticos / *Thematic Articles*

A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil /
The condition of social policy and the left agenda in Brazil 13

ELAINE ROSSETTI BEHRING

Direitos, lutas sociais e “questão democrática” no Brasil
contemporâneo / *Rights, social struggles and “democratic
question” in brazil contemporary* 30

EVELYNE MEDEIROS PEREIRA

MICHELY FERREIRA MONTEIRO ELIAS

O fim do ciclo PT: do colaboracionismo de classe à ortodoxia
neoliberal / *The end of the PT cycle: the class collaborationist
neoliberal the orthodoxy* 48

MORENA GOMES MARQUES

Marx na leitura de Enrique Dussel: perspectivas à luz das lutas
sociais / *Marx in the reading of Enrique Dussel: prospects in the
light of social struggles* 68

CÉSAR AUGUSTO COSTA

CARLOS FREDERICO LOUREIRO

Algo está fora da ordem: crise capitalista e movimentos
sociais / *Something is against the global order: capitalist crisis and
social movements* 95

ANA TARGINA RODRIGUES FERRAZ

CÉLIA BARBOSA SILVA PEREIRA

Serviço Social contemporâneo e as lutas sociais: análise dos
limites e objetivações do projeto ético-político / *Contemporary
Social services and social struggles: analysis of the limits and
objectivations the ethical-political project* 115

CYNTHIA SANTOS FERRAREZ

WARLLON DE SOUZA BARCELLOS

A encruzilhada política no Brasil: o tensionamento público-privado no SUS / <i>The crossroads policy in Brazil: public-private strengthening the SUS</i>	133
ANA PAULA GARBUIO CAVALEIRO	
JULIANO DEL GOBO	
DANUTA ESTRUFKA CANTOIA LUIZ	
Trabalho escravo e atuação da CPT no sul e sudeste do Pará / <i>Slave labor and activity CPT in the south and southeast of Pará</i> .	153
CRISTIANE DA SILVA LIMA	
LUCI FARIA PINHEIRO	
Adorno, Habermas, Honneth: uma genealogia da contradição capital-trabalho nas três gerações da Teoria Crítica / <i>Adorno, Habermas, Honneth: a genealogy of the capital-labor contradiction in three generations of Critical Theory</i>	177
EDEMILSON PARANÁ	
Intelectuais de esquerda e a questão racial em tempos neoliberais e pós-modernos / <i>The leftist intellectuals and the racial question in the neoliberal and post modern era</i>	202
MÁRIO LUIZ SOUZA	
Nova morfologia do trabalho, crise do sindicalismo e emancipação humana na contemporaneidade / <i>New morphology of work, unionism crisis and human emancipation in the contemporary</i>	220
ALZIRA MITZ BERNARDES GUARANY	
Nacionalismo, educação e cidadania: algumas estratégias discursivas / <i>Nationalism, education and citizenship: some discursive strategies</i>	242
ROSANGELA MARIA DE NAZARÉ BARBOSA SILVA	
WILMA DE NAZARÉ BAÍA COELHO	
Educação, inclusão precária e a politecnia como estratégia política dos trabalhadores / <i>Education, precarious inclusion policy and strategy as the workers policy</i>	266
JACQUELINE ALINE BOTELHO LIMA	

Resumos de Teses e Dissertações

/ Tesis and Dissertation Abstract

A política de assistência social no município de Paracatu-MG: dificuldades de consolidação do sistema único de assistência social (Suas) em tempos de ajuste fiscal / *Politics social assistance in Paracatu-MG municipality: system consolidation of difficulties single welfare (Suas) in times of fiscal adjustment.* 284

THALITA ARAÚJO RIBEIRO

Desdobramentos da adesão do Governo do Distrito Federal à Política Nacional para População em Situação de Rua / *Consequences of the accession of the Distrito Federal the Nacional Policy on Population Homeless.* 286

FABRICIA DA HORA PEREIRA

Pelas mãos do socioeducativo: práticas disciplinares na medida socioeducativa de internação / *By the hands of socio-educative: disciplinary practices in socio-educational measure of internment.* 288

CAROLINE SOUZA NEVES

Controle democrático da política esportiva brasileira: um estudo sobre o Conselho Nacional do Esporte / *Democratic control of Brazilian sports policy: a case study of the National Council of Sports* 291

SILVANA MARTINS DE ARAUJO

O Acesso à Habitação no Brasil em Tempos de Capitalismo Financeirizado: uma análise do Programa Minha Casa, Minha Vida / *Housing access in times of financialized capitalism: a analysis of social program Minha Casa, Minha Vida* 294

MAYARA DAHER DE MELO

Rede social da estrutural: uma reflexão à luz da teoria social crítica sob o prisma da relação entre estado e sociedade / *Social network of estrutural: a reflection in the light of critical social theory on the prism of the relationship between state and society* 296

THAÍS CAROLINE SENA DE OLIVEIRA

Dependência e deficiência: um estudo sobre o índice de funcionalidade brasileiro aplicado à aposentadoria (IFBr-A) / <i>Dependency and disability: a study of the brazilian functionality index applied to retirement (IFBr-A)</i>	298
ANA PAULA DO NASCIMENTO BARROS	
A compressão do tempo e a formação de novos hábitos alimentares: reveses e possibilidades / <i>The compression of time and the formation of new eating habits: setbacks and possibilities</i> .	300
ELCIO DE SOUZA MAGALHÃES	
O acesso, posse e controle da terra das mulheres rurais nas comunidades do Distrito de Inharrime / <i>The access, ownership and control of land of women rural in communities of Distrito Inharrime</i>	302
MARIA ALBERTINA GOMES CHALE CHAMBE	
O comércio de drogas ilegais na trajetória de trabalho de mulheres presas na penitenciária feminina do DF / <i>The illegal drug trade in the working women path arrested in the DF women's prison</i>	305
HANNAH ZUQUIM AIDAR PRADO	
Normas Editoriais / <i>Editorial Norms</i>	307
Consultores <i>ad hoc</i>	313

EDITORIAL

Esta edição da revista *SER Social*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), tem como tema central Lutas Sociais e Direitos. Os artigos buscam fomentar o debate acadêmico, crítico e político sobre os direitos e as lutas sociais da classe trabalhadora na contemporaneidade, em um contexto de profundo ataque aos direitos sociais, à democracia e à cidadania.

A revista é publicada em um momento que o Brasil vivencia uma profunda regressão dos direitos sociais, notadamente pela aprovação na Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda Constitucional nº 241, que impõe ajuste sem precedentes na história da expansão das políticas sociais, viabilizando o maior redirecionamento do fundo público aos interesses do capital. São tempos de acirramento das lutas de classes, de desmantelamento dos direitos sociais, de intensificação das formas de exploração do trabalho, de criminalização dos movimentos sociais, de recrudescimento da violência, opressão e dominação de classe, em que se faz necessário um debate crítico e rigoroso sobre o protagonismo, resistência e potencialidade das lutas sociais no cenário sociopolítico atual.

A seção Artigos Científicos-Temáticos traz oito textos diretamente relacionados à temática da edição. O artigo de abertura é de Elaine Behring. A autora debate a condição atual da política social, considerando a crise do capitalismo e a situação da força de trabalho no Brasil e no mundo. Reflete também sobre o período mais recente, situando os limites e deslocamentos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e as razões e desdobramentos do golpe de Estado em curso no país e impactos desses processos para as políticas sociais e a agenda da esquerda. Em seguida as autoras Evelyne Pereira e Michelly Monteiro abordam os principais aspectos do debate sobre direitos em Marx e na tradição marxista, e sua relação com a particularidade da “questão democrática” na realidade brasileira. O texto reflete sobre o significado sócio-histórico dos direitos na atualidade, considerando os principais aspectos da formação social do Brasil em que se destaca seu

caráter dependente em meio ao processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

O terceiro artigo “o fim do ciclo PT: do colaboracionismo de classe à ortodoxia neoliberal”, de Morena Marques, realiza uma análise crítica do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff a partir dos interesses dos principais representantes da “burguesia interna” brasileira. Para a autora, as medidas recessivas e contrarreformistas não se constituem como uma novidade pós-*impeachment*, dado que já se apresentavam em passos largos no último ciclo do governo PT. O texto “Marx na leitura de Enrique Dussel: perspectivas à luz das lutas sociais”, de César Costa e Carlos Loureiro, destaca alguns pressupostos e implicações políticas da filosofia de Karl Marx na leitura de Enrique Dussel, trazendo contribuições teóricas para o processo atual de lutas sociais na América Latina. O quinto artigo desta seção de autoria de Ana Ferraz e Célia Pereira trata da reconfiguração dos movimentos sociais no século XXI. Já o artigo “A encruzilhada política no Brasil: o tensionamento público-privado no SUS”, de Ana Cavaleiro, Juliana Del Gobo e Danuta Luiz, busca atualizar aspectos sociais envolvendo a reforma sanitária brasileira (RSB), numa conjuntura de intensificação do tensionamento na relação entre público e privado no Sistema Único de Saúde (SUS). O artigo busca compreender a forma com que atores sociais defendem o SUS, na atual conjuntura social e política envolvendo tensionamentos público-privado no âmbito legislativo no ano de 2015. Fechando a seção, o texto “Trabalho escravo contemporâneo e atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no sul e sudeste do Pará”, de Cristiane Lima e Luci Pinheiro, analisa as transformações na economia agrária do sudeste do Pará que levaram à introdução do trabalho análogo ao escravo, a lógica que segue e a importância da atuação da CPT, em seu combate.

Na seção de Temas Livres, neste número da *SER Social*, estamos publicando cinco artigos. O primeiro “Adorno, Habermas, Honneth: uma genealogia da contradição capital-trabalho nas três gerações da Teoria Crítica”, de Edemilson Paraná, apresenta a revisão do desenvolvimento da tradição da Teoria Crítica ao longo de suas três gerações, situando-as na crítica radical da realidade social a partir das formulações de Karl Marx. No artigo “Intelectuais de esquerda e a questão racial em tempos neoliberais e pós-modernos”, Mário Souza com fulcro

no pensamento de Gramsci procura demonstrar que diante do predomínio do pensamento pós-moderno e neoliberal na condução da forma de luta de setores do Movimento Negro, torna-se fundamental que os intelectuais marxistas critiquem esse processo, mas que também proponham uma abordagem sobre a questão racial tendo como enfoque a relação raça e classe. Já o artigo “Nova morfologia do trabalho, crise do sindicalismo e emancipação humana na contemporaneidade”, de Alzira Guarany, propõe a realizar uma análise crítica das lutas sociais históricas e dos processos organizativos da classe trabalhadora que vem sofrendo na contemporaneidade violentas ofensivas em diversas dimensões, dificultando a consecução de um projeto societário alternativo de emancipação humana. O texto “Nacionalismo, educação e cidadania: algumas estratégias discursivas”, de Rosângela Silva e Wilma Coelho, analisa a inter-relação da cidadania na educação considerando dois aspectos: as influências vividas pelos momentos históricos e a formação para a cidadania proposta pela Lei nº 5.692/71. Por fim, o artigo “Educação, inclusão precária e a politécnica como estratégia política dos trabalhadores”, de Jacqueline Lima, problematiza a política de educação profissional no Brasil, num contexto em que as políticas sociais públicas sofrem os impactos das alternativas neodesenvolvimentistas à crise capitalista.

Esta edição da *SER Social* “Lutas Sociais e Direitos” perante uma conjuntura de ofensiva conservadora, neoliberal e de forte ataque aos direitos da classe trabalhadora, possibilita refletir sobre a importância e contribuição das lutas sociais para a efetivação dos direitos sociais e para a construção de uma sociedade emancipada.

Desejamos a todos/as uma boa leitura!

Comissão Editorial

A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil¹ / *The condition of social policy and the left agenda in Brazil*

ELAINE ROSSETTI BEHRING²

Resumo: O artigo debate a condição atual da política social, considerando a crise do capitalismo e a situação da força de trabalho no Brasil e no mundo. Reflete também sobre o período mais recente, situando os limites e deslocamentos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e as razões e desdobramentos do golpe de Estado em curso no país e impactos desses processos para as políticas sociais e a agenda da esquerda.

Palavras-chave: política social; crise do capitalismo; direitos; trabalho; fundo público.

Abstract: The article discusses the current condition of social policy, considering the crisis of capitalism and the situation of the labor force in Brazil and in the world. It also reflects about the most recent period, reaching the boundaries and dislocations of the Party of Workers (PT) governments, and the reasons and consequences of the coup of

-
- 1 Texto escrito originalmente para a Aula Inaugural no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, realizada em 22/08/2016, a convite dos professores Evilasio Salvador e Ivanete Boschetti do GESST/UnB e do PPGPS/UnB, aos quais agradeço a oportunidade de interlocução e diálogo, no contexto da licença sabática da UERJ.
 - 2 Possui graduação em Serviço Social, mestrado e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou pós-doutorado em Sociologia e Ciência Política na Universidade de Paris VIII, Cresppe-CSU, com apoio da Capes. É professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social. Bolsista Produtividade CNPq.

State in the country and impacts of these processes for social policies and the agenda of the left.

Keywords: social policy; the crisis of capitalism; rights; labor; public fund.

O tema do debate que deu origem a este artigo remete a uma condição da política social e introduziremos a discussão, a partir de alguns elementos sobre essa *condição*. Se buscarmos o significado etimológico do substantivo feminino *condição*, teremos, dentre outros, os seguintes sentidos que nos interessam: característica, aspecto ou essência que determina algo ou alguém; estado em que algo ou alguém se encontra; conjuntura; estado, nível, ocasião, circunstância em que algo ou alguém se encontra num certo momento; o que determina, ou não, a realização de alguma coisa. Então, para compreender a condição atual da política social no Brasil, o *algo* que está aqui em questão, o primeiro elemento para o qual queremos chamar atenção é o método, a bússola teórico-metodológica que orienta nossa análise. Falo da perspectiva da totalidade, segundo a qual produção e reprodução, ou ainda, trabalho e política social, são indissociáveis e se determinam mutuamente. É bom demarcar isso, pois a quebra desta unidade tem efeitos avassaladores na análise da política social e na ação política. Especialmente quando se acredita que a mera luta distributiva solucionas as “falhas” do capitalismo, ilusão muito acalentada no campo da política social; e que a política social tem uma espécie de natureza “do bem”, sendo um “lado de fora” do capitalismo. Voltaremos a isso adiante, para tratar da agenda das lutas sociais, da esquerda nesse terreno tenso e contraditório da política social, onde há lutas centrais a serem travadas, mas sem o cultivo de velhas e extemporâneas ilusões social-democratas.

Este momento do Brasil e do mundo é particularmente dramático. Em 2015, já avistávamos no Brasil um ajuste fiscal de grandes proporções e impactos sobre o emprego e a renda, com enormes cortes de recursos para a política social, com destaque para a saúde e a educação. Segundo a revista *Carta Capital*, de 22/05/2015, pouco mais que um ano atrás, logo depois da posse de Dilma Rousseff, “os ministérios das Cidades, da Saúde e da Educação lideraram os cortes no Orça-

mento Geral da União de 2015. Juntas, as três pastas concentraram 54,9% do contingenciamento (bloqueio) de R\$ 69,946 bilhões de verbas da União. No Ministério das Cidades, o corte chegou a 17,232 bilhões de reais. Na Saúde, o bloqueio atingiu 11,774 bilhões de reais. Na Educação, o contingenciamento totalizou outros 9,423 bilhões de reais. Em seguida, vinham os ministérios dos Transportes (5,735 bilhões de reais) e da Defesa (5,617 bilhões de reais)”. De lá para cá, como sabemos, as coisas se complicaram muito mais com o golpe de Estado parlamentar-midiático com apoio de segmentos do Judiciário.

Se deslocarmos nosso olhar para fora do Brasil, o período também é muito difícil. Na Europa, por exemplo, há a continuidade das políticas de austeridade com impactos deletérios para os que imaginavam os direitos sociais e as políticas que os materializam como certezas, o que a história recente vem tratando de desmistificar. Os jovens e trabalhadores franceses ocuparam dia e noite a Place de la République, em Paris, no movimento conhecido como Nuit Debout, contra a proposta do social-democrata François Hollande para as leis do trabalho, que retira direitos históricos dos trabalhadores e abre as portas definitivamente para o emprego desprotegido, a precarização e a terceirização, que terminou por ser aprovada no parlamento com poucas modificações. Sem falar das pressões da *troika*³ sobre os elos mais fracos na União Europeia, com destaque para os gregos, portugueses, italianos e espanhóis, impondo medidas regressivas para atender às pressões do capital financeiro em torno da dívida pública.

Voltando ao Brasil, constatamos nos últimos anos a emersão do mais perverso conservadorismo, com destaque para o Poder Legislativo, por meio de iniciativas como a redução da maioria penal, o projeto escola sem partido e a larga difusão de perspectivas persecutórias e intolerantes para com os comportamentos e projetos societários à esquerda, vindas de uma espécie de nova teocracia com maioria parlamentar, que rompe com a laicidade do Estado, e combina com forte ofensiva sobre os direitos acirrada com o golpe.⁴ Na agenda de contrarreformas do Congresso, algumas vindas do Executivo, de governos anteriores, do

3 A *troika* é formada por três elementos, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

4 Para a análise crítica e densa desses processos, é consulta obrigatória o livro *A onda conservadora*, organizado por Felipe Demier e Rejane Hoeveler (2016)

governo Dilma e do governo golpista, é bom que se diga, e outras de iniciativa parlamentar, segundo levantamento de Rejane Hoeveler (2016) atualizado, há cerca de 66 projetos que atacam os direitos humanos, especialmente os direitos sociais e trabalhistas: sete que acometem o serviço público, 27 que acometem os trabalhadores, sete que tratam do Banco Central e empresas públicas, 6 que atingem as mulheres e a população LGBT, oito que atingem indígenas e trabalhadores do campo, e dez que ampliam mecanismos de repressão sobre as lutas sociais. Com a composição atual do parlamento brasileiro, só a luta social será capaz de conter ou dar limites a este ímpeto destrutivo.

Contudo, vivemos também o recrudescimento da face penal do Estado, que todos os dias mostra suas garras contra os segmentos mais pobres dos trabalhadores, e mobiliza novas tecnologias de contenção de manifestações políticas e movimentos sociais, o que se acirrou visivelmente com a posse de Temer, o usurpador, e seu “sinistro” da Justiça, conhecido por suas relações com o crime organizado e pela “linha dura” no Estado de São Paulo. Temos inúmeros exemplos dessa tendência, cujo rol não caberia aqui. A famigerada Lei Antiterrorismo, assinada por Dilma Rousseff, abriu o flanco para a criminalização generalizada das lutas sociais.

Estes, portanto, são tempos exigentes, de golpe de Estado à paraguaia no Brasil, sob a aparência da legalidade, mas rasgando a Constituição Federal. Tempos que requisitam nossa resistência política e a análise crítica. Este é o ambiente que determina as *condições* em que se desenvolvem as políticas sociais que viabilizam e materializam os direitos sociais, as quais como uma mediação importante na totalidade concreta, precisam ser analisadas considerando essas determinações, esse espírito do tempo, este ambiente intelectual e moral e político-econômico, de crise do capital e conservadorismo.

Política social: um breve percurso teórico-histórico até os dias de hoje

Vimos orientando nossa abordagem do tema da política social e dos direitos, a partir da crítica da economia política (BEHRING, 1998; BEHRING, BOSCHETTI, 2006). Uma baliza central e ponto de partida é a natureza contraditória da política social e dos direitos

como categorias, como modos de ser do ser social, síntese de determinações políticas, econômicas e culturais e produto histórico da luta de classes no capitalismo. A política social e os direitos sociais, movidos pela contradição capital-trabalho, são processos históricos e sociais que têm origem nas leis fabris do século XIX, passando pela experiência bismarckiana no final do século XIX, o Relatório Beveridge, de 1942, e que orientou a experiência trabalhista e social-democrata dos chamados “anos de ouro”, entre 1945 e 1970. Até chegarmos ao neoliberalismo, a partir dos anos 1980 e seu receituário contundente, sua nova linguagem e seus poucos recursos, rompendo com os direitos conquistados no período anterior e com o padrão de serviços, benefícios e financiamento a eles correspondente, especialmente nos espaços geopolíticos que viveram o pleno emprego e o Estado social mais desenvolvido e consistente. No caso brasileiro, onde tivemos uma via particular de transição para o capitalismo, nunca houve pleno emprego keynesiano, os direitos chegaram tardiamente, e sua implementação foi, na maior parte das vezes, obstada pelas políticas contrarreformistas neoliberais a partir de 1990. (BEHRING, 2003).

Por essa angulação, portanto, trata-se de reconstruir o movimento histórico da política social e dos direitos, numa espécie de ontologia da política social e dos direitos, fugindo aos modelos e classificações típico-ideais, que são recorrentes nas análises. Busca-se, então, apanhar seu movimento, sua lógica como concreto pensado, partindo da aparência para alcançar sua essência, sua materialidade e seu sentido/significado/condição que se altera na articulação com a economia, a política e a cultura.

A política social e os direitos sociais, como fruto da contradição em cada período histórico, compõem a pauta político-econômica dos trabalhadores tendo em vista sua reprodução, na forma de benefícios e serviços que se constituem como salários indiretos, e tornam-se especialmente importantes quando se combinam com estruturas tributárias progressivas, ou seja, que incidem sobre o lucro, o juro e a renda da terra, sobre as grandes fortunas. Nessa circunstância histórica, relacionada à experiência social-democrata pós-Segunda Guerra Mundial houve algum nível de redistribuição vertical de renda, como no caso dos países escandinavos. Num padrão de proteção social que se combina a estruturas tributárias regressivas, como é o caso do

Brasil e da maioria dos países da América Latina, e onde nunca houve pleno emprego, a tendência é da redistribuição horizontal, entre os trabalhadores, e de um verdadeiro *bloqueio redistributivo*, mesmo que a política social *distribua* renda, a exemplo dos vários programas de transferência de renda no continente latino-americano, que distribuem recursos, mas não conseguem incidir efetiva e permanentemente sobre a desigualdade persistente, operando mais como políticas compensatórias, focalizadas, e de legitimação de projetos dos governos, bem como de produção de coesão social e controle sobre “os de baixo”, mas com importantes impactos na vida de amplos segmentos pauperizados da classe trabalhadora, razão pela qual devemos defender esses programas, especialmente a ampliação significativa do valor dos benefícios.

A partir da crítica da economia política, observamos também que a política social participa da reprodução ampliada do capital, seja no estímulo ao consumo, a exemplo das já referidas políticas de transferência de renda, seja pelas compras e contratos do Estado, azeitando o processo de rotação do capital, para que mercadorias e dinheiro não fiquem em alqueive, engendrando a crise. Nesse sentido, a política social constitui-se como uma espécie de almofada amortecedora das crises ao lado de outras intervenções públicas anticíclicas, já que a política social por si não consegue contrapor tais tendências. Mesmo nos chamados anos de ouro, a indústria bélica, impulsionada pelo gasto público, por exemplo, teve um papel anticíclico muito importante, pelo que alguns autores na tradição crítico-dialética, como James O'Connor (1977), caracterizam aquela forma do Estado como “previdenciário-militar”.

Em síntese, a política social e os direitos que ela materializa são mediações importantes na totalidade concreta – a sociedade burguesa – desde quando os trabalhadores emergem na cena pública, pautando suas condições de vida e trabalho como “questão social”, a qual resulta da lei geral da acumulação. São produto histórico-social da luta de classes, e como tal se reconfiguram, acompanhando os movimentos do trabalho do capital e seus impactos sobre o Estado, como um componente central na garantia das condições gerais de produção e reprodução social. Essas balizas podem nos dar suporte para pensar a condição

da política social no momento presente. E que momento é esse? O contexto da mais profunda crise do capitalismo desde 1929/1932.

Crise do capital e política social na atualidade

A crise do capital não começou em 2008/2009 com as dívidas imobiliárias norte-americanas e seu efeito contágio. Desde início dos anos 70 do século XX, adentramos numa onda longa com tonalidade de estagnação, segundo a concepção mandeliana (Cf. MANDEL, 1982). Um conjunto de determinações marca esta viragem cíclica do capital, incidindo sobre a taxa de lucros, com tendência de estagnação e queda no final dos anos 60, o que será acirrado pela crise do petróleo de 1973/74 e por alterações na esfera financeira, a partir da ruptura dos acordos de Bretton Woods em 1971, especialmente com a imposição do dólar como referência monetária internacional. Desde então o ambiente recessivo se impôs, com breves momentos de recuperação – especialmente no início dos anos 90, quando os EUA pareciam a meca do emprego e a União Soviética entrava em colapso, anunciando-se a restauração capitalista no leste europeu e na China. Foi então que Francis Fukuyama “decretou” o fim da história, mas a própria história tratou de contestar essa tese sem sustentação nos processos mais profundos, já que a crise se impôs exatamente no epicentro do sistema, o *hegemon*, os EUA na entrada do século XXI, sendo o ápice em 2008/2009.

Se nos anos 70 buscou-se ainda estratégias mais tipicamente keynesianas para enfrentar a crise (Cf. MANDEL, 1990), com a chegada ao Estado de Thatcher, Reagan e Kohl no início dos anos 80, teremos a implementação das políticas neoliberais, marcadas por ajustes fiscais e tributários regressivos. Estudos como o de Vicenç Navarro (1997), mostram o aumento da tributação indireta em todos os países desde então, acompanhado da diminuição dos impostos sobre os ricos. Mas o centro das políticas neoliberais foi (e é) a retomada das condições de exploração dos trabalhadores no centro e na periferia do mundo do capital, endurecendo as negociações salariais, rompendo com os acordos coletivos de trabalho, terceirizando e precarizando os contratos de trabalho, o que foi (e é) acompanhado de um ataque aos direitos trabalhistas e sociais. Mesmo com grandes resistências, houve uma recomposição do exército industrial de reserva no centro, tendo em

vista enfraquecer a luta dos trabalhadores, jogados na batalha cotidiana pela sobrevivência e defesa individual do emprego (vejam, por exemplo, o filme francês *O Corte*, de Costa-Gavras, 2005), desorganizados e fragmentados do ponto de vista sindical, donde decorrem fortes consequências políticas, dada a situação defensiva dos trabalhadores. Para a periferia do capital, o termo vem de Rui Mauro Marini: a superexploração da força de trabalho é ampliada nas condições de um ajuste fiscal que parece não terminar nunca, mesmo que os que sustentam que no Brasil houve um “neodesenvolvimentismo” pós-neoliberal tentem nos convencer do contrário. Os últimos movimentos do governo de Dilma Rousseff antes do golpe parlamentar não deixam dúvidas: o ataque às pensões e ao seguro-desemprego, o ataque ao serviço público por meio do PL nº 257, a Lei Antiterrorismo para conter as resistências e sob a justificativa do ambiente internacional e dos jogos olímpicos. Da parte dos articuladores do golpe jurídico-parlamentar e do usurpador Michel Temer, vem o pior: o documento Ponte para o Futuro, que poderia ser chamado de ponte para o abismo ou ponte para o inferno, pelo anúncio que faz de medidas que aprofundam ainda mais a exploração do trabalho no Brasil e penalizam as políticas sociais. Os exemplos são muitos após 100 dias do golpe, segundo inúmeras publicações na grande imprensa e nas mídias, no momento em que escrevo essas linhas: a anunciada contrarreforma da previdência com o aumento da idade mínima da aposentadoria para 65 anos para homens e mulheres, inclusive dos que hoje estão na ativa e ingressaram no emprego sob as regras atuais, para os quais haveria uma regra de transição, e a desvinculação das aposentadorias e pensões do salário mínimo, dentre outras medidas que estão sendo estudadas, além de ser muito perversa a quebra definitiva do conceito de seguridade social, levando a previdência para a lógica atuarial e a égide do Ministério da Fazenda; o nítido ataque ao SUS e ao direito à saúde por um “sinistro” ligado abertamente aos planos privados e que fala de um Plano de Saúde Popular para canalizar recursos públicos para o setor privado e fortalecer a concepção de saúde como mercadoria, além de desfinanciar o SUS; ataques ao Minha Casa Minha Vida com corte de 11.250 unidades habitacionais (o movimento Arquitetos pela Democracia diz que querem levar os pobres para debaixo da tal ponte para o futuro... esse seria o lugar deles neste pensamento ultraliberal e conservador: a volta do darwinismo social puro); ataques a assistência social,

com a perspectiva de corte de 10% do Bolsa Família, e desmonte dos programas do Suas, especialmente do suporte técnico aos municípios em vários programas, com o desmonte da equipe técnica do ministério; na educação superior há previsão de corte de 45% dos recursos de investimento nas universidades federais, houve corte de bolsas em 20% da iniciação científica e destruição do programa Ciência Sem Fronteiras, e não se pode esquecer que o *sinistro* da educação acolhe o projeto da mordada ao pensamento crítico, da suposta “escola sem partido”, que na verdade é a escola do partido deles, sob o manto da neutralidade e sob o tacão do mote golpista “não pense, trabalhe”.

Os limites que vínhamos sinalizando das políticas sociais nos governos do PT, o que sistematizamos em texto anterior (Cf. BEHRING, 2008), agora são violentamente estreitados por uma política social ainda mais residual, ultraliberal e neoconservadora. É um processo de ajuste fiscal e corte de recursos, mas também de alteração da concepção e da perda do pouco que se avançou com os leves deslocamentos que o PT, aprisionado que esteve na sua lógica da governabilidade e em uma política de alianças de alto custo.

Penso que os acontecimentos recentes no Brasil expressam nitidamente o movimento do capital em busca de superlucros, orquestrado pelo capital portador de juros, dada a imensa disponibilidade de capitais na forma de dinheiro e de papéis e títulos, condicionando os investimentos, a oferta de serviços públicos e o desenvolvimento das forças produtivas. Essa enorme ofensiva sobre os trabalhadores tendo em vista retomar as taxas de lucro – já que o mais-valor sempre advém da exploração da força de trabalho – num ambiente de baixo ou inexistente crescimento econômico marca intensa e profundamente a política social e os direitos sociais no Brasil e em todos os quadrantes, a partir das condições históricas de cada país e região. Vejamos algumas das características centrais deste processo.

O neoliberalismo, para Dardot e Laval (2016) num interessante trabalho crítico, de viés foucaultiano, é mais que uma ideologia e mais que uma política econômica; é mais que um capitalismo igual a ele mesmo. Para eles, neoliberalismo transforma a crise em modo de governo, numa visão próxima do que Mota caracterizou como cultura da crise (1995). O neoliberalismo desativa o jogo democrático, nos fazendo adentrar num período antidemocrático, e o que estamos

vivendo no Brasil não deixa margem de dúvidas sobre isso. Há uma espécie de subjetivação neoliberal que opera no sentido do egoísmo social como norma, como *ethos* do tempo. E o neoliberalismo, que marca a reação burguesa a esse momento do capitalismo em crise estrutural – e aí nos afastamos de Dardot e Laval, de cujas críticas ao marxismo não compartilhamos – delineia uma política social à sua imagem e semelhança: focalizada na pobreza absoluta – com os programas de combate à pobreza incrementados pelo apoio do Banco Mundial a partir do Relatório sobre a Pobreza de 1990 –, seletiva, indutora da ativação para o trabalho (*workfare*) ou da “inclusão produtiva”, em geral articulando benefícios com condicionalidades que visam à inserção no mercado de trabalho a partir de cursos de qualificação, o que expressa uma interpretação do desemprego como responsabilidade e demérito individual, ainda que não haja oferta de emprego para todos e que a existência de um exército de reserva seja uma condição de existência do processo de exploração dos trabalhadores “livres como os pássaros”, como dizia Marx (1982). Trata-se agora de ampliar as capacidades, como condição do exercício da liberdade no mercado, como nos informa Amartya Sen (2000), prêmio Nobel de Economia, cuja inspiração maior é Adam Smith. O ocaso da era do pleno emprego keynesiano e da política social e direitos a ela correspondentes mostra isso. Essa é uma orientação que marca profundamente a política social hoje na União Européia, como mostra o extenso balanço de Ivanete Boschetti publicado na revista *Serviço Social e Sociedade* 112 (2012), num mundo que não oferta emprego protegido para todos, embora se trabalhe como nunca. Este é o mundo da acumulação flexível, radicalizado pela acumulação por espoliação nos termos de David Harvey (Cf. 1993 e 2004), ou do precariado, nos termos de Rui Braga (2012), ou do capital-imperialismo com a intensificação das expropriações, segundo Virgínia Fontes (2010), o que é retomado para a análise da relação entre assistência social e trabalho no recente livro lançado por Ivanete Boschetti (2016): estes são autores que, com diferenças e polêmicas entre si, estão buscando apanhar e caracterizar esses processos de subsunção do trabalho ao capital no momento presente em condições de superexploração, onde comparece também a condição das políticas sociais. Para os que estão em situação de pauperização absoluta – pela *novilíngua*, parafraseando George Orwell, da política social contem-

porânea, em situação de risco ou de vulnerabilidade – a assistência social e os PTRC assumiram na política social dos tempos de neoliberalismo um importante papel, considerando seu baixo custo e alto impacto político e econômico, ainda que não alterem a desigualdade funcional de renda, exatamente pelos baixos valores e alta focalização, em função dos critérios de acesso draconianos, drásticos. No caso brasileiro, por exemplo – e o Bolsa Família tem sido uma referência para os demais países da América Latina e até mundial, recebendo um prêmio internacional pelo seu sucesso – após o aumento autorizado ainda por Dilma, dizia o site do extinto MDS: “De acordo com o decreto, o repasse do valor básico mensal para famílias em situação de extrema pobreza sobe de R\$ 77 para R\$ 82. Os outros benefícios passam de R\$ 35 para R\$ 38 e de R\$ 42 para R\$ 45, institui-se o *aumento Bolsa Família 2016* mesmo que seja abaixo da inflação. O mesmo percentual será aplicado à linha da pobreza, que estabelece o limite de renda de acesso ao benefício do Bolsa Família. Com isso, poderão ter acesso ao benefício famílias com renda de até R\$ 164 mensais por pessoa. Até agora, o valor está em R\$ 154. Com a correção autorizada por Dilma, o benefício médio pago às 13,8 milhões famílias do programa de transferência de renda poderá alcançar R\$ 176 mensais, valor 9% maior do que o benefício médio pago em abril.” Ou seja, mesmo com certa recomposição, são valores irrisórios e que acompanham a visão liberal de não desestimularem ao trabalho. Há quase 13,8 milhões de famílias no Brasil que acessem o programa, ou seja, estão no corte de renda de R\$ 164,00 per capita (após o aumento), o que expressa o drama crônico e persistente da desigualdade brasileira. E os interventores golpistas não estão satisfeitos: querem tirar mais recursos deste segmento pauperizado, falando em passar um pente fino no Programa e que “o Bolsa Família não pode ser opção de vida”, como declarou o “sinistro” empossado. Opção de vida? Realmente essa burguesia Casa Grande brasileira tem um ódio de classe sem limites pelos trabalhadores.

Desta condição geral oriunda das mudanças no mundo do trabalho e da miséria do Estado para as políticas sociais que viabilizam direitos, que gera o Estado de miséria de que nos fala Loic Wacquant (2002), em tempos de ajuste fiscal, portanto, decorre uma política social pobre para os que não podem pagar, com serviços sucateados e precarização dos trabalhadores que operam esses servi-

ços, especialmente na América Latina. Um dado sobre isso é a precarização do trabalho no Sistema Único de Assistência Social no Brasil, onde de 244 mil trabalhadores, 87 mil não têm vínculo empregatício, segundo dados do MDS de maio de 2016. E se incrementa uma política social mercantilizada para os que supostamente podem pagar, tornando-se nicho de acumulação do capital que quer se valorizar desesperadamente. Neste processo cabem também mecanismos de privatização induzida diretamente – sucatear para privatizar (CISLAGHI, 2015). Mas também vêm sendo operados processos de apropriação do fundo público por meio das parcerias público-privadas, nos seus vários formatos. No caso brasileiro, temos a perene estratégia do Plano Diretor da Reforma do Estado (de 1995), da constituição de um setor público não estatal, que envolve as políticas de saúde, educação, assistência social e meio ambiente. Daí se desdobram os novos entes jurídicos da contrarreforma do Estado, as organizações sociais, a EBSERH, as fundações públicas de direito privado. Estes são processos que colocam em questão o padrão de direitos delineado nos processos de emancipação política, onde chegou-se nas experiências mais avançadas à universalização dos direitos.

Como alocação de fundo público, é importante deixar claro que a política social que materializa direitos, está no circuito do valor, não é uma externalidade, uma propriedade social, como nos fala Castel (1998), ou um antivalor nos termos de Francisco de Oliveira (1998), ainda que encerre um campo importante de contradições. Como pauta dos trabalhadores – muitas vezes difusa e fragmentada – a política social exerce uma pressão na totalidade da economia política em prol da apropriação do fundo público para a reprodução da força de trabalho. Perceber a política social como mediação na totalidade, e tratá-la como resultado de contradições implica defendê-la, não na direção focalista e privatista em curso e que tende a se aprofundar no Brasil do golpismo, mas na perspectiva da universalidade, da gratuidade, da publicidade, da captura de parcelas mais significativas do fundo público para uma política social universalizada e mais consistente. Este último, o fundo público, que se compõe de trabalho excedente e trabalho necessário (BEHRING, 2010 e 2012), vem remunerando os credores da dívida pública majoritariamente, especialmente na América Latina, mas também na Europa e EUA nesses tempos de crise – na França os encargos da dívida, por exemplo, passaram a ser o segundo

item de gasto fiscal do Estado, depois da Educação (BEHRING, 2013); no Brasil a dívida consome anualmente de 40% e 45% do orçamento federal (em 2015, 42,4% do OGU), segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, que inclui em seus cálculos a rolagem da dívida. Quando a rolagem não é incluída este valor cai segundo as ponderações metodológicas que tem feito Evilasio Salvador (2010), mas ainda assim, este é o primeiro item de gasto do orçamento público. Ou seja, o capital portador de juros, predominante no momento maduro do capitalismo, realiza uma punção de mais-valia socialmente produzida e de trabalho necessário, na forma dos juros, encargos e amortizações de dívida. Poderíamos afirmar que se trata de uma verdadeira bolsa-banqueiros, em contraposição ao dado acima elencado do Programa Bolsa Família, o que nos permite defender a ampliação do escopo e dos valores deste último, para que tenha impacto real sobre a desigualdade, ainda que esteja longe de se constituir em qualquer solução. É evidente que essa dinâmica não é uma prerrogativa brasileira, mas envolve o conjunto dos países capitalistas a partir de suas condições e formações históricas diferenciadas e de sua localização central ou periférica na economia-mundo. Mas a financeirização de que nos fala François Chesnais (1996) preside esse processo.

Não se pode ignorar também o papel de legitimação que as políticas sociais exercem. E as eleições brasileiras mostraram isso bem, reforçando a tese de André Singer sobre o realinhamento eleitoral do subproletariado brasileiro, ainda que com sinais claros de esgotamento no segundo mandato de Dilma Roussef. Tal ocaso deste projeto se expressou, especialmente por meio das manifestações de junho de 2013, e pelo momento a que chegamos agora, no qual a burguesia e parte das camadas médias romperam com o pacto social de conciliação de classes do PT. Como gosta de dizer José Paulo Netto, “a luta de classes não tirou férias no Brasil”, e este momento contundente mostra isso, por vezes como farsa, mas sobretudo como tragédia. Mas há que gerir/administrar a barbárie do capitalismo em tempos de recrudescimento do desemprego, onde a política social cumpre papel estratégico, desde que não desestime ao trabalho e não gere dependência, como frequentemente se refere a crítica liberal conservadora, bastante animada e contemplada com o curso dos acontecimentos no Brasil.

Notas conclusivas: a política social e os direitos na agenda da esquerda

Espero ter apontado algumas determinações atuais importantes no campo da política social e dos direitos, sem a pretensão de esgotá-las, já que essa é uma tarefa para muitas cabeças e mãos, para a pesquisa. Gostaria de registrar que essa posição no debate da política social não tem qualquer relação com interpretações economicistas, estruturalistas ou neoestruturalistas, como muitas vezes tenho escutado. Trata-se apenas de observar a política social – meio pelo qual os direitos humanos e sociais se materializam – na história, na totalidade, na relação entre economia e política, na relação com a luta de classes, inclusive para que sua defesa seja uma agenda dos trabalhadores e da esquerda, como uma importante luta tática no campo da reprodução social, no campo da emancipação política, dentro de um programa de transição à emancipação humana, pois sustento que há uma importante dialética aqui que apenas a luta de classes pode colocar em movimento um sentido emancipatório. A política social e os direitos não têm a capacidade de emancipar ninguém por si só, não têm uma espécie de natureza “do bem”, mas são certamente campos de correlação de forças entre as classes e seus segmentos, onde há processos de formação da consciência e de disputa de concepção, de cobertura material e pela alocação do fundo público. O campo da política social, especialmente em países que não tiveram pleno emprego, oferece um horizonte limitado, de emancipação política, mas que pode adquirir contornos mais contundentes, tornando-se mediação para a emancipação humana, quando organiza os trabalhadores e suas lutas em torno de uma pauta concreta: saúde pública e gratuita, educação pública e gratuita em todos os níveis, moradia popular de qualidade, transporte com tarifa zero, lazer, envelhecimento digno, com aposentadorias condizentes e solidariedade intergeracional. A inflexão das grandes mobilizações de junho de 2013 no Brasil trazia em parte esta pauta. Vale aqui revisitar um documento de 2000, produzido pelo Conjunto CFESS-CRESS, a Carta de Maceió, no qual se defendia: Seguridade Social Pública é possível. Hoje cabe reconhecer alguns limites importantes daquele documento e tive a oportunidade de fazer essa análise em 2015, no Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, em Belo Horizonte. Mas há uma passagem da Carta que é estratégica e mantém grande atualidade:

(...) a seguridade social é, sobretudo, um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil, de organização dos trabalhadores. Um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica. Que exige uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre classes e segmentos de classe, que interferem nas decisões em cada conjuntura. Que força a construção de proposições que se contraponham às reações das elites político-econômicas do país, difusoras de uma responsabilização dos pobres pela sua condição, ideologia que expressa uma verdadeira indisposição de abrir mão de suas taxas de lucro, de juros, de sua renda da terra.

Reconhecer a condição atual da política social e seus limites é fundamental para explorar dialeticamente suas potencialidades como alavanca do futuro na agenda de uma frente de esquerda, neste momento em que se quer fazer pontes para o passado, no contexto da crise do capital e de seus impactos no Brasil. A esquerda brasileira precisa se reconstruir e reinventar formas de lutas num tempo mais rápido, superar suas panes de criatividade e a fragmentação, para se colocar com alternativa real seja à conciliação de classes, seja à violência do golpismo; para se colocar como alternativa fazendo a crítica do Estado capitalista-neoliberal como gestor da crise do capital. Penso que este processo está em curso, mas o tempo urge, pois a capacidade destrutiva de pessoas e da natureza do capitalismo em reação à sua própria crise é imensa.

**Submissão em 24 de agosto de 2016 e aceito para
publicação em 1º de outubro de 2016**

Referências

BEHRING, Elaine R. **Política social no capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Brasil em contrarreforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine Rossetti, SANTOS, Silvana

Mara de Moraes dos e MIOTO, Regina Célia Tamasso (orgs.). **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008

_____. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine Rossetti, SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos e MIOTO, Regina Célia Tamasso (orgs.) **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilasio; BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; GRANEMAN, Sara (orgs.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história. **Serviço Social e Sociedade**, n. 113, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. A insidiosa corrosão do sistema de proteção social europeu. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes, 1998.

CFESS. **Carta de Maceió**. <http://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacional_cartas_maceio.pdf>. 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Elementos para a crítica da economia política da saúde no Brasil**: parcerias público-privadas e valorização do capital. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo** – ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe; HOVELER (orgs.). **A onda conservadora** – ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo** – teoria e história. Rio de Janeiro: Fiocruz-EPSJV e UFRJ, 2010.

- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004
- HOEVELER, Rejane Carolina. **A agenda das contrarreformas no Congresso**. <<http://blogjunho.com.br/a-agenda-das-contrarreformas-no-congresso-63-ataques-aos-direitos-sociais-e-contando/>>. Acesso em: 07/2016.
- MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural Coleção Os Economistas, 1982.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982
- _____. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.
- MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.
- NAVARRO, Vicenç. **Neoliberalismo y Estado del Bienestar**. Barcelona: Ariel, 1997.
- NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.
- O'CONNOR, James. **USA: a crise do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998. (Parte I Do mercado aos direitos).
- SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WACQUANT, Loic. **Punir os pobres**. A nova gestão da pobreza nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

Direitos, lutas sociais e “questão democrática” no Brasil contemporâneo / *Rights, social struggles and “democratic question” in brazil contemporary*

EVELYNE MEDEIROS PEREIRA¹

MICHELLY FERREIRA MONTEIRO ELIAS²

Resumo: Abordam-se neste artigo os principais aspectos do debate sobre direitos em Marx e na tradição marxista, e sua relação com a particularidade da “questão democrática” na realidade brasileira. Tem-se como objetivo refletir sobre o significado sócio-histórico dos direitos na atualidade, considerando os principais aspectos da formação social do Brasil em que se destaca seu caráter dependente em meio ao processo desenvolvimento *desigual e combinado* do capitalismo.

Palavras-chave: Estado; direito; democracia; lutas sociais; realidade brasileira.

Abstract: In this approach article the main aspects about rights in Marx and in the marxist tradition, and his relationship with the particularity of the “democratic question” in the brazilian reality. Has as goal reflects on the socio- historical significance of rights in present, considering the main aspects of the Brazil Social Formation which highlights his dependent process in combined and uneven development of capitalism.

Keywords: State; law; democracy; social struggles; brazilian reality.

-
- 1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).
 - 2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB).

Diante do quadro atual de acirramento das contradições do padrão de produção e reprodução social vigente, o capital tem imposto grandes perdas para os trabalhadores, especialmente desde o fenômeno da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. Essa realidade adensou o processo das lutas de classes e tem colocado em níveis cada vez mais complexos o debate sobre as contradições acerca dos direitos na sociedade burguesa.

Considerando esse contexto, o presente artigo reflete sobre o significado sócio-histórico dos direitos na atualidade, tendo como referência elementos que compõem tanto o debate sobre direitos em Marx e na tradição marxista como a particularidade da formação social brasileira. Sabendo que existem diferentes concepções e polêmicas sobre o tema em questão, nos respaldaremos em algumas obras que demonstram influência nesse debate no âmbito do pensamento crítico brasileiro. Assim, buscaremos um diálogo com as elaborações clássicas sobre Estado, sua dimensão jurídica e sua relação com os fundamentos da formação sócio-histórica do país, bem como suas expressões atuais.

Partindo desses elementos, abordamos a concepção de *democracia como um processo*, conforme sintetizado por Lukács (2008), e do *direito enquanto categoria histórica*. Situamos a “questão democrática” como uma problemática intrínseca aos embates classistas e às contradições que permeiam as lutas por direitos no Brasil, considerando a histórica fragilidade dos direitos e da democracia na realidade brasileira como parte constitutiva do capitalismo no país. Por isso, os desafios do contexto atual apontam a inviabilidade de uma democratização mais profunda sem promover intensas cisões nas estruturas de poder hegemônicas.

Estado, direitos e luta de classes: uma relação necessária para a tradição marxista

O acervo marxiano nos oferece uma base importante para desenvolvermos as reflexões acerca do tema em questão sem perder de vista os aspectos da realidade contemporânea. No texto *A questão judaica*, por exemplo, Marx ([1844] 1993) analisa uma problemática vivida na época em que o Estado alemão não garantia os direitos políticos para a população judia tal como assegurava para o restante da população. A crítica ao Estado burguês é desenvolvida mediante

constatação, por um lado, da especificidade da formação do Estado alemão e, por outro, que a relação entre religião e Estado, embora em alguma medida houvesse a tendência de separação, não é antagônica na sociedade capitalista.

Devido à manutenção da propriedade privada dos meios de produção fundamentais, como determinante das relações sociais, o autor ressalta que a questão fundamental a ser tratada é o fato de, na sociedade burguesa, a liberdade política não coincide com a liberdade do homem, pois as relações capitalistas produzem uma “oposição entre as esferas do Estado e da sociedade civil”, embora efetivamente se constituam como uma mesma totalidade, expressando uma separação historicamente construída entre a dimensão genérica e a dimensão individual do homem.

Ao analisar o Estado como síntese da formação social que se funda na propriedade privada, constituindo um ser humano cindido do coletivo, o pensador alemão destaca a natureza de classe do Estado e, com isso, aponta os limites dos *direitos do homem* na sociedade burguesa. Considerando que esta é fundada na desigualdade entre os homens, em que a produção é social e a apropriação da riqueza produzida é privada, conclui que, no capitalismo, a igualdade é somente em sua dimensão formal.

Marx (1993) realiza sua crítica tendo como entendimento que a questão dos direitos inclui *os direitos do cidadão*, como direitos políticos, no sentido da participação na vida da comunidade e do Estado. Já *os direitos do homem*, previstos nas Declarações e Constituições dos países que foram protagonistas das revoluções burguesas, incluem os direitos de liberdade, propriedade, igualdade e segurança. Diante disso, demonstra o caráter formal que cada um desses direitos possui, estando voltados, em essência, para a garantia do direito de propriedade e para os interesses privados do homem individual, burguês. Assim, *os direitos do cidadão* se tornaram um meio para a preservação dos *direitos do homem egoísta*, e a separação existente na sociedade burguesa entre o gênero e o indivíduo, o coletivo e o individual, o Estado e a sociedade civil, é parte da constituição dos limites da emancipação política na sociedade burguesa, formando o *cidadão* apenas em seu sentido abstrato.

Considerando essa problemática, Marx (1993) aponta a necessidade de busca pela emancipação humana, em que, superando os limites da emancipação política, os homens poderão atender às suas necessidades desenvolvendo o conjunto de suas potencialidades e tendo como pressuposto a existência individual e genérica como dimensões de uma mesma totalidade, superando a sua condição de autoalienação. “A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico (p. 63).

Associado a essas reflexões estão as concepções acerca do Estado burguês e sua relação com a lei e o direito na obra *A ideologia alemã*, em que Marx e Engels ([1989] 2002) analisam a questão da ideologia, do Estado e da política tendo como pressuposto que a atividade prática da produção da vida é o fundamento de toda a existência humana. Nesse sentido, a consciência possui uma determinação fundamentalmente social vinculada à capacidade humana de produção. Porém, os filósofos passaram a representar o mundo como produto de uma consciência autônoma e isso se tornou o fundamento real da ideologia como forma de consciência invertida do mundo.

Nessa perspectiva, a história se constitui no processo de autoprodução dos indivíduos, incluindo todas as suas dimensões, cuja centralidade está na vida material. As classes sociais, portanto, se definem materialmente e em luta entre si, defendendo seus interesses. Considerando a divisão do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, a classe proprietária desses meios é quem domina o processo produtivo, mas, além disso, esta classe passa a ter também o domínio político e ideológico na sociedade. Assim, “os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes”, pois precisa defender seus interesses de forma que estes pareçam ser os interesses de toda a sociedade.

O Estado, assim como a lei e o direito, é expressão das relações sociais e o principal meio pelo qual “os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época”, não se configurando em um poder que está acima da sociedade. (MARX; ENGELS, 2002, p. 48-72).

Na tradição marxista observamos diversas interpretações acerca desse debate, a exemplo da análise de Pachukanis ([1926] 1989) que situa as leis fundamentais do direito e a sua forma jurídica como específicas da sociedade burguesa em um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais decorrentes de tal desenvolvimento. Considerando que a desigualdade é intrínseca à lógica capitalista, o direito burguês se baseia na concepção de igualdade no seu sentido formal, tendo como referência as relações mercantis, para assim estabelecer o seu sistema jurídico. Por isso, o direito tem como aspecto central a existência do sujeito que se situa na troca de mercadorias. Nessas relações não se considera a desigualdade existente entre as classes sociais, sendo as categorias jurídicas perpetuadas e normatizadas pelo Estado e pelo direito, formando o que é denominado de *poder público*.

O autor aponta ainda que o direito também possui uma natureza ideológica que legitima o poder da burguesia e afirma que a questão fundamental é a sua forma jurídica, ou seja, a sua manifestação formal, uma vez que esta se aproxima da forma mercadoria e expressa “um real processo de transformação jurídica das relações humanas, que acompanha o desenvolvimento da economia mercantil e monetária” (PACHUKANIS, 1989, p. 05). Neste sentido, a forma jurídica é analisada como historicamente determinada e, por isso, entendida como expressão real das relações de produção existentes. A supressão da sociedade burguesa demandará, portanto, a extinção também do seu ordenamento jurídico.

Frente à análise sobre a forma jurídica desenvolvida por Pachukanis (1989) e à problemática que envolve os *direitos do homem* na sociedade capitalista, considerarmos os determinantes das lutas de classes e do desenvolvimento da economia capitalista de forma inter-relacionada é fundamental para uma análise dos direitos na sociedade burguesa como síntese de múltiplas determinações. Caso contrário, seria provável endossarmos uma interpretação causal, entendendo o Estado, o direito e a lei apenas como derivações das relações sociais de produção e não como sínteses que, ao mesmo tempo em que expressam a determinação material, influenciam e condicionam a base material da qual é expressão.

Marx desenvolve sua crítica demarcando a contradição fundamental que há entre os *direitos do homem* e a realidade socioeconômica no capitalismo, pois “a aplicação da pretendida igualdade de direitos à posse culminou em uma contradição radical, visto que implicou necessariamente a *exclusão* de todos os outros da posse efetiva, restrita a um só indivíduo” (MÉSZAROS, 2008, p. 159). Diante disso, a questão dos *direitos do homem* no capitalismo – que, segundo a denominação de Mészáros (2008), diz respeito aos *direitos humanos* – é estabelecida devido à forma sócio-histórica da sociedade e não devido aos direitos em si.

Desse ponto de vista, a identificação das determinações e a realização de mediações acerca do processo histórico e da dinâmica das lutas de classes tornam-se necessárias para análise das contradições intrínsecas aos direitos na sociedade capitalista. Conforme Mészáros (2008), Marx rejeita a “ilusão jurídica” de que a lei se baseia em uma vontade livre, autônoma da base material da sociedade, mas, ao mesmo tempo, reconhece que “os vários fatores legais não são unilateralmente determinados pela base material, mas agem também como determinantes poderosos no sistema global de interações complexas” (p. 162). A relação entre a base material e as diversas formas de consciência social não deve ser estabelecida de forma direta, mas, sim, de forma dialética e mediada pelo processo histórico.

É, portanto, no quadro da relação dialética entre a vida material e os aspectos de cunho legal e político que se insere a questão dos *direitos humanos*. Com isso, Mészáros (2008) sinaliza que as contradições geradas pela sociedade capitalista somente são possíveis de administrar até o ponto em que estas não ameacem a lógica de funcionamento do sistema; e o discurso de defesa dos direitos permanece somente até o momento em que não há um contexto de acirramento das contradições e de possibilidade de ameaça do *próprio metabolismo social*. Ou seja, nem sempre é oportuna para a classe dominante a garantia e defesa dos direitos, em suas múltiplas dimensões.

Ao identificar essas contradições e os próprios limites postos à realização dos direitos na sociedade burguesa, o autor apresenta a consolidação de uma alternativa socialista como a única que pode e deve incorporar os *direitos humanos* enquanto *desenvolvimento livre das individualidades*. “Nesse sentido, a *legitimação de uma alternativa*

socialista para a forma capitalista de intercâmbio social não pode ignorar a questão dos direitos humanos”. (MÉSZÁROS, 2008 p. 165).

Nesta concepção, a plena realização dos *direitos humanos* somente é possível em uma sociedade igualitária no seu sentido econômico e social, ao mesmo tempo em que se constitui em um aspecto importante para a conquista desta sociedade. Para o autor, tais direitos somente irão se efetivar em uma sociedade em que haja um padrão de igualdade para a totalidade dos indivíduos, onde os interesses particulares não sejam contraditórios aos interesses da humanidade em geral. Portanto, as limitações e contradições acerca dos direitos na sociedade atual não se constituem em relação aos direitos em si, mas são geradas pelas determinações da realidade socioeconômica desigual que é intrínseca ao modo de produção capitalista.

Sobre isso, é importante destacar que as lutas por direitos – principalmente os direitos sociais e políticos, assim como a ampliação destes por meio da realização de *reformas sociais* – fizeram (e fazem) parte de diversas reivindicações da classe trabalhadora e do movimento revolucionário. Abreu (2008) nos lembra que as lutas pela ampliação dos direitos da classe trabalhadora adquiriram significativa importância a partir de 1830 com as reivindicações e o início da organização sindical dos trabalhadores ingleses. Com a perspectiva de tensionar e demonstrar os limites desses direitos, os movimentos operários do século XIX, que tiveram seu auge nas Revoluções de 1848 e que comandaram a experiência da Comuna de Paris, em 1871, construíram as bases para a luta revolucionária daquela época. A importância histórica desse período deu-se pelo fato de que tanto as lutas pela ampliação dos direitos políticos e sociais quanto as lutas revolucionárias já explicitavam as contradições da sociedade burguesa e os limites intrínsecos à sua lógica.

Frente a essa trajetória que, com suas particularidades históricas, marcam o desenvolvimento capitalista, é possível identificar a importância das lutas reivindicatórias em torno dos direitos como mediação para outros patamares que conformam a relação entre emancipação política e humana. Isto demonstra a complexidade das contradições e dos dilemas que permeiam a luta por direitos na sociedade burguesa, em suas diferentes formações sociais, considerando a

perspectiva de construção de uma alternativa socialista, tal como nos apresenta Mészáros (2008).

Com isso, priorizaremos a partir desse momento, reflexões voltadas para a realidade brasileira e sua relação histórica com a questão dos direitos e da democracia, visando dialogar com o debate clássico marxista, com as transformações contemporâneas e com os desafios do nosso tempo.

“Questão democrática” e realidade brasileira: breves apontamentos

A conjuntura brasileira apresenta expressões mais latentes que (re) põe temas centrais na opinião pública, sinalizando a responsabilidade e necessidade de aprofundarmos nossas reflexões sobre os direitos e a “questão democrática” no país, diante de um momento capitalista onde suas contradições se aprofundam como também o questionamento a respeito do seu conteúdo “civilizatório”. Sobre isso, basta abriremos as principais páginas de jornais, os canais de televisão, os *sites* mais visitados nas redes sociais, observarmos as pautas e bandeiras mais propagandeadas pelos principais meios de comunicação, mais reivindicadas no parlamento e mais presentes nas conversas cotidianas dos transeuntes: restrição ainda maior dos direitos sociais e trabalhistas; criminalização do movimentos sociais e da pobreza; dentre outros fatos que refletem uma relevante influência fundamentalista, patriarcal, moralista e ultraconservadora em pleno século XXI.

Ao contrário do coro ideológico que impregna a sociabilidade em que vivemos, não existe uma democracia em seu sentido ideal e universal. Trata-se de um processo fundamentalmente histórico, não de uma situação estática, o que implica também em uma “multiplicidade de formas de democracia”, assim como em múltiplas dimensões do direito. Nesta perspectiva, Lukács (2008) prioriza referir-se a um “processo de democratização”, não de “democracia” como algo dado, o que significa uma força política ordenadora de uma formação econômica particular “sobre cujo terreno nasce, opera”, como também pode tornar-se problemática e desaparecer.

Ou seja, legalidade e ilegalidade; barbárie e civilização; cidadania e violação de direitos; o velho e o novo são faces da mesma moeda. Para o pensador húngaro, a “libertação” das colônias não fez desaparecer o “traço da velha exploração e opressão; mas, na verdade, a política que se apresenta como nova [...] não é mais do que, em sua real substância, o prosseguimento com novos meios técnicos da velha política colonialista” (p. 96). Porém, é sempre importante lembrar que, uma face ou outra torna-se mais forte a depender fundamentalmente (mas não unicamente) das necessidades econômicas, tendo a luta de classes um papel decisivo.

Partindo da compreensão de totalidade em que o “conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade” (NETTO, 2011), é importante identificar a realidade brasileira como uma composição do desenvolvimento *desigual e combinado* capitalista (TROTSKY apud LOWY, 1995). Para entendê-la, contudo, é fundamental conceber o seu caráter de dependência em relação aos países centrais desde a colonização.

Para Prado Jr. ([1942] 2008), o processo de colonização particularizou o caráter do capitalismo no país, revelando como o “moderno” se articula permanentemente com o “arcaico”, sendo fundamental para a acumulação originária de capital nos países centrais. Trata-se de uma transição ‘pelo alto’ ou, como alguns autores caracterizam, de um processo “restaurador” de “revoluções passivas” (GRAMSCI, [1966] 2006, p. 393), que ocorre sem profundas alterações na estrutura social e econômica, especialmente agrária.

De outra forma, podemos dizer que a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil foge ao “modelo universal da democracia burguesa” (FERNANDES, [1975] 2006). Ou seja, ausente de um processo de “desagregação das relações orgânicas patriarcais que são substituídas por relações jurídicas, isto é, por relações entre sujeitos que, formalmente, possuem os mesmos direitos”. (PACHUKANIS, 1989, p. 11).

Não é estranho, por exemplo, que na última década, analistas apontem para uma tendência de “reprimarização” das exportações brasileiras via *commodities*, que, segundo Gonçalves (2010), representaria um “retorno ao passado” na política econômica do Brasil. E de

continuar alarmante o número de trabalhadores encontrados em condições análogas ao *trabalho escravo* em pleno século XXI. Talvez se possa até sugerir que nosso moderno *agronegócio*, em certa medida, contenha um núcleo (reconfigurado) ao da grande exploração típica dos tempos coloniais.

Com isso, podemos entender que a forma de dominação burguesa no país deu-se por meio do que Florestan Fernandes (2006) qualifica de “democracia restrita”. Apesar do necessário estabelecimento de formas jurídicas liberais nas constituições – sendo a primeira estabelecida oficialmente em 1824 –, na República não ocorreu a ruptura com o poder oligárquico e patrimonialista, antipopular e antidemocrático.

O latifúndio e a dependência, incrementados pela ação do Estado com a combinação entre repressão e assistencialismo, não se revelaram como obstáculos ao desenvolvimento capitalista, ao contrário. Tais circunstâncias nos dão pistas para entendermos o “por quê” que o “capitalismo brasileiro” não viabilizou reformas sociais clássicas, de teor democrático e popular, tal como a reforma agrária, urbana e política, que foram viáveis em outros países capitalistas.

Tal como na América Latina, no Brasil “os projetos burgueses estiveram sempre divorciados do pacto democrático [...]. A democracia política, entre nós, ergue-se não a partir de componentes dos projetos burgueses, mas contra eles”. Mesmo diante da resistência das classes subalternas, caracterizada pela dialética de “revolta e conformismo”, o modo de desenvolvimento capitalista no continente latino-americano “não propiciou a consolidação de uma tradição cultural democrática”. (NETTO, 1990, p. 119-121).

O que houve foram verdadeiras *contrarreformas*, demonstrando a debilidade histórica da democracia e o predomínio das relações autoritárias, intermediadas pela lógica do “favor” em detrimento ao “direito”, aprofundando os laços e mecanismos de dependência partícipes do movimento de concentração e centralização capitalista. Nesse movimento, a *modernização conservadora* consagra a aliança do grande capital financeiro com o Estado nacional sob o regime da “autocracia burguesa” (FERNANDES, 2006), promovendo uma “permanente privação dos direitos sociais, trabalhistas e políticos”

aos trabalhadores urbanos e rurais, “aprofundando sua exclusão do bloco do poder e dos pactos políticos”.

Isso nos diz que “o liberalismo no Brasil não se constrói sobre a universalidade da figura de cidadão” (IAMAMOTO, 2007, p. 131-139), ou mesmo da democracia; ou seja, não “exige a defesa implacável dos direitos do cidadão” (FERNANDES, 2006, p. 46-47). No Brasil, “o ideário liberal incorporado na Constituição de 1829 chega de braços dados com a escravidão e com a prática geral do favor que, embora contrapostos, se unem na história política brasileira”. (IAMAMOTO, 2007, p. 135-138).

Sobre isso, observamos o quanto é permanente e atual a marca da restrição de direitos e debilidade democrática, sustentada por um contexto econômico que promove altas taxas de concentração de riquezas e renda, onde os 0,9% dos mais ricos detêm entre 59,90% e 68,49% da riqueza no país (PNAD, 2012), faz com que o Brasil ainda assuma a 79ª posição no *ranking* de países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em relação ao baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mesmo sendo a 6ª economia mundial (PNUD, 2013). Mais que isso, nos diz o quanto é comum na dinâmica do desenvolvimento *desigual e combinado* capitalista a dialética entre a ampliação e restrição de direitos. Esta realidade vem adensando a insatisfação e o descrédito aos mecanismos da democracia representativa no país.

Como podemos observar, não é possível entender a “questão democrática” e os principais aspectos que conformam os direitos no Brasil sem levar em consideração sua dimensão política, que revela um intenso e complexo jogo de interesses e disputas de classes: “É nessa perspectiva que se situam os acontecimentos de Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Bico do Papagaio, Anoni [...]”. (IANNI, 2004, p. 92). Os sujeitos na linha de frente desse processo conformam um amalgamado de setores e frações de classes heterogêneas que representam, de um lado, as classes trabalhadoras e setores populares que, sob o mesmo julgo da exploração capitalista, são frutos da questão agrária, indígena, urbana, regional, racial. De outro lado, frações da classe dominante que compõem a “burguesia associada” (IANNI, 2004), historicamente atrelada aos interesses do capital estrangeiro e imperialista, mesmo que em alguns períodos de

forma menos contundente e coesa, destituindo-se de um projeto político de orientação democrática e de soberania nacional. Sob essas circunstâncias, a consolidação do poder deu-se mediante a exploração desenfreada da classe trabalhadora combinada “com duas táticas calculistas por parte do patronato: a do paternalismo e a da repressão policial”. (GORENDER, [1981] 1982, p. 49).

Atualmente, observamos as configurações da classe trabalhadora a partir das transformações partícipes do “novo” ciclo de acumulação capitalista. Por outro lado, têm se produzido também inúmeras greves e manifestações em torno de pautas de teor fundamentalmente democrático e popular: direito à educação, transporte, habitação e saúde; reforma agrária, urbana e política; entre outros. Porém, “cabe lembrar que sempre que há um avanço político de forças populares [...] as classes dominantes, mesmo débeis, juntam as suas forças para garantir e fortalecer o Estado burguês” (IANNI, 2004, p. 239). Sobre isso, observamos “novos” mecanismos de controle e repressão com forte teor assistencialista como também de criminalização, conformando o que alguns analistas chamam de “militarização” da sociedade, com o alargamento da face penal do Estado e das políticas punitivas que possuem teor secular e são aspectos permanentes da construção e manutenção de hegemonia, especialmente em realidades com frágeis instituições democráticas, mesmo que seja uma tendência universal.

Essa conjuntura reforça e renova, de forma mais complexa, uma característica presente em toda a história da formação brasileira: a restrição de uma ampla parcela da população a processos de democratização e a privação contínua de direitos às classes subalternizadas, demonstrando que os processos de mudanças transcorridas possuem mais elementos de conservação que de rupturas. Tal situação reforça, inclusive, as teses que apontam a perda gradativa da capacidade civilizatória do capitalismo e suas implicações irreparáveis às políticas e aos direitos sociais.

Como podemos observar, a questão dos direitos no Brasil é muito complexa, não restando espaços para conclusões que, de um lado, neguem a validade da luta por direitos, atribuindo a tal fato um caminho sem volta para a barbárie capitalista; de outro, apresentem as reivindicações por direitos e pela ampliação da democracia como o caminho necessário para desenvolvermos o capitalismo brasileiro e,

finalmente, criarmos condições concretas para pensarmos em um processo de *transição* no país. Tais posturas aparentam não considerar (ou mesmo desconhecer) a forma particular com que o capitalismo se consolidou por aqui, especialmente na sua fase atual, e como se relaciona com o contexto internacional.

Portanto, é importante entender os aspectos estruturais e conjunturais como uma unidade dialética, da mesma forma que é o movimento entre a produção material da vida e as formas culturais, jurídicas, vigentes, demonstrando que não há uma espécie de “evolução” ou desdobramento de uma suposta democracia universal.

Outro aspecto central e geral que consideramos pertinente ressaltar, é que, do ponto de vista das contradições, ao mesmo tempo em que concebemos a normatização do trabalho alienado como base para a normatização jurídica, tendo em vista que o processo de objetivação e exteriorização do trabalho na sociabilidade capitalista implica tendencialmente (muito embora não necessariamente) em alienação, tal processo, porém, não anula a condição ontológica do trabalho como “condição fundamental de toda a vida humana” capaz de suprir os valores necessários à humanidade. (ENGELS, [1977] 2000, p. 215). Em síntese: mesmo que predomine a alienação, nem todo “dever-ser” é alienado, porém, nos marcos da sociabilidade capitalista, também não será “livre” em sua plenitude.

Isso implica, portanto, nos remetermos à ideia de Coutinho ([2000] 2008, p. 21) quando nos diz: “não existe identidade mecânica entre *gênese* e *validade*” para o materialismo histórico. Ou seja, considerando a própria historicidade e multiplicidade das formas de regulação, existem processos que, embora tenham tido origem na sociedade burguesa, constituem um “valor” no âmbito da trajetória contraditória da humanidade. Dessa forma, a “questão democrática” e a instituição dos direitos na sociedade burguesa, como parte constitutiva do *Programa da Modernidade* e da *cultura ilustrada*, mesmo transmutada profundamente já no início do século XIX, momento em que a burguesia se torna definitivamente classe conservadora e dominante, representa um importante passo no processo que “conduziu a uma ordem social, sem dúvida, muito mais livre que a anterior, mas que continha limites insuperáveis à emancipação da humanidade”. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 19).

Pensar o significado dos direitos hoje, portanto, demanda também lembrar que desde o século XIX, “a herança ilustrada passa às mãos do proletariado” (p. 19-20); o desenvolvimento das forças produtivas não necessariamente produz alienação, mesmo que a tendência seja esta na sociedade capitalista; e, portanto, uma outra normatividade, forma de regulação social, é possível. Porém, não *cairá do céu* e seu germe está nas contradições existentes no seio das velhas formas. Assim, “as regras da convivência e da cooperação humana que caracterizam a democracia socialista não são de modo algum princípios radicalmente novos [...] são, ao contrário, forças elementares, que operam há milênios, mas que só no socialismo podem se generalizar para toda a sociedade” (LUKÁCS, 2008, p. 121). Isso não quer dizer que a “democracia socialista” seja fruto de uma “evolução”, uma continuidade da *democracia burguesa*, mas de uma verdadeira ruptura, tal como ocorreu em relação a *democracia na polis*, aprofundando o processo de democratização da economia e da política.

Caso contrário, referendaremos uma concepção ideal, essencialista. Por isso, é possível que, mesmo em um processo de transição, o momento jurídico não esteja apenas presente, mas represente um aspecto central para viabilizar um passo adiante na história da humanidade, no horizonte da emancipação humana, permitindo que o *próprio educador possa ser educado* (MARX; ENGELS, 2002, p. 100). Não estamos nos referindo aqui a “etapas”, mas a um processo necessário para criar as circunstâncias reais e concretas que permitam uma relação de forças favorável à “luta dura e tenaz” pela transformação social que não se constitui em um “único e grande golpe”, muito menos “por meio de um simples ataque de surpresa” (ENGELS, [1895] 2008, p. 46). Daí já nos alertava Lenin (2010), diante dos desafios postos no contexto pré-revolucionário russo no início do século XX, sobre “o dever de expor e de destacar diante de todo o povo os objetivos democráticos gerais, sem dissimular, nem por um instante, as nossas convicções socialistas”, pois não é um revolucionário “aquele que, na prática, esquece que o seu dever é ser o primeiro a levantar, ressaltar e resolver todas as questões democráticas gerais” (p. 149).

Em pleno século XXI, no contexto brasileiro, observamos o quanto tais questões são atuais e urgentes, especialmente quando ainda se vê “a exceção” como um importante mecanismo de dominação que

“procura eliminar do direito sua pequena, porém valiosa, utilidade na resistência contra a violência de classes”. Isto tendo em vista que “o direito ainda é um limite à atuação dos poderes e às arbitrariedades cometidas, mesmo que nem sempre seja observado”. (OLIVEIRA; CHACON, 2013, s/p).

Nessa perspectiva, a luta pela ampliação da democracia em prol de reformas e direitos, historicamente negados às classes trabalhadoras no país, adquire um peso substancial que nos faz refletir sobre a inviabilidade de um processo de democratização mais profundo, especialmente nos marcos do capitalismo dependente; por outro, sobre o potencial que essa mesma luta passa a ter na atualidade, podendo ser um poderoso instrumento no próprio seio da normatização jurídico-burguesa. Isto, pensando na associação com as lutas e experiências organizativas da classe trabalhadora que visam a superação desta ordem. Afinal, “as estruturas econômicas capitalistas só são compatíveis com ordenamentos políticos democráticos no limite restrito, e manter esta restritividade é, para elas, questão vital”. (NETTO, 1990, p. 76-77).

Considerações finais

Considerando que as ideias são fruto do seu tempo histórico, que põe continuamente desafios àqueles que buscam não apenas entendê-lo como também transformá-lo, compreendemos que a questão dos direitos adquire diferentes significados em cada época do desenvolvimento capitalista, considerando o papel do Estado e o processo das lutas de classes.

Contraditoriamente, é preciso lembrar que os fundamentos dos direitos e da “questão democrática” possuem raízes na base concreta de estruturação da sociedade burguesa, desvelada pela *lei do valor*. Nesta ótica, a “forma direito” diz respeito à “forma mercadoria”; a “defesa dos fundamentos abstratos da ordem jurídica” à defesa dos interesses da classe burguesa; o “princípio da igualdade” formal, intermediado pelo contrato, à necessária “troca de equivalentes”; não sendo o ordenamento jurídico um simples reflexo da ideologia burguesa. (PACHUKANIS, 1989).

As circunstâncias históricas analisadas por Marx e Engels no século XIX, dentre outros momentos ímpares na trajetória do capitalismo durante o século XX, até hoje, demonstram que a sociedade é uma “totalidade em processo” (NETTO, 1990), promovendo uma necessária conexão e sincronia entre estrutura econômica e ordenamento político, o que não significa uma mera causalidade entre estas esferas, ou seja, “o nível de maturidade econômica de uma formação social não corresponde, obrigatoriamente, ao nível de maturidade política da revolução”. (FARIAS, 2013, p. 22).

Assim, “com a ordem capitalista se dão as premissas para que se estructurem ordenamentos políticos democráticos”, por isso, o padrão econômico próprio da modernidade põe à democracia um “limite absoluto”: “ela só se generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na igualdade social real, ou seja, na igualdade em face dos meios de produção”. (NETTO, 1990, p. 76).

Daí a afirmação de Marx ([1852] 2008), ratificando tal contradição: “qualquer reivindicação da mais simples reforma financeira burguesa, do liberalismo mais vulgar, do republicanismo mais formal, da democracia mais trivial, é ao mesmo tempo castigada como ‘atentado contra a sociedade’ e estigmatizada como ‘socialismo’” (p. 219). Eis o limite central do “sistema democrático burguês”: “precisamente o fato de ele ser insuficientemente democrático” (NETTO, 1990, p. 85). Esse processo se intensifica em formações sociais que assumem um caráter particular de dependência, a exemplo da realidade brasileira.

Por fim, sinalizamos que, frente aos condicionantes históricos e estruturais “irremediáveis” da sociedade capitalista, o campo da contradição, da processualidade e da conflitualidade das lutas sociais deve estar presente na análise sobre os significados dos direitos e da “questão democrática” na atualidade. Este caminho pode nos fazer entender o “valor instrumental estratégico” da democracia e da luta por direitos no Brasil contemporâneo.

**Submetido em 1º de dezembro de 2015 e aceito para
publicação em 13 de julho de 2016.**

Referências

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos**. Cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**. Ensaios sobre democracia e socialismo. 1. ed. [2000]. São Paulo: Cortez, 2008.

ENGELS, Friedrich. Introdução à edição de 1895. In: Karl Marx, **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 37-62.

_____. **A dialética da natureza**. 1. ed. [1977]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FARIAS, José Leidiano Peixoto. **Projeto popular para o Brasil**. História e atualidade. Monografia (Graduação em História). Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 1. ed. [1975]. São Paulo: Globo, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. **Reprimarização faz economia brasileira retroceder**. 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3405&secao=338>. Acesso em: 17/07/2013.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 1. ed. [1981]. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere** (V. 1). 1. ed. [1966]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer**. Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOWY, Michael. Teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista **Actuel Marx**, Paris: Presses Universitaires de France, n. 18, 1995, p. 73-80.

LUKÁCS, Gyorgy. **Socialismo e democratização**. Escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. 1. ed. [1852]. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. A questão judaica. 1. ed. [1844]. In: **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: 70, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. [1989]. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo ao método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Democracia e transição socialista**. Escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Pedro Rocha; CHACON, Clarice. **Estado de exceção: o que é e para que serve**. Disponível em: <www.blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/estado-de-excecao-o-que-e-e-para-que-serve/>. Acesso em: 15/04/2015.

PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e o marxismo**. 1. ed. [1926]. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2012. Disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 12/11/2014.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. ONU, 2013. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-atlas-brasil-2013-mostra-reducao-de-disparidades-entrentorte-e-sul-nas-ultimas-duas-decadas/>>. Acesso em: 26/07/2014.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 1. ed. [1942]. São Paulo: Brasiliense, 2008.

O fim do ciclo PT: do colaboracionismo de classe à ortodoxia neoliberal / *The end of the PT cycle: the class collaborationist neoliberal the orthodoxy*

MORENA GOMES MARQUES¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise crítica do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff a partir dos interesses dos principais representantes da ‘burguesia interna’ brasileira, possuindo por fonte de análise as edições do jornal *Valor Econômico*. Parte-se da hipótese de que o real motivo para a destituição da presidenta é a necessidade dos superlucros deste grande bloco de composição de classe, o qual reivindica um novo trato ídeo-político ao aparelho estatal: de um modelo econômico neodesenvolvimentista à opção pela ortodoxia neoliberal. Entretanto, medidas recessivas e contrarreformistas não se constituem enquanto uma novidade pós-*impeachment*, dado que já se apresentavam em passos largos no último ciclo do governo PT, e cujo avanço conservador se registrava de forma mais acabada em projetos de lei e propostas de emendas constitucionais em trâmite na Câmara dos Deputados e no Senado.

Palavras-chave: *impeachment*; burguesia; ortodoxia neoliberal.

Abstract: This article aims to make a critical analysis of the *impeachment* of President Dilma Rousseff from the interests of the main representatives of the ‘internal bourgeoisie’ brazilian, having a source of analysis journal editions ‘economic value’. It started from the hypothesis that the real reason for dismissal of the president is the need of the superprofits of this great class composition block, which claims a new ideo-political tract to the state apparatus: a neodesenvolvimentista economic model to the choice of neoliberal orthodoxy. However, recessionary measures and contrarreformistas not constitute as a post

1 Assistente Social, professora da Escola de Serviço Social da Unirio e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UERJ.

-impeachment novelty, as already presented in great strides in the last PT government cycle, and whose conservative advance was recorded more finished form in bills and proposed constitutional amendments pending in the Chamber of Deputies and the Senate.

Keywords: impeachment; bourgeois; neoliberal orthodoxy.

O presente texto tem por objetivo proceder uma reflexão crítica do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff a partir da retórica dos principais representantes da ‘burguesia interna’ brasileira. Para tanto, tomamos por fonte de análise o jornal Valor Econômico, nas edições saídas após a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, em abril de 2016. A escolha desta fonte jornalística é dada pela sua legitimidade e expressão dos interesses das diferentes frações desta burguesia: o agronegócio, a mineração, a construção pesada, o capital produtivo e o financeiro.

Para esta análise, partimos da óbvia constatação de que as motivações que conduziram à destituição da presidenta não trataram da violação da Lei de Responsabilidade Fiscal ou do apelo ‘anticorrupção’ tão deflagrado pela mídia nacional. Ao contrário de tais alegações, o que se apresenta como “pano de fundo” é a necessidade dos superlucros deste grande bloco de composição burguesa, o qual passa a reivindicar mudanças no padrão ídeo-político de regulação do Estado e, conseqüentemente, de sua política macroeconômica: de um modelo neodesenvolvimentista à opção pela ortodoxia neoliberal. Contudo, se o que presenciamos na atual conjuntura é a celeridade de medidas regressivas, de claro assalto ao fundo público e ofensiva conservadora – a exemplo das propostas de Contrarreforma da Previdência, PEC nº 241/16, PL nº 257/16 e Programa Escola sem Partido – devemos sinalizar que ações de natureza contrarreformista não são uma originalidade do período pós-*impeachment*. Tais ações já se apresentavam enquanto *modus operandi* no decorrer do ciclo PT, assumindo maior rigidez em sua última fase com o governo Dilma Rousseff. Da mesma forma, como as linhas gerais do programa “Uma ponte para o futuro” do presidente Michel Temer já estavam inscritas em projetos de lei e propostas de emendas constitucionais em disputa na Câmara e Senado Federal.

Para conduzir a nossa breve reflexão, dividimos este texto em dois momentos: a análise da natureza econômica do *impeachment* e, em segundo, a apresentação da agenda de contrarreformas presente no Congresso brasileiro, no que diz respeito aos direitos sociais e trabalhistas. Isto posto, tomamos por contemporâneo um questionamento antes apresentado por Florestan Fernandes (2009, p. 22) e que muito nos auxilia na reflexão acerca do fim do ‘ciclo PT’: que confiabilidade ou ‘aliança’, mesmo precária, as classes burguesas podem obter, quando a ordem que representam aprisiona o trabalhador livre a um odioso cativo sob a chibata da miséria, da espoliação desenfreada e da crueldade?

Descortinando o *impeachment*

O mês de abril de 2016 certamente ficará lembrado na historiografia brasileira pelo segundo *impeachment* de um presidente da República democraticamente eleito. Ainda que não se tratando do processo final de *impeachment*, mas de uma das principais medidas públicas do processo – a sua aprovação pela Câmara dos Deputados –, esta primeira fase já desvelara o tom hostil e político-ideológico ao qual se seguiram a posterior votação e apreciação do Senado. Trata-se aqui menos da cronologia dos fatos históricos, mas, sobretudo, da análise do caráter simbólico que adquiriu a votação de conteúdo ultraparticularista do pedido pela Câmara dos Deputados, legitimado pela da constituição de um falso ‘consenso’ que lhe antecede, no âmbito da sociedade civil.

O conteúdo arbitrário, contraditório e inconstitucional do *impeachment* deixou setores midiáticos internacionais no mínimo surpresos com o fato. Alheios à nossa cultura autocrática e à complexa relação entre classes que lhe é própria, jornais como *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Guardian*, *Le Monde*, *Le Figaro*, *El País* e *Clarín*, e até mesmo correspondentes internacionais de jornais brasileiros, não conseguiam compreender como lógica ou razoável a justificativa das ‘pedaladas fiscais’ para destituição da presidenta,² medidas essas largamente utilizadas nos estados da federação e por ex-presidentes. Tal surpresa é

2 Trata-se do atraso no pagamento pelo Tesouro Nacional a bancos públicos por repasses a programas sociais, cujo déficit previsto para o início de 2016 aproximava-se dos R\$60 bilhões.

evidente no questionamento da jornalista indiana Urmi Goswami do The Economic Times de Nova Déli, ao Valor Econômico:

É uma situação curiosa. Dilma Roussef não tem acusações de roubo e corrupção, enquanto aqueles que a querem fora do gabinete, e lideram mudança, enfrentam acusações do gênero. Como entender o que está acontecendo no Brasil? A questão é: quais são as circunstâncias que trouxeram Roussef a uma situação de *impeachment*? De longe, não se entende.³

A resposta a tal questionamento pode ser verificada nas reflexões de Luiz Carlos Mendonça (ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações do governo FHC), segundo o qual o afastamento do PT “é claramente uma condição necessária para que voltemos a um período de crescimento econômico. A nova equipe econômica que assumirá certamente irá tomar as medidas necessárias para trazer de volta a *confiança dos agentes econômicos*”.⁴ Em igual sentido e sem maiores constrangimentos, o editorial do *Valor Econômico*, no dia seguinte à votação da Câmara, afirma serem as pedaladas fiscais “o símbolo de tudo o que deu errado e o *pretexto para o pedido de impeachment*”.⁵ Apesar da falsa moralidade ética que envolveu a retórica em prol do *impeachment*, a comoção criada pela mídia nacional em torno da Operação Lava-Jato e o mote anticorrupção, o que tais afirmativas nos revelam é sua exclusiva *justificativa econômica*. Em outras palavras, o fim do ‘ciclo PT’ tornara-se uma prerrogativa para contrarrestar a queda à taxa de lucro das distintas frações da burguesia no país, o que exigiria uma política econômica e uma celeridade no ajuste fiscal já não mais possíveis sob a égide petista.

Falamos, assim, da destituição de uma presidenta recentemente eleita (2014), em de um processo eleitoral legítimo e democrático expresso em 54,4 milhões de votos (51,64% do total), originária de um partido de trajetória socialista, de base popular e operária e cuja institucionalização se efetivou nos últimos 14 anos por uma política cola-

3 *Valor Econômico*. CHIARETTI, Daniela. Democracia é sólida, mas pode piorar. 16/04/2016, p. A15.

4 *Valor Econômico*. BARROS, L. C. M. O dia seguinte ao impeachment. 16/04/2016, p. A19.

5 *Valor Econômico*. Nova onda de instabilidade deve marcar saída de Dilma. 16/04/2016, p. A18.

boracionista entre classes, engendradora nos caracteres típicos da nossa ‘democracia de cooptação’. Tal pacto consistiu numa orientação entre medidas pouco diferenciadas ao que lhe antecede, a reproduzir o nosso conhecido *drama crônico*: a subordinação ao mercado mundial e a ausência de uma efetiva incorporação dos ‘de baixo’, mantendo-se, ainda que ante o inchaço da base da pirâmide social e o combate à pobreza extrema, uma rígida estratificação social.⁶ A nossa ‘cultura autocrática’ se reatualizou aqui pelo que lhe é pretérito: o privilégio exclusivo dos interesses privatistas e, como resultado desta escolha, a reiterada negação aos trabalhadores do efetivo usufruto de um patrimônio público comum.

No primeiro caso, sob a manutenção do viés contrarreformista promoveu-se tanto a lógica de individualização da proteção social como a sua mercantilização compartilhada via parcerias público-privadas com o mercado econômico-financeiro. Ao invés do salto de qualidade prometido – ‘nenhum direito a menos aos trabalhadores’ – vislumbramos uma seguridade social securitária, com ênfase na assistencialização focalizada das políticas sociais e a retirada paulatina de sua garantia universal, ao que se soma um notável enrijecimento quanto as respostas à organização/mobilização dos trabalhadores.

E, em segundo, a transferência para o capital privado de parte da estrutura pública estatal, com a privatização de rodovias federais, bancos públicos, hidrelétricas e linhas de transmissão, além de políticas sociais fundamentais como a educação, cultura, saúde e assistência social, terceirizadas via organizações sociais, fundações, Oscips ou por formas disfarçadas como a criação de empresas públicas de direito

6 Segundo Pochman (2013), a primeira década dos anos 2000 é caracterizada por três fenômenos: a ampliação da taxa de ocupação em relação à força de trabalho (queda da taxa de desemprego), a formalização dos empregos e a queda da pobreza absoluta. Esta tríade – cuja maior parte das ocupações fez-se presente no setor de serviços, seguida pelas áreas da construção civil e das indústrias extrativas – foi o resultado da maior expansão quantitativa de empregabilidade nos últimos quarenta anos. Em termos numéricos, tivemos 2,1 milhões de novas ocupações ao ano, em que 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo. Esta parcela de ocupados com remuneração inferior a dois salários mínimos tornou-se representativa de mais de 50% do total de postos de trabalho existentes.

privado (de que é exemplo a experiência da EBSEH).⁷ De forma breve, podemos enumerar alguns exemplos destas concessões. Do primeiro semestre de 2012 a meados de 2015, o governo concedeu à iniciativa privada o controle de seis aeroportos nacionais (Guarulhos, Viracopos, Juscelino Kubitschek, Galeão, Governador Aluizio Alves e Cofins); realizou mais de cinco leilões de rodovias, com destaque a Ponte Rio-Niterói, BR-163 (MT-PA), BR 364-060 (GO-MG) e BR 476 (PR-SC); realizou três licitações de petróleo e gás, com notoriedade ao leilão do Campo de Libra, na Bacia de Santos; promoveu sete leilões na área de geração de energia elétrica, dez leilões na área de transmissão e o arrendamento de três áreas no Porto de Santos. Apenas para 2016 foi anunciada a meta de 21 concessões, dentre as quais se destacam oito trechos de rodovias, quatro trechos de ferrovias, quatro aeroportos, além de cinco áreas em portos.⁸

Mantendo o seu caráter antissocial e antinacional, tal condução governamental em nada nos surpreende, a não ser a presença de uma crítica persistente dos setores econômicos mais conservadores, porém hegemônicos no cenário político-econômico, ao caráter ‘desenvolvimentista’ e ‘heterodoxo’ das escolhas realizadas pelo governo Dilma:

Dilma distanciou-se do modelo bem-sucedido do primeiro mandato de Lula para adotar *o ultrapassado figurino econômico dos anos 1970, o do Estado intervencionista, criador dos negócios*. Sem ter como custear bilhões de reais em subsídios e desonerações, fez uma gestão temerária das finanças públicas. A nova matriz econômica, que de fato era velha, destruiu a economia:

7 Cf. CORREIA, M. V. C. EBSEH: Lutas e resistências à lógica mercantil nas Universidades. In: BRAVO, M. I.; MENEZES, J. S. B. (orgs.). A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização. Rio de Janeiro: Faperj, 2014, p. 46-53.

8 Foram os leilões previstos por Dilma Rouseff para 2016 – Rodovias: BR-476/153/282/480/PR/SC; BR-364/365/GO/MG; BR-364/060/MT/GO; BR-163/MT/PA; BR-101/SC; BR-101/232/PE; BR-101/493/465/RJ/SP; BR-101/116/290/386/RS. Ferrovias: Anápolis/GO-Estrela D’Oeste/SP-Três Lagoas/MS (Norte-Sul); Palmas/TO-Anápolis/GO e Barcarena/MA-Açailândia/PA (Norte-Sul); Lucas do Rio Verde/MT-Miritituba/PA; Rio de Janeiro/RJ-Vitória/ES. Aeroportos: Salvador; Fortaleza; Porto Alegre; Florianópolis. Portos: Vila do Conde (PA); Outeiros 1 (PA); Outeiros 2 (PA); Outeiros 3 (PA); Santarém (PA). Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/governo-quer-leiloar-8-rodovias-4-ferrovias-e-4-aeroportos-em-2016.html>>. Acesso em: 24/04/2016.

provocou um rombo nas contas públicas, fez a inflação disparar, afundou a indústria e corroe os ganhos sociais obtidos com mérito e esforço no passado.⁹

Aqui os economistas apontam sua crítica ao caráter intervencionista do Estado sob o que identificam serem os “excessos” das medidas anticíclicas adotadas pelo governo PT as quais, mesmo após a crise financeira internacional de 2008, mantiveram-se permanentes na agenda econômica governamental. Destaca-se, em especial, o demérito a duas ações: a primeira, é a política de desenvolvimento produtivo (PDP), iniciada ainda em 2008 no governo Lula e caracterizada como o marco da “virada heterodoxa” petista, a qual adquire, em seus caracteres gerais, continuidade no Programa de Sustentação do Investimento (2009) e no Plano Brasil Maior (2011).¹⁰ Um segundo questionamento refere-se à ausência de receitas para o financiamento e expansão dos programas de “inclusão social”, compreendidos enquanto um conflito redistributivo.

A partir do exposto, devemos ressaltar, ainda que sob o risco da insistência, para o viés egoístico e irresponsável da burguesia brasileira. Não se trata de desconhecimento a afirmativa de que o governo Dilma assumira um ‘figurino econômico dos anos 1970’, ou a roupagem de uma ‘velha’ matriz econômica típica ao desenvolvimentismo cepalino para a América Latina. O que se declara aqui é o quantum de excedente econômico este grande bloco de composição burguesa pretende dispor para o consenso com os ‘de baixo’, a partir de sua aspiração de política macroeconômica. Visto que há uma profunda distinção entre o citado modelo heterodoxo para o ‘novo’ desenvolvimentismo em vigor, e o que tal confusionismo desvela é a requisição de um *outro* padrão de regulação.

9 *Valor Econômico*. Nova onda de instabilidade deve marcar saída de Dilma. 16/04/2016, p. A18.

10 Trata-se de um programa do governo federal para aumentar a competitividade dos “setores nacionais”. Dentre os incentivos governamentais destacam-se as medidas de desoneração (permissão para desconto imediato dos impostos pagos na aquisição de máquinas para a indústria e a desoneração da folha de pagamento para os setores que empregam grande volume de mão de obra, como os de confecção, calçados, móveis e programas de computadores), além de linhas de crédito subsidiadas via BNDES.

Segundo Gonçalves (2012), na América Latina, o ‘nacional-desenvolvimentismo’, ou desenvolvimentismo típico do período 1930-80, é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países (p. 651). Baseado no trinômio industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo, este modelo pressupunha uma reversão da condição de subdesenvolvimento¹¹ a partir da alteração do seu lócus de acumulação: em detrimento do latifúndio agroexportador, seria a ‘burguesia produtiva nacional’ a protagonista do crescimento e a responsável pelo incentivo ao mercado interno. Para tanto, no plano macroeconômico, tais mudanças implicavam ações em áreas estratégicas: na estrutura produtiva (o fomento à indústria nacional e o investimento estatal em setores básicos não rentáveis); na redução à vulnerabilidade externa (mudança no caráter agroexportador das exportações e menor dependência às importações industriais); no impulso ao desenvolvimento tecnológico (reduzindo-se o ‘hiato’ aos países centrais); e no tratamento diferenciado ao capital estrangeiro (a exemplo da redução dos privilégios em incentivos governamentais e taxas de câmbio). Perpassando este conjunto de ações, o ‘nacional-desenvolvimentismo’ reservava papel destacado não apenas ao capital nacional industrial, mas a um forte intervencionismo estatal em seu papel de investimento e regulação.¹²

-
- 11 A partir das contribuições de Marini (2011) e Fernandes (1976), podemos caracterizar a condição de subdesenvolvimento a partir de alguns elementos. Primeiro, essa tendência promove um controle externo em muito semelhante ao do antigo sistema colonial. Trata-se de um moderno mercado capitalista de autonomia restrita ou inexistente e cuja ingerência externa é compartilhada entre algumas nações, com destaque aos Estados Unidos. Em segundo, tem-se que a autonomia econômica repousa, até mesmo entre as nações latino-americanas de economia mais avançada, na ausência de requisitos fundamentais ao seu desenvolvimento econômico e sociocultural. Como antes, tais requisitos são ‘cedidos’ – a exemplo da transplantação de tecnologias, instituições, controle financeiro e suprimento externo de capital – conforme os interesses e disposição estrangeira. Por último aspecto, esse tipo de dominação consolida uma burguesia latino-americana altamente particularista. Como nos interesses privados externos, os interesses internos das classes dominantes são simbióticos à exploração do subdesenvolvimento e vinculam-se organicamente ao imperialismo internacional.
- 12 Cabe reiterar que a implementação deste modelo no Brasil sob o protagonismo da autocracia civil-militar esteve longe de ascender o país à condição de nação desenvolvida. Ainda que constatando avanços no crescimento da indústria, desenvolvimento científico-tecnológico, maior presença de políticas setoriais e investimento estatal, detivemos uma contraditória política substitutiva de importações. Tra-

Já o ‘novo’ ou ‘neo’ desenvolvimentismo diz respeito à política de desenvolvimento própria ao limite neoliberal e à inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho.¹³ Enquanto um dos seus precursores, Bresser-Pereira (apud CASTELO, 2012), a conceitua como uma “*estratégia para romper a ortodoxia convencional do neoliberalismo*”, e cujas pretensões de “maior abertura do comércio internacional, maior investimento privado na infraestrutura e maior preocupação com a estabilidade macroeconômica” apresentam-se em muito distintas daquelas próprias ao modelo que lhe antecede (p. 654). Desta forma, dentre as suas principais características, podemos elencar: crescimento econômico (ainda que tímido se comparado ao velho desenvolvimentismo, porém maior do que o visto na década de 90); menor importância ao mercado interno e ao capital produtivo nacional; reativação da função primário-exportadora por impulso às *commodities*; menor capacidade distributiva da renda com atenção focalizada nos setores mais pauperizados e pontuais ganhos sociais; e protagonismo de uma “fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista”. (BOITO JR., 2012, p. 6).

Tais elementos, em parte já expostos na análise político-econômica do governo Dilma, ganham maiores evidências se observada a caracterização e desempenho do que Boito Jr. (2012) considera ser a “grande burguesia interna” protagonista e beneficiária do neodesenvolvimentismo. Ainda que discordando do autor quanto à exclusividade *nacional* desta burguesia – dado que a sua natureza plutocrática é facilmente evidenciada pela composição dual de capital (capital nacional e capital oriundo de investimento direto externo)¹⁴ – a sua conformação é correta: trata-se

de uma industrialização às avessas, típica à reprodução da dependência: fortemente associada ao capital estrangeiro, ao crescimento da dívida pública e apartada das necessidades da massa populacional.

13 Segundo Castelo (2012, p. 624) o novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto ao do socialismo. Os primeiros escritos do novo desenvolvimentismo brasileiro apareceram no primeiro mandato do governo Lula, no tinteiro de Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Reforma do Estado, professor emérito da FGV-SP e então intelectual orgânico do PSDB.

14 O caráter transnacional desta ‘burguesia interna’ pode ser facilmente identificado a partir da relação entre investimento direto externo (IED) e o avanço da reprimi-

de uma burguesia presente nos diversos setores da economia, em que se destacam a “mineração, a construção pesada, a cúspide do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais” (p. 7). Enquanto motor necessário ao crescimento econômico, estes segmentos dispuseram de notável prioridade nos governos do PT, cujos incentivos podem ser observados desde a busca de superávits na balança comercial à política de financiamento do BNDES, este último dispendo de programas de empréstimos a juros favorecidos ou subsidiados a um reduzido número de grandes empresas.¹⁵ (p. 7).

Em termos numéricos, tal política é ilustrativa do caso das *commodities*, hoje responsáveis por mais de 80% dos volumes quantitativos (em milhões de toneladas) das exportações do país, destacando, por ordem de relevância, a exportação de soja em grão, petróleo, açúcar bruto, farelo de soja, celulose, açúcar refinado, agropecuária e suco de laranja; ao que segue em índice reduzido (inferior a 10% do valor das exportações) as mercadorias industriais: aeronaves, veículos automotores e partes de veículos. No centro da economia brasileira, as receitas das *commodities* ultrapassam o percentual de 70% da comercialização internacional do país. Segundo avaliação do MDIC (apud AEB, 2012, p. 7), o decênio 2001-2011 representou para as *commodities* impressionantes índices de crescimento, impossíveis de projeção em qualquer outro cenário. Tal fato pode ser visto no crescimento das receitas da exportação do petróleo (aumento de 13.572%), açúcar bruto (1.417%), minério de ferro (1.271%), carne de frango (776%), açúcar refinado (674%), carne bovina (729%) e soja (646%).

marização da economia, em que se destacam setores do agronegócio, mineração e, principalmente, extração de petróleo. Segundo dados da pesquisa realizada por Gonçalves (2012), o Censo de Capital Estrangeiro de 2000 expressava um setor primário formado por 2,3% do estoque de IED no país, proporção que se eleva no período 2003-09 para 15,4%, a que se soma o movimento de remessas de lucros e dividendos ao exterior e o PIB. Todavia, a desnacionalização também é evidenciada no caso das 50 maiores empresas brasileiras que constituem o “núcleo central” do capitalismo no Brasil, onde pouco mais da metade são estrangeiras (Idem, p.12).

- 15 O *Valor Econômico* cita dentre as primeiras colocadas no “ranking das multinacionais brasileiras” com presença do Estado, as empresas Vale (mineração), a Gerdau (siderurgia), a Petrobras, a JBS (alimentos), a Marfrig (alimentos), a Minerva (alimentos), a Magnesita (mineração) e a Embraer (transporte).

Entretanto, para figuras como Pochman e Mercadante (apud CASTELO, 2012), o que o neodesenvolvimentista pressupõe em sua estratégia não são apenas altas taxas de crescimento, mas uma combinação entre crescimento econômico e *equidade social*. Conceituado como *social-desenvolvimentismo*, este modelo teria por eixo estruturante o *social*: aliado ao desenvolvimento econômico estaria o consumo de massa, a ‘inclusão social’ e a oferta de políticas sociais básicas. Diferenciando-se de análises como as de Boito Jr. (2012) e Castelo (2012), para Pochman (2012), trata-se de um modelo que conjuga, além do crescimento econômico, a reafirmação da soberania nacional (Brasil como credor mundial, acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais); reformulação do papel do Estado (reforço nas empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e choque distributivo. Este último, sobretudo, no que tange ao reajuste do salário mínimo e dos benefícios sociais (previdência, assistência, seguro-desemprego e abono salarial), política de habitação popular (o programa ‘Minha casa minha vida’), financiamento à agricultura familiar e expansão do crédito para pessoas físicas.

São inegáveis as conquistas realizadas pelo governo petista no combate à extrema pobreza e na expansão do assalariamento formal sob a base da pirâmide social, mas é infundado afirmar avanços no campo dos direitos sociais. Ao contrário e como anunciado, o *social* aqui perpetrado permaneceu sob a lógica do benefício dos grandes rentistas, da contrarreforma do Estado, da assistencialização focalizada das políticas sociais e do trato mercantil à reprodução da força de trabalho. Não é menos simbólico que o fim do período de crescimento deste modelo se expressasse no endividamento de 63,4% das famílias brasileiras.¹⁶ Falamos assim, no máximo, de um “reformismo social”, cuja política de redução das iniquidades foi apartada de reformas que afetassem a estrutura tributária e a distribuição de riquezas. Não se trata de um “novo” desenvolvimentismo, mas do conhecido *modelo liberal periférico*: qualificado pela “liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominação do capital financeiro”. (GONÇALVES, 2012, p. 662).

16 Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/peic_janeiro_2014.pdf>. Acesso em: 03/05/2016.

Entretanto, dito tudo isto e elucidados maiores equívocos, nos questionamos: porque um modelo tão distinto do nacional-desenvolvimentismo e tão servil à rentabilidade dos segmentos mais expressivos das classes dominantes tornar-se-ia tão perigoso e hostil? E aqui está o cerne da questão! O que se apresenta no cenário contemporâneo é a defesa, pelo grande bloco de composição burguesa (capital financeiro, as novas frações rentistas, o *agrobusiness* e o capital produtivo), da tese do esgotamento do neodesenvolvimentismo e, portanto, da necessidade de substituí-lo por um outro padrão ídeo-político de regulação estatal: *o modelo ortodoxo neoliberal*. O repetido mantra “recuperar a credibilidade no governo” para tais setores (dos mais aos menos beneficiados com o ciclo PT) se resume a uma única ação: ajuste fiscal. Na própria análise de tais setores,

Uma das origens da crise do governo petista se deu quando se tornou inviável o financiamento e o processo de expansão do programa de inclusão social devido a falta de fontes de receitas “não politizadas”. Sem receitas fáceis como a do petróleo – em razão da queda do preço da *commoditie*, de uma maior arrecadação da União – em virtude do baixo crescimento econômico – *as políticas do PT esbarram no conflito redistributivo*.¹⁷

A fim de atender os anseios deste bloco de composição burguesa por uma ‘reforma fiscal estrutural’, o ilegítimo presidente Michel Temer (PMDB) evidencia dentre as principais medidas de seu governo, a desvinculação parcial das receitas do Orçamento a despesas pré-definidas. Em síntese, trata-se de uma intensa restrição do fundo público à reprodução dos trabalhadores. A desvinculação ampliada das receitas se constituirá a partir da desindexação da Previdência e dos programas sociais até a variação do salário mínimo, a que se somam o anúncio de outras medidas como a redução de ministérios, a demissão inicial de três mil servidores públicos e o congelamento do Orçamento para políticas sociais fundamentais, a exemplo da saúde e da educação. No que tange a reparação ao segmento burguês mais descontente com a política neodesenvolvimentista – o capital produtivo, se institui uma série de medidas conciliatórias: a flexibilização do mercado de trabalho via aprovação das terceirizações e a autonomia de negociação

17 *Valor Econômico*. KLEIN, C. Era petista é marcada por inclusão social e desajuste fiscal. 16/04/2016, p. A13.

entre empresas e sindicatos sobre as leis trabalhistas (CLT), além do clássico arrocho salarial.

Contudo, é nesta mesma sintonia que também se encontra a soberania do país. Este governo inaugura a sua gestão com uma amostra de sua profunda generosidade com o imperialismo internacional: a aprovação da PL nº 4.567/16, de autoria do então senador José Serra (PSDB), que autoriza a exploração do pré-sal brasileiro às multinacionais, tornando facultativa a participação da Petrobras para atuar como operadora, bem como a de sua participação mínima de 30%, fato que compromete diretamente recursos do pré-sal antes preconizados para o financiamento das políticas de educação e saúde. Diante de tais fatos, não sobram dúvidas de que nos remetemos a uma ponte desastrosa para o futuro.

Das garantias democráticas aos direitos sociais: a ofensiva conservadora

A historiadora Rejane Hoelever (2016) sistematiza a *agenda* de contrarreformas presente no Congresso brasileiro, cujos projetos de lei já apresentados e em tramitação detêm um majoritário conteúdo conservador. Para a autora, o fato é que enquanto assistíamos ao espetáculo midiático e jurídico-institucional do *impeachment* articulavam-se nos bastidores projetos ávidos aos interesses do capital, cuja celeridade do golpe adquiria caráter condicionante ao aprofundamento do ataque aos direitos e às garantias democráticas fundamentais. Ao contrário do publicizado, o programa 'Ponte para o Futuro' já se esboçava em linhas gerais a partir de tais proposições, as quais antecedem em muito ao *impeachment*, demonstrando a disputa em torno de um objetivo indisfarçável: os superlucros do capital a partir da intensificação da superexploração da força-de-trabalho, aviltando-a até mesmo dos direitos trabalhistas mais elementares.

No que diz respeito à *ofensiva aos direitos trabalhistas*, destacamos: no Senado, a PLC nº 30/2015 e a nº PLS 87/2010 pela regulamentação da terceirização sem limite; na Câmara, a PL nº 427/2015, de autoria de Jorge Real (PTB/PE), que prevê a legalidade da negociação direta entre empregado e empregador, enquanto acordo extrajudicial de trabalho; e de mesmo conteúdo a PL nº 4.193/2012, de

Irajá Abreu (PSD/TO), que propõe alterar a redação do art. 611, da CLT, para dispor sobre a prevalência do negociado sobre o legislado nas relações trabalhistas; bem como a PL nº 7.341/2014, de Diego Andrade (PSD/MG), que estabelece a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre as Instruções Normativas expedidas pelo Ministério do Trabalho; a PL nº 1.875/2015, de autoria de Valdir Raupp (PMDB/RO), que altera o art. 476, da CLT, tornando legal a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa; e a PEC nº 18/2011, que prevê a redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos.

Neste sentido, cabe destaque ao PL nº 8.294/2014, de autoria de Fábio Ramalho (PV/MG), o qual altera o art. 444, da CLT, e dispõe sobre a livre estipulação das relações contratuais de trabalho, acima do legislado e sem ingerência sindical.¹⁸ O Projeto de Lei propõe que as disposições de proteção ao trabalho sejam opcionais ou não se apresentem ao empregado de nível superior e salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo de contribuição da previdência social; bem como ao empregado que, independentemente do nível de escolaridade, receber salário igual ou superior a três vezes o limite máximo da previdência. O argumento para esta alteração é o da necessidade de ‘atualizar’ a legislação trabalhista aos novos tempos e possibilitar flexibilidade contratual àqueles empregados mais capacitados:

[...] deixando de tratar esses trabalhadores como se não soubessem escolher, por exemplo, quanto tempo levarão para almoçar, ou como suas férias podem ser divididas, ou qual é o melhor mês para receber o décimo terceiro salário. E é precisamente esse o objetivo desta proposição: dar a esses empregados liberdade contratual condizente com sua capacidade, desembaraçando-os das amarras de uma lei detalhista e dissociada de sua condição de vida.¹⁹

18 Art. 444 As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

19 Cf. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1294475&filename=PL+8294/2014>. Acesso em: 04/05/2016.

Em caso mais grave, se apresentam o PL nº 1.463/2011, de autoria de Silvio Costa (PTB/PE), que institui o *Código de Trabalho*. Este PL estipula direitos mínimos aos trabalhadores, tornando os acordos com o empregador o critério único para regulação das relações laborais. Para isso, prevê a revogação dos arts. 1º ao 223 e do 442 a 625 da CLT, bem como o fim das demais legislações protetivas na área,²⁰ como a Lei nº 605/1949 que torna remunerado o repouso semanal, dias de feriados e ausência por motivos justificados de saúde; e o fim da Lei 7.238/1984, que prevê a correção dos salários de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em síntese, o referido projeto trata de um conjunto amplo de ataques que vão do fim ao direito de greve, férias à extrema precarização do trabalho, em um perfil muito próximo ao modelo chinês.

Ressaltamos também como sintomático o PL nº 3.842/2012 e o PLS nº 432/2013 que propõem alteração na emenda constitucional do trabalho escravo (81/2014), a partir da supressão da ‘jornada exaustiva’ e ‘trabalho degradante’ do conceito de trabalho análogo ao de escravo. A justificativa para tal é que as referências puras e simples à jornada exaustiva e o trabalho degradante encontram-se “dissociadas da restrição à liberdade de ir e vir” e “estabelecem o mero descumprimento da legislação trabalhista e não caracteriza trabalho escravo”,²¹ devendo o empregador ser punido com base no art. 203 do Código Penal, que tipifica o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista. Não seria um fator ocasional ambos os relatores – o deputado Moreira

20 Extinção da Lei nº 605, de 1949; Lei nº 2.757, de 1956; Lei nº 3.030, de 1956; Lei nº 4.090, de 1962; Lei nº 4.749, de 1965; os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.923, de 1965; Lei nº 5.085, de 1966; Decreto-lei nº 368, de 1968; Decreto-lei nº 691, de 1969; Decreto-lei nº 1.166, de 1971; Lei nº 5.859, de 1972; Lei nº 5.889, de 1973; Lei nº 6.019, de 1974; Lei nº 6.386, de 1976; Lei nº 6.514, de 1977; Lei nº 6.708, de 1979; Lei nº 7.064, de 1982; Lei nº 7.238, de 1984; Lei nº 7.316, de 1985; Lei nº 7.369, de 1985; Lei nº 7.418, de 1985; Lei nº 7.783, de 1989; Lei nº 7.855, de 1989, ressalvados os incisos II e IV do art. 3º e o art. 6º; o § 3º do art. 15 e os §§ 1º a 3º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 1990; Lei nº 8.073, de 1990; os arts. 93 e 118 da Lei nº 8.213, de 1991; Lei nº 8.542, de 1992, ressalvado o art. 8º; Lei nº 8.716, de 1993; o art. 4º da Lei nº 9.322, de 1996; Lei nº 9.719, de 1998; Lei nº 10.101, de 2000; os arts. 9º, 10, 11 e 13 da Lei nº 10.192, de 2001; Lei nº 10.208, de 2001; Lei nº 11.699, de 2008; e Lei nº 12.023, de 2009.

21 Cf. <<http://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoomateria?id=114895>>.

Mendes (PSD/RO) e o senador Romero Jucá (PMDB/RO) compoem a ‘bancada ruralista’.²²

No que diz respeito aos servidores públicos, o maior destaque é a PLP nº 257/2016 do Poder Executivo, a qual prevê algumas “medidas de reequilíbrio fiscal” em caráter de urgência constitucional, tais como o congelamento de salários, a suspensão da realização de concursos públicos, a perda de parcelas da remuneração não tidas como salário (as progressões de carreira, gratificações e demais vantagens), e até mesmo a criação de um programa de demissão voluntária. Sob o argumento do país encontrar-se em um “insustentável estado deficitário das contas públicas”, tais ações apresentam-se em caráter de urgência como uma das inevitáveis respostas para maior arrecadação da União. Presentes nos arts. III e IV do referido projeto, destacam-se dentre as medidas:

(...) reduzir em 10% a despesa mensal com cargos de livre provimento; não conceder aumento de remunerações dos servidores a qualquer título, ressalvadas as decorrentes de atos derivados de sentença judicial e previstas constitucionalmente, bem como suspender a contratação de pessoal, salvo em casos específicos; limitar o crescimento das outras despesas correntes à variação da inflação; e vedar a edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira. (...) instituição do regime de previdência complementar, caso ainda não tenha publicado outra lei com o mesmo efeito, e elevação das contribuições previdenciárias dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social; reforma do regime jurídico dos servidores ativos, inativos, civis e militares para limitar os

22 Destacamos que a hostilidade política de Romero Jucá a temas que envolvem direitos humanos e sociais não é uma novidade. No período em que ocupou o cargo de diretor da Funai (1986-1988) foi responsável por autorizar a extração ilegal de madeira em terra indígena; reduziu em 70% o tamanho do Parque Yanomami e disponibilizou apenas 30% das áreas tradicionalmente ocupadas para os índios, constituindo no restante do território “florestas nacionais” para extração legal de madeira e minério, atraindo para a região mais de 30 mil garimpeiros. Até então, os Yanomami representavam a maior nação indígena isolada do mundo (quase 20 mil índios), restando atualmente pouco mais de um quarto desta população. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/anexos/25711_20130903_162550.pdf>.

benefícios, progressões e vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União. (PLP nº 257/2016).

Por fim, caso ainda houvesse dúvidas quanto à cultura autocrática da qual a democracia brasileira tornou-se portadora, uma das suas expressões mais simbólicas se expressa na PL 865/2015, do deputado Izalci (PSDB/DF) – o *Projeto Escola Sem Partido*. Preocupados com “o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras” e em assegurar “liberdade de consciência e de crença” segundo o “direito dos pais a que seus filhos recebam uma educação moral de acordo com suas próprias convicções”, este projeto institui diretrizes e bases à conduta docente e ao conteúdo didático do material escolar para educação nacional. Desta forma, torna-se vedada em sala de aula, o que nomeia de “prática de doutrinação política e ideológica”, como também “a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”.²³

Como medidas para garantir que “o professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária” (art. 4º, I), as unidades de ensino devem tomar como medidas: a publicização da lei (afixarão nas salas de aula, nas salas dos professores e em locais públicos da unidade de ensino, cartazes com o conteúdo previsto na lei de, no mínimo 70 centímetros de altura por 50 centímetros de largura); o informe aos estudantes, pais ou responsáveis sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente; a instituição pelas secretarias de educação de um canal público de comunicação destinado ao recebimento de denúncias relacionadas ao descumprimento da lei; assim como, o encaminhamento das queixas ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade.

Entretanto, o temor à “doutrinação nas escolas”, ao “abuso da liberdade de ensinar” e até mesmo à “ideologia de gênero”, não vem acompanhado da preocupação com a existência das próprias escolas, mais especificamente, de sua modalidade pública. Digo respeito assim

23 De mesmo conteúdo, o "Programa Escola sem Partido" também se encontra na proposta do PL nº 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PR). Cf. <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=192259&ctp=1>>.

à PL nº 241/2016, encaminhada pelo presidente Michel Temer ao Congresso Nacional, com vistas a instituir um “Novo Regime Fiscal”. A proposta de emenda constitucional prevê o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, período em que os recursos economizados serão revertidos para o pagamento da dívida pública. Dívida esta que, apenas no ano de 2015, já foi responsável pelo aprisionamento de aproximadamente 42,43% do Orçamento da União.²⁴ Segundo o Andes (2016), a PEC 241 prevê mais cortes para os próximos anos, alterando os critérios para cálculo das despesas mínimas na Educação e na Saúde, que serão corrigidos pela variação da inflação do ano anterior, sem aumento real, cabendo ao Congresso Nacional decidir onde os recursos públicos serão alocados.²⁵

Florestan Fernandes (2009) afirmava ser a democracia um elemento central à luta de classes em países cuja dependência fosse regra. Temos que hoje, em um Estado democrático onde ‘pretextos’ possibilitam a destituição de um presidente da República, nada mais óbvio do que a ressignificação do sentido originário desta democracia, tolhida até mesmo em sua qualidade liberal. Fato que pode ser facilmente ilustrado com a recente entrevista de Marta Lagos ao *Valor Econômico*, para quem, após o *impeachment*, ainda é possível afirmar que:

[...] as instituições brasileiras são sólidas e a democracia não está em risco. É praticamente impossível que aconteça um forte desequilíbrio democrático no continente [...]. Pode haver momentos de ingovernabilidade, mas é muito difícil que a América Latina tenha algum governo que não seja eleito pelo povo.²⁶

24 Cf. <<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>>.

25 Atualmente, no caso da Educação, a Constituição Federal (CF) estabelece que a União deve aplicar em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino o valor equivalente a 18% da receita líquida de impostos (receita de impostos deduzidas de transferências constitucionais a estados e municípios). O valor está incluído na previsão de gastos do Orçamento. Já na área da Saúde, a aplicação nas chamadas ‘ações e serviços públicos de saúde’ deve ser, no mínimo, o valor empenhado no exercício anterior acrescido da variação nominal do PIB. (ANDES, 2016).

26 CHIARETTI, Daniela. Democracia é sólida, mas pode piorar. *Valor Econômico*, 16/04/2016, p. A15.

Em síntese, tratando-se do governo de um vice-presidente “eleito”, mantêm-se a formalidade e legalidade própria a um ‘Estado Democrático de Direito’ latino-americano. Neste continente, dada a sua intrínseca condição de subdesenvolvimento, não há o porquê de constrangimentos para constituição de um ‘novo’ tipo de democracia: inacessível aos trabalhadores, apartada dos direitos sociais e restrita em parte aos direitos políticos. A partir de uma sistemática criminalização à organização insurgente dos ‘de baixo’ e do descrédito político ao seu projeto socialista, nesta suposta democracia, as garantias não ultrapassarão o limite do direito civil de comercialização da força-de-trabalho e do direito político ao sufrágio, sendo este último condicionado às manipulações de defesa direta ou indireta do *status quo*. Vivenciamos assim, o infeliz reencontro com a face autocrática de nossa burguesia, que antes discreta, agora assume a intensidade própria à sua natureza oligárquica e não nos deixa mais iludir quanto ao sentido deste “biombo do Estado democrático”: o qual “oculta uma democracia restrita persistente e se sustenta com base no despotismo institucionalizado”. (FERNANDES, 2009, p. 44).

**Submetido em 15 de setembro de 2016 e aceito para
publicação em 5 de outubro de 2016**

Referências

AEB. **Radiografia do comércio exterior brasileiro: passado, presente e futuro.** Rio de Janeiro: AEB, 2012.

ALVARENGA, D. **Governo quer leiloar 8 rodovias, 4 ferrovias e 4 aeroportos em 2016.** São Paulo, 21/01/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/governo-quer-leiloar-8-rodovias-4-ferrovias-e-4-aeroportos-em-2016.html>>.

ANDES. **PEC 241/16 congela gastos públicos por 20 anos para pagar dívida pública.** Brasília, 20 jun., 2016. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8190>>.

BARROS, L. C. M. O dia seguinte ao *impeachment*. **Valor Econômico**, 16 de abril, 2016. p. A19.

BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo.** Fórum Econômico da FGV. São Paulo: FGV, 2012.

CASTELO, R. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Cortez, 2012.

CHIARETTI, Daniela. Democracia é sólida, mas pode piorar. **Valor Econômico**, 16/04/2016. p. A15.

CNC. **Intenção de consumo das famílias**. Jul./2016. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/graficos/icf_julho_2016.pdf>.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1976.

_____. **Nós e o marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 30. São Paulo, 2012.

HOEVER, R. C. **A agenda das contrarreformas no Congresso**: 63 ataques aos direitos sociais. Blog Jun./2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/a-agenda-das-contrarreformas-no-congresso-63-ataques-aos-direitos-sociais-e-contando/>>.

KLEIN, C. Era petista é marcada por inclusão social e desajuste fiscal. **Valor Econômico**, 16/04/2016. p. A13.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STEDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da revolução brasileira**: uma análise crítica da estratégia democrático-popular. Santa Catarina: Prismas, 2015.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2013.

SILVA, Benedita. **Violência**: a sobrevivência dos Yanomami. 1988. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//25711_20130903_162550.pdf>.

Marx na leitura de Enrique Dussel: perspectivas à luz das lutas sociais / *Marx in the reading of Enrique Dussel: prospects in the light of social struggles*

CÉSAR AUGUSTO COSTA¹

CARLOS FREDERICO LOUREIRO²

A Europa nem sua história nunca fora o centro da história
Dussel

Resumo: O propósito deste ensaio é destacar alguns pressupostos e implicações políticas da filosofia de Karl Marx na leitura de Enrique Dussel, trazendo contribuições teóricas para o processo de lutas sociais na América Latina. Temos convicção que a aproximação dos autores mencionados contribui de forma ímpar diante os processos libertários neste contexto. O presente trabalho está sistematizado em três tópicos, que se seguem à introdução, onde reiteramos as convergências críticas entre o filósofo argentino Enrique Dussel e o alemão Karl Marx para a compreensão da América Latina. Inicialmente, abordaremos elementos reflexivos sobre Marx na leitura filosófica de Dussel. Em seguida, situaremos o cenário de expropriações e lutas sociais no sistema-mundo moderno colonial a partir deste referencial da América Latina. Por fim, na parte conclusiva, pontuaremos as “interpelações críticas” a partir de Dussel e Marx, na perspectiva das lutas sociais latino-americanas, que se constituem em filósofos fundamentais para compreendermos o processo de expropriações e lutas sociais no âmbito latino-americano.

1 Sociólogo. Pós-Doutor em Direito e Justiça Social/FURG. Professor/Pesquisador no PPG em Política Social/UCPEL. Pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade-LIEAS/UFRJ.

2 Doutor em Serviço Social/UFRJ. Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ecologia Social/UFRJ. Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ).

Palavras-chave: América Latina; Enrique Dussel; Karl Marx; lutas sociais.

Abstract: The purpose of this text is to highlight certain assumptions and political implications of the philosophy of Karl Marx in reading of Enrique Dussel, bringing theoretical contributions to the process of social struggles in Latin America. We believe that the approximation of the authors mentioned contributes so odd before the processes libertarians in this context. The present work is systematized into three topics, following the introduction, where we reiterate the convergences criticism between the Argentine philosopher Enrique Dussel and the German Karl Marx for the understanding of Latin America. Initially, we will find reflective elements on Marx in philosophical reading of Dussel. Then there will be the scene of expropriation and social struggles in system-modern world colonial from this referential of Latin America. Finally, in the concluding part, pontuaremos the "formal criticism" from Dussel and Marx, in the perspective of Latin American social struggles, that constitute fundamental philosophers to understanding the process of expropriation and social struggles in the Latin American context.

Keywords: Latin America; Enrique Dussel; social struggles; Karl Marx.

Premissas introdutórias: Karl Marx e Enrique Dussel – convergências críticas na América Latina

Dependendo do conceito de Filosofia da Libertação, sua trajetória poderia ser descrita a partir das lutas de resistência e libertação desde o sistema-mundo moderno colonial, resgatando-se dessas práxis políticas, inerentes a culturas marginalizadas (índigenas, tradicionais, quilombolas, feministas, ecológicas etc.), que orientam ações ético-políticas. Assim, tal pensamento desenvolveu categorias, métodos e linguagens orientadas à reflexão crítica a partir de uma práxis libertadora, a qual emergiu no final da década de 1960 e início dos anos 1970, com diferentes abordagens paradigmáticas (MANCE, 2009). Essa trajetória orienta que:

Compreendendo a filosofia como uma "atividade intelectual que busca pensar o homem e sua realidade concreta", considerando que os grandes filósofos sempre estiveram às voltas

com preocupações antropológicas, sociais e políticas vinculadas ao seu contexto histórico, esclarecem que "a Filosofia da Libertação, no contexto da Filosofia Latino-Americana, constitui uma corrente de pensamento filosófico que busca a reflexão crítica sobre a opressão do homem, a partir de uma perspectiva latino-americana". Assim, para esta corrente filosófica tornam-se "questões fundamentais para a reflexão e ação: a) a situação de exploração e dependência do terceiro mundo; b) a democracia; c) a educação; d) a justiça social; e) as situações de discriminação étnico, racial e sexual; f) a ecologia. (MANCE, 2009, p. 22).

O pensador argentino Enrique Dussel e o filósofo alemão Karl Marx obedecem a contextos políticos e históricos diferentes. O argentino imerso dentro da Filosofia da Libertação por ele elaborada indica que o desenvolvimento histórico e político do mundo está cindido em duas partes antagônicas: o centro e a periferia (DUSSEL, 2000). Alguns exemplos dos países que conformaram o centro foram a Espanha e Portugal (em dado momento histórico), sendo países prósperos economicamente graças aos recursos e condições econômicas injustas impostas aos países pobres, constituindo o sistema-mundo moderno colonial (DUSSEL, 1993). As nações periféricas por outra parte constituem o oposto: pobres e marginalizados tendo suas riquezas a prioridade de satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos destes lugares, cuja periferia representa mais da metade dos Estados que conformam o mundo. Em sua clássica obra, *Filosofia da Libertação* (1980, p. 96), o filósofo argentino já pontuava que:

La filosofía política de nuestra época no puede ya dividir a los gobiernos (...), en monarquías, aristocracias y democracias. Hoy se dividen en: estados y formaciones sociales del centro y la periferia. El centro esta hegemonizado por el imperialismo de tipo capitalista (...), en la periferia, hay formaciones sociales, estados libres y por ello gestión popular.

Para Dussel (1993), o acontecimento fundante da modernidade foi o descobrimento da Ameríndia, que foi essencial na "constituição do 'ego' moderno. Mas não somente como subjetividade e sim como 'centro' e 'fim' da história, uma vez que, a experiência europeia foi revestida sob a forma de negação e de encobrimento do Outro, encobrendo sua alteridade. Por sua vez, a modernidade é vista como processo

de emancipação da razão humana, por meio do processo civilizatório da cultura europeia, caracterizando-se como um fenômeno eurocêntrico, também presente na constituição do projeto capitalista colonial (DUSSEL, 2000). Considera-se à luz desta perspectiva, que a diferença está representada pela *negação do outro*, sua depreciação e exclusão. A partir disso, podemos considerar que:

Dussel questiona: que direito tem o sujeito dessa cultura eurocêntrica de se considerar autorreferente e superior ao Outro, de outra cultura, etnia, gênero, classe, capacidade ou idade? O mito da modernidade nega o Outro e a sua cultura, apresentando-o como culpado, e o vitimador, como inocente, bem como legítima a violência para compelir o Outro a fazer parte da civilização. A cultura do Outro é negada porque é vista como barbárie, mas sua cultura não precisa ser destruída e sim melhorada e aperfeiçoada. (OLIVEIRA; DIAS, 2012, p. 8).

Para Dussel, quando negando o mito civilizatório e a inocência da violência descobre-se o eurocentrismo e a falácia desenvolvimentista; eticamente, a dignidade do Outro e se declaram inocentes as vítimas com a afirmação de sua alteridade e identidade de sujeito (negado pela modernidade). Com essa desconstrução do discurso da modernidade, supera-se a razão emancipadora (em sua concepção, estratégica e instrumental) por uma razão libertadora, própria dos povos da América Latina (AL).

O filósofo argentino (DUSSEL, 2000, p. 52) reitera sua tese de que “a centralidade da Europa não é fruto só da superioridade interna acumulada na Idade Média europeia sobre as outras culturas, mas também efeito do descobrimento, da conquista, colonização e integração (subsunção) da Ameríndia”. Para ele, a superação do pensar eurocêntrico moderno passa pela crítica ao seu irracionalismo e às causas da vitimação, bem como pela construção de uma nova eticidade que afirme a razão do outro, por meio de relações intersubjetivas solidárias pautadas numa Ética Libertadora.

Deste ponto de vista, ao contrário do que estamos acostumados a imaginar, a América exerceu um papel decisivo no processo de formação do sistema-mundo moderno. É apenas a partir do surgimento da América que a Europa se afirma como centro geopolítico do mundo. Sem o ouro e a prata da América, sem

a ocupação de suas terras para o plantio da cana-de-açúcar, do café, do tabaco e tantas outras especiarias, sem a exploração do trabalho indígena e escravo, a Europa não se faria nem moderna, nem centro do mundo (PORTO-GONÇALVES, 2003). Desta forma, é no violento processo de dominação e exploração da América que se localiza um dos principais fatores da profunda transformação que o cenário mundial sofre em finais do século XV e início do século XVI. O extermínio de populações inteiras, a escravidão, a servidão, a (des)posseção de terras, a exploração das riquezas naturais, encontram-se nos fundamentos das relações sociais e de poder que instituem América, Europa e o sistema-mundo moderno que se ergue. (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 5).

A proposta teórica e política dusseliana é visualizar os povos periféricos para que sejam escutados e reconhecidos pelo centro, superando, em última instância as relações de subordinação e desigualdade. Estes últimos por terem um monopólio geográfico, epistêmico e político são os que têm escrito a história universal. Dussel mostra como a dominação do pensamento eurocêntrico de diferentes períodos constituiu o velho continente como centro hegemônico diante a periferia (DUSSEL, 2000). Os povos da periferia marginalizados e não escutados, são concebidos como uma realidade inferior à Europa, sendo constatada em toda tradição filosófica desde a modernidade (DUSSEL, 1993). Sendo assim, cabe constatar que:

Gran parte de la filosofía del viejo continente ha servido como justificadora de las acciones que Europa ha ejercido sobre otras tierras. El pensamiento surgido en las entrañas europeas ha desembocado en la explotación y subordinación de nuevas tierras. El segundo se desarrolló en medio de un gran auge de la burguesía, donde esta se consolida como clase dominante, mientras que el proletariado era el subordinado por el burgués. Marx y Engels denuncian esta explotación y tratan de reivindicar el papel que el proletariado ha desempeñado en la historia, aunque ambos pensadores son de periodos distintos, existen más puntos de encuentro en las tesis de estos autores que discrepancias. (ROMERO, 2015, p. 226).

O filósofo alemão Karl Marx, é sem dúvida um dos pensadores que mais influenciam os movimentos sociais e políticos da AL. Ainda que as ideias de Marx estejam ligadas a concepções europeias, é inegá-

vel que sua teoria revolucionária sobre a acumulação e reprodução do capital e sua universalização como forma social dominante e expropriadora de trabalhadores e natureza, a burguesia, o proletariado, e a luta de classes influenciou os processos revolucionários da América durante o século XX. Podemos ainda afirmar que as formulações posteriores de marxistas como Lenin, Gramsci, e latino-americanos como Ruy Mauro Marini, José Aricó, José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes sobre as relações de dependência internacional e sobre o imperialismo, igualmente foram inspiradoras para as lutas emancipatórias em várias partes do mundo. Compreende-se neste processo que *el centro no reconoce la exterioridad de los pueblos marginados e impone su cultura; esta es la única que tiene la suficiente preparación y contenido para ser tenida en cuenta. Todo lo demás es una manifestación inculta hecha por barbaros salvajes. Dussel y Marx tienen afinidades en estos temas* (ROMERO, 2015, p. 225). Isso vem indicar que:

Desta forma, o sistema mundo moderno que se forma a partir da conquista da América em 1492 – e às custas dessa conquista – configura-se, em verdade, como uma sistema mundial moderno-colonial, expressão criada com o objetivo de designar a contraface colonial constituinte da modernidade e do sistema-mundo moderno (QUIJANO, 2005). Omitir o lado colonial do sistema mundo é olvidarmos do caráter colonial da modernidade. Quando se pensa em modernizar a Amazônia, por exemplo, a ideia de colonizá-la está subjacente. (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 17).

É a partir dos elementos acima pontuados, que a luta contra os processos de exclusão que os camponeses, povos tradicionais, originários e quilombolas vêm travando, adquire um sentido amplo e que diz respeito a toda a humanidade e aos destinos da vida no planeta não só por suas lutas históricas contra a desterritorialização/expropriação. Entendemos que o referencial marxiano, à luz da compreensão de Enrique Dussel tem uma contribuição ímpar para o contexto latino-americano. Queremos assim, apontar que o processo de lutas na AL, tem evidenciado que a leitura de Marx foi inerente incorporada pelo filósofo argentino, não só por sua teoria revolucionária e seu projeto socialista reconhecido por Dussel, mas fundamentalmente por ser uma teoria única em sua capacidade explicativa de como o capitalismo se

estrutura e funciona e nesse ínterim como nos constituímos como pessoas e nações.

Assim, levando em conta o propósito deste ensaio, o encontro destes dois pensadores, sobretudo a leitura crítica deste filósofo alemão, supõe para Dussel (2015, p. 24) considerar alguns elementos:

O retorno sistemático a Marx que iniciei pelo fim da década de 70 foi devido a três fatos. Em primeiro lugar, à crescente *miséria* do continente latino-americano (que não parou de ficar cada vez mais pobre, até chegar à epidemia de cólera como consequência da progressiva desnutrição da maioria do povo latino-americano). Em segundo lugar, ao desejo de poder levar a termo uma *crítica do capitalismo*, que, tendo triunfado aparentemente no Norte (principalmente a partir de novembro de 1989), está fracassando redondamente em 75% da humanidade: no sul; na África, na Ásia e na América Latina. E, em terceiro lugar, à constatação de que uma Filosofia da Libertação precisaria, primeiro, construir uma econômica e uma política firmes (...). Ao invés de os comentadores europeus de Marx, eu me impus a tarefa de, em seminários, reinterpretar Marx integralmente. Minha primeira constatação foi a de descobrir o abandono em que se encontrava o estudo sério, íntegro e criativo sofrido pelas investigações de Marx de parte dos grandes filósofos euro-norte-americanos (nos últimos anos não havia lido Marx seriamente).

Ter uma compreensão do capitalismo em sua feição colonial está para além de ideologias eurocêntricas, e mesmo embora o filósofo alemão possua uma visão eurocêntrica em várias aspectos, sua contribuição a partir de Dussel é válida para o horizontes de lutas sociais frente a lógica do capital para a AL (COSTA; LOUREIRO, 2016). Logo, a defesa das culturas em sua diversidade implica também as condições naturais de existência com as quais desenvolveram valores que dão sentidos a suas práticas, daí a tríade território-territorialidade-territorialização vir adquirindo centralidade. (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012).

Para realizar o enfrentamento das questões propostas acima, o presente artigo está sistematizado em três tópicos, que se seguem à introdução, onde reiteramos as convergências críticas entre o filósofo

Enrique Dussel e o alemão Karl Marx para contexto político e social da América Latina. Inicialmente, abordaremos alguns elementos da reflexão de Marx na leitura filosófica de Dussel, destacando sua crítica e importância para a leitura latino-americana. Em seguida, situaremos o cenário de expropriações e lutas sociais no sistema-mundo moderno-colonial a partir deste referencial da AL. Por fim, na parte conclusiva, pontuaremos as “interpelações críticas” a partir de Dussel e Marx na perspectiva das lutas sociais latino-americanas, os quais constituem autores fundamentais para compreendermos a dinâmica capitalista neste contexto.

Enrique Dussel: crítico de Karl Marx

O caráter latino-americano da *Ética da Libertação* constitui aqui a “alteridade” da modernidade, cuja exterioridade não é ainda reconhecida pela “totalidade” dominante (DUSSEL, 1986). Assim, para Dussel, a filosofia e, em particular, a ética da libertação tem um caráter universal, isto é, aplicável em qualquer continente, seja África, Ásia ou América.

Convém apontar que o pensamento de Dussel está aberto ao debate com “os outros”; como pensador do contexto latino-americano adquire não só consciência da originalidade de seu discurso, mas também precisão, rigor teórico e metodológico ao debate. Logo, a crítica essencial de Dussel ao Ocidente é seu caráter fechado que ele pretende abrir ao diálogo com as outras concepções de mundo, evitando a circularidade do pensamento latino-americano (ARIAS, 2010). Ou seja:

La incursión de Dussel al pensamiento marxista es fundamental para entender su implacable visión crítica en la búsqueda de la dialogicidad. Quizás la más paradigmática de ellas sea La producción teórica de Marx. Un comentario a los Grundrisse, publicado por Siglo XXI Editores en la década de 1980, donde Dussel hace una reconstrucción acuciosa de la previsible obra de Marx, con énfasis en el “plus valor” y el “plus trabajo”, así como sus derivaciones y consecuencias en los países de América Latina en la periferia del capitalismo mundial. (ARIAS, 2010, p. 187).

Durante a década de 1980, Dussel adentra na filosofia marxista a partir dos *Manuscritos de 61-63* e os *Grundrisse*, tentando compreender as implicações do processo de modernização que têm enredado os

países derivados da colonização e revisitando a teoria marxista que leva em conta a exploração da força de trabalho, passando assim as concepções no marco social e político, os quais estão vinculados ao problema da libertação. O próprio argumento de Dussel reitera essa fase: “trabalhei muito os textos de Marx nos últimos anos, mas agora, quero expor apenas a temática da positividade-negativa e a “explicação” da causa da negatividade da vítima, para melhor compreender o exercício da razão ético-crítica”. (DUSSEL, 2000, p. 316).

Sendo assim, sua crítica começa em conceber a economia como fenômeno material, pois:

O momento material da economia é a produção; a produção tem sentido enquanto gera produtos satisfatórios, que por sua vez têm como fundamento necessidades humanas que têm a própria vida como referencia ou instância última. Engels foi historicamente aquele que motivou que o jornalista, acadêmico fracassado, crítico pequeno-burguês radical que se chamava Karl Marx descobrisse exatamente o nível epistemológico de abstração no qual devia situar-se o exercício adequado da razão ético-crítica: no da crítica da nascente economia política. A economia não era a especialidade de Marx; escolheu-a como o lugar mais pertinente para desenvolver seu discurso ético-crítico. (DUSSEL, 2000, p. 319).

Dussel expõe que na famosa *Tese II* sobre Feuerbach, Marx evidencia que não se trata de um materialismo “contemplativo” ou meramente teórico, inerente ao conhecimento ôntico, mas de uma práxis, de uma práxis revolucionária, crítico-prática. Uma teoria que se desenvolve para analisar as causas da alienação das vítimas e conclui que a verdade do sistema de eticidade vigente (capitalista), como causa da negação das vítimas, se torna “não verdade”. Pois:

“Interpretar” o mundo numa exclusiva posição teórica pressupõe aceitar o sistema dado a partir de seu próprio horizonte. Transformar (ou ação transformadora de normas, ações, instituições, sistema de eticidade) é o que se propõe a “razão ético-crítica”. Isto não significa que se deva abandonar toda filosofia; significa que se deve superar a mera posição teórico-cúmplice da filosofia com o sistema vigente que gera vítimas, e comprometer-se praticamente com estas vítimas, a fim de colocar o

caudal analítico da filosofia ético-crítica (que é plena valorização da filosofia) em favor da análise das causas da negatividade das vítimas e das lutas transformadoras (libertadoras) dos oprimidos e excluídos. (DUSSEL, 2000, p. 321).

Dussel reitera que é preciso afirmar que o tema ético não se inicia tanto na positividade da vida humana, mas em sua negação (exclusão): o não poder viver, questão que não precise do horizonte positivo (direito a vida). Para o filósofo argentino:

Hoje no mundo periférico (na África, Ásia, América Latina, de capitalismo dependente) como na Paris de 1844 (momento de presença da marginalidade no capitalismo livre-cambista em crise), importa-nos poder refletir ético-filosoficamente sobre a vida a partir de sua negação, em sua forma mais premente: o fato massivo da pobreza das grandes maiorias (...). A pobreza é impossibilidade de produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana; é a falta de cumprimento das necessidades, mas também origem de consciência crítica. (DUSSEL, 2000, p. 321-322).

Segundo Dussel, Marx situa o momento crítico como negatividade, desrealização, alienação do trabalhador. O filósofo alemão critica o modo concreto pelo qual o capitalismo se nega à vida humana. Devemos compreender o sentido da necessidade de fazer a passagem do momento positivo descritivo do critério material ao momento crítico, negativo.

De fato, o critério *crítico* de Marx não é mais do que um reconhecer em concreto o não cumprimento (a negação) do indicado critério material positivo. Isto é, o crítico (a vítima, o militante, o filósofo, o político, o economista etc.) exerce a crítica ao julgar ético-negativamente a negação, a contradição do critério positivo (...). Marx julga negativo-eticamente o sistema capitalista a partir da proibição de uma máxima não generalizável: a partir do imperativo que proíbe negar a vida de cada sujeito humano em comunidade. O capitalismo é injusto (aliena) porque nega a vida do sujeito operário. (DUSSEL, 2000, p. 322).

Para o filósofo argentino, o trabalhador põe sua vida no produto e não a recupera, pelo contrário, o objeto se transforma num monstro

que o ataca e o domina. Dussel entende que Marx julga o sistema capitalista como alienante e injusto, vitimário, sacrificante; sendo uma estrutura histórica que nega a vida do trabalhador, que o oprime, desrealiza, empobrece e mata (2000). Neste sistema há coerção, desigualdade e pobreza constitutivas. Realizado o contrato social com esse sistema desigual e injusto, eticamente perverso, surge o momento mais evidente descrito por Marx: a subsunção (conceito definitivo da intuição da “alienação” do trabalho do jovem Marx). “A subsunção do processo de trabalho é a alienação, a negação real (não só a ideológica)” (DUSSEL, 2000, p. 326). Desta forma, Dussel postula que:

A “subsunção formal” é a eticamente significativa, já que o capital (a totalidade) controla o trabalhador assalariado por meio da cooperação pela divisão social do trabalho (e nestes casos o trabalhador ainda é dono do processo de trabalho como especialista insubstituível). Mas será pela “subsunção material” do próprio processo de trabalho, por meio da máquina, que o trabalhador ficará agora sob controle da produção capitalista (...). Subsumindo o trabalho vivo no capital *formalmente* – enquanto produz mais-valia – e *materialmente* – enquanto é a máquina que dirige o processo produtivo –, o trabalhador se encontra totalmente dominado pelo capital, e neste caso se pode falar de “subsunção real”. (2000, p. 326).

Para Dussel, o conceito de “subsunção” indica o momento ético por excelência da “alienação” como Marx ironicamente expressava – do trabalho vivo como trabalho assalariado (a totalização a partir da exterioridade da subjetividade do trabalhador), negação originária da vítima do capital, como (in)corporação da “exterioridade” do trabalho vivo na totalidade do capital. Para o filósofo de Mendoza, é necessário explicitar o critério crítico-material, buscando a causa da impossibilidade da produção e reprodução da vida humana das vítimas do capitalismo: o operário, a classe trabalhadora. A mais-valia permite situar onde se produz a morte da vítima deste sistema opressor (DUSSEL, 2000). Para ele, o valor da vida humana é realizado a partir da realidade objetiva, pois Marx tem uma categoria econômica (material) sobre a qual construirá outra categoria “econômica” e ao mesmo tempo crítica-ética, já que traz em seu bojo a negatividade do sistema capitalista. Assim:

No mais-tempo do mais trabalho, o trabalhador cria “do nada” do capital uma “mais-valia” cuja “fonte criadora” não é

o fundamento do capital, mas a própria criatividade da subjetividade da corporalidade da pessoa do trabalhador que, *objetivando sua vida*, nunca mais a recuperará. Essa “objetivação” da vida da vítima acumulada no capital, e não recuperada como “subjetivação” no operário, é o tema crítico-ético de toda a obra de Marx. (DUSSEL, 2000, p. 327-328).

Na compreensão de Dussel (2000), o capital considerado a partir da reprodução da vida dos operários tornou-se uma contradição porque, embora eficaz para valorizar o valor do capital é, entretanto, ineficaz para reproduzir a vida de suas vítimas que, começam a ser maioria da humanidade. À primeira impossibilidade material (mata a vida) se acrescenta agora que o próprio capital como tal é impossível; leva em seu seio sua destruição. Ou seja, na visão de Dussel (2000, p. 328-329):

O capital mais forte (individual, ramo do capital ou nações “centrais”) implementará medidas compensatórias contra o trabalho (superexplorando-o) *na concorrência* com outros capitais mais fracos; expulsará assim para a periferia suas maiores contradições. Uma filosofia crítico-ética pode então surgir no miserável mundo periférico (América Latina, África, Ásia e Leste Europeu). Este é o horizonte, no processo de globalização da Modernidade, em que surge esta Ética da Libertação que, com dificuldade, mas não impossibilidade, aspira a ser também compreendida no atual centro norte-americano e europeu.

Para Dussel, a alternativa que impera está determinada na articulação dos sujeitos históricos como e enquanto “comunidade anti-hegemônica” de vítimas que visem alcançar uma nova validade para além do sistema de dominação. Igualmente articulados a estes “sujeitos históricos”, desenvolver alternativas futuras ao capitalismo. Trata-se do exercício da razão ético-utópica, onde à luz de Marx toda a problemática de um projeto histórico social, a partir do horizonte do Reino da Liberdade ou do comunismo (como regulador), para realizar a revolução “socialista”. Em suma, para o filósofo de Mendoza, a contribuição de Marx como horizonte crítico está situada no fato de que:

Marx tendo feito repetidamente uma análise das causas da negação das vítimas (estudo que nunca acabou em sua vida atormen-

tada de intelectual pobre), procurou sempre não fechar-se numa torre de marfim acadêmica, mas se comprometeu na medida de suas possibilidades com os movimentos sociais (comunidades de comunicação crítica dos excluídos, dos situados assimetricamente, dos oprimidos, das vítimas) que surgiam como “sujeitos históricos”. (DUSSEL, 2000, p. 329).

Sendo assim, Marx criticou Adam Smith e hoje é criticado por Hayek! Ora, a tarefa atual da perspectiva ética de Dussel não é simplesmente repetir a crítica de Marx, mas fazer a crítica de seus críticos, questão que aborda no “front” econômico da *Ética da Libertação* (2000).

Assim, o pensador argentino tem realizado o mais completo comentário da obra de Marx, que vai desde os manuscritos preparatórios de *O capital*, até uma reconstrução dos planos gerais da obra, realizados por ele no contexto de desenvolvimento teórico de modo sistemático. Neles, Dussel inclui algumas reflexões do discurso libertário que vem se desenvolvendo e se consolidando na AL.

En esta época desarrolla su trabajo La filosofía de la liberación; realiza un exhaustivo estudio de los Grundrisse, proyecto fundamental de Marx, previo a El capital; este estudio le habrá de proporcionar mayor claridad en cuanto al origen de la acumulación capitalista, con las consecuencias para la condición de enajenación obrera y subordinación de todos los sectores populares al capital. En este trabajo, Dussel es un crítico acucioso de la obra marxista *desde el punto de vista de su lógica interna, de sus principales aportes y de sus limitaciones; con una postura no ideológica, descubriendo los elementos de la cientificidad. Pero a la vez, deja claro aquel o aquellos aspectos que no pudieron hacerse evidentes, como la eticidad misma y las consecuencias que se derivan de este hecho.* (ARIAS, 2010, p. 190).

O filósofo argentino introduz os conceitos de “pobre” e “outro”, assumindo a mesma posição metodológica dos escritos iniciais, não dando maior relevância à teoria da luta de classes, para passar ao aparato de suas categorias originais. Em consequência temos um Dussel mais concreto e uma interpretação peculiar do marxismo. Porém, não se deve criticar totalmente a originalidade de sua reflexão, pois ela se integra de modo original ao humanismo de Marx e à *Filosofia da Libertação*, obtendo como resultado uma crítica à exploração do

homem por outro homem no mundo capitalista, como também da aproximação e necessidade de uma mensagem crítico-libertadora para o mundo, no qual se devem buscar alternativas opostas ao projeto societário capitalista.

Nesse movimento, o filósofo argentino incluiu na análise aguda do sociometabolismo do capital, oriunda do pensamento marxiano, reflexões provenientes do discurso libertário latino-americano. Sendo assim, *en las obras críticas sobre el discurso marxista, Dussel toma una sana distancia para ejercer su acción analítica de todos y cada uno de los conceptos clave para entender el proceso de acumulación y explotación capitalistas en el marco del materialismo histórico* (ARIAS, 2010, p. 188). É sob as influências destas categorias assinaladas que:

Dussel plantea que, la de la liberación, es una ética de la vida; la negación de la vida humana es el tema central, el punto de arranque decisivo de toda la crítica y la toma de conciencia de toda negatividad expresada en el sufrimiento de las víctimas, de los dominados, como el obrero, el indio, el esclavo africano o explotado asiático del mundo colonial; como la corporalidad femenina, la raza no-blanca, generaciones futuras que sufrirán en su corporalidad las consecuencias del deterioro ecológico; como viejos sin destino en la sociedad de consumo, niños de la calle, inmigrantes, refugiados, etcéter. (ARIAS, 2010, p. 195).

O contexto de expropriações e lutas sociais no sistema mundo moderno-colonial

À luz do que foi explicitado, temos a constatação que a AL vem enfrentando uma série de conflitos sociais. Nas últimas décadas, os conflitos entre povos indígenas e os governos e empresas com investimentos na região ganham evidência. No Brasil, os conflitos tiveram como foco a construção da Usina de Belo Monte que deverá atingir ao menos dez povos indígenas territorializados na região (JUNIOR, [s/d]). Assim, nesta conjuntura, temos o seguinte panorama:

Na Argentina, a intensificação do extrativismo minerador e a expansão agropecuária vêm tencionando os povos originários; na Bolívia, federações e organizações indígenas romperam com o governo Evo Morales, denunciando a violação

de direitos; na região andina, a Anistia Internacional vem denunciando o desrespeito aos direitos indígenas, resultado da expansão da mineração e da exploração de petróleo, sobretudo na Colômbia e no Equador; no Paraguai, conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra e fazendeiros “brasiguaios”, que monopolizam parte considerável do território paraguaio para o plantio de soja; ao sul do Chile, índios mapuches denunciam violações de territórios indígenas na Guiana e no Suriname. (JUNIOR, [s/d], p. 2).

Estes conflitos nos permitem afirmar que os governos latino-americanos, em geral, fracassaram em relação às políticas de proteção dos territórios indígenas, pois:

No centro das contradições do sistema mundo moderno-colonial já reiterado na introdução, em que os protagonistas eram, sobretudo, do “andar de cima”, como os gestores dos organismos multilaterais, as ONGs e as corporações do grande capital transnacional, surgiram grupos sociais, etnias e classes que reinventam sua resistência histórica à tomada de seus territórios, de suas terras e demais condições naturais de existência desde a invasão/conquista, como os indígenas, os camponeses e os afro-americanos (em seus *cumbes*, quilombos e *pallenques*) e que, sobretudo nos últimos 40 anos, veem-se em grande parte como populações pobres das periferias urbanas vivendo em habitações subumanas paradoxalmente mais suscetíveis à situação de riscos ambientais do que quando estavam nas áreas rurais, nos campos e florestas. Não esqueçamos que a crise ambiental seja também, na perspectiva dessas populações, crise civilizatória reconfigurando o debate epistêmico-político. (PORTO-GONÇALVES, QUENTAL 2012, p. 17).

Como consequência, as demandas dos povos atingidos são diversas e indicam a amplitude das lutas: questionamento acerca do valor percentual que as empresas transferem às comunidades e destinação dos *royalties*; denúncias a respeito da usurpação das terras e territórios tradicionalmente ocupados; reivindicação de melhores condições de trabalho; preocupação com o desmatamento de florestas/vegetação existente nas áreas; denúncia dos riscos a saúde da população; denúncias contra a contaminação do ar e d’água (JUNIOR, [s/d], 2). Porém,

existe uma questão central nesse conjunto de relações, o que segundo Porto-Gonçalves e Quental (2012, p. 19):

Trata-se da luta pela reapropriação social da natureza que a humanidade, na sua diversidade, vem travando. É isso que se coloca enquanto questão territorial. Afinal, uma das condições para que haja uma dominação generalizada de alguns homens sobre a humanidade é a expropriação das condições materiais da existência entre as quais se inclui a natureza. Assim, privados dessas condições pela instauração do primado da propriedade que priva – propriedade privada – instaura-se a separação homem-natureza não só enquanto paradigma. Deste modo, são profundas as implicações que emanam dessas lutas pela reapropriação social da natureza, boa parte delas desencadeadas por populações com fortes vínculos territoriais, como os povos originários, camponeses, quilombolas, os sem-terra (desterritorializados em luta por (re)territorialização enquanto reapropriação social da natureza).

Fontes (2010) assinala que tais processos sociais evidenciam uma análise num duplo movimento que indica direções opostas: de um lado o fio de conjunto dos processos, sem cair no equívoco de reproduzir sujeitos ocultos a presidirem os conflitos e lutas sociais; de outro, é a necessidade em trazer os sujeitos e o conjunto das atividades que eles realizam para existir (objetiva e subjetivamente), pois a produção material da vida nos remete a relações sociais concretas.

Diante a gigantesca expansão do capitalismo nos últimos 250 anos, ainda existe enorme quantidade de camponeses a expropriar no mundo. Tal expropriação permanece a se abater de forma violenta sobre diversas populações. Temos em conta, a situação brasileira, na qual prosseguem as expropriações em condições de extrema brutalidade, incidindo sobre as populações camponesas ou agrárias, ao lado de poderoso bloqueio interposto a qualquer verdadeira reforma agrária (FONTES, 2008). Com isso, queremos reiterar que:

Em quase toda a América Latina, esse processo foi acelerado de maneira violentíssima nas últimas décadas e, em muitos países, mesclou-se com a repressão e mesmo com o massacre frente à resistência indígena. Agudizou-se, portanto, a revolta dessas populações, que resistiam não apenas a essa expropria-

ção, mas defendiam seus modos de viver ancestrais mantidos a duras penas contra a homogeneização característica do predomínio mercantil. Lutam pela conservação de suas tradições, a começar pela defesa das línguas e culturas nativas que, por seu turno, passaram na atualidade a serem também violentamente expropriadas para os novos empreendimentos de base genética. A expropriação capitalista não se limita à terra ou aos meios de produção – embora seja sobre eles que se exerça prioritariamente –, mas atinge todos os elementos da vida social que bloqueiem a plena disponibilidade da força de trabalho (para o capital), assim como dos elementos naturais que até então constituíam parte integrante da vida coletiva; bens não convertidos em mercadorias são expropriados, como água ou florestas, implicando, portanto, – e este é o elemento que queremos ressaltar – a expropriação das populações, a serem convertidas em massas “contáveis” de desempregados (ou, em outros termos, em pura disponibilidade para o mercado). (FONTES, 2008, p. 25-26).

Para Fontes (2008), o agravado processo “mercantilização” é um dos mais violentos da expropriação social. As águas, o ar, a natureza biológica, sementes, gens humanos etc. eram elementos naturais ou sociais sobre os quais não incidia propriedade e que vêm sendo devastados da totalidade dos seres humanos e convertidos em “princípio material” (DUSSEL, 2003; 2007; COSTA; LOUREIRO, 2015). Ou, como postula Porto Gonçalves (2010, p. 291):

Toda a questão passa a ser, portanto, quem determina o quanto, com que intensidade, por quem e para quem os recursos naturais devem ser extraídos e levados de um lugar para outro, assim como o próprio trajeto entre os lugares. Como se vê, é toda a questão política que está implicada no cerne do desafio ambiental, por meio do território.

O que acontece indica apenas “conversão” em mercadoria, mas um efetivo processo de expropriação. Não apenas converter coisas em mercadorias, mas assegurar a continuidade e expansão das relações sociais capitalistas (FONTES, 2008). Tendo em vista, estes elementos:

A expropriação permanece, portanto, o fulcro central da exploração capitalista, à qual corresponde, no extremo oposto da mesma relação, a concentração de recursos sociais (meios de

produção e de subsistência) aptos a se converterem em capital, para ser valorizados, aplicados na própria exploração de trabalhadores. (FONTES, 2008, p. 28).

Estes pontos elencados situam que a “acumulação por espoliação”, elaborado por Harvey para caracterizar “o novo imperialismo” e sua combinação estrutural de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, torna-se insuficiente se ignorarmos a colonialidade que atravessa o sistema mundo moderno-colonial. Para Porto-Gonçalves e Quental (2012, p. 20-21):

Uma história de larguíssima duração parece estar sendo agenciada por populações originárias, por camponeses que se apropriaram das terras como espaços de vida e liberdade, escapando do latifúndio, e ainda por populações negras que fizeram nos *pallenques/quilombos/cumbes* uma história e uma geografia de liberdade, numa região marcada pela escravidão, pelo latifúndio e pela monocultura. Clamam por uma análise crítica que esteja à altura da sua criatividade e que supere uma sociedade que reduza o mundo à mercadoria e que não mais reproduza a colonialidade do saber e do poder que desperdiça essa rica experiência humana. Enfim, há um acervo enorme tanto de ideias para constituir uma agenda política nesse sentido, como de ricos e diversos patrimônios culturais e naturais que nos servem de condição para reinventar a nossa existência e a da humanidade. Enfim, como nos ensina Simon Rodrigues, “ou inventamos ou erramos”.

Em termos de expropriação capitalista no contexto de lutas sociais, qual contribuição que Marx a partir de Dussel pode nos trazer? Podemos constatar que várias ideias de Marx têm mais vigência no tempo que foram escritas, como a construção de um mercado mundial, a acumulação do capital, entre outras. Igualmente o projeto da libertação que elaborou Dussel na década de 70 segue intacto porque o domínio tem consolidado mais seu jugo e dominação, e o que é mais evidente, as classes políticas que governam e representam os povos da AL não têm compreendido a exterioridade nem a realidade desta condição, porque eles aceitam que a questão está em aceitar o pensamento europeu, por sua tradição histórica e ideal de progresso, ignorando a necessidade de contextualizar seus problemas.

El proyecto de emancipación y autonomía de los países explotados consiste primero en tener conciencia de esta gran dominación cultural, política y económica, para así poder visualizar y mostrar con orgullo y dignidad todo lo que por incomprensión ha permanecido oculto. La globalización con su promoción de aperturas de mercado y uniformidad de la cultura muestran cómo la colonización y la imposición sigue vigente como en siglos anteriores. El centro hegemónico cada vez más se consolida como potencia en todos los sentidos. (ROMERO, 2015, p. 230).

Comprendemos mais pontos de convergência entre o pensador argentino e pensador alemão, que as diferenças, a filosofia da libertação faz em grande medida uma reformulação e ampliação das teses de Marx, porque o filósofo europeu denunciou e criticou as consequências da consolidação da burguesia, mas não chegou a compreender em toda a sua magnitude a realidade dos povos dominados (AL, África, Ásia e todos povos periféricos) em seu conjunto. Ou seja, para Dussel: *La filosofía latinoamericana (...), solo podrá nacer si el estatuto del hombre latinoamericano es descubierto como exterioridad meta-física con respecto al hombre nordatlántico [...] (DUSSEL, 1973, p. 123).*

Podemos evidenciar nesta linha de pensamento que:

Dussel descubre que la producción teórica de Marx quedo inconclusa y, sobre todo, abierta a futuros desarrollos. Para el filósofo mendocino es necesario, en nuestro tiempo, no solo reinterpretar la totalidad de la obra de Marx sino también continuar su labor teórica, en especial desde América Latina, para el estudio del capitalismo periférico latinoamericano. Nuestro interés es indicar aquellos elementos que constituyen lo novedoso en la interpretación dusseliana de la obra teórica de Marx. (TERUEL, 2010, p. 77).

A história da humanidade continua sendo a história da luta de classes. Ou seja, quando esta luta for superada, a propriedade privada desaparecerá e os homens terão relações sociais simétricas entre si, porque não haverá desigualdade de classe. Podemos afirmar que para Dussel a história do Ocidente é a história centro-periferia (DUSSEL, 2000), o antagonismo entre os últimos findará quando os países de centro reconhecer a periferia como parte da história Universal.

La filosofía de la liberación de Enrique Dussel muestra cómo la reflexión filosófica que nace en los países periféricos, necesi-

riamente tiene que estar ligada a la práctica y a los procesos de cambio que necesitan estas naciones en vía de desarrollo. Para poder solucionar todos los problemas que aquejan a estas comunidades, el pensamiento filosófico periférico, en primera instancia, está determinado por sus problemas sociales y culturales más urgentes. Por eso, la filosofía política, es el área de la filosofía que más desarrollo y desenvolvimiento tiene en los países de la periferia; porque se piensa e interpreta la causa de todas estas problemáticas y fenómenos. En la periferia la filosofía política es la filosofía primera debido a que esta reflexiona y toma como eje de discusión el lugar que los países marginados y excluidos ocupan en el mundo. Iberoamérica, África, y Medio Oriente buscan su ser en la historia partiendo de un ejercicio de reconocimiento de su identidad y encontrando sus diferencias con los países de centro que tienen el monopolio de todas las esferas en el mundo. La filosofía de la periferia es de un aquí y ahora. (ROMERO, 2015, p. 231-32).

A análise de Dussel mostra que o pensamento de Marx é ético. Ou seja, como o “ponto de partida” e de “chegada” para Marx é o trabalho vivo, esse fator tem relevância por situar que a exploração da mais-valia, possui um estatuto político. Vieira (2010) sustenta pela leitura do filósofo argentino, que o esforço teórico de Marx é considerar que todos os momentos de existência da vida econômica consistem no trabalho vivo objetivado. Por sua vez, o trabalho “como valor”; como trabalho roubado e seus graus de exploração. Segundo Vieira (2010, p. 84):

A tese dos Manuscritos econômico e filosóficos da “naturalização do homem e a humanização da natureza”, tem como pano de fundo a luta do homem contra a alienação que deve ser ultrapassada pelo processo de humanização. Este processo, por sua vez, tem um destinatário concreto quando tem por objetivo a transformação do mundo ao superar a opressão e a exploração verdadeiramente existentes nas sociedades de um capitalismo periférico (...). Dussel mostra constantemente que Marx desenvolveu uma leitura ética do capital no sentido estrito filosófico e no sentido estrito econômico, tendo um interesse específico, o trabalhador que é o “fundamento prático, histórico e político da intenção de Marx”.

A leitura de Marx, realizada pelo filósofo argentino a partir da AL tem por fim demonstrar que o pensamento do primeiro é orientado

pela libertação do homem expropriado e oprimido pelo capital. Essa libertação é provocada pelas condições históricas e sociais. Logo, como a negação da liberdade é concreta nas relações determinadas, somente com a superação delas será possível a libertação humana. Daí, que a negação do capital, da totalidade do trabalho objetivado como exterioridade do trabalho vivo, é a relação ética por excelência, pois sua negação é a negação da perversidade do capital como relação de exploração (VIEIRA, 2010). Comparando o enfoque do filósofo alemão e do filósofo argentino, Vieira (2010, p. 88), assinala que:

O estudo que Dussel faz de Marx é distinto porque parte da miséria real, histórica e crescente do povo latino-americano. Neste sentido, a preocupação como o homem real é uma exigência ética que, no contexto da América Latina, economicamente periférica, se manifesta como condição de eliminação da opressão e da alienação para uma sociedade mais justa. A nova sociedade, o reino da liberdade, é compreendida em função da proposta socialista, como forma ética de ultrapassar a opressão a qual estão submetidos os trabalhadores. Assim, a opção pelo sistema socialista decorre da própria crítica feita aos desequilíbrios e às contradições do sistema capitalista periférico, tais como o desemprego, a fome, a miséria, a exploração.

Considerações finais: interpelações críticas à luz de Marx e Dussel na perspectiva das lutas sociais latino-americanas

Dussel pretende pôr em prática a filosofia econômica tal como efetuada por Marx para o contexto latino-americano, pois o filósofo argentino acredita ser o ponto de partida, hoje mais do que adequado e vigente no projeto societário capitalista. Marx desenvolve uma teoria econômica de grande aplicação atual, uma vez que:

Atualmente, a maioria da Humanidade (o Sul, os 75% da população do mundo capitalista, o mundo ex-colonial e periférico) está submersa na “pobreza”: nem possui condições para sua “realização”, nem as poderá possuir, por razões ecológicas, em um futuro próximo. Está submersa na mais “absoluta pobreza” e baixará a graus de maior miséria. Marx é o único filósofo moderno que elaborou uma teoria “econômica” adequada apesar de os grandes filósofos europeus e norte-americanos (*sem reinterpretarem seriamente*

Marx, porque ele não está na “moda”) o terem declarado um “cachorro morto”. Para a Filosofia da Libertação, não é questão de moda, é questão de vida ou morte da maioria da Humanidade. (DUSSEL, 2015, p. 40).

Para Dussel a razão crítica permite o (auto)reconhecimento das vítimas do sistema-mundo (dominados: operários, índios, escravos etc. e discriminados: mulheres, idosos, incapacitados, imigrantes etc.), bem como o descobrimento de suas alteridades negadas pelo sistema-mundo vigente (2000). A partir do critério crítico deduz-se o *Princípio-Libertação*, cuja concepção deve desconstruir efetivamente no sistema sua negatividade e transformá-lo para que as vítimas possam viver, participando simetricamente nas decisões. (DUSSEL, 2007).

Para o filósofo de Mendoza (DUSSEL, 2000, p. 566), libertar significa não apenas quebrar as cadeias e superar as relações alienadas capitalistas, mas também desenvolver a vida humana, exigindo-se que “as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam a mera reprodução como repetição de ‘o mesmo’ – e, simultaneamente, expressão e exclusão de vítimas”. Assim, o *Princípio-Libertação* pressupõe a passagem da vítima (“não-poder-ser-vivente”) a um *dever-ser libertado* frente a um sistema de poder, que subsume e supera os princípios excludentes sendo pautado na esperança e na construção efetiva da utopia possível. Para Oliveira e Santos (2012, p. 100), tais aspectos indicam:

(...) a tomada de consciência do Outro como oprimido/excluído e como sujeito ético digno, não só como igual, mas como o Outro (alteridade) que a comunidade hegemônica nega. É a afirmação da dignidade do sujeito autônomo do outro como outro. Implica, também, a responsabilidade pela vida do Outro e a responsabilidade mútua. A própria comunidade constituída pelas vítimas deve se autorreconhecer como digna e se afirmar como autorresponsável por sua libertação. A partir de sua própria responsabilidade como sujeitos históricos, efetiva-se uma solidariedade primeira entre os vitimados, afetados.

Ou seja, da mesma forma para o pensador argentino:

É a passagem do não-poder-ser-vivente do outro, da vítima, diante de um sistema que a nega, ao dever-ser-vivente da vítima libertada sob a responsabilidade pela vida do outro e diante de um sistema de poder. [...] A crítica é o começo da luta. (DUSSEL, 2000, p. 378-381).

Partindo de uma reflexão emergida no interior dessas lutas sociais anticapitalistas enquanto lutas políticas, há, muitas vezes, avanços formais com dificuldades concretas de implementação, como a *Lei Orgânica dos Povos Indígenas da Venezuela*. Aqui no Brasil, todo o esforço realizado pelo movimento seringueiro e que culminou, nos anos 1980, na criação das Reservas Extrativistas, demandando novas relações entre o Estado e a sociedade civil, viu-se impossibilitada de cumprir sua verdadeira missão de superação do Estado burguês nos anos de hegemonia neoliberal. (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012).

A luta pela participação plena destas vítimas do sistema capitalista está determinada pela organização e construção de um projeto de libertação. Esse horizonte indica o desenvolvimento de ações libertadoras, por meio da “transformação das causas da opressão e da existência de vítimas, de uma práxis da libertação, efetivada por ações factíveis eticamente, que possibilitem a transformação das vítimas em sujeitos éticos. Luta a ser efetivada, em primeiro lugar, pela comunidade de vítimas”. (OLIVEIRA; DIAS, 2012, p. 100).

Na perspectiva de Dussel, os horizontes políticos e sociais das lutas sociais estão alicerçados na *transformação* e não na *reforma*. Isso se explica porque seu horizonte não é o aspecto formal do sistema capitalista, mas a realidade da vida das vítimas (a vida concreta negada pelo sistema). Na compreensão de Dussel (2000, p. 543) a ação reformista “cumprir com os critérios e os princípios de um sistema vigente formal”, isto é, uma ação como meio nos marcos dos fins do sistema econômico capitalista. Assim, o reformista é o que atua adaptando-se aos critérios do sistema formal hegemônico ou dominante (capitalismo).

À luz desta perspectiva, a Ética da Libertação de Dussel (2000), é uma ética da transformação, que se efetua por meio de ações críticas cotidianas e tem como ponto de partida a vítima, o outro em algum aspecto negado-oprimido e afetado-excluído. “Assim, a crítica ao

processo de exclusão social se constitui num movimento dialético que parte da afirmação ética radical da vida negada às vítimas, essa expressa pelo desejo e a luta para viver, assim como do reconhecimento da dignidade da vítima como outro, a qual é negada pelo sistema”. (OLIVEIRA; DIAS, 2012, p. 101).

Tal movimento passa pela constatação da existência do oprimido, em sua condição de ser que tem negado o direito à vida; o seu reconhecimento como ser humano, constituindo-se num dever ético, a crítica ao sistema, apontando à necessidade de se transformarem as causas que originam a exclusão social. A crítica ao sistema excludente só é possível com o reconhecimento do outro (vítima). A partir dos referenciais teóricos de Dussel e Marx, podemos compreender que:

A exclusão social se constitui num problema ético e político, o que implica, a partir do olhar de Dussel, não apenas reconhecer a existência de vítimas ou de oprimidos ou de abstrair conceitos e valores que reforçam a solidariedade, a justiça social, os direitos humanos, mas há necessidade de se problematizar as causas da exclusão a partir do reconhecimento do outro não só como excluído, mas também como sujeito, assumindo-se um compromisso ético com o outro, denunciando a exclusão e se apontando perspectivas de mudança.

Dussel à luz da filosofia de Marx postula estarmos frente a uma nova geografia mundial das relações sociais, marcadas pela intensificação das condições de subalternidade de povos, nações e classes sociais em relação a outros povos, nações e classes sociais que possuem, em razão das lógicas locais que presidem o processo de ocupação do espaço e o desenvolvimento das atividades produtivas, melhores condições de acesso a bens e serviços resultantes do trabalho. Assim, ter consciência histórica deste processo é um acontecimento dialético de saberes e práticas, que embora pareçam limitadas dentro do marco capitalista, a possibilidade das descolonialidades dos saberes, das práticas e dos poderes é viável, e, portanto, necessária! (ZANOTELLI, 2012).

Podemos afirmar que no viés da reflexão de Enrique Dussel constata-se que as comunidades indígenas, tradicionais, originárias e quilombolas, dos que mais sofrem na carne os efeitos da colonialidade, fruto do sistema-mundo vigente, clamam e vivem da possibilidade de sua superação para além das colonialidades. Esse fator cons-

titui projeto de sociedade constituído de novas relações sociais e políticas, pois o clamor dos excluídos, dos “outros negados” exige verdade e justiça para que possamos ter identidade humana e possibilidade de ser noutra modelo societário! Como consequência deste processo, assinalamos que:

É desta forma que Marx nos permite, como filósofos do Sul, da periferia do “sistema mundo” (como diria Wallerstein), pensar uma Filosofia da Libertação perante a dominação do Norte, mostrando-nos críticos perante aqueles “filósofos do Norte” que ignoram todos estes problemas, uma vez que confundem “filosofia econômica” com o “stalinismo”, lavando suas mãos filosóficas (“mãos limpas”, diria Sartre) da sorte desgraçada da maioria da Humanidade atual. (DUSSEL, 2015, p. 42).

Dussel postula que a Filosofia da Libertação, considera a “filosofia da miséria” como sua questão central, e hoje Marx mais do que nunca é um pensador que precisa ser revisitado para se poder desenvolver uma “via econômica” sem a qual a “hermenêutica” se torna ideológica e idealista. Assim, a “fome e o comer” constituem temas de uma “filosofia da economia”, que não é mera abstração, nem mera questão ética. Tal econômica é um elemento fundamental de uma Filosofia da Libertação, de uma “filosofia da pobreza” em tempos de cólera. Sobretudo, para compreendermos o processo de lutas sociais as quais a leitura atenta e crítica de Marx contribui para ações libertadoras na América Latina.

**Submetido em 14 de julho de 2016 e aceito para
publicação em 13 de outubro de 2016**

Referências

- ARIAS, Alberto Padilla. Enrique Dussel: una aproximación a su pensamiento. **Veredas** Revista del pensamiento sociológico, 2010, p. 183-204.
- COSTA, César Augusto; LOUREIRO, C. F. A natureza como “princípio material” de libertação: referências para a questão ambiental a partir de Enrique Dussel. **Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, 2015, p. 289-307.
- _____. Os movimentos sociais e a questão ambiental na perspectiva de Enrique Dussel. **Argumentum**, v. 8, n. 1, 2016, p. 140-157.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Filosofia da Libertação**: crítica à ideologia da exclusão. 5. reimp. São Paulo: Paulus, 2015.

_____. Alguns princípios para uma ética material de libertação. In: PIXLEY, J. (coord.). **Por um mundo diferente**: alternativas para o mercado global. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 23-35.

_____. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Método para uma filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. **1492 – o encobrimento do Outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. **América Latina**: dependencia y liberación. Buenos Aires: Americalee, 1973.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. **Revista em Pauta**, n. 21, 2008, p. 21-36.

_____. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

JUNIOR, Antonio Teixeira Lima. **Expropriações na América Latina**: as novas configurações da divisão internacional do trabalho. [s/d.] Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_TeixeiraLima.pdf>. Acesso em: 22/06/2016.

MANCÉ, Euclides André. **Pensamento filosófico brasileiro e sua contextualização histórica no século XX**. 2009. p. 1-30.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Coleção Os Pensadores, v. 35. São Paulo: Abril, 1974.

_____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução. In: SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia de la Praxis**, México, D.F.: Grijalbo, 1967.

OLIVEIRA, I; DIAS, A. Ética da libertação de Enrique Dussel: caminho de superação do irracionalismo moderno e da exclusão social. **Conjectura**, v. 17, n. 3, 2012, p. 90-106.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis**, n. 31, 2012, p. 1-28.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROMERO, Félix. A influencia del marxismo en el pensamiento de Enrique Dussel. Revista **Fundación Universitaria Luis Amigó**, v. 2, n. 2, 2015, p. 224-232.

TERUEL, Flávio. El Marx de Dussel. Notas acerca de la recepción dusseliana de la obra teórica de Karl Marx. **Revista anual de la Unidad de Historiografía e Historia de las Ideas**, v. 12, n. 1, 2010, p. 77-82.

VIEIRA, Antonio Rufino. **Marxismo e libertação:** estudos sobre Ernst Boch e Enrique Dussel. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010.

ZANOTELLI, J. Educação e descolonialidades dos saberes, das práticas e dos poderes. **Revista de Educação Pública**, v. 23, n. 53, 2012 p. 491-500.

Alguma coisa está fora da ordem: crise capitalista e movimentos sociais / *Something is against the global order: capitalist crisis and social movements*

ANA TARGINA RODRIGUES FERRAZ¹

CÉLIA BARBOSA SILVA PEREIRA²

Resumo: No interior da pesquisa “A reconfiguração dos movimentos sociais no século XXI: ativismo virtual, coletivos e fóruns” desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (Nemps) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo analisamos, a partir da literatura produzida sobre as manifestações massivas ocorridas em todo o mundo no contexto da crise capitalista de 2008, as formas de manifestação, comunicação e organização dos movimentos sociais que se constituíram nas primeiras décadas do século XXI. Nosso principal objetivo foi identificar nestes movimentos as principais inovações e os traços de continuidade em relação a movimentos sociais que datam de períodos anteriores, para compreender em que medida as manifestações e movimentos surgidos na esteira da crise, rompem com as formas mais institucionalizadas de movimentos sociais e colocam em xeque os modelos centralizados, burocratizados e hierarquizados dessas organizações.

Palavras-chave: movimentos sociais; participação; democracia.

Abstract: Within the study “Reconfiguration of social moments in the 21st century: virtual activism, collectivism and forums” carried out by the Center of Studies on Social Movements and Practice (Nemps) at the Department of Social Work at the Federal University

-
- 1 Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Ufes e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Trabalha com temas: Movimentos Sociais, Democracia e Políticas Sociais.
 - 2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes. Bolsista da Fapes.

of Espírito Santo (Ufes), Brazil and based on the literature produced on massive manifestations taking place all over the world in the setting of the 2008 capitalist global crisis, we analyzed the forms of protest, communication and organization of social movements that were constituted in the first decades of the 21st century. Our main goal was to identify in these movements the major innovations and traces of continuity regarding prior social movements so as to understand to what extent the manifestations and movements arising from the crisis break through the most institutionalized forms of social movement and question the centralized, bureaucratic and hierarchical models of these organizations.

Keywords: social movements; participation; democracy.

Autores de diferentes correntes analíticas identificam elementos comuns aos protestos massivos que ocorreram na Tunísia, Islândia, Egito, Espanha, Portugal, Grécia, Chile, EUA, Brasil dentre outros países, de 2009 a 2013.³ Referem-se ao caráter espontâneo na origem das manifestações, à recusa de espaços políticos e formas de lutas tradicionais (parlamento, sindicatos, partidos), ao perfil jovem dos manifestantes, à ausência de lideranças, à pluralidade de bandeiras de lutas, à ocupação de espaços públicos, ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014a; CARNEIRO, 2012).

De acordo com Gohn (2014b), mudanças substantivas na realidade, após a grande crise capitalista de 2008, foram acompanhadas da emergência de novos atores sociais e de novas formas de ação coletiva, exigindo dos estudiosos a criação de novas categorias de análise e ampliação de teorias. Para a autora, as análises sobre os movimentos sociais atuais devem considerar pelo menos quatro aspectos: a processualidade histórica dos atuais movimentos sociais, uma vez que, em larga medida, estes movimentos inovam, mas

3 Esta periodização baseou-se nas análises de Gohn (2014) e Castells (2013). Segundo estes autores, mudanças essenciais no formato dos movimentos sociais aconteceram neste contexto.

também carregam elementos dos movimentos sociais de períodos anteriores; a ampliação dos protagonistas e alteração nas formas de comunicação, de mobilização e de atuação; a mudança na relação do Estado com a sociedade civil sob o neoliberalismo; as lacunas históricas do debate sobre os movimentos sociais relativas à conceitualização, diferenças em relação a outras ações coletivas e outras organizações sociais, a institucionalização.

Nesta direção, diferentes autores têm se debruçado sobre as manifestações populares massivas pós-crise de 2008 em todo o mundo, procurando identificar os elementos comuns a todas as manifestações, as inovações apresentadas, os elementos de continuidade e também compreender teoricamente esses processos.

A partir do que alguns autores avaliam como elementos comuns a essas manifestações, trabalharemos o que há de efetivamente inovador nesses processos e que pode significar ou não uma nova direção e uma nova forma de organização dos trabalhadores no contexto de agravamento da crise estrutural do capitalismo desde os anos 1970.

Origem dos movimentos sociais

A eclosão de “novos movimentos políticos”⁴ ou “novíssimos movimentos sociais”⁵ trouxeram à tona embates similares e simultâneos contra a crise do sistema capitalista, crise cujos efeitos tornaram-se mais intensos a partir de 2008, quando é possível observar, em proporções globais, um aumento da pobreza (inclusive da fome) e do desemprego, sobretudo entre os jovens, decorrentes das políticas de austeridade realizadas pelos diferentes governos em nome da dominância financeira.⁶ (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014a; HARVEY et al., 2012).

4 Expressão usada por Carneiro (2012, p. 14) para se referir aos movimentos sociais de massa que surgiram em diferentes países (Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Espanha, Portugal, Grécia, Chile, EUA, Rússia) nos últimos anos. Alves (2012, p. 35) chama de “novos movimentos sociais” reportando-se aos mesmos protestos.

5 Expressão usada por GOHN (2014, p. 22) também para referir-se aos eventos massivos globais da atualidade.

6 Segundo Castells (2013), na Tunísia, no período das manifestações, a taxa de desemprego era de 13,1%, ao passo que entre os jovens esse percentual era de 21,1% (idem, p. 31). Na Islândia, a crise financeira acarretou uma queda sig-

Apesar dos efeitos da crise capitalista serem apontados pelos autores como causa mais evidente das manifestações, as análises divergem quanto ao seu conteúdo e à natureza das lutas.

Para Castells (2013), o sentimento de humilhação suscitado pelo desemprego e pelo empobrecimento provocados pelas medidas de austeridade aplicadas pelos detentores do poder financeiro e político-cultural, foi o motor das rebeliões globais. Tratava-se de uma indignação geral em face do gerenciamento da crise, que penalizava os mais pobres, e ao vazio institucional e de alternativas, pela incapacidade das instituições políticas tradicionais como parlamento, partidos e sindicatos de responderem às necessidades de pobres e desempregados neste contexto.

Ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social. Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjuminância de degradação das condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas, e no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas. (CASTELLS, 2013, p. 161).

nificativa do PIB do país, de 6,8% em 2009 para 3,4% em 2010 (idem, p. 39). No Egito, a maioria dos trabalhadores desenvolvem atividades laborais no setor informal e pelo menos 40% da população é pobre (idem, p. 62). Nos países árabes onde ocorreram os levantes populares, a liberalização e a subordinação econômica levaram a altas no preço de gêneros alimentícios nestes países, impedindo o consumo de boa parte da população (idem, p. 79). Na Espanha, o desemprego em 2011 era de 22%, entre os jovens este número era ainda mais expressivo, 47% (idem, p. 90). Nos Estados Unidos, 1% da população passou a deter 23,5% da renda. Apesar da produtividade ter crescido em quase 30%, no período entre 1998 a 2008, os salários reais tiveram um aumento ínfimo de apenas 2% no mesmo período. Em contrapartida, o setor financeiro, que emprega apenas 5% da força de trabalho total, apresentou um incremento no lucro de 40% em 2007, decorrente da apropriação dos ganhos do setor produtivo. Ao fim, 1% entre os mais ricos deteve 58% do crescimento econômico no período, tendo um aumento na renda de 42%.

Embora reconheça a relevância da degradação das condições materiais de vida para a constituição dos movimentos sociais, Castells (2013) considera que estes surgem, primariamente, a partir de mudanças nos valores pessoais.

Segundo Castells (2013), os movimentos sociais são compostos por pessoas que decidem primeiro individualmente e depois, a partir do agir comunicativo, coletivamente, transformam emoções comuns (indignação, raiva, desejos) em ações coletivas conscientes. Portanto, os movimentos sociais surgem do compartilhamento de emoções individuais que induzem à ação e à mudança coletiva nas regras de organização social.

Para o autor, a comunicação autônoma, ou seja, estratégias de comunicação e compartilhamento de emoções e ideias que escapem dos mecanismos de controle do Estado e dos detentores de poder (econômico e político), é condição para a constituição dos movimentos sociais, pois “a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas”. (CASTELLS, 2013, p. 15).

Mudanças no ambiente comunicacional, como as produzidas pelo aparecimento da internet, afetam os processos de produção de significados e as relações de poder. Neste sentido, a possibilidade da comunicação em ampla escala de indivíduos e grupos proporcionada pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), fomentou a rápida disseminação da indignação e da raiva que produziu e alimentou as manifestações de massa pós-crise de 2008 nos países árabes, na Europa e nos Estados Unidos.

Para Castells (2013), as TICs introduziram uma tendência movimentalista: os movimentos sociais em rede, formatando suas origens, organização, articulação, comunicação e mobilização. O ambiente virtual formado por redes sociais da internet, serviços de telefonia móvel, canais de vídeos entre outros, propiciou o surgimento dos movimentos sociais globais atuais, em um contexto marcado pelo desprezo a partidos políticos, desconfiança da grande mídia, não reconhecimento de lideranças e rejeição a uma organização formal.

Segundo Castells (2013), as ideias, as ideologias e propostas programáticas, apesar de indispensáveis para transformar emoções

individuais em coletivas e, posteriormente, em ações, deliberações e projetos, devem ser construídas pelos próprios movimentos, garantindo a autonomia dos mesmos. O direcionamento dado por líderes internos ou por agentes externos pode ser danoso aos movimentos sociais ao introduzir projetos formulados em prol ou em nome do movimento, muitas vezes sem a participação dos indivíduos que dele fazem parte. (CASTELLS, 2013).

Com uma análise próxima às teorizações de Castells, Gohn (2014a) defende a hipótese de que haveria no contexto mundial contemporâneo uma nova forma de associativismo civil que se distinguiria tanto dos movimentos ocorridos nos finais de 1960 quanto dos movimentos dos anos de 1990-2000.

As manifestações atuais são diferentes das dos anos de 1990, mas são, ao mesmo tempo, resultado de conjunturas econômicas e políticas que foram estruturadas naquela década com a globalização que produziu uma geração ampliada de excluídos. Aos excluídos pela pobreza, agregaram-se os excluídos pelas novas regras da divisão internacional do trabalho, no acesso ao emprego no mercado de trabalho especialmente aos jovens, limitando-lhes também ao acesso ao mundo do consumo, consumo este que foi negado nas manifestações de seus pais na década de 1960, mas que foi o grande fator de integração social dessa geração de pais na década de 1990. (GOHN, 2014a, p. 19).⁷

Para a autora, uma das principais características dos movimentos altermundialistas, próprios dos anos 2000, era o questionamento das formas tradicionais tanto das políticas governamentais quanto das ações coletivas por meio de partidos e sindicatos, evidenciando a necessidade de novas formas de ação, cujo Fórum Social Mundial (2005) tornou-se o principal exemplo. Mas, enquanto os movimentos

7 Discordamos do uso do termo exclusão pela autora, mas vamos respeitar sua colocação. Compreendemos que as pessoas que não estão diretamente alocadas no processo produtivo cumprem um papel fundamental no sistema, garantindo a reprodução de relações de trabalho precarizadas, por exemplo, ao contribuir para o rebaixamento ou a estagnação dos salários, para o aumento da carga horária de trabalho com baixa remuneração e para efetivação de cortes de benefícios. Neste sentido, estão inseridas no processo de reprodução ampliada do capital e o termo "exclusão" torna-se inapropriado.

altermundialistas se contrapunham aos partidos políticos e sindicatos de esquerda por discordarem de seus rumos e ações, os movimentos sociais atuais se caracterizariam por negarem não apenas estas formas de luta, mas qualquer luta política institucionalizada e, neste sentido, manifestariam uma crítica às próprias experiências dos movimentos altermundialistas.

Considerando o referencial marxista insuficiente para explicar os movimentos sociais atuais, Gohn (2014a) adota a categoria *indignação* formulada por Castells (2013) para explicar a origem desses movimentos. Para a autora, assim como os movimentos altermundialistas que enfrentavam a globalização e o neoliberalismo não eram, necessariamente, críticos do sistema capitalista, os movimentos sociais atuais apesar de resgatarem os temas da desigualdade, justiça e descolonização e criticarem os efeitos do processo de financeirização da economia mundial, expressariam bem mais “a indignação diante do cenário de corrupção, falta de ética, mau uso do dinheiro público e falta de vontade política dos dirigentes” (GOHN, 2014a, p. 20) do que uma posição anticapitalista.

Para Gohn, uma leitura marxista desses movimentos a partir da categoria luta de classes, sobretudo, tenderia a ser equivocada, pois os atuais movimentos sociais se inspirariam bem mais nos ideais anarquistas, reforçando a sua conceituação dos movimentos sociais.

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses comuns. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. (GOHN, 2006, p. 251).

Considerando a categoria identidade de classe insuficiente para compreender os eventos movimentalísticos dos finais dos anos de

1960,⁸ Gohn (2014a; 2014b) considera a categoria identidade coletiva, situada em outro aporte teórico,⁹ mais apropriada para explicar a origem dos movimentos sociais.

Os “novos movimentos sociais” seriam assim denominados por apresentarem questões consideradas alheias aos conflitos capital-trabalho (gênero, etnia, orientação sexual, meio ambiente) e, portanto, distantes da identidade de classe, elemento central nas análises marxistas acerca do movimento operário e do partido político, considerados como expressões da luta de classes.

Ao usar a expressão “novíssimos movimentos sociais” para abordar as manifestações e movimentos contemporâneos, a autora o faz tanto para demonstrar que se trata de um associativismo diferente dos chamados “novos movimentos sociais” dos anos 1960, quanto para resgatar elementos da estrutura econômica, como o desemprego estrutural, os baixos salários e a redução das políticas sociais estatais, como elementos importantes para sua configuração. Para Gohn “[...] o protesto vem readquirindo caráter de manifestação de classe socioeconômica à medida que os “ricos” passam a ser alvos dos que demandam direitos e denunciam formas de exclusão”. (GOHN, 2014a, p. 68).

Segundo Gohn, as mobilizações globais atuais são motivadas por uma pluralidade de demandas, têm no horizonte a questão democrática e são influenciadas por uma visão anarquista da luta política, desafiando a capacidade analítica dos conceitos luta de classes e identidade de classe da teoria marxista para explicá-las.

Diferentemente de Castells (2013) e Gohn (2014a), Alves (2012) relaciona a origem dos movimentos sociais contemporâneos ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, cuja crise sistêmica se expressa por meio das crises financeira, social (desemprego crescente, precariedade laboral, corrosão do Estado social), política (perda de legitimidade dos partidos burgueses, conservadores-liberais e social-

8 Movimentos de jovens estudantes, de mulheres, de negros, ambientalista, popular de bairro, dentre outros, que traziam para a cena política novos sujeitos identificados por outras razões, diferenciando-se e muitas vezes distanciando-se do movimento operário. (GOHN, 2006).

9 Da teoria dos “Novos Movimentos Sociais”.

democratas ou socialistas) e do pensamento crítico (corroído pelo pós-modernismo e neopositivismo).

[...] os novos movimentos sociais, a princípio, não incorporaram utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer “não” e mover-se contra o *status quo*. Possuem, em sua contingência irremediável de movimento social, um profundo lastro moral do impulso crítico. Como indignados, eles fazem, mas não o sabem (como diria Marx). No plano contingente, efetuam uma crítica radical do capitalismo como modo de vida social. Mas não podemos considerá-los, a rigor, movimentos sociais anticapitalistas. Na verdade, o que predomina entre os manifestantes é um modo de consciência contingente capaz de expor, com indignação moral, as misérias do sistema sociometabólico do capital, mas sem identificar suas causalidades histórico-estruturais (o que não significa que não haja os mais diversos espectros de ativistas anticapitalistas). (ALVES, 2012, p. 36).

Segundo Alves, os atuais movimentos sociais expressam-se no campo de formação da consciência coletiva, cuja luta limita-se aos aspectos aparentiais (as lutas por empregos, condições de trabalho ou por uma melhor distribuição da riqueza socialmente produzida via políticas sociais) dos conflitos entre capital e trabalho. Assim, não só a categoria classe social é central para explicar os eventos movimentalísticos atuais, como os conceitos de luta de classes e consciência de classe são fundamentais para compreender as possibilidades e os limites dos embates.

Em Iasi (2011), a consciência de classe para si é condição imprescindível à classe trabalhadora no âmbito da luta de classes, uma vez que a vivência de “[...] relações sociais determinantes, baseadas na propriedade privada capitalista e no assalariamento da força de trabalho, geram as condições para que a atividade humana aliene em vez de humanizar” (IASI, 2011, p. 21). A alienação provoca distância e estranhamento do indivíduo não só em relação aos produtos do trabalho, mas também nas relações com a natureza, consigo próprio e com os outros.

A alienação e a identidade formada com base na individualização, interferem no processo de consciência dos sujeitos, eliminando desta consciência o seu caráter social. Por isso, segundo Iasi (2011), as relações no grupo tornam-se fundamentais para o processo de formação de uma consciência de classe. Nesta inserção, os sujeitos têm a possibilidade de romper com a visão de mundo que lhe foi transmitida e interiorizada como sua.

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido de reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça. (IASI, 2011, p. 29).

Ou seja, a inserção em movimentos sociais possibilita o resgate do caráter coletivo do processo de consciência.

A formação da “chamada consciência em si, ou consciência da reivindicação” (IASI, 2011, p. 30), como uma forma de consciência construída nos processos coletivos de lutas imediatas, pode levá-la a metamorfosear-se em “consciência de classe para si”, assim como pode conduzi-la a conformar-se novamente à ordenação social.

Como traço da consciência alienada, a individualização, do ponto de vista do sujeito, é transposta pela sua inserção no grupo, mas, do ponto de vista do movimento social, esta individualização é reforçada quando o objetivo perseguido pelo movimento limita-se às demandas imediatas que levaram à sua formação, levando ao corporativismo.

Entretanto, o limite da consciência em si é também o fator que possibilita sua transposição. Em outras palavras, as reivindicações, quando não contempladas, revelam o caráter ideológico do projeto societário burguês, pela enorme distância entre seus pressupostos igualitários e suas possibilidades de realização.

No atual contexto, a natureza profunda da crise sistêmica do capital conduz não só ao acirramento da contradição gerada pela relação capital-trabalho, mas a generalização dos seus efeitos, possibilitando maior exploração da força de trabalho, dado o número elevado

de desempregados e do contingente de pessoas em situação de miséria, assim como padronizando as medidas anticrise tomadas pelos Estados (cortes nas políticas sociais, aumento da repressão). (NAKATANI; HERRERA, 2010).

Além disso, a crise econômica é necessária, mas não é suficiente para mudar a correlação de forças entre as classes sociais em luta e muito menos para a decadência da hegemonia burguesa construída solidamente, em cada um dos países, através de uma ampla sociedade civil, no sentido gramsciano. (NAKATANI; HERRERA, 2010).

Neste sentido, os limites das lutas reivindicativas e corporativas tornam-se cada vez mais visíveis. O que pode ser fundamental para que os atuais movimentos possam construir um projeto societário anticapitalista.

Em nossa compreensão, os movimentos sociais na sociedade capitalista, ontem e hoje, originam-se dos diversos conflitos decorrentes da relação contraditória entre capital e trabalho. São expressões do amplo processo de luta de classes, articulam e manifestam os interesses da classe trabalhadora e dos capitalistas.

Perfil dos manifestantes

Segundo Castells (2013), na Tunísia, os manifestantes eram majoritariamente jovens com nível superior, desempregados e trabalhadores sindicalizados. Também no Egito, as manifestações foram iniciadas por jovens estudantes universitários (a taxa de desemprego entre os diplomados é dez vezes maior do que entre os menos instruídos) e engrossadas por segmentos da classe pobre urbana e trabalhadores industriais. Na Espanha, os primeiros manifestantes eram jovens estudantes universitários desempregados aos quais, posteriormente, juntaram-se trabalhadores sindicalizados, militantes partidários e idosos. (CASTELLS, 2013).

Sobre as manifestações árabes (Revolução Árabe), Castells (2013) afirma:

Não eram revolucionários islâmicos de esquerda, embora todos aqueles que possuíam projetos para mudar a sociedade

tenham acabado por participar do movimento. Inicialmente tinham uma origem de classe média, embora geralmente de uma classe média empobrecida, e muitos eram mulheres. Mais tarde, juntaram-se a eles pessoas pobres atingidas pela inflação e incapazes de comprar os gêneros alimentícios de cada dia como consequência de políticas de liberalização econômica e da subjugação de seus países aos preços crescentes desses gêneros no mercado mundial. (CASTELLS, 2013, p. 79).

O que nos leva a afirmar que o lugar ocupado pelos manifestantes na divisão social do trabalho continua a ser importante e central.

O perfil dos manifestantes nos EUA, nos movimentos Occupys, confirma essa avaliação. Os manifestantes eram jovens trabalhadores e estudantes, muitos em situação de desemprego ou em empregos precários (temporário, parcial), com curso superior, além de trabalhadores sindicalizados e trabalhadores mais velhos, ideologicamente guiados por uma perspectiva anarquista. (CASTELLS, 2013).

Cálculos preliminares na Rede de Pesquisa Occupy indicam que a ampla maioria das pessoas que atuaram no movimento havia participado de vários movimentos sociais e se envolvera em organizações não governamentais e campanhas políticas. (CASTELLS, 2013, p. 128).

Ainda que desde o início tivesse sido notória a participação de militantes de sindicatos de funcionários públicos, grupos organizados como o Adbusters (revista crítica), AmpedStatus, Anonymous, políticos, intelectuais e organizações de trabalhadores de esquerda, como a New York Local of the Transport Union of America (sindicato), AFL-CIO (união sindical), a análise de Castells (2013) continua a apontar os jovens como principais protagonistas e a espontaneidade como um importante aspecto.

Para Castells (2013) é mais importante saber se o envolvimento nas manifestações decorreu da “própria vontade”, autonomamente, ou se foi influenciado por uma plataforma política partidária institucionalizada. Ao mesmo tempo, a ausência de partidos políticos nos processos de mobilização leva o autor a destacar a espontaneidade na origem dos mesmos, independentemente da orientação ideológica ou do ativismo anterior dos participantes.

Como Castells (2013), Gohn (2014a) privilegia o recorte geracional no perfil dos manifestantes dos movimentos sociais atuais, mas considera a condição econômica um fator importante na análise. Apoiando-se nas análises de Alves (2012) sinaliza o *Precariado* como principal sujeito político no cenário atual.

[...] a nova denominação dada aos cidadãos deste novo século, os filhos de uma sociedade precária onde impera a desigualdade social e econômica, onde há perda de direitos sociais e políticos, exclusão de imigrantes etc. É um novo proletariado, do setor informal, trabalhando em empregos terceirizados, flexibilizados, sem garantias legais. (GOHN, 2014a, p. 16).

Para a autora, alterações no mundo do trabalho produzem mudanças no perfil do sujeito revolucionário e apontam para “um novo proletariado”, concretizado nos jovens rebeldes “excluídos” do processo de produção. (GOHN, 2014a).

Diferentemente, para Alves (2012), mudanças no mundo do trabalho levam a um processo de acirramento cada vez maior da contradição inerente à relação capital-trabalho, ampliando as possibilidades de novos conflitos. Neste sentido, para o autor, “os novos movimentos sociais” “[...] constituem-se de densa e complexa diversidade social, exprimindo a universalização da condição de proletariedade”. (ALVES, 2012, p. 32).

O perfil jovem dos militantes dos movimentos sociais analisados pelo autor em Portugal, Espanha e EUA, não é mais relevante que a posição ocupada pelos mesmos na divisão social do trabalho. Como expropriados dos meios de produção, esses jovens dependem unicamente da venda da sua força de trabalho para assegurar sua sobrevivência.

Alves (2012) sinaliza a necessidade de compreendermos os movimentos sociais atuais como resultantes das transformações ocorridas no mundo do trabalho, a tal ponto que a condição de opressão e exploração vivenciada pelos proletários espalha-se para diversos segmentos sociais. Neste sentido, para este autor, os atuais movimentos sociais no mundo demonstram a atualidade do conceito e o vigor da luta de classes.

Demandas e bandeiras de luta

Segundo Castells (2013), uma peculiaridade dos atuais movimentos sociais globais é a pluralidade de demandas que, em alguns casos, podem ser direcionadas para um objetivo comum como nas Insurreições Árabes, em que a questão democrática tornou-se uma bandeira unificadora. De forma geral, os temas eram variados, abordavam desde problemas nas gestões dos governos (corrupção, dentre outros), modelo de democracia e regime eleitoral, ao desemprego, recursos para educação, papel da religião (por exemplo, do islã) na orientação política do país (Tunísia) e a formulação de uma nova Constituição (Islândia). (CASTELLS, 2013).

Na Espanha, pode-se afirmar que a principal bandeira de luta era o combate à erosão do Welfare State. As reivindicações questionavam o corte de gastos para as políticas de saúde, educação, moradia e emprego.

Nos EUA, havia uma gama extremamente variada de bandeiras de luta: o combate à especulação financeira, a crise de moradia, o controle da moeda, a defesa de direitos sindicais, dentre outras. No Brasil, as demandas, a princípio em torno do transporte, se ampliaram para temas como educação, saúde, melhores condições de vida. (CASTELLS, 2013).

Para Gohn (2014a), apesar dos “novíssimos movimentos sociais” colocarem-se nitidamente contra a concentração de riquezas e a exclusão¹⁰ social e demandarem direitos, a forma como suas demandas (bandeiras de luta) aparecem aproxima-os mais dos movimentos do *Maio de 1968 na década de 1960* e menos dos movimentos *anti ou alterglobalização dos anos 1990 e 2000*.

Enquanto os movimentos do final dos anos 1990 e início de 2000 tinham como principal bandeira de luta contrapor-se ao processo de globalização neoliberal, elegendo as reuniões de cúpula de representantes do chamado G7¹¹ e de organizações multilaterais (FMI, ONU, dentre outras) como foco das manifestações, os movimentos sociais

10 Vide nota de rodapé 5.

11 Grupo dos sete países mais industrializados do mundo: Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Japão, Itália e Canadá.

atuais trazem uma pluralidade de demandas, como os eventos do final dos anos 1960.

Para a autora, “de toda forma, o horizonte dos jovens rebeldes na atualidade situa-se no plano democrático” (GOHN, 2014a, p. 25). Entretanto, diferentemente dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, no Brasil, que apresentavam certa unidade em meio à pluralidade de bandeiras, em que as lutas centravam-se no restabelecimento da democracia e no “direito a ter direitos” (GOHN, 2014b, p. 12), hoje, segundo a autora, os movimentos sociais priorizam suas demandas particulares.

Mais do que um excesso de particularismos, a pluralidade de demandas apresentadas pelos manifestantes em todo o mundo, parece sinalizar, em meio a mais profunda crise capitalista mundial desde 1929, a dificuldade de construção coletiva de uma resposta à crise de caráter amplo, estrutural, tanto pela burguesia quanto pelos trabalhadores e seus operadores políticos nos partidos à direita e à esquerda, respectivamente.

Formas de organização e participação

É interessante a correlação estabelecida por Gohn (2014a) entre os atuais movimentos sociais no mundo e as formas de movimentos sociais de períodos anteriores. Segundo a autora, as formas de organização e participação desses eventos guarda semelhanças com as experiências dos Fóruns, generalizadas nos anos 2000, com suas redes internacionais de intercâmbio de caráter horizontal.

Para Castells (2013), os processos massivos e globais da atualidade têm na internet e nas assembleias locais, uma estrutura capaz de garantir maior autonomia e horizontalidade aos movimentos sociais por constituírem espaços de comunicação livre e autônoma (CASTELLS, 2013). O espaço livre da internet não precisa de um centro identificável de comando, dispensa lideranças formais, diminuindo as possibilidades de aparelhamento dos movimentos sociais por instituições políticas e organizações sociais e o desenvolvimento de práticas de centralismo político.

Segundo Castells “a horizontalidade é a norma e há pouca necessidade de liderança, porque as funções de coordenação podem ser exercidas pela própria rede, mediante a interação entre seus núcleos” (2013, p. 106). Ou seja, as redes possibilitariam o desenvolvimento de ações de coordenação e deliberação, garantindo o caráter horizontal da participação (CASTELLS, 2013). Além disso, a internet reduziria as possibilidades de repressão ao movimento, tanto pela divulgação de vídeos de denúncia destas práticas, quanto pela dificuldade de identificação de lideranças. (CASTELLS, 2013).

Entretanto, a ausência de lideranças não ocorre pela falta de líderes em potencial, mas pela crítica dos participantes a qualquer investidura de poder dentro dos movimentos (CASTELLS, 2013). O funcionamento em rede possibilitaria a horizontalidade interna e externa, estimulando o companheirismo, a cooperação e a solidariedade tanto entre os participantes do movimento quanto com outros movimentos sociais.

Na Tunísia, o autor afirma que não havia liderança formal, mas a organização cotidiana do movimento levava a uma distribuição de tarefas para cuidar da logística, mediar os debates, assegurar o cumprimento das regras coletivas, proteger os manifestantes, garantir a organização interna do movimento (funcionamento) e a participação dos manifestantes.

Na Espanha, o cotidiano do movimento levou os manifestantes a elegerem comissões para organizar os acampamentos, os debates, as atividades e as manifestações. (CASTELLS, 2013).

Não se reconheciam líderes: todos representavam a si mesmos, e as decisões ficavam a cargo da assembleia geral, que se reunia no fim de cada dia, assim como das comissões formadas em torno de cada tema sobre o qual as pessoas desejavam intervir. (CASTELL, 2013, p. 93).

Nos movimentos Ocuppys (EUA) “a característica mais importante era a ausência deliberada de liderança formal” (CASTELLS, 2013, p. 142), o que não significou ausência de funções de liderança, mas estas eram exercidas no local, pela assembleia geral. Havia também coordenações de reuniões, assembleias e atividades.

Esta formatação, segundo o autor, possibilitou ao movimento gerar uma participação pautada pela democracia deliberativa. As decisões eram tomadas em assembleias gerais, com base no consenso. As assembleias eram realizadas no local de ocupação e mediadas por diferentes manifestantes que se alternavam na função de facilitadores. (CASTELLS, 2013).

Entretanto, o próprio autor observa uma tensão entre o desejo do movimento (uma certa idealização) e a prática do mesmo.

[...] as posições de membro e líder de grupos de trabalho estavam abertas a todos, mas na verdade eram ocupadas por aqueles que compareciam regularmente, assumiam responsabilidades e cumpriam suas promessas. Esses papéis acabaram associados a determinados indivíduos que se tornaram pessoas-chaves nos comitês. (CASTELLS, 2013, p. 145).

E, neste sentido, apesar dos movimentos massivos no mundo procurarem garantir uma organização mais horizontalizada e participativa, é forte a tensão entre este desejo e os desafios da prática cotidiana, em que ainda é comum alguns indivíduos se destacarem na organização, mobilização e manutenção do movimento.

Principais estratégias de lutas

Tanto nas manifestações no mundo árabe quanto na Europa e nos Estados Unidos, foi possível notar uma combinação de formas de manifestação mais tradicionais como as passeatas e greves de trabalhadores com manifestações inovadoras como a ocupação, por períodos mais longos, de praças e prédios públicos e os pannelsos.

No Egito, segundo Castells (2013), os trabalhadores industriais usaram uma das formas mais tradicionais de luta, a greve. Segundo o autor, *Relatos indicam que o medo de o movimento se estender para a força de trabalho industrial foi um fator que influenciou os generais do Exército, atentos ao mundo dos negócios, a sacrificar o ditador no altar de seus próprios lucros* (CASTELLS, 2013, p. 62). O que para nós é uma demonstração da força que as manifestações do operariado ainda possuem.

Formas de articulação, comunicação e mobilização social

Segundo Castells (2013), os “movimentos sociais em rede” são ao mesmo tempo locais e globais, pois apesar de se situarem em países específicos,¹² a conexão por meio da internet possibilitou o conhecimento de outras experiências e a interconexão com outros movimentos sociais em todo o mundo. Para o autor, a internet teria assumido nos processos atuais um papel central. A rede seria a principal ferramenta para garantir a autonomia dos movimentos sociais no processo de comunicação, articulação e mobilização social, além da própria forma assumida pelos movimentos.

Também Gohn (2014a) aponta as mobilizações *on line* (*blogs, twitter, facebook*, mensagens nos celulares) como algo próprio aos atuais movimentos sociais massivos. Segundo a autora, esta tem sido a principal forma de comunicação e transformou-se em instrumento de construção e formatação do próprio movimento (registro de ações, difusão das mesmas, articulação de indivíduos e movimentos).

As mídias digitais devem ser compreendidas como potencializadoras da capacidade de comunicação e mobilização dos movimentos sociais, de produção de conteúdo informativo fora do circuito das grandes empresas de comunicação, mas não podem ser tomadas como o próprio movimento, ou como sua única forma de expansão. O debate nas redes digitais envolve, em geral, indivíduos e grupos sensíveis e mobilizados pelo tema, e curtir ou dar um *like* em textos, fotos ou eventos, pode não significar um compromisso com as tarefas do movimento, a presença nas reuniões e nas manifestações.

Conclusão

A origem dos movimentos sociais massivos na atualidade, em diferentes países, deveu-se primariamente às condições objetivas decorrentes de uma crise estrutural do sistema capitalista, cujas principais respostas da burguesia foram a financeirização, a reestruturação produtiva, a flexi-

12 É importante destacar que para Castells *a revolução da internet não nega o caráter territorial das revoluções ao longo da história. Em vez disso, ela o estende do espaço dos lugares para o espaço dos fluxos.* (2013, p. 52).

bilização e redução de direitos sociais e trabalhistas, resultando em desemprego e aumento da pobreza, sobretudo entre os jovens.

A forma como os movimentos sociais organizaram suas demandas imediatas decorreram da diversidade dessas condições no plano geográfico. Nos países capitalistas centrais, onde a experiência do Welfare State assegurou direitos sociais e trabalhistas, a principal novidade do atual cenário, de acordo com Alves (2012 nas referências), tem sido recessão e baixo crescimento com altos índices de desemprego e pobreza, introduzindo características próprias de economias dependentes.

Na periferia do capitalismo, os ajustes neoliberais agudizam a histórica desigualdade social decorrente, sobretudo, da inserção dependente na economia mundial, marcada pela superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000), ampliando e aprofundando a informalidade e precarização do trabalho que as caracteriza. (ANTUNES, 2015).

Combinada a outras formas de opressão históricas, a desigualdade social, em todo o mundo, manifesta-se de modo mais exacerbado em alguns grupos sociais, como imigrantes, jovens, mulheres e negros, ampliando as possibilidades de emergência de novos conflitos sociais. O curso que estes conflitos e suas expressões tomarão, se anticapitalista ou não, dependerá da capacidade de organização e de aglutinação da pluralidade de interesses da classe trabalhadora manifesta no interior da luta de classes.

**Submetido em 5 de julho de 2016 e aceito para
publicação em 13 de outubro 2016**

Referências

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 31-38.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. In: _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 243-268.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação: Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 7-14.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014a. Coleção questões da nossa época, v. 47.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014b.

HARVEY, David et al. **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro, 1932-1997. Dialética da dependência. In: _____. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.; Organização e apresentação de Emir Sader. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 105-165.

NAKATANI, Paulo; Herrera, Rémy. **Crise financeira ou... de superprodução?** Disponível em: <<http://www.odiario.info/?p=2010>>. Acesso em: 27/10/2015.

Serviço Social contemporâneo e as lutas sociais: análise dos limites e objetivações do projeto ético-político / *Contemporary Social services and social struggles: analysis of the limits and objectivations the ethical-political project*

CYNTHIA SANTOS FERRAREZ¹

WARLLON DE SOUZA BARCELLOS²

Resumo: O presente artigo contém um panorama sobre o Serviço Social contemporâneo, abarcando a reflexão sobre as lutas sociais realizadas pela profissão ao longo dos seus 80 anos de existência no Brasil. Tendo como referência o Projeto Ético-Político Profissional e o alcance de seus objetivos a partir da intenção de ruptura com a prática conservadora adotada pela profissão a partir dos anos 1980. Muito se escreve e se debate acerca dos objetivos, das formas de luta, dos limites e dos desafios dos sujeitos que as protagonizam, sendo assim, o objetivo deste estudo de resgatar e explicitar uma necessária relação dos conteúdos que contribuem para o debate do Serviço Social contemporâneo a partir da análise do Projeto Ético-Político Profissional pensando seus limites e desafios, assim como o comprometimento com as lutas sociais e com a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto Ético-Político; lutas sociais.

Abstract: This article has been conducting an overview of contemporary social work, making a reflection of social struggles carried out by the profession throughout his 80 years. Taking as reference the professional Political Ethics Project and the achievement of its objectives from the intention to break with the conservative practice adopted by the

1 Assistente social, doutoranda e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

2 Assistente social, mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense e professor do Curso de Serviço Social da UEMG.

profession from the 80s Much is written and debate about the objectives, forms of struggle, the limits and the challenges of the subjects that the protagonists. Our goal here is not to deal with the "hot" debate the current situation, but to rescue and express a necessary relation of the contents that make up what we mean by contributing to the debate on contemporary social work from the analysis of professional Political Ethics Project thinking their limits and challenges.

Keywords: Social Work; Political Ethics Project; social struggles.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais.

Esse processo de renovação crítica do Serviço Social é fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise da ditadura militar: a ditadura do grande capital (IANNI, 1981). Foi no contexto de ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito, que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E não ficou a reboque desses acontecimentos, impulsionando um processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização político-corporativa dos assistentes sociais.

Diante do exposto, torna-se imprescindível a análise sobre a orientação dos(as) assistentes sociais regida pelo Projeto Ético-Político, a fim de que os interesses da classe trabalhadora possam ser de fato efetivados, contrapondo-se as formas de opressão, dominação e exploração que perpassam o contexto da sociedade brasileira neoliberal. E isso só se torna possível quando se efetiva de fato uma formação pautada na qualidade e na possibilidade de construção de valores emancipatórios e universais.

Serviço Social, lutas sociais e o Projeto Ético-Político Profissional

O Serviço Social vem construindo coletivamente, desde o findar da década de 1970, um projeto profissional³ voltado para garantia de acesso a direitos dos cidadãos; comprometimento com a classe trabalhadora; eliminação das formas de preconceito; contra a ordem vigente e contra o conservadorismo profissional; em defesa da democracia como sinônimo de cidadania; dentre outros. A categoria, então, vem elaborando mediações que permitam compreender a realidade social e seus espaços contraditórios.

O Serviço Social é uma profissão constituída na dinâmica sócio-histórica das relações entre Estado e as classes sociais no enfrentamento à questão social. Sua natureza contraditória abre a possibilidade de, para além das demandas dos espaços sócio-ocupacionais em que estamos inseridos, atuarmos nos processos de mobilização popular e de fortalecimento dos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores. Dessa forma, podemos contribuir para o desenvolvimento das ações coletivas dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva da defesa, da conquista e da ampliação dos direitos e da construção de uma sociedade emancipada. Nosso projeto ético-político teve, como um dos móveis centrais para o seu desenvolvimento, a força política e organizativa de um conjunto variado de lutas, movimentos e organiza-

3 Os Princípios Éticos-Políticos Profissionais estão baseados na dialética marxista, referenciado que “a práxis não se esgota no trabalho embora ele seja sua forma primária, segundo Barroco (2009) “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho”. (BARROCO, 2009, p. 170).

ções dos trabalhadores no campo da sociedade civil brasileira a partir dos finais da década de 1970 e década de 1980.

O "Congresso da Virada", realizado de 23 a 28/09/1979, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), conhecido hoje como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em São Paulo, mostrou-se um marco na história do Serviço Social, principalmente no que diz respeito a postura profissional e a busca por um projeto ético-político condizente com as aspirações dos assistentes sociais

Para entender as condições em que a "Virada do Serviço Social" se deu é necessário conhecer o contexto histórico ao qual esses assistentes sociais estavam inseridos e quais as condições de trabalho que se apresentavam aos mesmos naquele momento.

Guerra e Ortiz (2009) destacam a existência de determinações exógenas e endógenas à profissão, que contribuíram diretamente para a afirmação da virada. Os fatores a seguir expressam as determinações exógenas que se mostram muito peculiares por se tratarem da América Latina:

Dinamismo e expansão do capitalismo – a classe operária se desenvolve e amadurece do ponto de vista da sua consciência de classe e de sua organicidade. A revolução cubana (1959), as novas lutas de classe na Guatemala (1960), a influência dos movimentos desencadeados no maio francês de 1968, o Cordobazo argentino (1969), a unidade popular do Chile (1970-1973), a grande mobilização social que levou a vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em 1979, a recuperação de parte da soberania do Canal do Panamá (1977) pelos tratados Torrijos-Carter, a guerra de libertação em El Salvador (1980-1992), são realidade, as classes vão forjando sua consciência política, que, portanto, não surge por geração espontânea. (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 125).

Como determinações endógenas observa-se que o Brasil presenciava "greves generalizadas, paralisações, ocupações de fábricas, de terras e, posteriormente, de prédios públicos" (CFESS, 2009, p. 60) e, ainda, a ruptura e negação do sindicalismo tradicional e de conciliação de classes, como forma de enfrentamento à ditadura militar, demonstrando, com isso, uma nova forma de organização da classe trabalhadora.

Ao pensar a origem do movimento de Intenção de Ruptura com o conservadorismo, busca-se analisar as influências da reconceitualização latino-americana, com forte oposição às ditaduras militares do continente e criação de novas bases conceituais para uma ação profissional crítica, como visto anteriormente.⁴

Com relação à formação profissional, o "Método BH", desenvolvido pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, em Belo Horizonte, assim como os debates que se iniciam sobre a mesma na Associação Brasileira de Serviço Social (ABESS), a atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) desde 1991, deu origem ao currículo de 1982.⁵ Outro fato importante foi a criação em 1975 da primeira pós-graduação em Serviço Social – realizada pela PUC-SP – que resultou na aproximação com as ciências sociais e a tradição marxista.

Vale destacar a importância da produção do livro *Relações sociais e Serviço Social*, de Yamamoto e Carvalho, inaugurando a mais completa pesquisa sobre a profissão até então, demonstrando um panorama geral do Serviço Social e suas principais raízes de pensamento, principalmente a vertente conservadora.

Analisando o processo de renovação da profissão, elege-se, a partir do fim da década de 1970, a vertente marxista – expressa pelo movimento de intenção de ruptura – como forma mais adequada para a interpretação da realidade cotidiana capitalista, objetivando compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais, inserida na sociedade capitalista.

Dessa inflexão se imprimiu a direção social da profissão no âmbito da formação e do exercício profissional e da organização estudantil, marcada fortemente pela relação com a luta por direitos sociais e trabalhistas, pelo aprofundamento do legado marxiano e da tradição

4 Conjunturalmente, o III CBAS é realizado no momento da vida brasileira da retomada das lutas sociais no país, quando os movimentos sociais – sindicais e populares – se organizam na perspectiva classista com forte protagonismo da classe operária. (CFESS, 2009, p. 56).

5 Encharcado com o "Marxismo Vulgar".

marxista, e na direção da luta pelo socialismo, no horizonte do projeto histórico da emancipação humana. (CFESS, 2009, p. 59).

Na tentativa de ruptura com o histórico conservador percebe-se que o Serviço Social, além de produzir o currículo de 1982, produz o Código de Ética de 1986 e, posteriormente, observadas as falhas conceituais dos mesmos, criaram-se o Código de Ética e a Lei de Regulamentação 8.662, no ano de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996. Estes podem ser entendidos como grandes "frutos da Virada".

A força política que foi incorporada – em suas necessidades e reivindicações – e apreendida – no campo teórico – pelos setores progressistas da profissão. Coube ao protagonismo destes segmentos progressistas as transformações no conteúdo do processo formativo dos assistentes sociais; a reformulação dos princípios e valores do nosso Código de Ética; a densidade teórica e qualificada da produção acadêmica e do debate teórico-político; a solidez político-organizativa e clasista de nossas entidades representativas. Com esta apreensão, afirmamos que o nosso projeto profissional se alimenta, se vitaliza, se fortifica – especialmente nas condições atuais que lhe parecem tão adversas – tanto no avanço daquela base social, qual seja, das organizações e lutas das classes subalternas – quanto na vontade majoritária do campo profissional. (DURIGUETO, 2014).

Particularmente em relação ao campo profissional na sua relação com as lutas e movimentos sociais, algumas pontuações de ordem teórico-interventiva tornam-se necessárias.

A relação interventiva do Serviço Social com os movimentos sociais é explicitada, por exemplo, na Lei de Regulamentação da profissão, que determina como competência do assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Lei nº 8.662, 1993, art. 4º, parágrafo IX) e no Código de Ética, que afirma como direito do profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (Código de Ética do Assistente Social, 1993, art. 12, alínea b).

O que se precisa ressaltar é que essas diretivas não constituem apenas dimensões normativas, mas orientações estratégico-táticas. Como nos esclarece Yamamoto (1982), interferimos nas relações sociais cotidianas no atendimento às mais variadas expressões da questão social vividas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, nas necessidades de acesso aos serviços de saúde, moradia, assistência etc. (DURIGUETO, 2014).

Diante do exposto, decifrar então as mediações por meio das quais se expressa a questão social tem importância por dois motivos: para apreender as expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos e para apreender e fortalecer suas formas de resistência já existentes ou ainda ocultas no campo da sociedade civil. Ou seja, suas formas de organização e as potencialidades de mobilização e de luta.

Esta apreensão pode abrir novos horizontes para o exercício profissional, pois pode favorecer que nossas ações não se pautem pelo fornecimento de informações que levem à simples adesão dos sujeitos aos programas e projetos institucionais, à individualização do acesso que reforça a perspectiva de subalternização e controle. Mas ao contrário: aquela apreensão pode nos abrir a possibilidade interventiva de trabalhar nos sujeitos a busca da construção de estratégias coletivas para o encaminhamento de suas demandas, de suas necessidades, o que significa estimulá-los à participação em organizações e movimentos sociais ou a fomentar e potencializar a necessidade deles criarem organizações e movimentos quando estes inexitem; de estimulá-los a participar e ocupar os espaços conselhistas; de desenvolver ações de mobilização e organização popular nos espaços em que atuamos pela viabilização da participação dos sujeitos no processo de elaboração e avaliação das políticas e dos serviços que prestamos. (DURIGUETO, 2014).

O que queremos enfatizar é que dar vida ao projeto ético-político exige de nós o compromisso com o fortalecimento das lutas sociopolíticas vinculadas às classes subalternas o que, por sua vez, demanda a aliança com os sujeitos coletivos que as protagonizam. Ou seja, implica em criarmos estratégias e táticas de atuação no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de nossas intervenções.

E já percebemos esse compromisso no protagonismo das entidades representativas da categoria na articulação com as pautas de lutas das organizações e do conjunto dos movimentos sociais; com as associações profissionais e entidades de defesa de direitos; nas campanhas e documentos do Conjunto CFESS-CRESS; da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso); na produção teórica; nas atribuições, princípios e valores que norteiam nossa ação profissional.

Sendo assim, em 1996 as Diretrizes Curriculares da ABEPSS visará superar as lacunas identificadas, para garantir uma direção social mais estratégica para o exercício e formação profissional. Segundo Guerra e Ortiz (2009):

[...] o tripé caso, grupo e comunidade e, para tanto, foram criadas as disciplinas de Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social. A tentativa de superação gerou uma nova dicotomia ao se separar teoria, método e história como compartimentos isolados da vida social. (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 130).

O maior fruto da virada sem dúvida é o reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhador, assalariado, comparte do trabalho coletivo e que vende a sua força de trabalho como todo trabalhador.

Partindo desse pressuposto, a categoria trabalho passa a ser analisada pelos profissionais como foco central da interpretação da realidade, como forma de esmiuçar a sociedade em sua totalidade. Assim, o assistente social passa a compreender, também, o significado social da profissão e a utilidade da mesma – pois ele atua sobre as expressões da questão social, sobre a reprodução material e social da classe trabalhadora –, sendo um trabalho que não se expressa materialmente, mas é objetivamente social.

O Serviço Social vem construindo coletivamente, desde então, um projeto profissional⁶ voltado para a garantia de acesso a direitos

6 Os Princípios Éticos-Políticos Profissionais estão baseados na dialética marxista, referenciado que “a práxis não se esgota no trabalho embora ele seja sua forma primária, segundo Barroco (2009) “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho”. (BARROCO, 2009, p. 170).

dos cidadãos; comprometimento com a classe trabalhadora; eliminação das formas de preconceito; contra a ordem vigente e contra o conservadorismo profissional; em defesa da democracia como sinônimo de cidadania; dentre outros. A categoria, então, vem elaborando mediações que permitam compreender a realidade social e seus espaços contraditórios.

Com isso, evidencia-se que a formulação de um projeto profissional crítico à sociedade burguesa é uma demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo assistente social, e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional. (GUERRA, 2007, p. 9).

Novas e complexas transformações societárias são presenciadas pelo Serviço Social, que serão devidamente tratadas, mas é importante ressaltar que a profissão conseguiu alcançar uma maturidade que lhe permite uma melhor interlocução com seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

Segundo Guerra (2007) o projeto neoliberal materializa-se por meio de processos de privatização e mercantilização da vida social no capitalismo tardio, a exemplo do enfraquecimento dos movimentos sociais, sindicais, trabalhistas. Sendo assim, nota-se uma incidência direta na atuação do(a) assistente social, em que o exercício profissional esteja orientado por um "projeto profissional que contenha valores universalistas, baseado no humanismo concreto, numa concepção de homem enquanto sujeito autônomo, orientado por uma teoria que vise apreender os fundamentos dos processos sociais e iluminar as finalidades". (GUERRA, 2007, p. 15).

Torna-se extremamente relevante destacar que os projetos profissionais, de acordo com Netto (2006), são construídos coletivamente, ou seja, são projetos de categoria profissional, tendo uma construção histórica que contempla uma dimensão política e de relações de poder. Respeitada a dinâmica que a categoria é um espaço plural em que podem surgir projetos profissionais diferentes.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos assistentes sociais se manifesta no pluralismo, que deve ser garantido de acordo o 7º princípio do Código de Ética dos Assistentes Sociais. Mas que pluralismo é esse? Como definir pluralismo em um contexto em que o capital nos

faz confundi-lo com ecletismo e com liberalismo? Apesar de pluralismo nos dar uma ideia de que há um diálogo entre todos, na verdade o diálogo só vai acontecer, em vias de fato, com aqueles que têm finalidades próximas.

De acordo com o exposto podemos entender que projeto profissional não é a profissão Serviço Social, mas um norte a ser seguido, construído por meio das aspirações da categoria profissional. Mesmo obtendo um caráter hegemônico, o fato de se adotar a teoria marxista como método de interpretação da realidade, não isentou os profissionais de lidarem com influências e, até mesmo, "confusão" com outras teorias.

“A valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele” (NETTO, 2006, p. 8), expressando um caminho possível no vislumbrar de uma nova ordem societária e de acordo com Iamamoto (2007):

Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociedades, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2007, p. 222).

O Projeto Ético-Político Profissional está pautado numa dimensão jurídico-política, bem como as diretrizes e os princípios da profissão, resultando na formulação do Código de Ética profissional – lembrando que código de ética e projeto ético-político são duas coisas distintas, sendo o primeiro materializado em legislação com atribuições de direitos e deveres e o segundo se ancora na dimensão societária que almejamos conquistar –, na Lei de Regulamentação da profissão e nas atuais Diretrizes Curriculares.

O projeto profissional é um elemento de unidade entre teoria e prática. Sem esse elemento, ainda que nem sempre percebido pela consciência do profissional, a atuação na realidade carece de uma unidade, de elementos que possam homogeneizar determinados elementos da cultura e posturas profissionais conscientemente adotadas, diferenciando-as de ações sociais,

voluntárias ou não. Ele é um elemento necessário, ainda que insuficiente, para que uma atividade se converta em práxis. (GUERRA, 2007, p. 24).

O Código de Ética de 1993 coloca a ética e os valores como sendo parte constitutiva e produto da práxis,⁷ práxis esta que é concebida como ação social e prática que se dá a partir de escolhas conscientes. Entretanto, no contexto da dinâmica contraditória do capitalismo, evidencia-se um processo de opressão, de exploração e de dominação, fazendo com que a objetivação da ética encontre “obstáculos concretos para se viabilizar plenamente, ou seja, de forma consciente, universalizante, livre, objetivando valores emancipatórios”. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 55).

O Serviço Social busca se direcionar por valores éticos pautados em uma dimensão crítica, em que a liberdade ganha centralidade, não compreendendo liberdade como prega o liberalismo, em que o direito de um se limita ao direito do outro,⁸ ou seja, essa liberdade é permeada por contradições, não podendo se constituir numa liberdade plena.

A liberdade, que concretamente corresponde à existência de alternativas, à possibilidade de escolhas, à existência de condições sociais para a vivência e ampliação das capacidades, a liberalização dos impedimentos à manifestação das forças humanas tec., passa a ser valorizada, a ser representada como valor ético e político por meio da práxis humana. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 56).

Essa liberdade está vinculada ao princípio da emancipação humana, por meio de um projeto profissional e societário diferente do

7 De acordo com Barroco e Terra (2012) “a ética é parte da práxis: uma ação prática e social consciente mediada por valores emancipatórios que visa interferir na realidade social para objetivá-los. Por sua natureza, essa práxis exige certo grau de consciência e de comprometimento com motivações éticas de caráter genérico: exigências que remetem ao enfrentamento de conflitos da totalidade social”. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 71).

8 Na verdade, essa noção de liberdade está fundada nas necessidades postas pela reprodução social de uma sociedade fundada na propriedade privada; logo, numa forma de ser, num ethos, que corresponde ao indivíduo burguês que constrói a sua existência em função da posse privada de mercadorias e da competição. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 62).

atual, na medida em que se pauta no desenvolvimento e na “construção de uma nova ordem societária, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”. (NETTO, 2006, p. 15).

Além disso, a emancipação apresenta-se como central no debate dos valores da profissão. Contudo, compreende-se que, segundo o Barroco e Terra (2012), a realização da emancipação humana não se faz possível no trabalho profissional, pois este é limitado. Até porque a emancipação humana é impossível nos limites da sociabilidade burguesa. Com isso, acredita-se que a consolidação da cidadania e a defesa do aprofundamento da democracia, como tarefa de toda a sociedade, são valores que devem ser considerados transitórios historicamente, uma vez que ambos devem ser conquistados apenas como meios para a construção de uma nova sociedade.

Outro ponto importante é a capacitação continuada, como forma de desvelar criticamente a realidade, para que se possa superar o senso comum e os valores internalizados anteriores a formação profissional. Esse processo continuado de capacitação objetiva superar a reprodução da alienação, com uma perspectiva ético-profissional afinada com os valores contidos no atual Código de Ética de 1993. A capacitação continuada contribui, também, para o aprimoramento profissional. Além disso, na construção do ethos profissional, espera-se ainda que o assistente social seja:

Competente, que exerça uma postura democrática; portanto, que não seja autoritário, preconceituoso e discriminatório, que se capacite continuamente, que seja respeitoso com seus colegas e com a população atendida, que seja responsável pela viabilização de direitos, por articulações políticas, no âmbito institucional e com as entidades profissionais e os movimentos sociais, entre outros. Em resumo: exige-se um profissional crítico, teoricamente qualificado e politicamente articulado a valores progressistas. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 76).

O desafio posto ao projeto ético-político assenta-se na construção de novos valores na sociedade capitalista e encontra-se numa perspectiva limitada, pois ao mesmo tempo em que a liberdade e a igualdade são reconhecidas no âmbito jurídico, evidencia-se que estas são “negadas na vida prático-social, onde as relações sociais não são fundadas na

igualdade, onde os homens não são inteiramente livres”. (IAMAMOTO, 1995, p. 103).

Considerando os limites postos ao projeto profissional na sociedade capitalista brasileira, pode-se afirmar que “é inconteste que ele coroa o processo de constituição de uma nova autoimagem profissional – a que defende e luta por direitos sociais” (ORTIZ, 2010, p. 204). Logo, essa autoimagem que os profissionais buscam imprimir, está totalmente dissociada da imagem historicamente consolidada na profissão, aquela da “moça boazinha que ajuda”. Assim, percebe-se que:

A tensão que atravessa a imagem dessa profissão se expressa através do convívio, nem sempre muito explícito, de elementos claramente oriundos das protoformas do Serviço Social, e outros mais recentemente incorporados ao rol de representações que circunscrevem a profissão, os quais possuem, na defesa dos direitos, seu principal aspecto. (ORTIZ, 2010, p. 215).

No contexto atual persiste a dificuldade de construção de qualquer tipo de projeto classista, sendo desafiador para o assistente social realizar seu trabalho independente das requisições de seu contrato. O fato é que evidencia-se “uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho”. (IAMAMOTO, 2007, p. 424).

Desafios são postos para a materialização dos meios a que se destinam o Projeto Ético-Político Profissional; a exemplo pode-se destacar a dificuldade dos(as) assistentes sociais se reconhecerem como trabalhadores (enquanto classe) ou, até mesmo, conseguirem reconhecimento profissional. Pois isso se dá devido à característica contratual desse profissional, haja vista que o empregador, na maioria das vezes, não é o demandante da intervenção desse profissional. O presente contexto gera “uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho”. (IAMAMOTO, 2007, p. 424).

Outro desafio se expressa na tendência de o que o assistente social seja visto como um profissional liberal, o que não se realiza interinamente como tal, pois, a maior parte dos profissionais se enquadra na

categoria de trabalhadores assalariados, que precisam de entidades empregadoras para desenvolver seu trabalho.

O Serviço Social dispõe de algumas características típicas de uma profissão liberal: a existência de uma relativa autonomia, por parte dos assistentes sociais, quanto à forma de condução de seu atendimento junto a indivíduos e/ou grupos sociais com os quais trabalha, o que requer o compromisso com valores e princípios éticos norteadores da ação profissional, explicitados no Código de Ética Profissional”. (IAMA-MOTO, 2005, p. 96).

O assistente social se depara cotidianamente com novas demandas⁹ – todas elas ligadas ao processo de reestruturação produtiva no Brasil,¹⁰ como exemplo: a precarização do trabalho, o desemprego, o subemprego, as novas formas de contratação – que vêm de vários seguimentos sociais (desde a classe dominante aos usuários e instituições que está diretamente ligado) exigindo desse profissional novas competências e qualidade nas intervenções e mediações profissionais, ficando sujeito à lógica do mercado que perpassa os serviços sociais e as políticas sociais.

O assistente social é um profissional mediador, comprometido com suas ações profissionais, na luta pela consolidação dos direitos sociais, não se limitando somente às ações imediatas e visando a dignidade por meio da ampliação da cidadania, para a classe subalternizada, sendo, com isso, um profissional que busca estar na contracorrente do capital.

9 O Serviço Social é colocado por Yamamoto (2009) como uma "atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas". (IAMAMOTO, 2009, p. 349).

10 O processo de reestruturação produtiva inflexiona as políticas de recursos humanos, no Brasil, principalmente a partir dos anos 90, nos seguintes aspectos: crescimento dos investimentos empresariais com a qualificação da força de trabalho; introdução de técnicas e métodos de gerenciamento participativo, com forte apelo ao envolvimento dos trabalhadores com as metas empresariais; combinação do sistema de benefícios e serviços sociais com as políticas de incentivo à produtividade do trabalho; e adoção de práticas de avaliação e monitoramento do ambiente interno. (CESAR; AMARAL, 2009, p. 418).

Os profissionais necessitam ter clareza, consideradas as condições específicas do que produzem com o seu trabalho junto aos conselhos, na habitação, na saúde etc., para que possam decifrar o que fazem. Importa deixar claro que viver o Serviço Social não resulta, automaticamente, em dar conta de suas explicações, da mesma forma que existe uma grande distância entre viver a cotidianidade da sociedade capitalista e decifrar o que é esse cotidiano. (IAMAMOTO, 2005, p. 70).

Outro ponto destacado por Cesar (1998, p. 140) é a manutenção da atividade de auxiliar de programas assistenciais, "tendo por base uma ação educativa, é considerada como a função técnica, por excelência, do assistente social, nas empresas. Há, portanto, um predomínio de requisições tradicionais, historicamente determinadas, às quais o profissional deve responder", como forma de controle da força de trabalho.

Mota (1998, p. 26) argumenta que "a principal tarefa posta para o Serviço Social, na atual conjuntura, é a de identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização".

Considerações finais

Diante desta atual conjuntura, identifica-se que a ideologia neoliberal, assentada na perspectiva pós-moderna, indica, a todo tempo, que os projetos emancipatórios fracassaram. Configura-se um cenário social pautado por uma cultura conservadora, permeada pela insegurança, pelo individualismo exacerbado, pelo medo, pela violência, e marcado pelo intimismo, ocultando o processo da luta de classes. A desigualdade é naturalizada e se observa que "a valorização da posse privada dos objetos no lugar das relações humanas levada ao extremo caracteriza o ethos dominante na sociedade contemporânea" (BARROCO, 2011, p. 209).

A categoria profissional, há décadas, vem acumulando conhecimentos que nos capacitam a apreender a realidade para além do imediato, do naturalizado, em uma perspectiva histórica e de totalidade. Conhecimento que também nos indica uma clara defesa dos

interesses, necessidades e projetos societários das classes subalternas e de suas organizações e movimentos. Temos, assim, um patrimônio de rupturas com o conservadorismo, que nos coloca em sintonia com a defesa e com a construção de uma vida cotidiana cheia de sentidos para a humanidade. Nosso projeto profissional nos chama a sermos sujeitos nas lutas pela construção desses cotidianos, que traduzem a sintonia com os conteúdos da emancipação humana.

A luta precisa ser por um projeto societário comprometido com uma nova sociabilidade, em oposição à ordem do capital, o que pressupõe a superação de todas as formas de opressão e exploração.

O Serviço Social é uma profissão inscrita na história do Brasil há 80 anos. Uma profissão que foi capaz de se reinventar e se reconceituar, buscando romper com o conservadorismo do seu surgimento e com o tecnicismo do seu desenvolvimento. Uma profissão que reconstruiu seus referenciais teóricos e metodológicos, analisando a sociedade capitalista, a desigualdade e a violação de direitos dela decorrentes. Uma profissão que, impulsionada pelo movimento de redemocratização do país, reescreveu seu Código de Ética, adotando valores que foram se aperfeiçoando e se tornaram princípios que, hoje, almejam alcançar, no horizonte, um projeto societário sem exploração e dominação de classe. Uma profissão que vem se transformando, ao longo dos anos, para contribuir não só no combate à desigualdade, mas também na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Assim, o atual desafio que permeia o Serviço Social, é consolidar uma profissão vinculada à “defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história da luta dos trabalhadores no país, e comprometida com a radical democratização da vida social no horizonte da emancipação humana”. (IAMAMOTO, 2007, p. 470).

Logo, o Serviço Social, ao se posicionar a favor da construção de um outro projeto de sociedade, possibilita a efetivação de uma luta radical contra o capital, a fim de construir, com os demais conjuntos da classe trabalhadora, uma sociedade plenamente emancipada.

**Submetido em 5 de julho de 2016 e aceito para
publicação em 5 de outubro de 2016.**

Referências

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, n. 106. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez/CFESS, 2012.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação produtiva: requisições, competências e condições do trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabeth. **A nova fábrica de consensos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CESAR, Monica; AMARAL, Ângela Santana do. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (org.) **30 anos do congresso da virada**, Brasília, 2009.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico, estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço e Sociedade**, n. 91, 2007.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave. Os caminhos e os frutos da “Virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Praia Vermelha**, v. 19, n. 02, 2009.

DURIGUETTO, M. L. Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social. **Conexão Geraes**, n. 04, ano 03, 1º sem./2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, Dilsea Aldeodata et al (orgs.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez/CFESS, 1995.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

MOTA, Ana Elizabeth. **A nova fábrica de consensos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete et al (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, Opas, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers/Faperj, 2010.

A encruzilhada política no Brasil: o tensionamento público-privado no SUS / *The crossroads policy in Brazil: public-private strengthening the SUS*

ANA PAULA GARBUITO CAVALEIRO¹

JULIANO DEL GOBO²

DANUTA ESTRUFKA CANTOIA LUIZ³

Resumo: Este artigo busca atualizar aspectos sociais envolvendo a reforma sanitária brasileira (RSB), numa conjuntura de intensificação do tensionamento na relação entre público e privado no Sistema Único de Saúde (SUS). Identifica-se ainda, um cenário mais ao fundo de ampliação de manifestações populares, contestação de representantes eleitos e do sistema político, principalmente em relação ao Poder Executivo federal e à corrupção nas instituições. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental que utilizou como fontes: material legislativo, textos analíticos de entidades da sociedade civil, busca-se problematizar a agenda política neoliberal envolvendo o direito à saúde no Brasil. Será apresentada a movimentação de atores sociais coletivos que buscam resistir às investidas do setor privado sobre a saúde. Trata-se então, de analisar a forma com que atores sociais defendem o SUS, na atual conjuntura social e política envolvendo tensionamentos público-privado no âmbito legislativo no ano de 2015.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; relação público-privado; Estado; sociedade civil.

-
- 1 Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), PR. Mestrado. Onde? Em que?
 - 2 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (2007). Aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR. Mestrado. Onde? Em que?
 - 3 Professora Associada do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas UEPG.

Abstract: This article seeks to update social aspects involving the Brazilian health reform (RSB), an intensifying climate of tension in the relationship between public and private in the Unified Health System (SUS). It identifies also a scenario further expansion of demonstrations background, challenge elected representatives and the political system, especially in relation to the federal executive power and corruption in the institutions. Through a bibliographical and documentary research that used as sources: legislative material, analytical texts of civil society, we seek to question the neoliberal policy agenda involving the right to health in Brazil. the movement of collective social actors who seek to resist the attacks of the private sector on health will be presented. It is then to analyze the way in which social actors defend the Unified Health System, in the current social and political developments involving public-private tensions in the legislative framework in 2015.

Keywords: Health Unic System; public-private relationship; State; civil society.

Este trabalho é fruto de reflexões conceituais acerca do tensionamento público-privado no Sistema Único de Saúde. Para isto, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental em materiais legislativos, em notas oficiais e em textos analíticos de entidades que representam a sociedade civil. O objetivo da pesquisa se concentrou em identificar de que forma os sujeitos coletivos que em suas bandeiras de luta defendem o SUS, têm se posicionado frente a uma intensificação do tensionamento público-privado no ano de 2015.

As categorias eleitas para a confecção do trabalho se estruturaram na relação do Estado com a sociedade civil (SC), transcendendo a atual conjuntura do tensionamento público-privado no âmbito do SUS e apontando o comportamento de atores sociais e intelectuais na defesa dos direitos à saúde.

A problemática levantada se baseou em acontecimentos ocorridos ao longo de 2015. Tais acontecimentos emergiram no âmbito legislativo e vem provocando ameaças sobre direitos à saúde já assegurados

em Constituição. As ameaças, advindas principalmente do Congresso Nacional (RADIS, 2015) apresentam interesses privados de direita e fortes influências de ondas neoliberais, as quais dissertam a redução das obrigações do Estado no que diz respeito ao direito público e universal à saúde dos brasileiros.

No campo político partidário, a problemática se estabeleceu pela intensificação do tensionamento entre os partidos PT e PMDB pela elaboração de medidas partidárias – PEC nº 451/2014 e PEC n. 358/2013 – e pela notícia de que o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) teria sido aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB). Diante dessa conjuntura observa-se o fortalecimento das ofensivas sobre o maior orçamento ministerial do Brasil, o Ministério da Saúde e suas bases de atuação, o SUS.

Em meio a esses cenários, os variados interesses presentes na sociedade se movimentam, se articulam e produzem embates nas entidades da sociedade civil buscando produzir impactos nas decisões na sociedade política e vice e versa. Observa-se, concomitantemente aos acontecimentos, a investida de atores sociais, principalmente representados pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), instituições historicamente engajadas na luta pela democratização da sociedade brasileira, como denunciantes das ameaças político-estruturais que assolam os pilares constitucionais que consagraram o SUS como uma política pública e universal.

O ano de 2015 foi marcado, como seus antecedentes, pela mobilização de vários segmentos organizados da sociedade civil que, entre outros fatores estiveram relacionados a desconfiança com relação à institucionalidade política, legitimidade e competência dos gestores públicos. Esse movimento iniciado nas jornadas de junho, em 2013, em lugar de inventar uma nova política, em direção a uma reinvenção democrática, vem sendo impulsionada pelo pensamento mágico, erguendo-se contra a política, reduzida à figura da corrupção. (CHAUÍ, 2013).

Esse modo de organização observado pela autora, vem se desenvolvendo em meio a um cenário nacional de intensa disputa política

partidária, o qual interfere em um maior aprofundamento dos problemas estruturais da sociedade brasileira. Os problemas envolvendo o direito à saúde, por exemplo, não demonstra terem sido absorvidos pela agenda dessas mobilizações, uma vez que não se percebe nelas a denúncia e a resistência diante das ofensivas neoliberais ao direito universal à saúde.

O cenário da 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em dezembro de 2015, na capital federal, traz alguns elementos importantes para se pensar a relação Estado e sociedade civil na atual conjuntura. Os debates programados foram interrompidos em meio à realização da conferência para que o direito à saúde fosse colocado lado a lado, com a “Saúde da Democracia”. Essa expressão surgida a partir da fala da presidente da República e de lideranças presentes naquele evento político indicava para novas ameaças ao SUS. Afirmaram que pela saúde da democracia, era necessário defendê-la contra um golpe que começava a ser implementado no país e que a luta em defesa da democracia estava em jogo. “Não vamos nos enganar, o que está em jogo agora são as escolhas políticas que nós fizemos nos últimos 13 anos. São 13 anos em favor da soberania do Brasil em defesa sistemática do povo brasileiro, do emprego da renda de oferta de serviços de qualidade”. (PORTAL BRASIL, 2015).

Pois bem, resta indicar que no contexto daquela conferência os desdobramentos do *impeachment* não eram de todo conhecidos, muitas entidades presentes no evento demonstraram insatisfação com o conteúdo político presente ao longo da conferência de saúde.⁴ A implicação daqueles debates para o SUS e o direito à saúde não foram associados naquele momento, tardando a saírem análises a respeito de todo o desdobramento envolvendo o afastamento da presidente e a implantação do governo interino.

Trazendo diferentes cenários envolvendo democracia, sociedade civil, participação social e o direito à saúde, este artigo apresenta contribuições teóricas para sustentar a análise dos diferentes posicionamentos da sociedade civil frente às investidas que a política de saúde sofreu ao longo de 2015. Este artigo é estruturado em três eixos

4 Nota da Frente Nacional com relação a 15ª CNS. Disponível em: <http://pcb.org.br/porta12/10305>. Acesso em: 25/04/2016.

temáticos seguido das considerações finais. No primeiro eixo, Estado e sociedade civil, aborda-se a relação do Estado ampliado em Gramsci com os movimentos organizados da sociedade civil no contexto brasileiro. O segundo eixo trata de contextualizar e problematizar o tensionamento público-privado envolvendo o Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 2015. No terceiro eixo é apresentada a movimentação de entidades da sociedade civil organizada diante de tal tensionamento, destacando atores sociais de longa trajetória em defesa do direito à saúde. Por fim, são tecidas as considerações dos autores, a partir da atuação desses atores, para pensar a relação entre Estado, sociedade civil e o papel dos intelectuais.

Estado e sociedade civil

A concepção de sociedade civil (SC) apresentada por Gramsci em meio aos anos de 1848, no século XIX: “Entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e sua coerção, está a sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p. 324). Incluída numa concepção ampliada de Estado, a SC passava a ser identificada como a hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade. Nesse caso, SC seria o conteúdo ético do Estado.

Construída na conjuntura de 1848, em meio a redefinição das relações entre economia e política, onde o capitalismo buscava ainda garantir novas formas de produção e acumulação, o conceito de SC veio acompanhado da concepção ampliada de Estado. Ao considerar que o Estado incorpora demandas da sociedade civil, Gramsci afirmou que não haveria distinção entre os dois entes, mas que sim, da formação de um todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados. A SC seria, nessa perspectiva, o lugar onde se processa a articulação institucional e ideológica dos projetos classistas, que expressam a luta, os conflitos, e articula, contraditoriamente interesses estruturalmente desiguais de uma sociedade. (CORREIA, 2005).

Representada pelos aparelhos privados de hegemonia como a Igreja, a escola, os sindicatos, os meios de comunicação, partidos políticos (etc.), a SC teria influência direta na estrutura estatal, uma vez

que forma uma espécie de arena de disputas entre projetos de classe e lugar de elaboração de hegemonia (SIMIONATTO, 2010). Nessa configuração, a construção da hegemonia e a formação de sujeitos políticos coletivos ocorre na SC e com ela, a luta pelo monopólio dos órgãos de formação de opinião é essencial para a formação de consensos. Simionatto (2010), ao referir a concepção gramsciana de SC, afirma que nela se apresenta uma visão de totalidade social, perdida pela concepções atuais de SC (liberal e corporativa),⁵ a qual é necessária para a construção de lutas que transformem a realidade efetivamente, uma visão que vai além da simples conquista de direitos.

Ao trazer contribuições do pensador italiano para se pensar a SC na atual conjuntura brasileira, queremos chamar atenção para o fato de que a dinâmica social e os interesses contraditórios aqui presentes, muitas vezes impedem que aqueles que mais diretamente são atingidos pelos problemas do sistema social e político percebam seu agravamento ou entendam seus meandros. Nessa direção, busca-se um posicionamento ampliado, no sentido apresentado por Gramsci, para além da conquista de direitos.

Uma breve passada pela História do Brasil já fornece elementos para levantar sua problemática, suas reformas inconclusas (GERSCHMAN, 1995), o patrimonialismo nas instituições estatais (DA MATTA, 1986), as alianças incompatíveis para manutenção do poder (PATTO, 1999), porém, é na ambivalência afetiva provocada pelo Estado brasileiro nos indivíduos que está a mais clara demonstração de seus conflitos:

Creio ser de particular importância que se entenda a natureza híbrida e diádica do Estado brasileiro, se é que assim me posso expressar: um Estado que é simultaneamente passado e presente (e, em boa medida, futuro), que é tudo e é nada, que encarna a força da conservação e as possibilidades de renovação, que se intromete em todas as coisas, mas é predominantemente omissivo, que é forte e é fraco, odiado e amado com idêntica intensidade – o mais sedutor e perigoso dos campos de batalha em que pelejam as classes e os grupos da sociedade. (NOGUEIRA, 1998, p. 13).

5 Sobre esta distinção consultar Simionatto, 2010.

Nessa linha, é possível admitir algumas das contradições presentes nas manifestações que clamam pela melhoria dos serviços públicos, pois sem haver uma implicação social que lhes permitam compreender efetivamente seu funcionamento, despejam uma descrença absoluta na política e em seu lugar não vislumbram outro projeto político.

Complementando a posição de Nogueira, Semeraro (2015), afirma que sem combater os mecanismos que reproduzem a concentração das riquezas e sem promover uma “elevação intelectual e moral” das classes populares que as coloque em condições de exercer a sua soberania, não há como chegar a uma sociedade efetivamente justa e democrática. E nesse sentido, o autor recorre ao olhar de Gramsci sobre a democracia, enquanto sistema que deve favorecer a passagem dos cidadãos da condição de governados a governantes, da posição de dirigidos a dirigentes:

A soberania de um país, de fato, não consiste apenas em combater a pobreza, aumentar a produção e ter cidadãos funcionais ao sistema, mas, depende essencialmente da capacidade de autogoverno e da socialização da política e dos bens comuns, os direitos mais fundamentais de todos, sem os quais nenhum povo se constitui como sujeito livre e respeitável. (SEMERARO, 2015, p. 05).

Diante da situação atual, nos recordamos brevemente da conjuntura que envolveu a redemocratização da sociedade brasileira e da luta pelo direito à saúde. Organizada a partir da articulação de movimentos sociais, intelectuais, partidos políticos com vistas à mudança do modelo médico-assistencial privatista, para um sistema de saúde universal público participativo, descentralizado e de qualidade (CORREA, 2005), esse movimento que “embora concebido como reforma geral e teorizada para alcançar a revolução do modo de vida, apresentou como desfecho uma reforma parcial – setorial e institucional” (PAIM, 2007, p. 8). O projeto reformador, como denominou Gerschman (1995), estava sustentado na crítica ao avanço do setor privado à custa do setor público, ocasionando a falência, deterioração, ineficiência e crise do sistema público de saúde. (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986).

De forma a aproximar esses pressupostos teóricos com a realidade empírica passamos a discutir mais detidamente o tensiona-

mento público-privado no SUS, na perspectiva gramsciana de um estado ampliado, onde sociedade política (SP) e sociedade civil (SC) são duas categorias interligadas que entrelaçadas reforçam uma à outra. (SIMIONATTO, 2010).

O tensionamento público-privado no SUS no ano de 2015

As discussões, geralmente polêmicas, que envolvem o SUS estão vinculadas à forma e ao destino dos recursos orçamentários da política de saúde, do modelo de atenção assistencial, bem como, ao respeito da relação envolvendo os setores público e privado na prestação dos serviços de saúde.

O SUS, como uma política pública foi constituído em um processo iniciado no final da ditadura militar, atravessando a década de 1980, legitimado na 8ª Conferência Nacional de Saúde e legalizado no capítulo da Saúde, art. 196 da Constituição Federal (1988). Junto a esse artigo seguiu o 199, o qual permitiu a participação da iniciativa privada nos serviços de saúde, de forma complementar. Funcionando segundo regras específicas, conforme a legislação estabelece, a relação da iniciativa privada no sistema público de saúde está em constante tensionamento desde a institucionalização do SUS. O embate na sociedade sobre o tamanho da participação do setor privado é constante e os percalços e dificuldades do sistema, entre elas, a desconfiança da população sobre ele, são bem aproveitadas pelo setor de saúde privado, que vem aumentando sua participação no sistema de saúde ao longo desses anos.

O que era dever do Estado passou a ser complementado pela cobertura da atenção à saúde, por meio da contratação do prestador privado, com prioridade para as entidades filantrópicas e as que não tivessem fins lucrativos (PONTE; FALLEIROS, 2010). Por meio desse movimento, desde a institucionalização do SUS ocorrem debates envolvendo a participação da iniciativa privada nas ações e serviços de saúde. Se o movimento sanitário brasileiro saiu vitorioso da Comissão Nacional da Reforma Sanitária, as entidades privadas, o setor filantrópico e as cooperativas médicas, alinhadas com a prática liberal asseguraram que o sistema nacional de saúde iria assegurar um tratamento diferenciado ao setor privado. (GERSCHMAN, 1995).

Segundo Cohn (2015), ao longo da história da Saúde Pública brasileira puderam ser distinguidos três ondas de privatizações: na primeira, o Estado comprou serviços de saúde privados para a assistência dos trabalhadores vinculados à Previdência Social (a origem); na segunda, incentivaram-se, por meio da renúncia fiscal do governo, os planos e seguros de saúde, a partir da década de 1960 e com mais vigor a partir da crise econômica e do reajuste estrutural da economia dos anos de 1980 em diante; e na terceira, neste novo século, privatizou-se a gestão dos serviços públicos estatais da saúde (do SUS), por meio de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de relevância pública (Oscips). Para a pesquisadora, a terceira fase introduziu no setor público, a racionalidade do setor privado na gestão dos negócios, desfigurando o que é público e o que é privado na saúde e prevalecendo a saúde, enquanto mercadoria, numa lógica que o custo/eficácia social da política de saúde é substituída pelo custo/efetividade do serviço de saúde.

Lima (2010) descreve que nesta mesma década vários tensionamentos contra o sistema público foram observados, tais como o enxugamento do Estado, o ajuste fiscal, a reconcentração do capital pela privatização do patrimônio público, barateamento da força de trabalho e o desfinanciamento do SUS, que podem ser sentidos até os dias atuais. Concomitantemente a este processo, observou no mesmo período, a reconfiguração da relação público-privada, a reestruturação da assistência médica suplementar (planos e seguros de saúde), a diversificação de políticas públicas de incentivo, ações médico-empresariais privadas, que competirão com o setor público e a dedução de subsídios fiscais às empresas médicas. Para esse autor, o fortalecimento do capital nacional, impulsionado pelo capital internacional, sobreposto à prioridade de desenvolver um sistema de proteção social eficaz, alavancou o crescente desenvolvimento do setor privado nos meios de saúde. Diferentemente, minguou as funções do Estado (Estado mínimo) e reprimiu o desenvolvimento das políticas públicas de saúde do país, principalmente no que tange ao financiamento das ações em saúde.

Este modelo econômico, muito forte no período FHC, de interferência mínima do Estado e de ação máxima da dinâmica de mercado com fins lucrativos (neoliberalismo) acabou por segregar ainda mais a sociedade civil em nome do capitalismo e fragilizar as classes economi-

camente desajustadas de forma a comprometer suas capacidades de bem-estar social. Além destas situações, observou-se ainda a forte tendência da desburocratização do Estado a fim de facilitar o funcionamento das atividades econômicas pelo país.

Na década de 2000, mesmo com expectativas de mudança advindas com a nova forma de governo – PT, não ocorreram mudanças significativas no enfrentamento do duelo público-privado na área da saúde pública brasileira. Altos benefícios fiscais continuavam sendo destinados aos hospitais filantrópicos e aos prestadores de serviços. Lima (2010, p. 308), parafraseando Paim afirma que o governo Lula faz “[...] a política da direita com homens e frases de esquerda”. E Menicucci (2011, p. 524) aponta em seus estudos que as mudanças na saúde no governo PT se deram mais “sobre os condicionantes da saúde do que no aspecto endógeno da política de saúde”. Desta forma, analistas políticos indicam que mudaram-se as conjunturas, mantiveram-se as estruturas da política.

No ano de 2015, observa-se um forte tensionamento público-privado envolvendo o SUS e a partir dele são destacados a movimentação de lideranças políticas, bem como de entidades organizadas da sociedade civil que historicamente promovem movimentos em defesa do SUS. Aqui, diante desse tensionamento, é possível observar de forma expressa uma dimensão do público que não se limita a esfera governamental, onde segmentos organizados da sociedade civil se inscrevem na discussão e no enfrentamento do caráter público no SUS, transcendendo a concepção do que é público.

A revista *Radis*, na edição de setembro de 2015, trouxe como matéria de capa: SUS: as ameaças que vem do Congresso. Nessa reportagem faz a contextualização do ambiente político e institucional brasileiro a partir da apresentação do documento intitulado Agenda Brasil, encaminhado à Presidência da República. No dia 10 de agosto, o documento saiu da Presidência do Senado, na pessoa do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), com um conjunto de 28 medidas para enfrentar a crise econômica no país. Entre as propostas, algumas atingiriam diretamente o SUS. No terceiro item, o documento aconselhou avaliar possibilidade de cobrança diferenciada de procedimentos do SUS por faixa de renda, proposta essa que levaria ao fim do princípio da universalidade da atenção à saúde.

Outra medida hostil ao SUS é a PEC n. 451/2014, de autoria do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ)), que tramita em regime especial na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. Se aprovada, essa PEC irá normatizar que, ao lado do FGTS, da licença-maternidade e do seguro-desemprego, o Plano de Assistência à Saúde seja assegurado como direito trabalhista. Na prática, as empresas seriam obrigadas a pagar planos de saúde privados para seus empregados. A medida elevaria os contribuintes de planos de saúde de 50 milhões para 71,5 milhões de pessoas. A justificativa dada à medida foi que a Constituição define: saúde é um direito de todos, e assim, deveria ser garantida pelas empresas.

Paralelo à tramitação da PEC n. 451/2014, foi aprovada na Câmara Federal, em março de 2015 a PEC n. 358/2013, a qual instituiu o chamado Orçamento Impositivo e mudou a forma de financiamento da saúde por parte da União. Farias (2015) esclareceu que o percentual mínimo da receita corrente líquida do SUS caiu de 14,6% para 13,2% reduzindo o orçamento em aproximadamente R\$ 3 bilhões de reais ainda no ano de 2015. Além da redução orçamentária, a PEC n. 358/13 obriga a União a repassar aproximadamente 1,2% dos recursos destinado à saúde para as emendas parlamentares individuais de cada deputado. Desta forma, os recursos foram retirados do desenho orçamentário do SUS e não há garantias de suas aplicações em saúde, uma vez que o Ministério da Saúde não seria o gestor financeiro das mesmas, dispensando assim, uma série de mecanismos de controle previstos.

Se as preocupações já vinham se acumulando, o último trimestre de 2015 trouxe ainda mais impasses e preocupação quanto ao destino do SUS. Em meio à ampla reforma ministerial realizada pela Presidência da República em momento de grave crise política e institucional foi anunciada a mudança do ministro da saúde. A troca de Arthur Chioro, médico sanitariano com trajetória profissional e política alinhada aos princípios e compromissos do SUS, pelo até então deputado federal Marcelo Castro (PMDB-PI), ascendeu novo sinal de alerta para o SUS. Identificada por analistas políticos, como estratégia de governabilidade para a Presidência da República, tal mudança ocorreu em meio a um cenário adverso envolvendo uma série de investidas contra o SUS.

Gastão Wagner de Sousa Campos, atual presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), se manifestou frente a essa

situação inusitada e fez o seguinte comentário: “Com o acirramento da disputa pelo poder nos últimos anos, a lógica do “presidencialismo de colisão” tem se sobreposto à seleção por competência e experiência em saúde e em gestão pública” (CAMPOS, 2015). Ao encontro da preocupação anunciada pelo presidente da Abrasco, foi apresentado um texto por Ligia Bahia intitulado *O impeachment da Saúde*:

O súbito aparecimento do Ministério da Saúde na cena política não deveu-se a seus méritos ou deméritos para atender a população. O tema que trouxe a saúde à pauta foi o pacote contendo redução de ministérios e troca de nome do titular da pasta. A conversa, portanto, não referiu-se ao valor que a saúde tem para cada indivíduo e para a sociedade. O assunto se concentrou em torno do quanto vale o cargo de ministro, medido pelo volume do orçamento da área, quantidade de nomeações para unidades de saúde, articulações com prefeituras e desdobramentos em termos de licitações e contratos. (BAHIA, 2015).

Para esclarecer que tal configuração política não envolve um modo de atuação de um determinado governo ou de um grupo, mas que é próprio de um processo histórico que permeia a política brasileira recorremos a Nogueira (1998) que aponta para três grandes desdobramentos da tradição estatal brasileira: 1) dificuldade de se fazer a reforma de Estado; 2) bloqueio da organização da sociedade civil; 3) o problema da governabilidade:

A hipertrofia do Estado no Brasil sobrecarregou de atribuições e fragilizou sua capacidade de agente racionalizador e coordenador do desenvolvimento, acabou ficando “ao sabor dos interesses particulares”, acabou “por balcanizá-lo”, dificultou a constituição de uma tradição democrática expressiva e inibiu a auto-organização da sociedade, além de impulsionar uma cultura política impregnada de golpismo e autoritarismo. (NOGUEIRA, 1998, p. 14).

Tal cenário político adverso envolvendo os diferentes atores e a base neoliberal onde essas disputas pela hegemonia acontecem, trazemos essa análise para o SUS e história da política de saúde brasileira, onde a intensificação do tensionamento público e privado soma-se às dificuldades históricas da política de saúde. (AROUCA, 2003).

Atores sociais e intelectuais em defesa do SUS

A segunda metade dos anos 1970 foi um período de rearticulação das forças políticas nacionais, de discussão e mobilização popular pela democratização da saúde e do próprio regime político do país (TEIXEIRA, 1995). Nesse sentido, reconhecida como um caminho de reconstrução democrática por meio de reformas parciais, ou, dito de outra maneira, de consecução da democracia pela via do estabelecimento de “regimes parciais” democráticos (GERSCHMAN, 1995), a reforma sanitária brasileira, como política social foi uma proposta surgida no bojo do processo da transição à democracia, que teve a capacidade de se articular em um movimento social.

Esse movimento, que juntamente a outros atores sociais, exerceu um papel destacado de oposição ao regime militar e, sobretudo, uma trajetória política própria na área da saúde. Nesse protagonismo intelectual, duas entidades da sociedade civil organizada tiveram enorme importância: o Cebes, em 1976, e a Abrasco, em 1979. E passados muitos anos de sua fundação continuam a exercer um papel diferenciado na sociedade brasileira frente aos interesses corporativos e neoliberais em relação ao direito à saúde.

Formada a partir da mobilização de técnicos, profissionais, estudantes e professores de programas de Pós-Graduação em Medicina Social e Saúde Pública no final da década de 1970, a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Abrasco⁶ – foi criada com o objetivo de articular entidades e fomentar o diálogo entre os serviços de saúde com as organizações governamentais, não governamentais e a sociedade civil. Essa entidade ao longo dos seus anos de atividades garantiu reconhecimento e legitimidade social, por meio de sua postura intransigente de defesa da proposta consagrada do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde⁷ (Cebes) – é uma entidade nacional criada em 1976, cuja missão histórica é a luta pela demo-

6 Sobre a Abrasco. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/sobreaabrasco>>. Acesso em: 25/04/2016.

7 Sobre o Cebes. Quem somos. Disponível em: <<http://cebes.org.br/o-cebes/quem-somos/>>. Acesso em: 25/04/2016.

cratização da sociedade e a defesa dos direitos sociais, em particular o direito universal à saúde. Como espaço plural suprapartidário, reúne ativistas, lideranças, pesquisadores, professores, profissionais e estudantes, articula e participa de frentes e alianças com diversos movimentos sociais, grupos e entidades da sociedade civil. Ao produzir e divulgar informações, conhecimentos e análises críticas em saúde, busca fortalecer sujeitos engajados e ampliar o pensamento crítico e a consciência sanitária, elementos que considera essenciais da prática e ação política.

Para Fidélis & Falleiros (2010) os membros dessas duas entidades atuaram como difusores da reforma sanitária e conseguiram aprofundar, por meio de textos científicos e do debate público, a crítica e a formulação teórica sobre as principais questões ligadas à saúde, contribuindo enormemente na construção do SUS. Atualmente, sua atuação segue em defesa dos princípios legitimados no processo de constitucionalização do direito à saúde. No ano de 2015, verificamos no site da Abrasco a emissão de mais de 60 posicionamentos oficiais e no site da Cebes, 16. No conteúdo dos posicionamento registramos alguns temas: luta antimanicomial, mudança de gestores públicos, manifesto contra a corrupção nos órgãos e nas empresas públicas de saúde; tragédia da mineração em Mariana, Minas Gerais, microcefalia, *direitos reprodutivos, defesa do consumidor de saúde suplementar, transgênicos, entre outros*. Em seus variados posicionamentos, as entidades se manifestaram em várias oportunidades a respeito do tensionamento público-privado no âmbito do SUS.

A primeira nota conjunta emitida em 2015 sobre o tema, foi emitida ainda em 09 de janeiro com o título: Por que somos contrários ao capital estrangeiro na atenção à saúde: Veta Presidenta Dilma! Nela, as entidades se posicionam contrários ao Projeto de Lei de Conversão nº 18 de 2014, que autorizaria o capital estrangeiro investir no setor da saúde, permitindo a instalação ou operação de hospitais (inclusive filantrópicos) e clínicas, por empresas estrangeiras. Naquele momento, tal situação estava limitada legalmente pelo art. 23 da Lei 8.080 (Lei Orgânica da Saúde), restrito aos planos de saúde, seguradoras e farmácias. Contudo, mesmo com o posicionamento das entidades sobre a distorção que traria ao SUS, em fevereiro do mesmo ano, a lei foi aprovada e a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas

ou de capital estrangeiro na assistência à saúde foi autorizada. (ABRASCO; CEBES, 2015).

Em junho do mesmo ano, as entidades não deixaram de se manifestar novamente, dessa vez, por meio de posicionamento contrário à nomeação do senhor José Carlos de Souza Abrahão para assumir o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Apoiando a moção de repúdio n. 006, de 08/05/2014, do Conselho Nacional de Saúde que repudiou a indicação para cargo de diretor da ANS no ano anterior, as entidades denunciaram o conflito de interesses entre o indicado e as funções primeiras da agência. “Abrahão presidia a Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços e a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Rio de Janeiro, entidades sindicais que representam as empresas privadas prestadoras de serviços de saúde [...]”. (ABRASCO, 2015).

Mais próximo ao fim do ano e na iminência da exposição da grave crise política instaurada no país, foi anunciado pela presidente da República, uma reforma ministerial e era dada como certa a mudança do gestor do ministério da saúde. As entidades então emitiram uma nota conjunta dirigida à presidente: “Dilma, preserve os interesses públicos na saúde! Saúde é política de Estado”. Com essa chamada as entidades rejeitaram a possibilidade de barganha política com o SUS: “Repudiamos veementemente que a gestão do Ministério da Saúde seja exercida por grupos e gestores que nunca demonstraram compromisso efetivo com o SUS único, universal e que, ao contrário, compõe as forças cada vez mais hegemônicas da mercantilização do setor.” E seguem afirmando:

Sempre defendemos e lutamos pelo direito universal à saúde a partir de um lugar central no projeto de desenvolvimento, assim como pelo caráter público e universal do SUS como política de Estado e, para isso, o Ministério da Saúde tem papel estratégico nos governos na construção da justiça social, dos direitos sociais e da cidadania. É por isso que a Saúde não pode servir como moeda política tal como ocorre nesse momento em que está em jogo a governabilidade de uma coalizão inviável historicamente, assim como as eleições municipais de 2016. (ABRASCO; CEBES, 2015).

Diante de tal imbróglio político, observou-se que na manhã do dia 10/11, outras entidades da sociedade civil organizada, entre usuários e trabalhadores de saúde, parlamentares e gestores participaram da adesão à Frente em Defesa do SUS – AbraSUS, na sede do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em Brasília. Com articulação direta do Conselho Nacional de Saúde, o discurso sobre a criação dessa frente é de que “é preciso que a sociedade esteja atenta com o que vem ocorrendo na Câmara Federal. Há uma diminuição dos recursos para a saúde e isso é muito grave, precisamos estar juntos, os prefeitos devem ter um posicionamento forte para a não diminuição dos recursos” (CNS, 2015). A mobilização e manifestação do Conselho Nacional de Saúde naquela situação específica gerou destaque na mídia e repercutiu nos movimentos sociais. A adesão por parte desse conselho a uma crítica consistente às ofensivas neoliberais, indica a relevante função social tanto da Cebes quanto da Abrasco, que já vinham realizando ao longo de 2015 e anos anteriores, posicionamento político mais acentuado frente ao acúmulo de acontecimentos em que a mudança no ministério foi um estopim. Infere-se ainda que a mobilização articulada através do Conselho Nacional de Saúde estava dirigida de forma mais direta a uma maior potencialidade aos movimentos sociais na iminência da realização da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo problematizar a agenda política neoliberal envolvendo o direito à saúde no Brasil, a partir da discussão envolvendo a defesa do Sistema Único de Saúde na atual conjuntura social. Tomando por análise a forma com que atores sociais defendem o SUS, destacamos a atuação de duas entidades da sociedade civil organizada, de longa tradição de luta pelo direito à saúde e à democracia, o Cebes, fundado em 1976, e a Abrasco, fundada em 1979.

A partir dos documentos selecionados e de algumas contribuições teóricas que problematizaram a relação entre Estado e sociedade civil, concluímos que as entidades aqui elencadas continuam mantendo uma atuação política em defesa dos princípios constitucionais do direito à saúde. Identificamos que sua atuação tem se realizado predominantemente por meio da emissão de notas oficiais em sites eletrônicos, participação em debates acadêmicos e próximos de segmentos da sociedade

civil organizada. Por vezes, articulam posicionamentos entre si, outras vezes independente e outras ainda, juntamente e com outras entidades. No conteúdo de suas manifestações, destacam-se as denúncias às ofensivas neoliberais, a intensificação do tensionamento público-privado no âmbito do SUS e diversos outros temas políticos e sociais da sociedade brasileira. Em nosso entendimento, essa problematização que ultrapassa os limites do campo da saúde pública é fundamental para uma leitura de realidade que permita seguir a luta pela democratização da sociedade brasileira e da garantia ao direito à saúde. Nota-se, ainda, o destaque dado, ao avanço das investidas neoliberais.

Tendo em vista que a histórica luta pela saúde pública brasileira e pelo direito universal e igualitário à saúde percorreu inúmeros desafios, não vislumbramos outra possibilidade, duradoura e consciente, de se democratizar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, que não envolva a articulação entre Estado e sociedade civil. No recorte aqui apresentado, destaca-se que tal caminho não será possível, sem a presença e constante formação de intelectuais comprometidos com a pauta do direito à saúde, uma sociedade civil fortalecida e próxima do Estado, debatendo e inserindo suas pautas originárias no dia a dia da sociedade política.

A ideia de gerar novas institucionalidades e novas culturas no sistema de saúde – e na sociedade como um todo – a partir da experiência no cotidiano não é trivial e, por certo, Arouca traduziu isso no seu discurso de abertura da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Ali se encontrava uma convicção coletiva que foi central na definição da participação social como diretriz constitucional do SUS: “Pensar coletivamente, aprender participativamente, atuar conjuntamente. Não é o caminhar orientado para um modelo ideal, senão a busca de superar questões no cotidiano: conceitos, teorias e planos estratégicos compõem apenas ferramentas para esse caminhar”. (FERLA, MATOS, 2012, p. 09).

As palavras inspiradas em Arouca nos remetem a um convite expresso à sociedade civil para que esta conheça e participe da dinâmica social a qual está envolta, que ela possa descobrir os mecanismos de dominação encobertos pela ideologia dominante e que possa ter subsídios teóricos e práticos para enfrentar as adversidades desta sociedade de uma forma mais ética e universalizante. Inúmeras são as possi-

bilidades teóricas de democratizar a sociedade. Segundo Semeraro (2006), em prática, deve ocorrer um processo de conscientização coletiva da sociedade civil sobre seus ideais, por meio de um processo revolucionário que romperia com o círculo de exploração que inauguraria uma nova epistemologia e um novo ser social.

O processo revolucionário referido pelo autor se daria pela formação de intelectuais orgânicos”, termo amplamente utilizado por Gramsci, os quais funcionariam como células analíticas das contradições sociais presentes em seu entorno e, pelos seus conhecimentos epistemológicos, teriam condições de apontar e traçar novas possibilidades de intervenção com características mais justas e democratizantes. Desta forma política, sociedade civil e intelectuais formariam o tripé de sustentação das inquietudes sociais (SEMERARO, 2006, p. 04). E assim, à luz dessas contribuições teóricas, podemos reafirmar o importante papel desempenhado na sociedade brasileira pelas entidades aqui destacadas.

**Submetido em 16 de junho de 2016 e aceito para
publicação em 6 de outubro de 2016.**

Referências

ABRASCO; CEBES. **Governo dá posse a um representante do setor privado como diretor presidente da ANS.** Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/2015/06/governo-da-posse-a-um-representante-do-setor-privado-como-diretor-presidente-da-ans>>. Publicado em 24/06/2015. Acesso em: 24/04/2016.

_____. **Dilma, preserve os interesses públicos na saúde!** Saúde é política de Estado. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/2015/01/nota-entidades-capital-estrangeiro-veta-dilma/>>. Publicado em 09/01/2015. Acesso em: 24/04/2016.

_____. **Dilma, preserve os interesses públicos na saúde!** Saúde é Política de Estado. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/site/2015/09/carta-saude-politica-de-estado/>>. Publicado em 25 de setembro de 2015. Acesso em 24/04/2016.

AROUCA, Sérgio. **O dilema privatista**: contribuições para a compreensão e crítica da medicina preventiva. São Paulo: Unesp, Rio de Janeiro: Fiozruz, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05/10/1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BAHIA, Ligia. **Impeachment do SUS**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/impeachment-do-sus-17608284#ixzz3sPZ2p1VO>>. Publicado em 28/09/2015. Acesso em: 25/04/2016.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Repensando a gestão pública do SUS. In: **Diplomatique**. Em defesa do SUS universal e igualitário, 2015. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/upload/encartes/encarte_SUS_12_2015.pdf>. Acesso em: 25/04/2016.

CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Teoria e Debate**, n. 113; 27/06/2013. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>>. Acessado em: 24/04/2016.

COHN, Amélia. atentado contra o SUS: a privatização da coisa pública. In: **Diplomatique**. Em defesa do SUS universal e igualitário, 2015. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/upload/encartes/encarte_SUS_12_2015.pdf>.

CORREIA, M. V. C. **Que controle social na Saúde**: subsídios para capacitação de conselhos de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FERLA, Alcindo Antônio; MATOS, Izabella Barison. Participação na Saúde: teorias e práticas revitalizadas nos trabalhos do Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa na Saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 21, supl.1. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902012000500001&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 24/05/2016.

GERSCHMAN, S. **A democracia inconclusa**: um estudo da reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIMA, Júlio Cesar França. A Política Nacional de Saúde nos anos de 1990 e 2000: na contramão da história? In: **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. Cap. 09, p. 279-310.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. A política de saúde no Governo Lula. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 522-532, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/22.pdf>>. Acesso em: 26/04/2016.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política**: ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PAIM, J. **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuições para a compreensão e a crítica. Tese de Doutorado. Instituto de Saúde Coletiva. Salvador, BA: UFBA, 2007.

PATTO, Maria H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

PORTAL BRASIL. **Pela saúde da democracia, temos de defendê-la contra o golpe, afirma Dilma**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/12/pela-saude-da-democracia-temos-de-defende-la-contr-o-golpe-afirma-dilma>>. Publicado em: 04/12/2015. Acesso em: 25/04/2016.

PONTE, C. F.; FALLEIROS, I. (orgs.). **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

REVISTA RADIS, **As ameaças vem do Congresso**, n. 156, set./2015.

SEMERARO, Giovanni. **Relendo algumas notas de Gramsci**: contribuições para pensar a crise política no Brasil. International Gramsci Society do Brasil: Rio de Janeiro/RJ, 2015. Disponível em: <http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/Artigo_Giovanni.php>.

_____. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedex**, v. 26, n. 70, p. 373-391, set.-dez./2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000300006>. Acessado em: 29/02/2016.

SIMIONATTO I. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: CANTOIA LUIZ, D. E. (org.). **Sociedade civil e democracia**: expressões contemporâneas. São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, S. F. (org.). **Reforma Sanitária em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

Trabalho escravo e atuação da CPT no sul e sudeste do Pará / *Slave labor and activity CPT in the south and southeast of Pará*

CRISTIANE DA SILVA LIMA¹

LUCI FARIA PINHEIRO²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as transformações na economia agrária do sudeste do Pará que levaram à introdução do trabalho análogo ao escravo, a lógica que segue e a importância da atuação da CPT, Comissão Pastoral da Terra em seu combate. Utilizam-se fontes documentais e observações diretas como instrumento de pesquisa. Conclui-se que embora o controle do Estado seja insuficiente e isto confirme sua corresponsabilidade nessas relações, as unidades móveis de fiscalização têm efeitos positivos. Contudo, a participação da CPT tem sido historicamente a força mais importante na luta dos trabalhadores rurais frente aos conflitos de terra e à exploração do trabalho na economia agrária de capitalismo periférico na região.

Palavras-chave: trabalho escravo; atuação da CPT; sudeste do Pará; trabalhadores rurais.

Abstract: This article aims to analyze the changes in the agricultural economy of the south-eastern Pará that led to the introduction of compulsory labor, the logic that follows and the importance of the CPT's activities, the Pastoral Land Commission in its combat. It uses documentary sources and direct observation as a research tool. It concludes that although state control is insufficient and this confirms their responsibility in these relationships, the mobile surveillance units have positive effects. However, the share of CPT has historically

1 Formada em Ciências Sociais, mestranda em Política Social no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 Assistente Social, mestre em Extensão Rural, doutora em Antropologia e Sociologia Política e professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

been the most important force in the struggle of rural workers face to the conflicts of land and the exploitation of labor in the agrarian economy of peripheral capitalism in the region.

Keywords: slave labor; CPT performance; south and southeast of Pará; rural workers.

A proposta deste artigo, derivado de uma pesquisa de mestrado em conclusão sobre as vítimas de pistolagem no sudeste do Pará, é analisar o trabalho escravo contemporâneo nessa região, resgatando a importância do papel da Comissão Pastoral da Terra no apoio a luta contra o trabalho forçado, como expressão das contradições do capitalismo dependente e periférico no Brasil. São trabalhadores submetidos no interior das fazendas a relações de trabalho que impedem a liberdade de ir e vir utilizando o critério do endividamento involuntário como mecanismo de coação. Uma das principais características da escravidão contemporânea é reconhecida a partir do momento em que há a privação da liberdade do trabalhador, somado às condições de trabalho degradantes. O trabalhador não precisa viver diretamente todas as formas de abusos para que haja o reconhecimento de uma situação de trabalho escravo.

Procurou-se demonstrar como historicamente grandes empresários rurais da região se aproveitam da situação vulnerável dos trabalhadores diante do desemprego e da falta de oportunidades de acesso à terra. São antigas práticas utilizadas como condições necessárias na concorrência dos mercados interno e externo, porque reduzem gastos e aumentam o lucro, longe da presença do Estado e das obrigações trabalhistas.

Como instrumento de pesquisa utilizaram-se fontes documentais, como artigos de jornais de circulação regional e nacional, relatórios do Ministério Público Federal, dos Grupos Móveis de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Além disso, o artigo é resultado de uma experiência direta de estágio na CPT de Marabá, PA, onde se dá o acolhimento das vítimas que se dirigem para prestar depoimentos, denunciar situações de trabalho escravo em fazendas e carvoarias da

região, em geral fugidos, machucados, cansados, famintos e doentes. Além dos sinais de maus tratos, a fuga acentua o quadro de saúde e a denúncia na CPT torna-se o passo para obtenção do suporte necessário à integridade física dos trabalhadores. São abordadas as contradições do capital na região, situando-as na transição pré-capitalista para a sociedade salarial. Descrevem-se as especificidades do objeto na referida região e a importância do trabalho da CPT como forma alternativa de enfrentamento ao lado dos sindicatos e trabalhadores rurais e movimentos sociais.

As contradições da expansão do capital no sul e sudeste do Pará

O sudeste do Pará se desenvolveu a partir da dominação política por grupos de famílias que se apossaram de grandes extensões de terras, principalmente de castanhais. Emmi et al. (1999) chamou essas famílias de oligarquia latifundiária mercantil já que a riqueza desses grupos estava na monopolização do comércio da castanha acompanhado pela concentração de terras. Os donos de castanhais exerceram grande poder político e econômico em termos de estrutura de dominação e subordinação, traduzido de diversas formas no controle do processo de apropriação do trabalho onde a violência e o clientelismo político sempre estiveram presentes.

Para explicar a necessidade de dominação e a luta pela terra, Emmi et al. (1999) argumenta que nas relações de controle que constituíam as diferenças entre classes, o resultado foi o monopólio dos meios de produção. Foi à base da natureza dos meios de produção dominada por quem tinha mais posses que determinava o tipo de sociedade (escavidão, servidão, capitalismo).

Nas sociedades rurais e nos segmentos rurais de uma sociedade urbanizada, o domínio da terra é naturalmente fundamental. Sua importância varia, entretanto, conforme se trate de uma economia agrícola ou de uma economia extrativista mercantil. Na primeira, a terra é o meio de trabalho essencial, o objeto e ao mesmo tempo o produto do trabalho, no sentido em que se beneficia a terra, ao mesmo tempo em que se tira dela seus frutos. É por isso que se verifica uma tendência generalizada à apropriação da terra em forma de propriedade exclusiva. (EMMI et al., 1999, p. 14).

Os conflitos pela posse da terra na região tiveram como causa maior a oposição entre posseiros e grandes proprietários de terras. Nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e na área que hoje é o município de Xinguara os grandes fazendeiros eram também donos de castanhais. Segundo Emmi et al. (1999) os castanheiros se transformaram em posseiros quando perceberam que a terra, dos polígonos dos castanhais, estava sendo ocupada por aqueles que se diziam proprietários, num sentido contrário ao permitido no aforamento.

A região de Marabá tornou-se a maior produtora de castanha do estado. Os castanhais eram considerados extremamente ricos, principalmente entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, ao sul de Marabá e São João do Araguaia, estendendo-se até Conceição do Araguaia, predominando também nos municípios de Itupiranga, Jacundá e Tucuruí (VELHO, 1972, p. 156). Junto com o extrativismo da castanha, as grandes fazendas começaram a crescer. Aos poucos iam se apossando de castanhais e formando grandes latifúndios. As famílias mais poderosas da região trabalhavam com o extrativismo da castanha e também com a pecuária, contribuindo ainda mais para a concentração de terras. (EMMI, 1999, p. 60).

Segundo Ianni (1978):

O processo de ocupação de terras devolutas sempre foi fácil, não exigindo nenhuma formalidade antecipada. Bastava (há pouco tempo) embrenhar-se na mata, construir um rancho, limpar um trecho, plantar uma roça e demarcar com uma picada rústica a área de posse. Em seguida deveria ser feita uma solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmada com título definitivo. Um mecanismo simples, mas mesmo assim impossível de ser seguido pelos posseiros, à maioria analfabeta e sem recursos, a não ser os braços e a vontade de trabalhar. Dessa forma a maioria deles, sem nenhuma orientação, deixou de solicitar o registro das terras em seu nome, limitando a fazê-las produzir. (IANNI, 1978, p. 118).

Com a construção da Transamazônica, a partir de 1970, abriu-se um caminho para a Amazônia Oriental. Surgiram novas empresas do Sul do país e órgãos governamentais, ampliou-se a exploração de ferro na Serra dos Carajás, iniciou a construção da hidrelétrica de Tucuruí para o fornecimento de energia elétrica, infraestrutura que conecta

Marabá ao Amapá, além dos impactos que geraram Belém-Brasília no sul e a Transamazônica no sudeste do Pará. Isso tornou a região atrativa para o avanço de grandes latifundiários e milhares de camponeses que chegaram de diversos lugares.

As campanhas de integração regional feitas pelo estado, em geral promoveram modos de reprodução capitalista que beneficiavam os latifundiários ou empresas, enquanto desconsiderava as necessidades dos pequenos agricultores. O que é possível perceber que as políticas de desenvolvimento pelo estado na fronteira agrícola são claramente contraditórias. Hall (1989) afirma que embora milhares de nordestinos migrantes tenham sido estimulados a colonizar a floresta tropical úmida com o objetivo, entre outros, de aliviar os conflitos sociais em suas regiões de origem, o apoio oficial necessário para lhes garantir uma existência estável na Amazônia foi negado pelo estado que, por uma grande variedade de razões, concentrou seus esforços em apenas garantir o capital de investimento comercial. Segundo este autor, o estado assumiu a forma de incentivos ao setor de criação de gado e também a empresas industriais e de mineração, como no Programa Grande Carajás, que inaugurado em 1980, é o maior projeto de desenvolvimento em área florestal do mundo objetivando extrair, beneficiar minerais e transportá-los por ferrovia até a costa em São Luiz, exportando os minérios para outros países, sobretudo para o Japão. Esse Programa transformou a paisagem econômica e social na região, atraindo milhares de trabalhadores para a garimpagem.

O Pará é a maior fonte de minérios descobertos, tendo as mais importantes reservas de ferro, alumínio e cobre, a segunda maior reserva de manganês do Brasil, além de importantes reservas de ouro, estanho, níquel e caulim. Não é por acaso que essa região foi escolhida para serem instalados os chamados grandes projetos minero-metalúrgicos e hidrelétricos na região (PETIT, 2003, p. 97). Uma das maiores batalhas em busca de ouro, a partir da década de 1970, foi entre grandes empresas mineradoras e pequenos garimpeiros, que apenas utilizavam suas pás e picaretas. Enquanto empresas modernas utilizavam tecnologias de ponta na exploração mineral, milhares de garimpeiros se amontoavam se submetendo ao trabalho manual em condições degradantes.

Desde a década de 1960 com as políticas de colonização da Amazônia pelo Governo Federal, as regiões sul e sudeste do Pará passa-

ram por um intenso processo de construção e reconstrução da estrutura fundiária, devido a sua abrangência, intensidade, violência na luta pela terra e a exploração do trabalhador rural. O desenvolvimento regional implementado pelo governo no contexto da ditadura militar foi a base para a constituição dos conflitos entre trabalhadores rurais, fazendeiros, comerciantes e grandes empresas, o que exige refletir sobre as relações entre o estado e o grupo dos que lutavam por seus direitos e as relações econômicas ao longo dos processos de desenvolvimento na história da região. (HEBETTE, 2004).

Figueiras (2014) chama atenção para o fato de não haver propriedade privada sem o Estado, pois ele é quem viabiliza as relações de assalariamento e a reprodução do capital. Por isso:

Seguir parâmetros elementares propostos por esse mesmo Estado, que preservem a vida e a dignidade do trabalho (que “por acaso”, reproduz o capital), é o mínimo que se pode esperar como justificativa para a existência do próprio monopólio social. Do contrário, se torna difícil até dissimular a tirania que por natureza a relação social denominada capital institui. (FIGUEIRAS, 2014, p. 147).

Vale ressaltar que o processo de concentração de terras no sudeste do Pará foi devido, sobretudo, à instalação de grandes projetos agropecuários com o auxílio dos incentivos fiscais do Governo Federal por meio da Sudam e financiamento às empresas que queiram se estabelecer na região, ao contrário do pequeno agricultor, principalmente migrantes que lutavam pelo acesso à terra (IANNI, 1978). Como contrapartida, as empresas teriam que criar certo número de empregos, produzir um determinado número de cabeças de gado, construir obras de infraestrutura que colaborassem com o desenvolvimento da região. Mas, no máximo, o que se concretizou foi à ocupação de terras (HALL, 1989). A figura do peão foi parte fundamental na implantação de grandes projetos na região. Possesiros, colonos, índios e peões são personagens distintos na história da ocupação do sudeste do Pará, mas são vítimas do mesmo capital.

Marx (1988, p. 828), ao analisar o processo capitalista de expropriação dos trabalhadores afirma que a acumulação de capital pressupõe mais-valia, a mais-valia à produção capitalista, que necessita de

grandes quantidades de capital e força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Trata-se de um movimento em círculo do qual só se pode escapar conceituando a acumulação primitiva, que nasce antes da acumulação de capital. Ela explica o porquê da existência, de um lado, da burguesia e do outro lado, um povo pobre e expropriado da sua força de trabalho, enquanto cresce constantemente a riqueza de poucos. Os meios de produção e subsistência, dinheiro e mercadoria não são capitais, mas antes, tem que existir uma transformação entre as duas espécies possuidoras de mercadorias, de um lado o proprietário do capital, que compra a força de trabalho dos outros e do outro lado, os trabalhadores, comerciantes da própria força de trabalho. São trabalhadores livres que não fazem parte dos meios de produção, o que difere da situação do camponês, que é autônomo. Esses são os dois lados do mercado que condicionam as bases da produção capitalista. A acumulação primitiva é o processo que retira do trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, convertendo em assalariados, os vendedores da força de trabalho. É considerada primitiva porque antecede a pré-história da produção capitalista. O trabalhador se transforma de produtor a assalariado quando libertado da escravidão; os que foram emancipados se tornaram comerciantes da sua força de trabalho quando já lhes foram expropriados todos os meios de sobrevivência.

Marcam a história da acumulação primitiva todos os deslocamentos da população privada de seus meios de subsistência e de direitos como o trabalhador rural que não tem acesso à terra. Quando termina a servidão, os trabalhadores proletários apenas trocam de senhores. Com a dissolução do sistema de vassalagem, os camponeses foram expulsos das terras, nas quais tinham direitos e foram lançados a própria sorte no mercado de trabalho. A nova era capitalista foi violenta na transformação da terra em pastagens e conseqüentemente em dinheiro, e na expulsão dos camponeses da terra, de suas pequenas lavouras, levando ao empobrecimento de grandes massas de trabalhadores. A terra ficou concentrada nas mãos de poucos e os camponeses se tornaram proletários ou indigentes, sem mais a possibilidade de cultivar seu próprio alimento. (MARX, 1988).

Os proprietários de terras, se utilizando das formas legais de apropriação da terra, usurparam as leis e submeteram a população pobre ao regime da moderna propriedade privada. Os novos burgueses capitalis-

tas transformaram a terra em mercadoria para a ampliação dos seus interesses econômicos, monopolizando os preços dos meios de subsistência e provocando o despovoamento do campo. Os trabalhadores foram forçados a fazerem parte do mercado, trabalhar para poucos e inchar as cidades e manufaturas juntamente com suas famílias. A violação do direito sagrado à propriedade, ao solo, transformou-se em direito de propriedade privada causando revolta e expulsando os camponeses de forma violenta. O homem perde espaço para a criação de animais em suas terras que se transformam em pastagem. O roubo das terras dos camponeses, a alienação cruel dos domínios do Estado e a transformação da terra em mercadoria privada e moderna são as bases da acumulação primitiva, incorporando a terra ao capital e a oferta fundamental de proletários sem direitos.

Marx (1988) afirma ainda que:

A expropriação da massa do povo, que fica assim sem-terra, forma a base do modo capitalista de produção. Uma colônia livre se caracteriza por serem comuns grandes extensões de seu território, podendo cada colonizador transformar um pedaço de terra em sua propriedade privada e meio individual de produção, sem impedir o que vem depois de fazer a mesma coisa. Este é o segredo tanto do florescimento das colônias, quanto do mal que as devora, sua resistência à colonização do capital. (p. 887).

A colonização exige que a terra, além de intocada, tem que ser de propriedade da união, passível de ser transformada em propriedade particular. Afirma ainda que se a terra fosse barata e todos os indivíduos fossem livres, podendo cada um ter um terreno, o trabalho se tornaria muito caro e seria muito difícil conseguir mão de obra contratada. Nas colônias, quando não existe a diferença entre o trabalhador e suas condições de trabalho, não tem como existir a separação entre agricultura e indústria, também não se percebe a destruição da economia doméstica rural e o mercado interno se desenvolve a partir da produção do seu próprio capital. “A grande beleza da produção capitalista não reside só em reproduzir constantemente o assalariado, mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação à acumulação de capital”. (MARX, 1988, p. 888).

Fernandes (1972) na esteira de Marx, ao analisar o capitalismo agrário no Brasil levanta algumas características contraditórias que parecem permanecer reproduzindo o que ele denomina de heteronomia e a “dependência dentro da dependência”. Esta última atribui uma função à agricultura que é de fomentar o desenvolvimento urbano-industrial. Para o autor, “o capitalismo como modo e sistema de produção constitui uma manifestação tardia da evolução econômica e histórico-social do Brasil”

Ele não estava incubado no antigo sistema colonial, organizado de forma capitalista apenas ao nível da mercantilização dos produtos tropicais; e ele só se expandiu, realmente, graças à desintegração do sistema de produção escravista. E quando isso se deu, o capitalismo como modo e sistema de produção irradiou-se da cidade para o campo, através da expansão de uma economia de mercado moderna, que conduzia em seu bojo a transformação do trabalho em mercadoria e a universalização do trabalho livre. (FERNANDES, 1972, p. 180).

A dependência para Fernandes (1972) se caracteriza por uma relação de exploração sistemática da economia agrária, onde os proprietários rurais se aproveitam dessa dupla condição enquanto as grandes massas de trabalhadores rurais os “despossuídos rurais” devido a essa situação se veem “irremediavelmente compelidas ao pauperismo e condenadas à marginalização [...] é nesse nível que se desvendam as iniquidades e a impotência da economia agrária brasileira”. Essa é uma lógica que elimina inevitavelmente “os agentes humanos de sua força de trabalho” (p. 181). Nessa perspectiva do capitalismo dependente seus desenvolvimentos econômicos são entendidos como parte natural de processos que Marx já havia criticado como base para o sistema mundial. Contudo, os princípios válidos para as economias centrais não têm a mesma função nas economias dependentes, periféricas e heteronômicas, resultando assim numa relação de subordinação destas em relação àquelas, onde os interesses das primeiras sobrepõem-se ao desenvolvimento das últimas. Supõe-se que a liberdade dos agentes econômicos seja de referência das economias dominantes e metropolitanas, porém ela se realiza nos marcos heteronômicos dos interesses econômicos daqueles agentes que têm o controle direto ou indireto da relação econômica colonial, neocolonial ou de dependência, tornando-se instrumental, porque os mesmos princípios de uns têm efeitos dife-

renciados em outros. O autor entende que a economia agrária brasileira nunca foi homogênea em sua evolução em diferentes regiões, sendo impossível utilizar uma fórmula universal, entretanto e apesar disso, ela (a economia agrária) sempre fora a parte mais prejudicada pela condição acima apontada de heteronomia. A economia de mercado não atinge o campo da mesma forma que a cidade, de modo que possa gerar a autonomia da economia agrária. Ou seja, este setor da economia é dependente internamente do desenvolvimento urbano-industrial que exige uma ampla proteção, mas que guarda relações de dependência com o mercado externo das economias centrais. De forma alternativa a economia rural acaba servindo a outros fins sociais e culturais dos empresários urbanos, dando lugar a comportamentos econômicos “autodefensivos e autocompensadores” de ambas as partes, do capital urbano-industrial ou comercial e do capital agrário.

As condições históricas e geográficas do trabalho escravo no sul e sudeste do Pará

Segundo Figueira (2004, p. 109) a existência de terras livres das cercas e dos títulos de propriedade, rapidamente foram ocupadas por grandes empresas, restando aos lavradores lotes distantes das estradas, quando do acesso à terra. Os milhares de trabalhadores que se dirigiam para o sudeste do Pará em busca de terras encontravam a titulação em condições jurídicas instáveis, uma eventual contestação resultava em ameaças por grandes latifundiários. Consequências diversas e mesmo concomitantes ocorriam, como: a morte no processo de resistência e luta pela terra; o aliciamento com falsas promessas de trabalho; o trabalho direto na abertura de fazendas. Apenas uma pequena minoria de trabalhadores, vaqueiros, funcionários de escritório, gerentes e professores rurais eram contratados para atividades permanentes e não sazonais, seguindo, mesmo com limitações, às leis trabalhistas.

Desde a implantação das fazendas até o processo de engorda do gado, a figura do peão era inserida no processo de produção, o que ocorria também com o seringueiro e o castanheiro, explorados por todos os envolvidos na extração e comercialização dos produtos, já que dependiam dessa exploração para obtenção de lucro. A presença dos peões e demais trabalhadores volantes, foi fundamental para fazer as picadas, construir casas, pistas de pouso, fazer a derrubada da mata, a

plantação de capim e outros serviços (REPÓRTER BRASIL, 2008). As empresas beneficiadas por essa mão de obra de imigrantes submetidos a relações de trabalho ilegais, ocuparam o território, provocando grandes danos ecológicos e um alto custo humano e social, levando a maior mobilização das lutas pela terra e as denúncias de mão de obra escrava em áreas de agropecuária.

O grande movimento de pessoas que chegavam ao poder político da região não se restringiu à Conceição do Araguaia, ao contrário, estendeu-se para outros lugares, como Marabá. A presença de grandes empresas como a Volkswagen (fazenda Vale do Rio Cristalino), King Ranch e Brascan (fazenda Swift King Ranch), Liquigas (fazenda Liquifarm Agropecuária Siuá Missu), o Bradesco (fazenda Rio Capim Agropecuária), contribuiu, direta ou indiretamente, com o apoio dos governos ditatoriais (1964-1986), para que muitos trabalhadores rurais fossem assassinados durante os processos de luta pela terra. Os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, que eram ligados ao processo de resistência nos anos de 1980 e 1990, foram assassinados à luz do dia. (FIGUEIRA, 2004, p. 103; SAKAMOTO, 2007).

A maioria dos trabalhadores, 91,5%, que foram levados para atividades de empreita nas fazendas, tinha origem noutros estados, enquanto somente 8,5% eram naturais do Estado do Pará. Esta minoria seria formada de jovens residentes em municípios como Redenção, Conceição do Araguaia e Marabá, originários de fluxos migratórios entre os anos 70 e 80 (PINTO; VIEIRA, 2003, apud FIGUEIRA, 2004, p. 111).

Em 2015, os trabalhadores encontrados pelo Grupo Móvel de Fiscalização eram quase que exclusivamente homens na faixa etária de 18 a 40 anos, o que se explica pelo fato das atividades requererem força física e resistência. As mulheres encontradas trabalhavam como cozinheiras, responsáveis pela alimentação na empreitada e em geral são casadas com peões ou empreiteiros. Às vezes, os filhos menores de idade também acompanhavam os pais e serviam de mão de obra auxiliar nas tarefas de preparação e distribuição de água para os trabalhadores. O *Caderno de conflito* (2015) mostra que o Pará foi campeão no ranking do trabalho escravo de 2009 a 2013, onde o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mantinha uma média de 75 estabelecimentos inspecionados a cada ano. Esse número caiu para 37 fiscaliza-

ções em 2014 e 28 em 2015. Pode-se considerar como efeito dessa redução do controle do Estado as dificuldades enfrentadas no trabalho de fiscalização, que são muitas vezes, invisíveis ou camufladas.

A migração ocorre livremente, por isso é quase impossível controlar a lógica, prevendo quando se dá a contratação, se a proposta de trabalho levará a uma situação de trabalho forçado ou à falta de liberdade e mesmo à morte ou a uma situação que impeça a liberdade de viver como um trabalhador livre e responsável pelo sustento da família, com um papel social a desempenhar em sua comunidade. A insegurança quanto ao futuro das relações de trabalho é uma das causas ou condições para a prática do trabalho escravo.

Sem perspectiva de melhoria das condições de vida nas cidades de origem, os trabalhadores rurais aceitam qualquer promessa de emprego, já que o número de desempregados é muito grande e contrário ao de oportunidades. Em busca de dinheiro para o sustento da família os trabalhadores temporários são as maiores vítimas do trabalho escravo. A falta de qualificação profissional e de uma política de geração de emprego e renda obriga os trabalhadores a aceitarem qualquer tipo de trabalho (SAKAMOTO, 2007; FIGUEIRA, 2004; SENTO-SÉ, 2000).

Faz parte do aliciamento de mão de obra a figura do “gato”, aliciado para procurar em municípios do Nordeste com grande índice de desemprego, trabalhadores necessitados, dispostos e suscetíveis à falsa promessa de bons salários, estadia e alimentação. Embora aparentemente simpáticos e convincentes, os “gatos” compõem uma rede com a finalidade de submeter os trabalhadores ao trabalho escravo. Nesta lógica o aliciador às vezes se torna também uma “vítima”, pois encontra nesta função a única alternativa de sobrevivência e aumento de seus rendimentos.

Breton (2002, p. 101) afirma que depois de contratados, os trabalhadores são deslocados pelas rodovias federais, estaduais e estradas vicinais, transportados em caminhões, ônibus, trens e até aviões, sem estar conscientes de que a longa viagem clandestina, em condições de fuga das fiscalizações, lhes será cobrada. A viagem noturna e o uso do álcool são técnicas comumente utilizadas na viagem para que as vítimas não reconheçam o caminho percorrido até o destino e desistam de encontrar o caminho de volta ou de denúncia das surpresas desagradá-

veis e não previstas no contrato informal, antes selado. Os dias que se seguem serão de horas exaustivas de trabalho, condições de extrema exploração, muitas dívidas com valores superfaturados e já planejados pelos proprietários das fazendas para garantir a dependência dos trabalhadores. A dívida é normalmente anotada em um caderno que fica sob o domínio do aliciador ou do próprio dono da fazenda. No caderno, constam as dívidas do transporte, adiantamento, alimentação durante a viagem, equipamentos de trabalho, alojamentos e refeições diárias. Quanto maior a demora na quitação da dívida maior se torna a dependência, que é suportada na esperança do trabalhador em receber algum dinheiro para retornar a sua cidade de origem. As promessas de que no final das tarefas eles poderão receber o salário e retornar para a família é também parte dos mecanismos de manutenção do trabalho escravo. Tudo começa a partir do momento que são aliciados e com valores de compra da força de trabalho muito diferentes daqueles acordados. Impedidos de sair devido ao isolamento nas matas e nas grandes propriedades existentes, no meio da selva amazônica os trabalhadores são ameaçados pela presença constante de pistoleiros armados que castigam e matam, em caso de tentativa de fuga. Normalmente a empreitada não é considerada crime e as relações de trabalho são regidas pela legislação trabalhista, tendo o gato de pagar os peões, de acordo com os direitos previstos. Mas ao contrariar as leis trabalhistas, incorrem-se a riscos de vida aos trabalhadores.

O trabalho escravo contemporâneo, também denominado por diversos autores como escravidão por dívida, é uma prática quase que comum no sul e sudeste do Pará. É característico servir uma alimentação insuficiente ou de má qualidade; falta de água potável e de assistência médica aos trabalhadores; o descumprimento das leis trabalhistas, como a falta de equipamentos de segurança, jornada de trabalho acima de 8 horas, não registro de carteira de trabalho, não recolhimento de INSS, PIS, FGTS e outros benefícios do trabalhador.

Após meses ou anos de escravidão, quando encerra a empreitada, esses trabalhadores não obtêm as condições necessárias para deixarem as fazendas, sendo destinados à própria sorte, às vezes abandonados nas adjacências e sem dinheiro. Em consequência, eles perdem definitivamente o contato com seus familiares e o acesso aos serviços urbanos básicos, como saúde, comércio e outros. É comum entre os trabalhado-

res após alguns dias de exploração em novas frentes de trabalho cumprindo jornadas extensas em dias ensolarados e de alta temperatura, a contração de problemas crônicos de saúde, como cicatrizes sem cura e fraqueza física derivados da fome e da sede que levam à morte por desnutrição e desidratação.

Essas circunstâncias constituem uma cadeia de novas práticas de exploração do trabalho forçado. Depois de abandonados inicia-se uma nova dinâmica de exploração, onde a mediação é exercida por meio de casas que vivem do acolhimento, as chamadas “pensões hospedeiras”, que se situam nas periferias urbanas ou vilas por onde os trabalhadores passam e começam a viver, constituindo novas dívidas com hospedagem e alimentação. O gato, gerente ou novo dono de fazenda aparecem sistematicamente para pagar as dívidas dos peões, ilustrando um aparente ou outro ciclo de escravidão. Em síntese, esses trabalhadores se tornam os popularmente chamados peões do trecho, mercadorias para as pensões que se tornam os atravessadores no ramo do comércio de escravos contemporâneos para o trabalho temporário de vaqueiros e roçados na fronteira do sul e sudeste do Estado do Pará.

A maioria dos casos constatados pelo Grupo Móvel de Fiscalização está presente nas modernas fazendas de gado de corte, plantio de algodão, soja, pimenta e café. Algumas delas são reconhecidas internacionalmente pelo uso de recursos tecnológicos com práticas de comércio que têm o apoio do poder público e do mercado local, se projetando e ampliando propriedades através do trabalho escravo. Nestas regiões é comum, em determinados períodos, contratar uma grande quantidade de trabalhadores para as fazendas, oriundos dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e do próprio Estado do Pará. Caracterizam-se por serem pessoas analfabetas ou com poucos anos de estudo.

Figueira (2004, p. 341) afirma que o acordo entre o trabalhador e o empreiteiro ganha forma nos primeiros momentos de contratação e depois, rompem-se os acordos. Dentre as consequências, está a percepção da injustiça e a resistência. Desde o início da contratação já se têm diversas circunstâncias que provocariam o desequilíbrio entre as formas de ofensas e a autoridade moral daquele que oprime. Quando o fazendeiro ou empreiteiro passa dos limites considerados suportáveis, alguns dos trabalhadores não conseguem perceber a realidade em que vivem e se entregam totalmente aos que os maltratam. Em algumas situações,

o nível de exigência do aliciador é tamanho que gera uma reação dos trabalhadores e, como desdobramento, a reação do fazendeiro e do empreiteiro. O autor considera ainda, que o critério do que é ou não injusto, apesar do “contrato”, tem um nível de admissão que varia de pessoa para pessoa, ou de grupo, inclusive dependendo do nível de necessidades experimentadas ou informações existentes a respeito.

Como afirma Martins (2002, p. 153), nessas formas de exploração da mão de obra, como a servidão por dívida, os setores pobres e intermediários da economia têm uma função fundamental. O trabalho terceirizado coloca esses setores a serviço do grande capital e das grandes empresas, revelando formas diversificadas de exploração na dinâmica de obtenção do lucro nos países de economia dependente.

De forma organizada, articulando-se aos movimentos sociais ou buscando o apoio do estado, uma minoria de trabalhadores conseguiu se estabelecer, deixando mais tarde para os filhos a lavoura de subsistência e a pequena comercialização. A maioria, no entanto, continuou vivendo em condições precárias, passando fome ou migrando em busca de um lugar melhor para se viver. A reprodução os transforma em um exército de produção da força de trabalho em áreas onde a expansão capitalista se desenvolve.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) entende que a exploração intensa da mão de obra não especializada vem sendo usada comumente pelas empresas justamente para diminuir despesas trabalhistas. No entanto, os valores dos salários devidos, além de outros encargos que garantiriam condições mínimas de trabalho se tornam insignificantes diante dos lucros obtidos pelos produtos comercializados por grandes fazendeiros. Para esta organização, a certeza da impunidade é a principal causa da continuação da excessiva exploração do trabalho escravo. (SAKAMOTO, 2007, p. 40).

Breton (2002, p. 222) argumenta que ao contrário da escravidão negra institucionalizada e reforçada pela Coroa portuguesa e pela Igreja Católica, na escravidão contemporânea os trabalhadores são recrutados de acordo com as necessidades de mão de obra para o trabalho em grandes empresas e o seu abandono consecutivo após o fim da empreitada. Portanto, é possível perceber que a escravidão contemporânea é o resultado de uma cadeia de exploração em torno das desigual-

dades, de natureza tanto econômica e social quanto política. As formas mais características de exploração do trabalhador rural são a imobilização por dívidas associada à pobreza extrema e à falta de recursos para que uma família possa sobreviver com dignidade.

É importante ressaltar que as formas de trabalho escravo na Amazônia se enquadraram em categorias típicas da região, onde nas situações de trabalho forçado o trabalhador fora levado à escravidão pelo uso da fraude e da coerção. Mendes (2002, p. 14) mostra que “a fraude é o instrumento pelo qual um indivíduo, falseia ou oculta a verdade com a intenção de prejudicar ou enganar o trabalhador. O trabalhador tem seus documentos retidos e não recebe salários, sendo obrigado a assumir uma dívida”.

O trabalho forçado, resultado da coerção, sob a justificativa da dívida em fazendas e carvoarias na Amazônia, tem sido identificado como “escravo”, por defensores dos direitos humanos, sindicalistas, jornalistas e pelo Estado. Alguns dos próprios trabalhadores classificam essa forma como trabalho “humilhado” ou “cativo”, ou literalmente escravo. É uma prática que se evidencia, sobretudo a partir da década de 1960, na abertura de estradas e instalação de grandes empresas agropecuárias, conhecidas pelo uso da mão de obra escrava em tarefas como a derrubada de mata para abertura ou ampliação das pastagens confeccionando cercas. As fazendas no Pará localizam-se em áreas de difícil acesso, cobertas por longas faixas de mata, o que facilita a presença de pistoleiros, de vigilância nos alojamentos e locais de trabalho. As ameaças de mortes e as torturas marcam as relações entre trabalhadores explorados e patrões. (FIGUEIRA, 2004, p. 34).

Segundo Sauer (2005, p. 15), esses problemas concentrados na região em destaque estão diretamente ligados com a apropriação ilegal de terras. Essas violações vão desde a negação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado até a expulsão violenta e prisão de posseiros, ribeirinhos e indígenas que ocupam a mesma terra há décadas.

Figueira (2004, p. 35) descreve que o fazendeiro geralmente alicia os trabalhadores diretamente ou contrata recrutadores ou aliciadores de mão de obra barata, normalmente em outras cidades ou estados. Depois de já estarem nos locais onde vão trabalhar, os aliciados são alertados de que não poderão deixar a fazenda antes de quitar as dívi-

das, que começam já no percurso da viagem, como hospedagem e a alimentação. As dívidas aumentam a cada dia, conforme as necessidades básicas, além da aquisição obrigatória de ferramentas de trabalho. O mercado destes produtos é de propriedade da fazenda. Para o autor, a garantia do sistema de coerção se estabelece a partir de diversos fatores, como a presença de pistoleiros armados ou a própria responsabilidade moral do trabalhador diante da dívida imposta, que deve ser paga como questão de orgulho pessoal. A fragilidade dos trabalhadores é reforçada pelas distâncias entre os locais de recrutamento e as fazendas ou carvoarias, longe de parentes, amigos ou conhecidos.

O conjunto de práticas que podem ser caracterizadas como trabalho escravo, ou seja, juridicamente como crime, inclui cárcere privado, violência física, torturas, lesões corporais, mortes e danos ambientais. Fazem parte ainda, a negação das leis trabalhistas, como a não assinatura de carteira de trabalho e o não recolhimento da previdência social, das férias, além das condições desumanas de habitação, de transporte, de alimentação, da falta de segurança e de pagamento dos salários.

É importante ressaltar que no Brasil, o trabalho escravo contemporâneo começou a fazer parte do debate público, tanto nos meios de comunicação como nas representações sociais, a partir das profundas transformações políticas, econômicas e sociais nas décadas de 1970 e 1980, ocorridas na Amazônia.

Para Mendes (2002) a sociedade brasileira vem tornando-se cada vez mais informada sobre as formas de escravização, principalmente nas zonas rurais do país. A presença dos meios de comunicação é fundamental como forma de denúncia, assim como a presença de entidades sociais, de religiosos e de juristas dispostos a lutar a favor dos trabalhadores rurais migrantes e contra a concentração de terras nas mãos de poucos.

A Comissão Pastoral da Terra na luta contra a escravidão contemporânea

Foi um marco na história de luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, o lançamento em 1972, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Carta Pastoral “Uma igreja

da Amazônia em conflito com o latifúndio”, escrita por Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia-MT. O bispo denunciou a existência de extrema exploração no Mato Grosso e no Pará. Esse documento marcou o início das denúncias de escravidão contemporânea no Brasil, com grande divulgação no exterior (SENTO-SÉ, 2000, p. 42; MENDES, 2002, p. 11). É a partir daí que surgiu também, pela primeira vez, o uso do termo escravidão contemporânea.

As denúncias ganharam destaque após divulgação em âmbitos nacional e internacional, a partir da fuga de peões da fazenda Rio Cristalino, pertencente a Volkswagen. Ao buscarem socorro na CPT, foram revelados casos de violência contra os trabalhadores, como abuso sexual, assassinatos e torturas. Essa empresa, antes dedicada a produção automotiva, devido aos incentivos fiscais feitos pela Sudam (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) obteve 140 mil hectares de terras em Santana do Araguaia, no sul do Pará, como parte de seus novos investimentos em agronegócio, formando uma fazenda de 46 mil cabeças de gado. Diferente de outras fazendas fantasmas da Sudam, a Rio Cristalino foi muito eficiente na sua administração, como observa Breton (2002, p. 189). O primeiro a fazer a denúncia teria sido José Camilo da Silva, que em 1981 prestou depoimento na CPT:

Queria ir embora e pediu ao gato. Ele deixou, mas depois que andaram uns quarenta quilômetros pela estrada, ele mais seis capangas cercaram nós, deu fogo em nós. Falou: vocês vão voltar ou então vão cair no tiro. Tava nós pião tudo fraco, deitados na rede sem dar conta de levantar, e ele prometendo cacete. Cortava a corda da rede, fazia a gente andar na frente dele apontando revolver em nós; quando acabava, atirava pelos pés. Depois eles passaram a vigiar a gente o dia inteiro com dois revólveres. Nós tava era na prisão, trabalhando de segunda a segunda, muitas das vezes sem comer. Estava muito mal de maleita (malária), estava em tempo de morrer. Fui ao hospital da fazenda de a pé, e disseram para mim voltar para casa por que não tinha medicamento que me curasse. Procuramos o gato para receber nosso dinheiro, mas nunca recebi nada. Nem um centavo. (CPT, 1981 apud BRETON, 2002, p. 189).

O caso dessa fazenda mostrou uma forma clássica de dominação na região amazônica. Os meios tecnológicos modernos utilizados nas fazendas não impediram a reprodução antiga de exploração do trabalho, os abusos e a violência praticada, consideradas como as modernas formas de trabalho escravo. Nesse sentido, a partir da década de 1980 com o aparecimento de novas denúncias em outras fazendas, o governo brasileiro foi pressionado a apresentar soluções concretas para o combate ao trabalho escravo. A partir de então, o termo entrou para uma categoria de relações de extrema exploração e não mais como simples conflitos trabalhistas. O Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad), criado em 1985, reconheceu o trabalho escravo como uma realidade muito presente, utilizada em várias partes do Brasil. (MIRAD, 1986, apud MENDES, 2002; FIGUEIRA, 2004).

A escravidão contemporânea denunciada pela CPT, a partir da década de 1970, trata de casos em que trabalhadores são submetidos a vários modos violentos de exploração. Camponeses, sitiantes, posseiros ou colonos, trabalhadores assalariados, vaqueiros ou mesmo peões tiveram na referida região, e ainda têm, condições de vida extremamente difíceis, penosas e incertas. Para muitos, o sonho de ter um pequeno pedaço de terra pode ser realizado perto das grandes empresas agropecuárias, se adequando aos seus modos de implantação e reprodução. É importante analisar o papel fundamental da CPT, que foi criada a partir da percepção dos intensos conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais da Amazônia brasileira. Esta violência percebida começou a ser registrada sistematicamente, já no final dos anos 1970. A partir de 1985, os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de *Cadernos de conflitos*. Essa foi a única entidade a realizar amplamente pesquisas sobre a questão agrária em âmbito nacional, tornando-se uma das mais importantes fontes de estudos a partir de um acervo composto por livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos que tratam das lutas camponesas.

Durante muitos anos, diversos atores locais, moradores, migrantes e agentes da CPT têm resistido e se organizado em busca de participação, garantia de “direitos”, conquista da terra e entram em conflitos de interesses organizando as comunidades locais, frente ao processo

de exclusão social, cultural e político-econômico, e como consequências entram em confronto contra a expulsão e marginalização de trabalhadores camponeses para a instalação de projetos, impostos ainda hoje, pelo governo federal. A relação da CPT com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, assim como com as Delegacias Especializadas de Conflitos Agrários (Decas), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH) do estado do Pará, resultou na elaboração anual de listas de pessoas ameaçadas de morte e seu encaminhamento ao Ministério Público Federal, o que nem sempre resulta em ações concretas de proteção dos trabalhadores envolvidos em conflitos, e muitos terminam sendo mortos.

O *Caderno de conflitos* da CPT registrou em 2015 crescimento acentuado de 126% do número de famílias com casas destruídas, e com bens destruídos foram cerca de 20%, isto é, as lavouras, os pertences, a morte de animais etc. Somente nessa região, se concentram 20 dos 34 trabalhadores assassinados, 174 das 241 pessoas ameaçadas de morte, 63 de 143 trabalhadores presos em conflitos por terra. Das populações tradicionais que, em 2013, foram vítimas de algum tipo de violência, 55% se localizavam em áreas de grandes disputas pela terra, como o sul do Pará. É marcante a presença das mulheres nos conflitos no campo, onde foram registradas cerca de 40 trabalhadoras rurais assassinadas entre o total de 241 pessoas ameaçadas de morte, também em 2013.

A CPT tem se apresentado como responsável pela divulgação não só das denúncias, mas também pelo levantamento do número de trabalhadores escravizados. No entanto, é importante observar que por meio das estatísticas de denúncias registradas, não é possível saber o tamanho do problema que existe no Brasil referente ao tema, já que muitos casos não são fiscalizados devido a distância. Em relação aos critérios de construção e divulgação do número de pessoas envolvidas com o trabalho escravo, a CPT costuma enquadrar os casos na categoria de conflitos trabalhistas, analisando situações onde é bem claro o desrespeito à regulamentação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como: o não pagamento de salários, o regime de barracão, atos de violência e privação da liberdade, assim como, o desrespeito aos direitos humanos. (MENDES, 2002).

Considerações finais

É importante destacar que as formas de atuação do capital na Amazônia, em particular na região sul e sudeste do Pará, não estão isoladas do capitalismo em sua fase monopolista. Contudo, os períodos que avançam a partir dos anos 1990 dão continuidade à ofensiva do capital internacional em busca de retomada da lucratividade após décadas de crise de seus rendimentos. Isso agrava os conflitos de terra e naturaliza o trabalho escravo na região, tendo em vista sua abertura para novos investidores em busca de incentivos e de abundância dos recursos naturais da floresta, do subsolo e em torno aos grandes projetos que abundam com o mesmo objetivo. As relações trabalhistas semelhantes ao trabalho escravo são racionalmente cometidas com a cumplicidade do Estado capitalista na região. A apuração dos crimes faz parte de um processo longo de construção de um ideário coletivo, em defesa de um projeto popular, orientado por justiça social. É neste propósito que a atuação da CPT ganha destaque como uma das frentes mais engajadas no país pelos direitos das minorias e organização de trabalhadores rurais, índios e quilombolas no interior do Brasil. A esse título, pode-se mencionar a reverência que os movimentos sociais de luta pela terra reservam à CPT e em especial à liderança de seu presidente até recentemente Dom Tomás Balduino, que dedicou sua vida na luta por justiça no campo, sempre fomentando a formação de lideranças sociais verdadeiramente conscientes da importância de organizar os trabalhadores para assumirem de frente seu papel como atores sociais.

O combate ao trabalho escravo no Brasil tem atuado para acabar com o sistema que produz a concentração de terras e de meios de produção na zona rural concentrados nas mãos de poucos. Dessa forma, ações de combate como o Grupo Móvel de Fiscalização têm uma atuação de grande importância, mas se restringem ao resgate dos trabalhadores e não ao combate das causas da escravidão como parte da lógica de reprodução do capital na região.

Essas instituições tanto da sociedade civil quanto do Estado vêm procurando mecanismos para pelo menos amenizar essa situação, como por exemplo, a presença de instituições públicas como a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e o Conselho Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo (Coetrae) do

Maranhão, Tocantins e Piauí e do Pará. Há outras ações, a exemplo do trabalho educativo desempenhado pela CPT, da ONG Repórter Brasil, oficinas e cursos de formação dos trabalhadores.

Segundo dados da CPT, a fiscalização das denúncias de trabalho escravo no Brasil é feita, atualmente, com poucas equipes. Conforme informações da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, caiu de 10 para 4 o número de equipes que integram o Grupo Móvel de Fiscalização, o que deixa 60% das fiscalizações a cargo das superintendências regionais. Além disso, a região amazônica, que historicamente concentrou os maiores números de trabalhadores libertados da escravidão, principalmente em atividades no campo, vem reduzindo investimentos em fiscalizações.

Existem outros elementos que têm dificultado as ações de combate à escravidão contemporânea no Brasil. A constante tentativa da bancada ruralista e das empreiteiras de desqualificar o conceito de trabalho escravo, vigente no Código Penal desde 2003, além de negar a própria existência dessas práticas, retardando ainda mais a tentativa de erradicação. Por duas vezes, entre o final de 2015 e o início de 2016, tentaram aprovar em regime de urgência, ou seja, sem debate, o PLS n. 432/2013, de autoria do senador Romero Jucá, que tem o propósito de regulamentar a emenda constitucional n. 81/2013, já aprovada, que confiscaria propriedades flagradas com mão de obra escrava. Contudo, a versão inicial do PLS propõe essencialmente a revisão do conceito de trabalho escravo que retira suas características, como jornada exaustiva e condições degradantes. A CNBB divulgou Nota Pública em dezembro de 2015, destacando que o conceito de trabalho escravo no Brasil serve de referência para o mundo.

**Submetido em 5 de julho de 2016 e aceito para
publicação em 5 de outubro de 2016**

Referências

BRASIL. **Conflitos no campo, 2015**. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/12-trabalho-escravo/14015-trabalho-escravo-2015>>.

EMMI, Marília F.; MARIN, Rosa Elizabeth A.; BENTES, Rosineide da Silva. O polígono castanheiro do Tocantins. **Pará Agrário**. Informativo da situação fundiária. Castanhais: destruição, violência, indefinições, n. 1, jan.-dez./1999. Edição especial. Belém, PA: Idesp.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 445 p

FIGUEIRAS, Victor Araújo. Trabalho análogo ao escravo e o limite da relação de emprego: natureza e disputa na regulação do Estado. In: FIGUEIRA, R. R.; PRADO, A. A.; GALVÃO, E. M. (org.). **A universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Mauá X, 2014, 133-156.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

HÈBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. V. 2, 3 e 4. Belém, PA: Edufpa, 2004.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978. 236p.

LE BRETON, Binka. **Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira**. São Paulo, SP. Loyola, 2002.

MARTINS, Jose Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **1818-1883/Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão popular, 1988. 144p., il.

MENDES, Alessandra Gomes, 1971. **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: interpretando estratégias de dominação e de resistência**. Viçosa, RN: UFV, 2002. 143p., il.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003. 352p. (Açaí)

REPÓRTER BRASIL. **Material complementar, escravo nem pensar**, 2008.

REZENDE, Ricardo Figueira. **Pisando fora da própria sombra:** a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SAKAMOTO, Leonardo Moretti. **Os acionistas da casa-grande:** reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. 29/06/2007.

SAUER, Sergio. **Violação dos direitos humanos na Amazônia:** conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005. 170p.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. **Trabalho escravo no Brasil na atualidade.** São Paulo: Ltr, 2000.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato.** São Paulo: Difel, 1972.

Adorno, Habermas, Honneth: uma genealogia da contradição capital-trabalho nas três gerações da Teoria Crítica / *Adorno, Habermas, Honneth: a genealogy of the capital-labor contradiction in three generations of Critical Theory*

EDEMILSON PARANÁ¹

Resumo: Apresentamos neste trabalho uma breve revisão do desenvolvimento da tradição da Teoria Crítica ao longo de suas três gerações (representadas aqui, respectivamente, por Theodor Adorno e Max Horkheimer, Jurgen Habermas e Axel Honneth) em relação ao modo como apresenta e discute, aproximando ou afastando-se dela, a dimensão da contradição capital-trabalho na explicação da dominação na modernidade capitalista. Ao situá-la a partir dessa categoria, buscamos traçar um breve panorama da trajetória teórica desta tradição na perspectiva de seu projeto fundacional de crítica radical da realidade social a partir das formulações de Karl Marx.

Palavras-chave: capital; trabalho; crítica; Marx; Escola de Frankfurt.

Abstract: In this paper we present a brief review of the development of Critical Theory's tradition throughout its three generations (here represented, respectively, by Theodor Adorno and Max Horkheimer,

1 Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). É autor do livro *A finança digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional*.

Jurgen Habermas and Axel Honneth) regarding the manner in which it presents and discusses the role of the capital-labor contradiction in the domination in the capitalist modernity. Having made that assessment, we seek to trace a brief overview of the theoretical trajectory of this tradition from the perspective of its foundational project of radical critique of social reality from Karl Marx's formulations.

Keywords: capital; labor; critics; Marx; Frankfurt School.

O projeto original da Teoria Crítica,² delineado em oposição à Teoria Tradicional por Max Horkheimer, em 1937, aponta para a necessidade prática de se entender a realidade social a partir de suas possibilidades não concretizadas de emancipação. É tal tomada de posição em relação ao mundo, caracterizada pela indissociabilidade entre compreensão e transformação, diagnóstico e ação na realidade social que configura o eixo filosófico de tal concepção de crítica. Em resumo, trata-se de apontar, em consonância com a célebre formulação de Marx nas *Teses sobre Feuerbach*, que interpretar e dizer da realidade social aquilo que a define, como entende Horkheimer ser a autoproclamada missão da Teoria Tradicional, será sempre um ofício vão ou parcial, já que não há como dizer do mundo o que ele é senão levando em perspectiva o que poderia ser, ou o que é impedido de ser pelas barreiras impostas à emancipação. Dessa forma, ignorando essa dimensão, a perspectiva tradicional de teoria, que se pretende inicialmente neutra, termina por adaptar o pensamento à realidade, ou seja, justifica o que existe e, em nome da descrição da realidade, se resigna à forma presente da dominação.

-
- 2 Apesar de mencionar outras obras, as ideias discutidas nesse artigo estão circunscritas centralmente aos textos *Dialética do Esclarecimento*, *Teoria da Ação Comunicativa* e *Luta por Reconhecimento*, de autoria de Theodor Adorno e Max Horkheimer, Jurgen Habermas e Axel Honneth, respectivamente. Vale registrar ainda que este ensaio não pretende esgotar ou abarcar toda a complexidade conceitual do tema – envolto em profundas polêmicas no tocante aos reais sentidos, significados e interpretações a respeito das formulações de cada um dos autores, mas, ao contrário, apresentar um panorama amplo, e por isso em alguma medida generalista, do que consideramos um debate seminal para a Sociologia contemporânea.

Assim, ancorado na defesa do marxismo como “filosofia da práxis”, depreende-se do texto de Horkheimer, em certa medida, a ideia de que produz teoria crítica todo aquele que se empreende a continuar e aprofundar a obra de Marx. E, de fato, foi este o trabalho interdisciplinar, em um campo autodenominado Filosofia Social, inicialmente colocado em prática pelo Instituto de Pesquisa Social sob sua coordenação.

Nessa fase, a crítica desenvolve-se sobretudo a partir da leitura do mercado como eixo ordenador da sociedade no capitalismo e, a partir dele, ao modo de como a forma mercadoria, apreciada pelo valor, e fetichizada em relação a seu conteúdo político e social, subordina o trabalho à lógica da troca mercantil, condicionando em larga escala valores e crenças em distintas esferas da vida social. Desse modo, longe de realizar suas promessas de liberdade e igualdade, o mercado, no capitalismo, teria congelado a desigualdade de partida entre capitalistas e trabalhadores, aprofundando-a e espraiando-a para outros domínios sociais. É nesse arcabouço que situam-se trabalhos como a *Dialética do Esclarecimento* de autoria de Adorno e do próprio Horkheimer.

A grande força discursiva dessa proposta teórica está na leitura aberta, não dogmática, das formulações de Marx em relação as quais pretendem desenvolver. Ainda que busque entender os conflitos sociais e políticos dando-lhes um sentido emancipatório, a Teoria Crítica não aceita submeter-se ou ser resumida em um conjunto fixo de teses imutáveis. Se a verdade é, conforme apontam, temporal e histórica, o teórico crítico é aquele que está sempre mudando de modo a acompanhar o movimento histórico do mundo com seu pensamento. Esses configurariam, pois, conforme aponta Nobre (2003, os dois princípios fundamentais da Teoria Crítica, mantidos por suas diferentes gerações: a orientação para a emancipação da sociedade e a manutenção de um comportamento e leitura crítica em relação ao que existe.

Tomado dessa forma, esse binômio diz algo sobre a história de desenvolvimento do pensamento nessa tradição, mas é pouco claro em relação a seu real conteúdo político-teórico. O que configura a emancipação da sociedade e como pode ser caracterizada uma compreensão de fato crítica do mundo? Cada um dos autores que discutiremos apresentou diferentes interpretações e propostas como resposta a tais questões, amparados em contribuições complementa-

res de Kant, Hegel, Weber, Freud, Nietzsche, Mead e outros – heranças essas que não serão objeto de discussão deste trabalho. O que nos importa aqui é o fato de que, como resultado dessa trajetória, quase todos acabaram por se afastar, em maior ou menor grau, do núcleo teórico materialista histórico que caracterizava a proposta expressa em Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Se isso é verdade, nos caberia perguntar por que manter-se ou não inserido no referencial marxiano seria, em si, uma questão de relevo.

Em seu *Considerações sobre o marxismo ocidental*, publicado em 1976, Perry Anderson (1989) argumenta que o “giro filosófico” empreendido pela Teoria Crítica teria contribuído para ampliar a separação entre teoria e prática, afastando a produção intelectual crítica do cotidiano das lutas reais da classe trabalhadora e, como consequência, debilitando os diagnósticos a cerca da natureza do capitalismo em seu tempo, bem como as possibilidades reais de sua superação – objetivos apontados como constitutivos do próprio projeto iniciário expresso no mencionado ensaio de Horkheimer. Por trás desse diagnóstico, estaria, em Anderson, a leitura da necessidade de uma perspectiva de fato crítica manter-se fiel à busca pela compreensão das dinâmicas de funcionamento e reprodução do sistema capitalista como um todo, bem como das formas prático-organizativas para superá-lo, como núcleo central de suas preocupações teóricas, ideias mais tarde rediscutidas e aprofundadas a partir de uma defesa assertiva do materialismo histórico como eixo político-teórico de compreensão das transformações sociais em a *Crise da crise do marxismo* (1985).³

Na mesma direção segue a problematização de Slavoj Žižek (2003), que aponta a debilidade dos autores de *Dialética do Esclarecimento* e seus sucessores em avaliar a realidade a partir das condições materiais concretas presentes em cada um dos modelos de dominação

3 Sua robusta defesa do materialismo histórico como método de investigação das formações sociopolíticas históricas, articulado a partir da dimensão da totalidade, em oposição ao economicismo vulgar, é amparada, de modo quase consensual, em inúmeros autores e tradições, consideradas por vezes opostas, como em Antonio Gramsci, Georg Lukács e Louis Althusser. A obra apresenta ainda uma discussão de fôlego sobre o histórico de desenvolvimento deste pensamento no último século em paralelo à trajetória dos principais paradigmas não marxistas como o estruturalismo e o pós-estruturalismo.

do capital em seu tempo (o fascismo, a democracia liberal e o stalinismo), como se todos fossem meros subprodutos de uma mesma reificação da razão instrumental e não formações sociais distintas a partir de diferentes condições e desdobramentos sociopolíticos. Para Žizek, tal debilidade esconde secretamente certa aceitação da democracia liberal ocidental no conteúdo da crítica frankfurtiana.

É evidente que, no interior do marxismo ocidental, a Dialética do Esclarecimento, de Adorno e Horkheimer, e os diversos ensaios posteriores de Horkheimer sobre a “razão instrumental” levaram à mudança fatal, de análises sociopolíticas concretas às generalizações antropofilosóficas. A transformação exige que, ao reificar a “razão instrumental”, ela mesma deixe de se basear em relações capitalistas concretas, para tornar-se, de maneira praticamente imperceptível, o “princípio” ou “fundação” quase-transcendental. (2003, p. 66).

Essa viragem no eixo das preocupações teórico-filosóficas no interior do marxismo ocidental aprofunda-se de vez nos projetos teóricos de Habermas e Honneth que, ao invés de voltarem-se para a investigação das dinâmicas e contradições entre sujeitos e estruturas a partir de formações sociopolíticas históricas, como forma de resolverem a aporia diagnosticada em Adorno e Horkheimer, assumem sua perspectiva, ampliando cada vez mais uma leitura universal das patologias da razão a partir da perspectiva do sujeito, posteriormente refinada com base em uma compreensão intersubjetiva da linguagem, onde será buscada, em sua constituição sociocognitiva, a resposta para os dilemas teóricos da modernidade. Conforme argumentaremos neste ensaio, se “Adorno deixou de enfrentar uma problematização sociológica da economia capitalista, e Habermas relegou o trabalho a um plano secundário em sua teoria, Honneth de algum modo sustenta uma mesma dificuldade no histórico da Teoria Crítica”. (CAMARGO, 2006, p. 135).

Esse afastamento, iniciado já em Adorno e aprofundado posteriormente com a secundarização das discussões sobre trabalho ou sistema em relação aos debates a respeito das possibilidades emancipatórias de tipos alternativos de razão, acaba por alterar de vez, e de modo irreversível, os próprios fundamentos e pontos de partida da investigação social na Teoria Crítica – algo que, ao nosso ver, esconde em tais

propostas de resistência teórica perante o mundo, contraditoriamente, certa adesão a seus pressupostos sistêmicos de funcionamento.

Seja na *Teoria da Ação Comunicativa*, seja na *Luta por Reconhecimento* há um divórcio claro com a ideia de intervenção coletiva e organizada direta na estrutura por meio de transformações revolucionárias como forma de superar a dominação. Tomado centralmente a partir do paradigma da razão (instrumental), o trabalho, cada vez mais esvaziado de seu conteúdo constitutivo e intersubjetivo, ao ser contraposto mecanicamente à interação, acaba, ao invés de ser compreendido como elemento portador da contradição chave para sua superação, por confundir-se com o próprio sistema que o instrumentaliza e explora.

Por trás de ambas as compreensões há, em nossa leitura, certa perspectiva evolucionista, a recepcionar os aspectos emancipadores da modernidade que, seja na resistência à colonização do mundo da vida por meio da razão comunicativa, seja na luta pelo reconhecimento como gramática dos conflitos sociais a instaurar normatividades sociais crescentemente justas, servem mais como contrapeso de resistência incremental da modernidade pela própria modernidade do que como proposta de ruptura radical diante da dominação. Tomado de modo rudimentar, em nome da superação do pessimismo emanado do diagnóstico da dominação completa e inescapável da razão em Adorno e Horkheimer instaura-se um otimismo da razão que tampouco apresenta possibilidades concretas de superação da dominação para além de transformações incrementais, em uma direção evolutiva crescentemente justa. O resultado, consciente ou inconsciente, dessa trajetória, conforme pretendemos demonstrar, é a consolidação de formulações teóricas que, em seu conteúdo político, integram-se ao Estado moderno e à socialdemocracia, aceitando-as como quadro referencial de suas proposições emancipatórias.

Adorno: da crítica da razão instrumental à dialética negativa

Está no diagnóstico da impossibilidade histórica da esperada revolução social no capitalismo avançado o ponto de partida político da investigação de Adorno e Horkheimer. Nas palavras dos próprios autores trata-se de “[...] descobrir por que a humanidade em vez de entrar num estado verdadeiramente humano, está se afundando numa

nova espécie de barbárie” (1988, p. 11). A partir dessa motivação – situada na conjuntura do entre-guerras, marcada pela derrota política da classe trabalhadora na Europa ocidental e pela ascensão do nazifascismo – desenvolver-se-á um programa de pesquisa voltado para a crítica radical da sociedade ocidental no capitalismo tardio a partir do conceito de esclarecimento, da razão e da ciência modernas como filhas do Iluminismo que, ao buscar a destruição do mito, acaba por fundar uma nova mitologia da razão esclarecida.

Esse ousado projeto desenha uma virada importante no campo teórico crítico. Síntese de múltiplas contribuições do pensamento ocidental, a *Dialética do Esclarecimento* tem nos conceitos de Marx e Lukács suas categorias centrais, aqui expandidas por meio de apropriações e reconfigurações da sociologia de Max Weber e da psicanálise de Sigmund Freud, bem como das filosofias de Immanuel Kant, Georg Hegel e Friedrich Nietzsche. A partir dessa formulação, o capitalismo passa a ser entendido como o reino administrado de uma razão calculadora e instrumental, orientada para a crescente dominação do mundo.

Esse conluio entre razão e dominação social, característico do diagnóstico do tempo nesses autores, é produto de um encontro histórico entre o desenvolvimento técnico das forças produtivas com a ampliação do controle da vida por meio de uma razão dominadora, que deita suas raízes, como parte da necessidade mais primitiva de sobrevivência e autopreservação do homem por meio do controle da natureza, em momentos históricos anteriores. Assim, partindo de uma crítica do projeto de esclarecimento iluminista, característico da modernidade burguesa, Adorno e Horkheimer acabam promovendo uma expansão da noção mesma de razão dominadora, calculadora e abstrata, para além desse período histórico, configurando uma crítica voltada, ao mesmo tempo, tanto para o presente histórico quanto para o processo civilizatório *in toto*. O cerne dessa lógica é a dominação da natureza – tanto a natureza externa quanto a interna. A dominação do homem pelo homem contém e é produto, dessa forma, da própria dominação da natureza, interna e externa a ele.

Isso porque com tal forma de pensamento, que substitui imaginação por conhecimento do mundo, o homem deixou de admitir o ilusório, tornando-se lógico e buscando aprender e conhecer apenas aquilo que é capaz de explicar através de seu sistema metodológico de apreensão

são da realidade. Dessa maneira, ao abandonar o ilusório e a imaginação em nome do método lógico (ou, como mais tarde demonstrará Marcuse (1982), o *Eros* em nome do *Logos*), “o despertar do sujeito tem por preço o reconhecimento do poder como o princípio de todas as relações”. (DUARTE, 2002, p. 55).

O grande mérito da obra, em nossa avaliação, talvez seja escancarar as raízes mais profundas da ideologia capitalista, ou seja, lançar novo olhar filosófico à compreensão do processo que vincula certa razão instrumental à emergência e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, baseado na abstração operativa que possibilita a existência do valor, conforme demonstra Marx n’*O Capital* ao discutir o fetiche da mercadoria. Parece pouco razoável, portanto, prescindir de certas formulações presentes na *Dialética do Esclarecimento* no intento de definição do capitalismo financeirizado, da virtualidade digital, de nosso tempo.

No entanto, conforme observa Camargo (2006):

A não incursão e sistematização sociológica de aspectos chave da economia capitalista como, por exemplo, um esclarecimento sobre o papel da categoria trabalho na concepção adorniana do capitalismo tardio, bem como a não elaboração de um projeto político-emancipatório, tornou possível uma ordem de problemas, que, conforme deveremos argumentar mais adiante, continua até os dias de hoje uma questão problemática no desenvolvimento histórico da Teoria Crítica (p. 127).

Tal ausência acaba por revelar um déficit empírico-sociológico e normativo n’a *Dialética do Esclarecimento*.

A crítica da razão instrumental, associada a um modelo de crítica da filosofia da história, pautada pelo processo de dominação da natureza pelo homem e configuração de uma segunda natureza, teria significado o abandono tanto de um projeto político-normativo como de um esforço para elucidar, de forma sistemática, as transformações econômicas que estavam em curso nas sociedades capitalistas. (CAMARGO, 2006, p. 216).

No interior dessa debilidade, a leitura da contradição entre capital e trabalho, em suas múltiplas facetas, acaba, ela mesma, secundarizada

ao domínio total de uma razão instrumental como forma única de apreensão do mundo. O trabalho, entendido como transformação da natureza e, portanto, um dos mediadores da relação subjetiva e intersubjetiva do homem com o mundo, acaba subsumido, aqui, à essencialização do trabalho como dominação, característica do capitalismo. Descolado de seu caráter histórico, produto que é de condições sociopolíticas particulares, o trabalho humano acaba, em Adorno e Horkheimer, esvaziado de seu conteúdo dialético e subversivo. A negação implícita da oposição entre reino da necessidade e reino da liberdade, elaborada a partir do vislumbrar de formas alternativas de organização social do trabalho e da vida material, termina por afundar de vez qualquer esperança na transformação radical da realidade, uma vez que toda ela está submetida de modo inescapável à dominação do pensamento.

A dialética entre estrutura e sujeito, natureza e história, dilema fundante do marxismo, e característica da tensão presente no materialismo histórico como método de investigação da realidade, naquilo que ele tem de mais produtivo, perde, dessa maneira, sua razão de ser. A busca para a saída no fim do túnel não é mais possível na realização da história, mediada pelas configurações do presente como luta do sujeito histórico da transformação, como no *Evento lukacsiano*.

Assim, a tese da autodestruição do esclarecimento, materializada por um desenvolvimento histórico que conduziu a humanidade a um estado de barbárie, coloca o pensamento crítico diante de uma aporia. Qual a possibilidade que resta para a crítica quando o pensamento, em si, é agente fundamental da dominação?

A resposta se perde na própria aporia anteriormente desenhada. Deslocada de uma problematização sociológica da economia capitalista, a trajetória adorniana começa com a crítica da razão instrumental e termina, como seria de se esperar, com o abandono da ideia própria de crítica anteriormente concebida, que em sua *Dialética Negativa* (2009) é tratada como portadora de uma totalidade, em si, falsa – “o todo é falso”, dirá. É, pois, no combate aos pressupostos filosóficos da razão instrumental – como identidade entre conceito e realidade, e ordenação do mundo a partir de totalidades teleológicas – que Adorno centrará seus esforços no desenvolvimento posterior de sua obra. Nessa proposição está contida o golpe de misericórdia a apartar de vez pensamento e práxis.

Sua proposta de fuga da dominação total desenhada na *Dialética Negativa* aprofunda o distanciamento para com a tradição de pensamento iniciada com Marx, rompendo de vez com ele – algo que coloca em cheque, ao nosso ver, muitas das contribuições mais vivas de seu trabalho anterior para a compreensão da sociedade no capitalismo tardio, entre as quais os conceitos de fetichismo, ideologia e indústria cultural. A verdade e a objetividade da experiência não estão, assim, segundo Adorno, em sua ordenação segundo uma totalidade qualquer a lhe conferir sentido, mas no respeito à lógica própria de composição do singular.

Adorno argues that the adherents of dialectical materialism failed to notice that the 'ideas' themselves in their abstract form, are not merely images of the truth that will later materialize but that they are ailing themselves, afflicted with the same injustice under which they are conceived and bound up with the world against which [the left critics set them]. (1941, p. 318-319) (BONE-FELD, 2012, p.131-132).

Para o teórico, em um momento histórico em que a ameaça de integração do indivíduo ao sistema social é patente, a não reconciliação entre indivíduo e totalidade, bem como a irreductibilidade de um singular a universalidades heterônomas quaisquer, articulados em processos de configuração da experiência humana individual, passam a ser vistos como atos de resistência por meio da negação.

Assim, a dialética negativa, como resistência de uma filosofia que não se realizou, é uma resposta que acaba por desembocar, por meio da destruição do sistema-conceito (ou pelo menos na da superação do conceito por meio do próprio conceito em busca do não conceitual) – contida na negação da totalidade imanente das dialéticas idealista e materialista, no transcendentalismo de uma crítica que nunca se realiza, mantendo-se apenas como negação radical da própria negação, desvinculada de qualquer operacionalidade política clara.

Conforme aponta Gatti (2009), ao prescindir da ideia de totalidade, tal proposta acaba por resultar, por meio do enorme relevo que dá à relação entre pensamento e linguagem, na busca constante das dimensões histórica e estilística de configuração literária da filosofia como exercício do pensamento. Em busca de escapar do totalitarismo da razão, o

singular, aqui articulado como *constelação* e *ensaio*, torna-se o objeto fundamental do pensamento que, dessa forma, denuncia o conceito por meio do próprio conceito, utilizando-o tanto para desmontar a lógica de identidade, como para evidenciar o que escapa a ela.

A tese do primado do objeto, que marca, para Adorno, a distinção entre filosofia idealista e filosofia materialista, mostra-se nesta autorreflexão do pensamento como objeto culturalmente pré-formado, cujo sentido se constitui no instante em que é decifrado pelo momento histórico atual. Nesta dialética de sujeito e objeto, a filosofia se assemelha a uma arte de interpretação de textos, ainda que crítica dos pressupostos metafísicos da hermenêutica. Não há nenhum sentido prévio a ser encontrado pela interpretação, mas somente um sentido reelaborado em cada leitura da tradição à luz de um diagnóstico do tempo presente. Como diz Adorno, a dialética busca o que poderia ser verdadeiro ali onde pensamento crítico seculariza um modelo originário irrecuperável de comentário aos textos sagrados. (GATTI, 2009, p. 268-269).

Diagnosticando em a *Dialética do Esclarecimento* uma fetichização da razão instrumental, “que deixa de se basear em relações capitalistas” concretas, Zizek (2003) verá nessa fuga “antropofilosófica”, “quase transcendental”, aprofundada na *Dialética Negativa*, certa adequação não manifesta à democracia liberal ocidental, que se aprofundaria mais tarde nas elaborações posteriores da Teoria Crítica. Como resposta a Adorno, ele sugere uma volta à busca pelo *Evento lukacsiano*, reafirmando a necessidade de organização de atores sociais para a destituição política da ordem capitalista como resposta aos dilemas da dominação.

Se, então, a principal tarefa da esquerda atual for, afinal de contas, fazer a passagem de História e consciência de classe a Dialética do Esclarecimento, mas na direção oposta do que é normalmente imaginado? A questão não é de “aprofundar” Lukács de acordo com as “exigências dos novos tempos” (o grande slogan de todo o revisionismo oportunista, incluindo o atual Novo Trabalhismo), mas de repetir o Evento em novas condições. Somos ainda capazes de nos imaginar num momento histórico onde termos como “traidor revisionista” ainda não faziam parte do mantra stalinista, mas expressavam

uma postura verdadeiramente engajada? Em outras palavras, a questão a ser levantada hoje sobre o Evento único do Lukács marxista dos primeiros tempos não é: “Como esse trabalho fica em relação à constelação atual? Ele ainda está vivo?”, mas, ao contrário, o de parafrasear a conhecida inversão de Adorno da insolente pergunta historicista de Croce sobre “o que está vivo e o que está morto na dialética de Hegel” (o título de seu principal trabalho):⁴ como é que nós nos encontramos diante de Lukács? Ainda somos capazes de realizar o ato descrito por Lukács? Qual ator social pode, com base em seu radical deslocamento, realizá-lo hoje em dia? (ZIZEK, 2000, p. 175). Habermas: trabalho x interação

Assim como para Adorno, a dominação em Habermas tem seu núcleo constitutivo na racionalidade instrumental. Esta remete às ações que os homens estabelecem entre si e/ou com a natureza, e que possui objetivação material no capitalismo tardio, mas também ao processo de perda da autonomia racional dos indivíduos, isto é, enquanto uma dominação entranhada na subjetividade.

Empenhado a dar uma resposta para a aporia identificada em Adorno, Habermas nega a redução da razão à seu aspecto instrumental, convencido que está da existência de uma racionalidade outra, comunicativa, característica da interação mediada pela linguagem e contraposta àquela como substrato da emancipação. A permanência da busca de resposta para o dilema da razão circunscrita aos limites da própria razão aprofunda-se aqui em um giro linguístico, que marcará fundamentalmente seu pensamento. Essa posição, conforme pretendemos demonstrar, embasará uma crítica ao trabalho como elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza, e consequentemente uma secundarização ainda mais profunda da importância da contradição capital-trabalho na dinâmica da história e dos conflitos sociais.

Em oposição aos teóricos da primeira geração da teoria crítica, como Adorno, Horkheimer e Marcuse, o quadro categorial alternativo de Habermas circunscreverá o processo de racionalização à distinção entre trabalho e interação. Trabalho entendido, aqui, em diálogo com

4 Ver: Adorno, *Drei Studien zu Hegel*. Frankfurt: Suhrkamp, 1963, p. 13.

a teoria da ação em Weber, como reino do agir racional-com-respeito-a-fins ou agir instrumental, e interação entendida como agir comunicativo ou interação mediatizada simbolicamente. Trata-se, portanto, de entender o processo de racionalização da sociedade a partir de duas dimensões distintas e paralelas: de baixo para cima – por meio da imposição do agir racional-com-respeito-a-fins, instrumental, em consonância com o desenvolvimento do aparato técnico e das relações de trabalho no modo de produção capitalista; e de cima para baixo – que abre possibilidades, advindas da positivação do mundo, para o florescimento de um agir comunicacional devido a derrocada das legítimas dogmáticas tradicionais de dominação.

Desse modo, a modernidade caracterizar-se-á por uma relevante contradição: ao mesmo tempo em que avança e consolida uma dominação técnico-racional da vida social, abre novas possibilidades de configurações sociais, permitindo o exercício do agir comunicativo reflexivo. É nessas novas possibilidades, abertas pelo desencantamento do mundo como trajetória de autonomização das esferas sociais, características da modernidade, que Habermas apostará como forma de superar o controle e a dominação técnico-racional.

Essa compreensão dual do processo de racionalização levará o autor a dividir em duas dimensões em permanente tensão a sociedade: mundo vivido ou dimensão da interação simbolicamente mediatizada, e sistemas do agir racional-com-respeito-a-fins ou dimensão sistêmica. Se essa dimensão normatiza a racionalidade por meio da técnica, aquela liberta-a de dogmatizações, possibilitando resistência comunicativa reflexiva no encontro e troca social entre os indivíduos. Desse modo, ao mesmo tempo em que aponta a crescente colonização do mundo vivido (império das trocas simbólicas) pela dimensão sistêmica (hegemonia técnico-científica), apresenta as possibilidades políticas abertas com o desenvolvimento da racionalidade comunicativa a partir da desdogmatização crescente da sociedade.

Do ponto de vista filosófico, Habermas está empenhando em superar o paradigma moderno da razão subjetivista, centrada unicamente na solidão do sujeito e no purismo da razão para propor, em seu lugar, uma razão intersubjetiva, da troca comunicativa e do diálogo com outros sujeitos, em que um saber comunicacional é construído por uma comunidade de sujeitos que interagem no mundo vivido, buscando

um reconhecimento intersubjetivo de exigências de validade. O consenso desse modo estabelecido favorece a formação de uma rede de interações sociais que elaboram possíveis soluções para diversas questões pertinentes do mesmo mundo vivido. Trata-se, portanto, de ressaltar a importância da linguagem nesse processo. À dialética negativa contrapõe-se, como resposta, uma filosofia da linguagem, aqui ampliada no encontro com formulações da Linguística, da Psicologia Social, da Teoria Sociológica, entre outras contribuições.

Tomado a partir do ponto de vista da secundarização da contradição capital-trabalho e da negação da Teoria do Valor, tal projeto teórico redundava em um desenho da modernidade a partir da pacificação dos conflitos de classe no contexto do capitalismo tardio. Em um quadro em que a ciência e a técnica substituem o trabalho na geração do valor e o Estado se transforma no regulador principal das tensões de classe e do processo de valorização do capital, aponta-se no horizonte a integração sistêmica dos trabalhadores. Nesse cenário, estão na razão e agir comunicativos as saídas emancipatórias para o sistema do império da técnica e da razão instrumental.

Ambas as teses – de pacificação dos conflitos de classe e da conversão da ciência em principal força produtiva em detrimento do trabalho – são desmontadas em Antunes (2011), que denuncia uma leitura simplificadora do trabalho em Habermas. Conforme pontua:

[...] uma coisa é conceber, com a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo social, o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado e alienado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador. (ANTUNES, 2011, p. 6).

Partindo de uma definição reduzida do conceito de trabalho, a formulação habermasiana que substitui a tese do valor-trabalho pela conversão da ciência em principal força produtiva, acaba, segundo Antunes (2011), por desconsiderar que, devido a complexidade das relações entre a teoria do valor e a do conhecimento científico, o trabalho vivo, em interação com a ciência e a tecnologia, constitui uma

complexa e contraditória relação social capitalista, que acaba por limitar a expansão autônoma da ciência.

Não se trata de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que esta se encontra tolhida em sua possibilidade de desenvolvimento autônomo pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual não pode superar. E é por esta restrição estrutural, que libera e mesmo impede a expansão da ciência para o incremento último da produção de valores de troca, que impede o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível. Por isso a ciência não pode se converter na principal força produtiva dotada de autonomia. (ANTUNES, p. 7).

No que concerne à tese habermasiana da pacificação dos conflitos de classes no contexto do capitalismo tardio, o autor aponta o desmoronamento do Estado de bem-estar nos poucos países em que teve efetivo funcionamento, assim como o enfraquecimento do Estado intervencionista, submetido aos movimentos privatizantes e ao ajeitamento à finança como contraprova à base empírica que supostamente sustentaria a tese da pacificação das lutas sociais, que, no início do século XXI irrompem com inesperada dimensão. Conforme observa, mesmo quando agendas políticas de conciliação de classe vencem eleitoralmente, acabam se distanciando cada vez mais dos valores do reformismo social do pós-guerra.

Com a erosão crescente do welfare state (e o conseqüente enfraquecimento de seu sistema de seguridade social), ao longo das últimas décadas, e em particular dos anos 90, a expressão fenomênica e contingente da pacificação dos conflitos de classes – que Habermas queria conferir estatuto de determinação – vem dando mostras crescentes de envelhecimento precoce. O que era uma suposta crítica exemplificadora da “incapacidade marxiana de compreender o capitalismo tardio” (que Habermas endereçou a Marx), mostra-se em verdade uma fragilidade do constructo habermasiano. (ANTUNES, p. 7).

Tudo somado, em resposta à aporia diagnosticada em Adorno, o projeto habermasiano parece caminhar para certo otimismo da razão comunicativa orientada para o entendimento, tomada em condições

ideias e, dessa forma, de questionável aplicabilidade empírica. Seu potencial normativo emancipatório enfraquece-se diante da negligência às mediações entre conflito e poder na constituição da vida social. É partir dessa debilidade, que Axel Honneth irá propor sua teoria da Luta por Reconhecimento.

No esboço de uma concepção da evolução histórica, que pode ser encontrada em seu [de Habermas] estudo sobre Conhecimento e interesse, vi o projeto de um modelo de sociedade que, no nível teórico, podia evitar o dualismo dando uma importância maior ao conflito moral (...) Habermas, toma muito rapidamente, no entanto, esse caminho da universalização (...) ele retira o conflito que podia observar anteriormente entre o processo de formação moral dos cidadãos comunicando-se uns com os outros e as condições históricas realizadas da sociedade de classe, de seu contexto historicamente determinado e faz disso, em um nível mais alto de abstração, a força motora do processo civilizatório. (HONNETH, 2003, p. 400 e 272-273).

Honneth: dominação como injustiça

Honneth não concorda com a distinção feita por Habermas entre sistema e mundo da vida. No eixo central dessa crítica está o que ele denomina o ‘déficit sociológico’ da Teoria Crítica (HONNETH, 2003, p. 15-16), diagnosticado por ele em Adorno e, de certo modo, em Habermas, a ser: uma concepção da sociedade dividida em dois polos sem nenhuma mediação entre estruturas econômicas imperativas e a socialização do indivíduo, sem levar em conta a experiência e a ação social como mediadores necessários.

Conforme aponta Nobre (2003), Honneth entende que o erro fundamental de Habermas foi definir a racionalidade comunicativa como prévia ao conflito social. Disposto a corrigir o problema, define que a experiência, e a intersubjetividade que garantem a interação, se amparam em um modelo conflitivo, em que os indivíduos agem no contexto de uma “luta”, cuja ação objetiva não apenas ao consenso, mas ao reconhecimento. Tal conflito, ou luta por reconhecimento, é o que estruturará, em sua proposta, a própria subjetividade e a identidade individual e coletiva.

Trata-se, portanto, não mais de pensar uma teoria da ação comunicativa fundada em uma pragmática da linguagem, e sim em uma gramática moral dos conflitos sociais, como sugere o subtítulo de seu livro. Dessa forma, o autor está empenhado em desvelar a lógica moral dos conflitos sociais, para encontrar aí a “fonte motivacional de um progresso social”. Assim, se há concordância entre eles no que se refere à construção de uma Teoria Crítica a partir de um paradigma intersubjetivista, enquanto Habermas está preocupado com o consenso como resultado da interação, Honneth analisa essa interação a partir da perspectiva do conflito.

Dessa forma, tomando como pontos de partida as elaborações do jovem Hegel dos escritos de Jena e a psicologia social de Mead, o autor desenhará três formas de reconhecimento, que uma vez negadas, produzem efeitos prejudiciais à formação individual e ao mesmo tempo impedem o sujeito de reconhecer-se como tal e de participar na vida pública. Tais dimensões são: a emotiva que permite ao indivíduo uma confiança em si mesmo por meio de projetos de autorrealização pessoal; a dimensão do reconhecimento jurídico-moral, de onde parte a autonomia; e a esfera da estima social, capaz de gerar solidariedade. Para cada uma dessas formas de reconhecimento, há recíprocas formas de desrespeito que estão na base dos conflitos sociais. Mas não é em todas as possibilidades de luta que Honneth percebe o potencial de conflito e perturbação social, apenas nas duas últimas entendidas como universalizáveis para além da experiência individual.

De modo resumido, ele defende, então, que o modelo do conflito é capaz de mostrar empiricamente que a lógica universal da crescente ampliação das relações de reconhecimento permite ordenar sistematicamente as lutas e os conflitos históricos, demonstrando seu papel no progresso moral da sociedade. Tomado dessa maneira, o conflito desponta, aqui, como a salvaguarda de uma subjetividade ainda capaz de autonomia que abre as possibilidades para reflexão sobre novos caminhos emancipatórios para a humanidade.

Uma das mais conhecidas críticas a essa teoria é formulada por Nancy Fraser (1997), para quem a proposição de Honneth aponta para uma espécie de hipervalorização da moral, amparada em certo reducionismo psicológico dos conflitos sociais. Atentando para a dimensão material subalternizada na análise do autor, para ela, as injustiças

devem ser interpretadas mediante a distinção entre reconhecimento e redistribuição – cada uma das quais sendo a expressão de um tipo distinto de injustiça, o primeiro sendo recorrente à violação de direitos referentes aos padrões culturais e identitários, e o segundo às injustiças econômicas e materiais. Mas para Fraser, essa é uma distinção meramente metodológica, pois na realidade os dois tipos de injustiças podem estar sobrepostos. Para cada tipo de injustiça deve se prescrever um remédio distinto, sendo que na realidade ambos os tipos de sofrimentos e humilhação se confundem ou não são aplicáveis conjuntamente em uma mesma circunstância, o que implica em uma tipologia acerca de remédios afirmativos ou transformativos para as injustiças.

Em contrapartida, Honneth entende que, em última instância, mesmo as lutas voltadas para a eliminação de desigualdades econômicas convergem para um tipo de reconhecimento legal, pois se referem à violação ou não daquela esfera da “estima social”. Dessa forma, segundo ele, as objeções de Fraser partem dos próprios movimentos sociais existentes para desvelar suas perspectivas distintas de injustiças, enquanto ele, em caminho inverso, entende que por trás de todas as lutas sociais, inclusive aquelas referentes às desigualdades econômicas e situações injustas de distribuição, o pressuposto da luta por reconhecimento é o fundamento moral que norteia as ações coletivas.

Conforme aponta Camargo (2006), ainda que bem localizada, a crítica de Fraser não problematiza em profundidade o fato de que a luta por reconhecimento em Honneth parece se limitar às experiências que se processam no âmbito do que Habermas chama de mundo da vida, ou mesmo das experiências históricas dos movimentos sociais organizados, deixando dúvida quanto àquelas experiências de sofrimento ainda não manifestadas em sua efetividade histórica devido a mecanismos brutais de exploração e dominação.

Em diálogo com essa problematização, retomamos aqui a mesma crítica a que submetemos seus antecessores, de modo a apontar as debilidades que julgamos mais relevantes na proposta apresentada na Luta por Reconhecimento. A ausência de um diagnóstico estruturado a respeito das lógicas de funcionamento do modo de produção capitalista em nosso tempo, reforçadas pelo aprofundamento de uma noção simplificadora do trabalho em sua contradição perante o capital, que se aprofunda desde Adorno, aponta, em Honneth, para uma noção de

conflito relativamente esvaziada de poder, ou afastada dele, bem como para o abandono da noção de dominação em detrimento da injustiça. Não se faz presente em sua teoria uma leitura crítica a respeito do modo como a naturalização da propriedade privada, a onipresença da formamercadoria e mesmo a reificação da consciência, que seguem características de nosso tempo, perpassam a luta por reconhecimento.

O diagnóstico de um esgotamento do modelo de lutas sociais de orientação marxista em nosso tempo pode até ser correto, no entanto, o despontar de uma sociedade pós-socialista, pós-moderna, mantém intactos os aspectos centrais da dominação econômica e cultural capitalista. Se é verdade que no atual estágio do capitalismo vivenciamos uma conjuntura marcada pelo surgimento de diferentes lutas e movimentos sociais voltados para a garantia da identidade ou diferença, este capitalismo segue se caracterizando tanto pela centralidade do trabalho na produção da riqueza, quanto pela obstacularização de uma subjetividade autônoma, como buscou detectar, conforme demonstramos, a primeira Teoria Crítica. O capitalismo em sua configuração atual deve ser, dessa forma, o ponto de partida para uma compreensão ampla da dominação, e enquanto tal um domínio da experiência que ultrapassa aquele alcançado pelas noções de injustiça ou desrespeito. Conforme aponta crítica certa de Camargo (2006, p. 132):

O fato é que temos aí, conforme nosso entendimento, um estreitamento conceitual quando mais uma vez nos reportamos aos problemas colocados pelo projeto original da Teoria Crítica e abordados também por Habermas. Conforme pretendemos mostrar em seguida, não é feita uma clara distinção, se o há, entre dominação e injustiça, dando como suposto a aceitação de que a interação está na origem do processo de sociabilidade humana. Como consequência, a acusação de um déficit sociológico no pensamento de Adorno, no que se refere às insuficiências de sua análise econômica do capitalismo, perpassa o próprio pensamento de Honneth, que ao lidar apenas superficialmente com a categoria trabalho, deixa em aberto a maneira pela qual a racionalidade instrumental penetra nas estruturas atuais do capitalismo. Não obstante tais déficits, o problema da relação entre cultura e economia capitalista, tão cara aos frankfurtianos, sofre uma limitação quanto à sua própria configuração conceitual, isto é, não é explícita a relação entre subjetividade e bens culturais, não há

referências explícitas, em suma, a qual lugar ocupa a mercadoria e seu fetiche no próprio arcabouço das injustiças sociais que caracterizam o capitalismo tardio.

A não distinção entre dominação e injustiça empobrece, ainda, o debate a respeito do modo pelo qual a cultura é também produtora de riqueza no capitalismo avançado e, conseqüentemente, causa de dominação. A cultura, conforme aponta o debate entre Honneth e Fraser, é onde se disputam e configuram as normas, valores e costumes garantidores ou não da identidade dos indivíduos, mas não é propriamente abordada enquanto produtora de bens culturais e mesmo de conhecimento, algo de importância crescente para a economia capitalista contemporânea.

É nesse sentido que a teoria crítica de Honneth não chega a explicar o modo pelo qual a racionalidade instrumental permeia, mais do que nunca, as relações econômicas capitalistas. Tanto Honneth como Fraser anseiam que suas formulações sejam também, em certa medida, uma forma de se compreender a sociedade do capitalismo avançado (2003), mas não percebemos em seu debate, mesmo quando se referem às injustiças econômicas, uma exposição teórica clara acerca das situações em que a luta por reconhecimento não chega nem mesmo a efetivar-se como experiência individual ou coletiva.

É digno de nota a recuperação que Honneth dá a categoria trabalho, em contraposição a Habermas, no debate da Teoria Crítica. No entanto, tal problemática não é incorporada de fato ao corpo de sua teoria crítica do reconhecimento. Embora as injustiças que dizem respeito diretamente às relações de trabalho no capitalismo submetam-se à denominação de injustiças econômicas, que, em sua leitura, podem ser explicadas mediante a própria teoria do reconhecimento (FRASER; HONNETH, 2003, p. 135), não fica claro como este trabalho segue sendo o eixo de sustentação da produção da riqueza capitalista.

Dessa forma, conforme temos defendido, e aqui em consonância com Camargo (2006), a questão a que devemos nos colocar não é apenas quanto a como as injustiças econômicas impõem uma luta por reconhecimento em sua esfera específica, mas sim de que modo poderemos explicar, por meio de uma teoria crítica, o papel do trabalho no processo de dominação capitalista. A teoria de Honneth tem o notável

mérito de nos auxiliar na compreensão dos novos movimentos sociais e do tipo de orientação normativa que estes podem recorrer. No entanto, padece do mesmo problema de seus antecessores de não apresentar um conceito de capitalismo adequado a sua fase histórica, furtando-se de uma teorização acerca das relações entre trabalho e cultura na sociedade contemporânea, problema ao qual não pode se ausentar uma teoria crítica da sociedade.

Considerações finais

Ao secundarizarem a leitura sistêmica do modo de produção capitalista, especialmente no que concerne a exploração do trabalho pelo capital, as obras de Adorno e, sobretudo de Habermas e Honneth, criticam o mundo em contraposição a uma realidade emancipada apenas de forma parcial, cumprindo, dessa forma, somente em parte sua vocação de crítica radical – no tocante a busca das raízes dos dilemas sociais.

Em Habermas, e em menor intensidade em Honneth, esse problema se aprofunda em uma leitura simplificadora do trabalho como reino da razão instrumental e, portanto, expressão do sistema em oposição à interação mediada intersubjetivamente pela linguagem. Assim, ignora-se a própria dimensão interativa e constitutiva de subjetividade presente no trabalho, como parte da sociabilidade humana, que, ao transformar a natureza na criação de coisas socialmente úteis, (auto)transforma seu próprio criador (ANTUNES, 2011). Tal debilidade levará esta tradição, conforme demonstramos, a um abandono da noção de ruptura sistêmica como forma de superação da dominação.

Com a crítica acima desenvolvida, não pretendemos, evidentemente, prescindir das monumentais contribuições da Teoria Crítica, que ocupa um capítulo importantíssimo na história do pensamento ocidental, mas ao contrário, abrir ainda mais o leque de possibilidades para a ampliação de seu potencial crítico. É incontestável o valor e atualidade do trabalho de Theodor Adorno, que nos permitiu entender os mecanismos mais profundos da dominação ideológica, assim como o são o de Jürgen Habermas que, com grande vigor e erudição, nos abriu o horizonte para os potenciais emancipatórios da razão, ou mesmo o de Axel Honneth, que teve o mérito notável de fundamentar nas entranhas da constituição intersubjetiva a lógica do conflito social.

Resgatar o que há de mais crítico na Teoria Crítica é, pois, fazer justiça histórica a uma tradição que como poucas discutiu a dominação a partir de leituras inovadoras, que articularam abordagens críticas de conceitos tão importantes na história do pensamento social (como capital, trabalho, mercadoria, fetiche, entre outros) a partir de uma postura aberta, em defesa de um marxismo vivo e dinâmico porque radicalmente crítico até mesmo em relação a seus pressupostos. Por meio dessa postura, a escola foi capaz de absorver e problematizar com brilhantismo contribuições de outras matrizes do pensamento; cumprindo, dessa forma, um importante papel na atualização do pensamento crítico em resistência a automatismos dogmáticos de várias origens.

O que apontamos, no entanto, é que nenhum dos expoentes dessa tradição aqui discutidos foi capaz de apresentar uma alternativa de ruptura sistêmica à dominação na modernidade, que segue ancorada, em última instância, na exploração material do trabalho como eixo estruturante do poder em suas múltiplas dimensões social, simbólica, econômica, material, política. Essa ausência, que tem claras raízes na evolução da conjuntura política ao longo do século XX – paralelo que abriria, por si só, um nova discussão que não é nosso objetivo aprofundar –, amplia o déficit crítico do pensamento em nosso tempo, esvaziando a imaginação social de mundos alternativos; em um cenário dominado pelo fetiche técnico, onde toma-se como uma aporia a possibilidade de ruptura sistêmica e superação estrutural do modo capitalista de organização da vida social.

Vale ressaltar que, mesmo articulada interpretativamente a partir da exploração do trabalho socialmente composto em relação ao complexo sistêmico de valorização do capital, que ampara uma profunda estrutura de exploração e desigualdade material no seio da sociedade globalizada, é fato que o dilema da dominação em nosso tempo segue sem resolução. E o segue, sobretudo, porque assume, diante dessas categorias, formas históricas específicas a partir das diferentes formações sociopolíticas, razão esta para o trabalho constante e interminável de investigação crítica da realidade.

O olhar, pois, para as dinâmicas de exploração material como eixo estruturante de uma dominação a ser superada, ao contrário de situar-se no âmbito de um programa teórico a restringir temas de trabalho, apresenta-se na esfera de um fecundo método de investigação

da realidade, articulado na leitura das particularidades tomadas analiticamente em relação a uma totalidade complexa e multicausal. Aí reside, ao nosso ver, a riqueza da proposta inicialmente apregoada pela Teoria Crítica e expressa em seu ensaio inaugural.

Os desafios teóricos e possibilidades de trabalho inscritas ao pensamento crítico são inúmeras. O que nos pareceu importante observar é que, guardadas suas valiosas contribuições que, naturalmente, devem ser criticamente recepcionadas, nem o niilismo da dialética negativa, nem a resistência da razão comunicativa em relação à colonização do mundo da vida, ou mesmo a luta pelo reconhecimento diante de uma dominação que se legitima materialmente poderão, afastados da ideia de ruptura sistêmica a partir de conflitos protagonizados por sujeitos históricos coletivos, avançar de fato na resolução do dilema da dominação. No debate desses autores, o afastamento de tal perspectiva coincide, e de certo modo se origina, conforme procuramos demonstrar, com a secundarização teórica da contradição capital-trabalho em suas formulações.

Em um tempo marcado por uma dominação crescentemente complexa, articulada em diferentes formas de violência, em que os mesmos dilemas da guerra e da autoaniquilação da humanidade pela destruição do meio ambiente permanecem na agenda, urge atendermos aos apelos apresentados nessa discussão por Perry Anderson, Slavoj Žižek, Nancy Fraser, e outros, de nos voltarmos para os aspectos materiais da dominação e, dessa forma, para uma crítica comprometida com sua superação radical em propostas objetivas de ruptura sistêmica.

Diferentemente daqueles que defenderam certas correntes dogmáticas do pensamento marxista, apegadas a uma visão teleológica da histórica, evolutivamente orientada para um fim que chegará de modo inevitável a partir da superação de etapas sucessivas – ideia tão qualificadamente desmontada pelos teóricos frankfurtianos, e que ironicamente amparou a tragédia do estalinismo – entendemos que as mudanças sociais não seguem nenhuma ordem senão a do acaso histórico, em oportunidades que se abrem como *Evento* (LUKÁCS, 2003), a partir da ação de luta coletiva a tensionar as contradições da realidade. Dessa forma, conforme defendeu Rosa Luxemburgo (1999), enquanto houver dominação do homem pelo homem, a barbárie será opção e estará,

assim, sempre presente como um risco e realidade no horizonte da humanidade. Superá-la, portanto, é o desafio histórico a que deve se dirigir o pensamento crítico em nosso tempo.

**Submetido em 31 de março de 2016 e aceito para
publicação em 5 de julho de 2016**

Referências

ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009 [1966].

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido de Almeida, Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988 [1947].

ANDERSON, P. **Crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. 3. ed. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1983].

_____. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 [1976].

ANTUNES, R. O trabalho e seus sentidos. **Debate & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 5-13, 2011.

BONEFELD, W. Negative dialectics in miserable times: notes on Adorno and social praxis. **Journal of Classical Sociology** 12 (1), p. 122-134, 2012.

CAMARGO, S. Axel Honneth e legado da Teoria Crítica. Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, n. 24, p. 123-138, 2006.

DUARTE, R. **Adorno/Horkheimer & a Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition?** A political – Philosophical Exchange. London: Verso, 2003.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Ed.). **Democracia hoje**. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, [s/d], p. 245-282.

GATTI, L. Exercícios do Pensamento. **Novos estudos CEBRAP**. n. 85, p. 261-270, 2009.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: 34, 2003 [1992].

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1989 [1937].

LUKCÁS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923].

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999 [1900].

NOBRE, M. Apresentação. Luta por Reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: 34, 2003.

_____. A Teoria Crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ZIZEK, S. De História e Consciência de Classe a Dialética do Esclarecimento, e volta. Trad. Bernardo Ricupero. **Lua Nova**, n. 59. São Paulo: Cedec, 2003 [2000].

Intelectuais de esquerda e a questão racial em tempos neoliberais e pós-modernos / *The leftist intellectuals and the racial question in the neoliberal and post modern era*

MÁRIO LUIZ SOUZA¹

Resumo: Fazendo uso do pensamento de Antônio Gramsci, este artigo tem por objetivo demonstrar que diante do predomínio do pensamento pós-moderno e neoliberal na condução da forma de luta de setores do Movimento Negro, torna-se fundamental que os intelectuais marxistas critiquem esse processo, mas que também proponham uma abordagem sobre a questão racial tendo como enfoque a relação raça e classe, na qual estas duas determinações sejam trabalhadas tanto nas suas especificidades quanto nos seus aspectos relacionais, como forma de se entender os problemas da população negra na atual fase do capitalismo brasileiro. Para isso, a postura economicista – que prevaleceu entre partidos de esquerda e intelectuais marxistas, salvo raras exceções, como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, que subsumia a questão racial à questão de classe, sustentando que os problemas da população negra só seriam resolvidos quando fossem equacionados os problemas de classe – deve ser definitivamente abandonada.

Palavras-chaves: raça; intelectuais; classe; racismo; trabalhadores.

Abstract: Using the Antonio Gramsci thoughts, this article has as objective, shows that beyond the predominance of the post modern and neoliberal thoughts in the conduction of the form of discussion of sectors in the Black Movement, made fundamental that the Marxist intellectuals criticize this process, but also propose an approach about the racial question having as focus the relationship between race and class, on which these two determinations would be worked in yours specificities and in yours relational aspects, as a form to understand

1 Professor do Mestrado Etnicorracial do Cefet-RJ e professor de História no ensino médio integrado do Cefet-RJ.

the problems of the black people in the current phase of the Brazilian capitalism. For that, the economic stance, which prevailed between leftist parties and the Marxist intellectuals, save few exceptions as Florestan Fernandes and Octavio Ianni, that subsumed the racial question to a class question, supporting that the black people problems only would be solved when the class problems were equated, should be definitely abandoned.

Keywords: race; intellectuals; class; racism; workers.

Entre certos setores da esquerda, tem vigorado uma concepção de que o debate sobre a questão racial e a forma de luta que boa parte do movimento negro tem adotada para combater as condições sociais, econômicas e culturais que se abatem sobre a população negra, em certos setores da esquerda, insere essa luta social nas ideias neoliberais e no pensamento pós-moderno, sobre como se deve resolver os problemas sociais no capitalismo atual, servindo para despolitizar e fragmentar a classe trabalhadora.

Este artigo, baseado nas ideias de Antônio Gramsci, parte do princípio de que, por mais que haja toda uma lógica nessa crítica encaminhada pelos intelectuais de esquerda, em especial os marxistas, isto não deve servir para afastar este grupo do debate sobre os problemas raciais e sua superação na sociedade brasileira. Assim sendo, o objetivo deste artigo é demonstrar, que, para atuar junto ao movimento negro, no capitalismo atual, os intelectuais marxistas têm que abandonar a premissa que vigorou entre os setores de esquerda, ao longo do século XX, de que os problemas raciais na sociedade brasileira são frutos da exploração de classe e só seriam resolvidos pela luta de classes. Para isso, os setores de esquerda têm que estar cientes de que a relação raça e classe é um componente central para se entender a situação da população negra, mas também ter ciência de que apesar da segunda ser uma determinação fundamental, a primeira não pode ser relegada a um segundo plano.

O tratamento de intelectuais marxistas e de setores de esquerda diante da questão racial

A relação entre setores de esquerda e a questão racial tem sido marcada por posições contraditórias e complexas. Em termos de construção do conhecimento, foram intelectuais marxistas, ao longo dos anos de 1950 e de 1970, que produziram as primeiras grandes obras relevantes sobre a questão racial e a presença do racismo na sociedade brasileira. Intelectuais marxistas, como Octavio Ianni e Florestan Fernandes, criaram um conjunto de obras que podem ser apontadas como uma verdadeira revolução na abordagem da questão racial no Brasil. Florestan Fernandes, por exemplo, se dedicou a essa temática demonstrando, entre outras coisas, o mito da existência no Brasil de uma democracia racial; a força que havia da ideologia racista na sociedade brasileira; e o quanto a relação raça e classe são elementos fundamentais para o entendimento da situação social e econômica da população negra.² Sobre este último ponto, Florestan defendia que os intelectuais e partidos de esquerda cometiam um grande erro ao não perceber o potencial revolucionário que havia na relação raça e classe:[...] Nada de isolar *raça* e *classe*. (...) Portanto, para ser ativada pelo negro e pelo mulato, a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia de luta política corajosa, pela qual a fusão de “raça” e “classe” regule a eclosão do povo na história. (FERNANDES, 1989, p. 18).

Apesar da importância dessa revolução sobre a abordagem na temática racial, promovida pelos intelectuais marxistas, não houve um grande número de trabalhos referentes a essa abordagem entre pesquisadores marxistas. Nesse grupo, durante e após a década de 1980, floresceram trabalhos sobre outras temáticas diversas como educação, Estado, movimento operário, industrialização, mundo do trabalho, mas a questão racial foi pouco abordada.³ Mesmo nos trabalhos sobre

2 Nesse caso, entre outros, destaque: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, v. 1. São Paulo: Globo, 2008. _____. **A integração do negro na sociedade de classes**, v. 2. São Paulo: Globo, 2009. FERNANDES, Florestan; BATISTE, Roger. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Global, 2008.

3 Mesmo assim, tivemos autores marxistas que escreveram relevantes obras sobre a questão racial, como Alberto Guerreiro Ramos, Leila Gonzales, Clovis Moua e Carlos Hansebalg, entre outros.

movimentos sociais, houve um predomínio de temas como movimento dos trabalhadores e de levantes populares, como o movimento negro não recebendo a atenção devida. Essa falta de abordagem para a questão racial, para além do tema da escravidão, na construção de conhecimento, se comprova pela falta desse tema nos eixos temáticos em congressos cujo eixo central é o pensamento marxista.

Creio que esse tratamento reservado à questão racial, no campo marxista, resulta do predomínio da abordagem epistemológica e política, nos setores de esquerda, de que a questão racial no Brasil seria fruto da exploração de classe e que sua solução se daria na arena da luta de classes. Sob este ponto de vista, houve uma tensão entre parte dos marxistas, e setores de esquerda, com certas organizações e intelectuais do movimento negro.

Desde que o movimento negro surgiu após a Abolição, uma de suas principais ações políticas residiu na luta para convencer a sociedade brasileira e o Estado de que havia um preconceito e uma discriminação racial que criavam sérios entraves para a realização da população negra em termos sociais e econômicos. Esta abordagem política tomou uma maior consistência e envergadura, enquanto luta social e ação política, a partir do surgimento da Frente Negra Brasileira, em 1931, e depois continuou a ser a base da luta de outras formas de organizações do movimento negro como o Teatro Experimental Negro, em 1945, e o Movimento Negro Unificado, em 1978. Tal demanda vinha acompanhada da tese de que, para que houvesse a resolução desse problema, a sociedade e o Estado tinham que reconhecer que no Brasil existia o racismo e que este gerava fortes consequências para a população negra. Além disso, o movimento negro, desde a Frente Negra, demandava que fossem postos em prática determinadas políticas públicas para combater os entraves sociais, econômicos e culturais gerados pelo preconceito e a discriminação racial sobre os negros.

Diante desse quadro, os partidos e uma parcela substancial dos intelectuais de esquerda assumiram uma posição que dificultava a inserção dessas demandas. Em termos gerais, datando nossa abordagem entre 1922 e 1990,⁴ podemos dividir essa posição em duas fases.

4 O ano de 1922 é o ano da fundação do Partido Comunista do Brasil e o ano de 1990 é quando começam os movimentos na sociedade civil brasileira para criação

Na primeira fase, aproximadamente entre 1922 e 1960, predominou a ideia difundida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), de que a situação da população negra se explicava pela exploração da classe burguesa e que a solução viria apenas com o estabelecimento da sociedade socialista. Na segunda fase, aproximadamente de 1960 a 1990, os setores de esquerda passaram a reconhecer a existência e o problema do racismo na sociedade brasileira, mas apontavam como fruto da exploração de classe e que a solução só viria com a superação da sociedade capitalista. Em outras palavras, vigorou nos partidos de esquerda a posição de que o problema do racismo no Brasil seria resolvido apenas no âmbito da luta de classes e, assim mesmo, com o fim da sociedade capitalista. Por isso não é de se estranhar que a questão racial não fazia parte dos programas políticos dos partidos de esquerda: “[...] A única exceção foi o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que, em seu manifesto-programa de fevereiro de 1962, mencionou posição contrária a todas as formas de racismo, referindo-se à realidade do negro brasileiro”. (SANTOS, 2005, p. 24).

Nem mesmo o Partido dos Trabalhadores (PT) que, nesse período, surgiu como a novidade no cenário político brasileiro, por estar ligado aos trabalhadores e às lutas sociais, deixou de lado essa posição:

[...] O PT precisa avançar muito para acompanhar o processo de luta que emerge por dentro desses estratos da população. Porque, nessa esfera, não basta apontar para o caráter emancipador do socialismo proletário. É preciso que o socialismo proletário venha embebido de um impulso radical profundo que ultrapasse a libertação coletiva da classe trabalhadora e destrua, até o fim e até a fundo, a opressão racial. (FERNANDES, 1989, p. 24).

No seu livro *O quilombismo*, Abdias Nascimento, um dos maiores intelectuais orgânicos do movimento negro, num subitem intitulado “A raça negra e os marxista”, emitiu severas críticas ao marxismo, sustentando que esse pensamento em nada contribuiu para a luta social do povo negro. Este intelectual sustentava tal posição afirmando que os marxistas não davam a relevância devida ao racismo, sempre o subestimando em decorrência da determinação de classe: “[...] São raros os

da hegemonia neoliberal.

exemplos de marxistas não dogmáticos, capazes de respeitar democraticamente a experiência histórica da qual derivam os meios revolucionários do combate negro. Via de regra o que se vê é a intolerância [...]”. (NASCIMENTO, 1978, p. 177). O que chama atenção nesse texto de Abdias Nascimento é que, nas 13 páginas em que se dedica a expor os argumentos que usa para legitimar sua posição, a crítica à teoria marxista reside em apenas três páginas, enquanto a crítica à postura dos militantes dos grupos marxistas, com relação à questão racial, predomina nas outras dez páginas. Nestas, Abdias se dedicou a relatar casos nos quais militantes marxistas, sempre valorizando a questão de classe em detrimento do combate ao racismo, desprezavam a ação política de militantes negros.

Em resumo, tirando algumas exceções, prevaleceu entre os intelectuais de esquerda e membros dos partidos e organizações de esquerda, uma abordagem contraditória sobre a questão racial. Mesmo reconhecendo o problema do racismo e propondo a relação raça e classe para superação dos problemas da população negra, uma parcela substancial dos setores de esquerda subsumiam a questão racial à questão de classe. Este fato não pode ser deixado de lado para entendermos porque, em termos epistemológicos e políticos, a questão racial não configurou com maior vigor nas ações dos intelectuais marxistas e não recebeu destaque nos programas dos partidos de esquerda.

Os intelectuais de esquerda e a questão racial diante do pensamento pós-moderno e neoliberal

Sem querer entrar em maiores aprofundamentos sobre o pensamento pós-moderno, resumidamente podemos citar que, diante da crise de paradigmas que o mundo se encontrava no final do século XX, os pós-modernos passaram a atacar métodos de validação das ciências até então aceitos pelos diversos ramos do pensamento; a propor um relativismo extremo no qual não existiria mais a verdade, mas diversas verdades (todas igualmente válidas); e que as metas-narrativas, como o liberalismo e o marxismo, não davam mais conta para se entender a realidade multifacetária que passou a compor a realidade social. Sobre este último ponto, os pós-modernos passaram a propagar que, para se entender e atuar sobre a realidade, categorias como classe perderam a sua eficácia epistemológica e política. Em seu lugar, os pós-modernistas

passaram a defender que o entendimento e a mudança da realidade se daria apenas pelo estudo e pela luta política de grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais, centrados na questão da “diferença”, da “identidade”, da “cultura” e das demandas específicas destes grupos.

Mesmo destacando que nem todos os pós-modernistas comungam do mesmo conjunto de critérios epistemológicos e políticos, Wood (1999) sustenta que as premissas apresentadas sobre esse tipo de pensamento dificultam a luta pela superação da sociedade capitalista. Para esta autora, a proposta pós-moderna legítima e impulsiona a fragmentação das lutas sociais, destituindo o seu caráter de classe e aprofunda os grupos sociais na sociabilidade capitalista. Sob essa lógica, a ação política para a realização humana não se pautaria pelo estabelecimento de um novo tipo de sociedade contrária aos fundamentos do capitalismo, mas da inserção dos grupos sociais em melhores condições de usufruir as benesses desse sistema: “[...] Para o pós-modernismo corrente (...), com sua visão de mundo ainda enraizada na “idade áurea” do capitalismo, o aspecto dominante do sistema capitalista é o “consumismo”, a multiplicidade de padrões de consumo e a proliferação de “estilos de vida” (WOOD, 1999, p. 15). Desta forma, a inserção de lutas sociais, como a questão racial, na lógica pós-moderna, dificulta que as contradições do sistema capitalista sejam apreendidas por aqueles que mais sofrem com tal processo.

Em consonância com a proposta pós-moderna, os neoliberais também formularam uma resolução dos problemas sociais pautada pela fragmentação das lutas sociais e maior inserção dos indivíduos na sociabilidade capitalista. Esta ação se daria por intermédio do terceiro setor, ou seja, dos órgãos privados que, sem *fins lucrativos*, prestariam serviços à sociedade. Seriam instituições, fundações e organizações não governamentais (ONGs) que, via recursos públicos e privados, ofertariam para a população serviços nas áreas cultural, educacional, assistencial, formação profissional, entre outros.

Essa proposta de atuação passou a vigorar no Brasil, a partir de 1990, com a hegemonia neoliberal. A despeito da importância da formação de relevantes instituições e fundações envolvidas nesse processo, como Instituto Airton Senna, Fundação Bradesco e Fundação Roberto Marinho, as ONGs foram os principais órgãos pelos quais esta forma de atuação passou a vigorar. Como elas, normalmente, se caracterizam pelo trabalho social junto a um público específico, refor-

çou-se a concepção de que os problemas sociais não se resolveriam por políticas universais e movimentos de classe. Pelo contrário, seria uma luta fragmentada e de inserção na lógica capitalista, em termos morais e intelectuais. Como Gohn sustenta: “[...] O sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado”. (GOHN, 2010, p. 22).

Neste processo, incorporando bandeiras de setores de esquerda e progressistas de forma ressignificada, determinadas expressões históricas na luta social como identidade de classe e desigualdade passam a ser substituídas por identidade de grupo e diferença, respectivamente. Tal mudança não pode ser vista como um simples aspecto semântico. Longe disso, representa, na verdade, uma nova configuração ética e política ditada pela ideologia neoliberal, para o enfrentamento das questões sociais: “[...] *Desigualdade* não é o mesmo que *diferença*. A diferença reflete a diversidade da espécie e de suas formas de organização política e de expressão cultural. A diferença, que pode ser bem-vinda, difere assim da desigualdade, que certamente nunca deve ser tolerada”. (GOHN, 2010, p. 23).

Inseridas nesta forma de atuação na luta social pelos direitos da população negra, as ONGs ligadas ao movimento negro se notabilizaram por suas atividades em duas ações políticas. Uma consistiu na luta contra o racismo, procurando denunciar os atos de preconceito e discriminação racial para a mídia e as autoridades competentes; na legitimação no que diz respeito à implementação das políticas de ações afirmativas; e no processo de tentativa de conscientização do negro na luta pelo reconhecimento de sua raça. Para isto, muitas ONGs se dedicaram a valorizar a estética negra, as religiões de matriz africanas, a música negra, a história de personalidades negras e outros aspectos que enalteceriam a identidade negra. O outro viés seria a atuação na área educacional, priorizando a formação de cursos de pequena duração voltados para o mundo do trabalho; no estabelecimento de vestibulares comunitários; e na expansão do capital cultural dos membros do local onde estavam atuando. No âmbito do conjunto dessas duas ações, podemos afirmar que estas ONGs se destacaram na luta contra o racismo e na valorização da população negra.

Porém, este mesmo sucesso fez com que as ONGs ligadas à questão racial se transformassem em modelos que legitimavam a proposta neoliberal de enfrentamento da questão social. Realmente, nestas ONGs vigorou a proposta de ação política para resolver a questão do negro calçado, no ataque ao racismo, no fortalecimento do processo da identidade negra, no respeito à diferença racial e na defesa das políticas de ações afirmativas, excluindo desse processo a questão de classe e a exploração das relações sociais capitalistas. Sob esta base, o problema da população negra seria apenas de raça, com o racismo sendo a única determinação, ou aquela que gera todas as outras determinações, todos os entraves sociais, econômicos e culturais que impedem o negro se realizar na sociedade brasileira, sendo as políticas de ações afirmativas algo fundamental para a mudança desse quadro.

Como se pode observar, a incorporação por setores do movimento negro do pensamento pós-moderno e da proposta neoliberal para o enfrentamento dos problemas da população negra, não poderia passar sem uma crítica vigorosa por parte dos intelectuais de esquerda, em especial os marxistas. Munidos de uma análise das contradições do sistema capitalista na fase atual, como também das distorções ideológicas presentes no pensamento neoliberal e pós-moderno, muitos desses intelectuais formularam fortes críticas ao uso de políticas de corte racial. Estes sustentaram que esse formato de luta social apenas servia para aprofundar a inserção do negro na sociedade capitalista e fragmentar a luta dos trabalhadores contra a sua maior opressão, o sistema capitalista. Para alguns destes intelectuais, somente na arena de classe os problemas da população negra seriam resolvidos, entre eles o racismo.

Parte dessas críticas tomam uma maior consistência, se atentarmos para o fato de que diante do novo bloco histórico que passou a se constituir no contexto brasileiro, a partir do final do século XX, o pós-modernismo e o neoliberalismo tornaram-se as ideologias que passaram a fornecer o cimento social para sustentar as modificações na organização econômica e nas novas formas de organização do trabalho, favorecendo a dominação da classe dominante brasileira. Dito de outra forma, possibilitaram à classe dominante dar a direção moral e intelectual à sociedade, ou seja, agir como classe dirigente.

Como Coutinho (2006) destacou, a dominação de classe burguesa no Brasil sempre se realizou muito mais pela via da domina-

ção do que pela direção ética e política, com a burguesia brasileira abrindo mão de agir como classe dirigente. Nem mesmo a inclusão subordinada da classe trabalhadora, como atores políticos e sociais, durante os governos Vargas e Kubitschek, facilitando a acumulação de capital e a reprodução da riqueza da burguesia nacional, retirou o receio da burguesia em ter um projeto societário com a inclusão dos trabalhadores que não fosse pela via da coerção ou da exclusão dos direitos democráticos. O neoliberalismo e o pensamento pós-moderno forneceram as condições ideológicas ideais para as classes dominantes brasileiras passarem a ter em suas mãos os instrumentos para construir uma concepção de mundo na qual puderam, ao lado da violência de classe, inserir a participação dos trabalhadores, via obtenção de um consenso em parcelas substanciais da população no tocante a sua concepção de mundo.

Diante dessas análises, não há como negar a validade das críticas de intelectuais marxistas à adoção pelo movimento negro das propostas neoliberais e pós-modernas. Afinal, como aponta Coutinho: “[...] O pós-modernismo tem tudo a ver com o neoliberalismo: ambos se voltaram para a despolitização geral da sociedade, e, conseqüentemente, da cultura”. (COUTINHO, 2008, p. 329).

Não obstante estas críticas, uma questão fica para nós, marxistas. Como devemos agir diante desta situação?

O intelectual de esquerda e a questão racial num mundo dominado pela hegemonia pós-moderna e neoliberal

As posições de Gramsci sobre os intelectuais orgânicos e, principalmente, dos intelectuais orgânicos voltados para os interesses da classe trabalhadora e das classes subalternas, fornecem subsídios teóricos e políticos para pensarmos numa ação dos intelectuais marxistas, frente ao predomínio das propostas dos pensamentos pós-moderno e neoliberal em alguns movimentos sociais. No caso, desenvolveremos este argumento tendo como foco a questão do negro na sociedade brasileira, mas os princípios que serão desenvolvidos são passíveis de serem postos em prática diante da análise e da ação política para se contrapor às propostas de resolução das questões sociais baseadas na

fragmentação dos grupos sociais e no aprofundamento de suas inserções na lógica capitalista.

Para Gramsci, o intelectual orgânico é aquele que busca dar organicidade ao grupo social ao qual representa atuando na sua: “[...] homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 2001, p. 20). Sendo que os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e das classes subalternas divergem dos objetivos ideológicos e da ação política dos intelectuais orgânicos das classes dominantes. Enquanto estes últimos atuam buscando legitimar e obter um consenso ativo entre os membros da sociedade civil, da sociedade política, da classe trabalhadora e das classes subalternas, sobre a concepção de mundo das classes dominantes, os primeiros trabalham na construção de um processo contra-hegemônico que teria por finalidade elevar as massas à capacidade intelectual e política de compreender e sentir os processos ideológicos, culturais e políticos que favorecem a hegemonia das classes dominantes e trabalhar pela construção de uma concepção de mundo mais afeita aos interesses das classes trabalhadoras e das classes subalternas.

Contudo, para Gramsci (1999), esse processo deve se pautar pela relação dialética e democrática entre os intelectuais e o povo. Para este pensador marxista, um intelectual que esteja voltado para os interesses do povo não deve ter uma postura marcada pela arrogância intelectual de que detém todas as condições para estabelecer uma nova concepção de mundo, sem estar em contato com as percepções, necessidades, desejos, sentimentos e aspirações do povo. Esse ativo contato entre o intelectual marxista e o povo, de acordo com Gramsci, não deve ser visto como uma intervenção na concepção científica de mundo do segundo com relação ao primeiro. Acima disso, seria um aspecto relacional no qual, de forma pedagógica, o intelectual marxista teria condições de compreender as “paixões” e as demandas do grupo social que representa, pois: “[...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante)” (GRAMSCI, 1999, p. 100). Para Gramsci, essa relação é fundamental para que se estabeleça um processo ético-político em consonância com uma nova concepção de mundo que

venha aos interesses dos setores dominados, porque ao compreender, e não apenas saber, “as paixões emanadas do povo”, os intelectuais terão condições de estabelecer uma ação político-histórica por meio delas.

Sobre tal processo de apreensão das aspirações do povo, Gramsci sustenta que um dos principais obstáculos para o intelectual marxista viver esta relação dialética e democrática com as massas, reside na distorção que o economicismo engendra na análise marxista, não apenas: “[...] na teoria da historiografia, mas também e sobretudo na teoria e na prática política [...]”. (GRAMSCI, 2001, p. 53).

Sustentando que Marx e Engels sempre rejeitaram análises mecanicistas e deterministas de qualquer tipo, Gramsci defende que o economicismo restringe as condições empíricas e analíticas para constituir uma construção mais consistente da gênese dos fenômenos sociais que se busca estudar e compreender. Condicionar o econômico como um fator que inexoravelmente determina os fatores políticos, culturais e ideológicos reduz a gênese dos processos históricos, políticos, filosóficos e sociais a fórmulas esquemáticas em que a construção do conhecimento serve apenas para legitimar e afirmar suposições e análises pré-determinadas.

Ancorado nas amarras do economicismo, o intelectual marxista perde a visão de totalidade, tão fundamental para o materialismo histórico, e reduz a sua análise dos fenômenos sociais a uma única determinação. Nesses termos, acaba suprindo do seu estudo a dinâmica social e a ação política do sujeito coletivo que, partindo da concepção de mundo de sua classe e das particularidades emergentes das demandas específicas da sua fração de classe ou grupo social ao qual pertence, busca responder às necessidades históricas com que se defronta. Em outras palavras, com o economicismo o intelectual marxista retira de sua análise todo um amplo processo social e todo o conjunto de contradições e complexidades que estão presentes na realidade social.

Esta abordagem teórica demonstra que a visão economicista que vigorou no transcorrer do século XX, entre parcelas dos intelectuais marxistas, sobre as explicações para o entendimento da situação da população negra na realidade brasileira, colocando a questão racial subsumida à questão de classe, deve ser descartada como instrumento para a construção do conhecimento e ação política junto ao movi-

mento negro. É lógico que um intelectual marxista que se debruça sobre esta temática não pode perder de vista a questão de classe. Além de ser uma determinação fundamental, a maioria da população negra está situada na classe trabalhadora e nas classes subalternas, sofrendo os mesmos processos de exploração, exclusão e espoliação dos membros desta classe, independente da raça destes. O que afirmo é que a análise marxista sobre os problemas da população negra deve sempre estar atenta à determinação de raça e à determinação de classe, verificando o quanto nas suas especificidades e nos seus aspectos relacionais atuam sobre a população negra no sistema capitalista.

Por mais que a questão de classe seja uma determinação fundamental, e deixar isso de lado representa deixar de ser marxista, não há como entender os problemas da população negra sem levarmos em consideração a questão racial, em especial o racismo. Se tanto sobre o trabalhador branco como sobre o trabalhador negro recai todo o grau de exploração e exclusão gerado pela forma como as classes dominantes se apropriam da maioria da riqueza socialmente produzida e da privatização do Estado, sobre o trabalhador negro, além disso, recai toda uma carga de preconceito e discriminação racial que aumenta esta exploração e esta exclusão na sociedade brasileira.

Numa sociedade racista como a nossa, o racismo pode estar presente nos mais diferentes espaços sociais. Na mídia, na escola, na igreja, no trabalho, na universidade e nos mais diferentes lugares, o negro pode sofrer com as visões predominantes sobre a sua raça. Sobre a população negra, portanto, recai uma representação social, calcada no aspecto racial, de inferioridade intelectual e moral, que demarca os membros deste grupo com relação aos aspectos que podem realizar na sociedade. Nem mesmo a solidariedade de classe pode ser excluída desta relação, porque um negro pode trabalhar com pessoas brancas, exercer a mesma função, receber o mesmo salário e, ainda assim, sofrer preconceito ou discriminação racial por parte de seus colegas brancos.

Somado a isso, as especificidades do racismo no Brasil, associado ao processo social e econômico do país no começo do século XX, propiciaram o surgimento da ideologia do branqueamento que ao ser incorporada por parte da população negra, como forma de ascensão social, representou para o negro a rejeição de ser negro. Sob esta lógica, o negro tinha que rejeitar tudo ligado à “raça” negra. Seu próprio corpo

deveria ser rejeitado, porque a cor da pele, o formato do nariz, a espessura dos lábios e o tipo de cabelos deveria ser mais parecido com os das pessoas brancas. Este aspecto demonstra que se o racismo causa danos psicológicos ao negro, o branqueamento pode se reproduzir numa verdadeira neurose porque ao assumi-lo o negro rejeita a sua cultura, a sua gente, a sua família e o seu próprio ser.

Em resumo, o racismo é uma realidade concreta que está presente na concepção de mundo de diversas pessoas gerando os mais diferentes constrangimentos e obstáculos para a população negra na sociedade brasileira. A força do preconceito e da discriminação racial é um fator social de exclusão e diferenciação que, somada à desigualdade reinante no capitalismo brasileiro, demonstra que o problema da população negra não é apenas de classe, mas um problema de classe e de raça.

Nesta perspectiva, a questão que se coloca é a seguinte: estarão os intelectuais marxistas em condições de lidar com essa situação, ou seja, trabalhar com a relação raça e classe dentro de uma conjuntura marcada pela hegemonia neoliberal e pós-moderna?

Para isto, os intelectuais marxistas terão que rever suas posições epistemológicas e políticas com relação à questão racial, abandonando o viés economicista de que a classe resolve todos os problemas dos negros e inserir, nos seus objetos de estudos e na sua ação política, diversas bandeiras do movimento negro. Mas isto não deve ser feito apenas como estratégia política para atrair a população negra, pois seria trocar determinismo economicista por um determinismo oportunista. Como Gramsci nos ensinou, para sua inserção nesta luta social este intelectual deve não apenas *saber* as demandas de fundo racial da população negra, mas também *compreender* e *sentir* o quanto isso é importante para negros. Isto requer que este intelectual esteja aberto a entender e atuar sobre as novas condições de relações sociais e lutas sociais, abertas com a hegemonia neoliberal e pós-moderna.

Gramsci sustenta que um intelectual, para atuar de forma orgânica junto à classe ou ao grupo social a que está ligado, deve estar ciente das condições econômicas, sociais, políticas e culturais de sua época porque, ao defender certa concepção de mundo, esta não pode estar deslocada do seu tempo histórico, visto que: “[...] A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela reali-

dade, que são bem determinados e “originais” em sua atualidade” (GRAMSCI, 1999, p. 94). Esta proposição de Gramsci aponta que o intelectual marxista deve aprofundar e rever as formas de conhecimento sobre a realidade social, procurando entender como a hegemonia pós-moderna e neoliberal se deu e se renova no capitalismo atual. Deve, assim, estar atento aos “novos” processos de sociabilidade, às “novas” formas de atuação sobre as questões sociais e aos “novos” atores sociais como os denominados “empresários de novo tipo”, para poder estabelecer a crítica consistente sobre tais processos. Por outro lado, isso demanda que o intelectual marxista também precisará ter uma leitura desprovida de dogmatismo e mecanicismo sobre como as “novas formas” de obtenção de consenso atraíram membros da classe trabalhadora e das classes subalternas para a concepção de mundo dos setores dominantes, para tentar ressignificá-las no âmbito de um projeto contra-hegemônico. Como Semeraro defende:

Em tempos pós-modernos, os intelectuais “orgânicos” não se tornaram obsoletos, mas encontram-se diante de novas tarefas. Como nunca, precisam aprender com Gramsci a difícil arte de lidar com a diversidade sem cair no relativismo de lutar contra os dogmas sem deixar de buscar a verdade, de respeitar a particularidade sem se pulverizar, de construir a unidade sem transformá-la em uniformidade, de realizar a democracia popular contra os simulacros pós-modernos. Se essas considerações estiverem certas, torna-se necessário pensar também novos partidos com dimensões éticas e políticas capazes de “fundar novos Estados”. (SEMERARO, 2006, p. 388).

Isto possibilitará que este intelectual atue junto aos grupos sociais, fragmentados pela proposta pós-moderna e neoliberal, a partir de suas demandas específicas e da questão de classe que os une, procurando cimentar um processo de contra-hegemonia. Por exemplo, o intelectual marxista poderá atuar junto aos membros do movimento negro procurando elevá-los a um outro patamar da luta social, saindo do aspecto econômico-corporativo em que se encontram, devido sua inserção na lógica pós-moderna e neoliberal de solução dos problemas sociais, para um momento superior no conjunto das correlações de forças, no qual se percebe que a luta requer uma união com outros grupos sociais subalternos para que: “[...] da unidade de fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as

questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’”. (GRAMSCI, 2001, p. 42).

No entanto, o tratamento da questão racial, no âmbito dos novos movimentos sociais, coloca o intelectual marxista diante não apenas de *saber e compreender* que o racismo, mesmo não sendo a determinação central, é uma determinação fundamental para se entender os problemas do negro na sociedade brasileira. Para alguns intelectuais marxistas, talvez mais complicado do que assumir esta posição seja lidar com temas como “diferença”, “identidade”, “empoderamento”, “cultura negra” e outros específicos da questão racial. Como a luta contra o racismo passa pela destruição da representação social que a ideologia racista plasmou na sociedade com relação ao negro, inclusive entre parcelas da própria população negra, o intelectual marxista tem que compreender que esses temas são importantes instrumentos da ação política, pela valorização da raça negra e da conscientização dos negros perante a questão racial. Mas, ao contrário dos pós-modernos, deve trabalhar estes temas relacionando-os com as outras questões que formam a totalidade social que oprime e explora a população negra, como podemos deduzir dessa colocação de Coutinho:

[...] Gramsci sabia, de resto, que a universalidade concreta se alimenta da diversidade e da pluralidade. Mas falta frequentemente nos chamados estudos culturais, no multiculturalismo e também nos estudos femininos e ecológicos, uma visão universal, uma busca da totalidade, que me parecem estar presentes no marxismo e, particularmente, no marxismo de Gramsci. O reconhecimento das diferenças não pode se opor à afirmação da totalidade. (COUTINHO, 2008, p. 336).

Para terminar, gostaria de dizer que apesar de estarmos vivendo um período de refluxo do sonho socialista como forma de se modificar o mundo e das nossas perplexidades sobre como podemos voltar a gestar esta utopia como fermento social das lutas sociais, diria duas coisas. A primeira é que as contradições do capitalismo continuam mais forte do que nunca, como atesta a concentração de renda cada vez mais aviltante, e a expansão crescente da pobreza e da miséria resultante deste processo. A segunda é que não devemos desprezar as lutas sociais da nossa realidade atual, pois como citou Coutinho:

O que devemos repensar e discutir é a questão do sujeito revolucionário, o sujeito capaz de operar transformações. A meu ver, esse sujeito situa-se ainda no mundo do trabalho, mas não é mais a classe operária fabril, como Marx pensava. Temos que estudar a nova morfologia do trabalho e também os vários movimentos sociais que, sem provirem do mundo do trabalho, colocam demandas que chamo de radicais, como são os casos dos movimentos feministas e ambientalista, para citar dois exemplos. São sintomas de que as coisas podem recomeçar para nós. Precisamos recomeçar de novo, com a modéstia de quem perdeu uma batalha, tanto no sentido político quanto no sentido cultural, mas com a convicção de que o resultado da guerra não está decidido. (COUTINHO, 2008, p. 317).

Creio que o movimento negro possa ser colocado no trecho acima e cabe a nós, intelectuais marxistas, agirmos *tanto no sentido político quanto cultural*, para que tal fato possa se tornar uma realidade.

**Submetido em 8 de julho de 2016 e aceito para
publicação em 8 de outubro de 2016**

Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. Intelectuais, luta política e hegemonia cultural. In: MORAES, Denis. **Combates e utopias**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- _____. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley; LIMA, Júlio César França (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2006.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v. 1: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere**, v. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**, v. 3: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 3. ed., 1987.

_____. O negro e o socialismo. In: **O negro e o socialismo**. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abrano, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOS, Gevanilda. A luta contra o racismo na esquerda brasileira. In: **O negro e o socialismo**. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abrano, 2005.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedex**, v. 26, n. 70, 2006.

Wood, Ellen Meiksins. O que é a agenda pós-moderna? In: Wood, Ellen Meiksins (org.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialism histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Nova morfologia do trabalho, crise do sindicalismo e emancipação humana na contemporaneidade / *New morphology of work, unionism crisis and human emancipation in the contemporary*

ALZIRA MITZ BERNARDES GUARANY¹

Resumo: Este artigo é parte de um estudo mais amplo acerca da saúde mental e do trabalho, de caráter bibliográfico e empírico. Tem a intenção de discutir a crise do capitalismo, a nova morfologia do trabalho promovendo inovações em suas formas de gestão e os rebatimentos desta conjuntura no movimento sindical e no projeto de emancipação humana. Ele se propõe a realizar uma análise crítica das lutas sociais históricas e dos processos organizativos da classe trabalhadora que vem sofrendo na contemporaneidade violentas ofensivas em diversas dimensões, dificultando a consecução de um projeto societário alternativo de emancipação humana ao mesmo tempo em que reafirma sua necessidade na medida em que assistimos nos últimos tempos a uma das mais nefastas tragédias sociais da humanidade, dando sinais da falência do projeto civilizatório proposto pela sociabilidade burguesa.

Palavras-chave: trabalho; sindicalismo; emancipação humana.

Abstract: This paper is part of a broader study on the mental health and work, bibliographic and empirical. It intends to discuss the crisis of capitalism, the new morphology of work promoting innovations in their management and the repercussions of this situation in the trade union movement and the project of human emancipation. He proposes to carry out a critical analysis of the historical social struggles and organizational processes of the working class that has suffered in the offensive violent contemporary in various dimensions, making it diffi-

1 Assistente Social, doutora em Serviço Social pela ESS/UFRJ, professora adjunta da ESS/UFRJ, pesquisadora da área do trabalho e saúde do trabalhador; líder do grupo de pesquisa LEPPTras/ESS/UFRJ.

cult to achieve an alternative social project of human emancipation while reaffirming its necessity in as we have seen in recent times one of the most damaging social tragedies of humanity, showing signs of failure of the civilizational project proposed by bourgeois sociability.

Keywords: work; unions; human emancipation.

A ascensão da burguesia no século XIX teve como uma de suas principais consequências a desnaturalização das desigualdades sociais e a libertação do homem do regime de servidão presentes nas sociedades pré-capitalistas com a constituição de um novo modo de produção. Criou condições para o homem tornar-se livre de forma a poder estabelecer um contrato de venda do seu produto ou daquilo que lhe pertencesse.

Se nada produzisse para vender, de qualquer forma estaria livre para comercializar o que lhe restava: sua força de trabalho. É nesse ponto que se instala um dos paradoxos presentes nesta forma de organizar a sociedade moderna, qual seja o fato do trabalho ser uma atividade explorada e alienante, quando caberia a ela dar o sentido de humano ao homem, segundo Marx (2004). Cabe(ria) à atividade laboral ser fomentadora de seu progresso intelectual, material e moral, entretanto na sociabilidade burguesa ela transforma-se em grilhão! No novo contexto, deixa de ser sinônimo de libertação e de realização, e passa a ser caminho de alienação e de sofrimento do trabalhador e sepulta, na maioria das vezes, sua capacidade criadora.

Ainda segundo o autor, a atividade criadora do homem, o trabalho, proporcionaria pouco a pouco pleno domínio sobre as forças da natureza graças ao completo desenvolvimento tecnológico e das forças produtivas, liberando o homem da dedicação dessa atividade em tempo integral. Nesta conjuntura a emancipação humana seria concreta e a vida seria baseada na associação livre de indivíduos moralmente iguais, à base da apropriação e controle comum dos meios de produção. Contudo, passado algum tempo desde sua ascensão, o capitalismo ainda busca estratégias para frear a única força capaz de superá-lo, a classe trabalhadora e ainda encontramos muito longe de alcançar

este patamar. Como afirma Iasi (2011) citando Marx: “Os seres humanos continuam eles mesmos fazendo sua própria história, embora não como desejariam”. (2011, p. 74).

Sendo o trabalho um ato humano ontológico e ineliminável, constituiria caminho necessário para que o homem realizasse o projeto de emancipação humana, contudo a sociedade não tem uma evolução linear, pelo contrário, é marcada por luta de classes, avanços e retrocessos numa incessante correlação de forças.

Na sociabilidade burguesa a atividade laboral perdeu seu potencial libertador e realizador do humano, já que a geração de riqueza depende de que ela seja explorada e para tanto necessita do trabalhador e do trabalho alienados, para que a extração de mais-valia, absoluta e/ou relativa fosse realizada, além da expropriação do produto dela resultante. Hoje o labor encontra-se estruturalmente metamorfoseado e vive uma das suas mais profundas crises, afetando a classe-que-vive-do-trabalho² em seu cotidiano e também em seu potencial organizativo e de lutas.

Foram as lutas travadas pelo coletivo organizado dos trabalhadores que limitaram a avidez do capital, mas hoje o sindicalismo está abatido por diversos elementos externos e internos à sua estrutura, dentre eles a própria crise do trabalho, sua nova morfologia, a forma de organizar a produção, as dificuldades internas às organizações sindicais, bem como o ideário neoliberal investindo contra ele e contra qualquer forma de proteção ao trabalhador. Tudo isso conformando a necessidade de reposicionamento, reestruturação e projeção de outras e novas estratégias de luta, pois o trabalhador encontra-se cada vez mais vulnerável e acumulando perdas consideráveis das conquistas históricas do movimento, seja no plano internacional ou no Brasil.

Nesta conjuntura faz-se urgente realizarmos uma análise crítica, mesmo que superficial, no plano dos países capitalistas centrais e nos

2 Um dos braços da crise é o desemprego estrutural, daí Antunes (2009) dizer que na atualidade não podemos falar em classe trabalhadora, mas sim em um conjunto ampliado e heterogêneo, composto pelo operariado industrial, o trabalhador rural assalariado, os assalariados de serviços, os terceirizados, além do desempregado.

periféricos de avaliação das lutas sociais, dos movimentos sociais, e principalmente dos processos organizativos diante das investidas contra o trabalho, pois o resgate do projeto civilizatório e emancipatório dependem disto.

Diuturnamente o capital usa de todos os seus aparelhos ideológicos para nos convencer de que é o fim da história, mas a capacidade de reação e transformação estão sempre colocadas. Neste esforço o sindicalismo de classe³ junto com outros atores sociais tem alguma chance de fazer frente ao capital de forma que a classe-que-vive-do-trabalho possa voltar a vislumbrar a possibilidade da construção de uma nova sociabilidade na qual haja mais igualdade concreta e oportunidades de uma vida justa.

A perspectiva de luta pela emancipação humana foi ou está sendo trocada pela acomodação social, pelo individualismo, pelo pragmatismo, pelo derrotismo, conformismo e até pelo colaboracionismo com o capital, ou como chama Alves (2000) pela postura proativa com o capital.

As lutas pelo controle social da produção que foram extremamente intensas nos anos 60/70 na Europa, e no Brasil nos anos 80, parece na conjuntura atual cada vez mais ausente do cenário político. Como diz Iasi (2011), hoje os trabalhadores e seu movimento organizativo parecem ser mais espectadores do processo do que expectadores, e não mais motor da história. Dão a crer que acabaram submetidos pelo capital. Aprender este momento político, econômico e social como fim da história é que leva ao derrotismo.

O movimento é processual, dialético e historicamente determinado, que por se dar sobre bases contraditórias, implica numa correlação de forças que em dado momento impõe retrocessos para mais adiante garantir avanços. Precisamos identificar neste momento as potencialidades presentes na conjuntura para continuar a lutar.

Este artigo é parte de um estudo mais amplo de caráter bibliográfico acerca do trabalho. Seu escopo é a partir de uma breve revisão da literatura apontar elementos presentes na crise do capital que levaram à

3 Há diversos tipos de sindicalismo que serão definidos mais adiante.

metamorfose do trabalho, bem como identificar o impacto disto no movimento sindical.

A metamorfose do trabalho e sua nova morfologia

Temos sido defrontados na atualidade com a defesa da ideia de que não há mais centralidade do trabalho, pois não temos mais o proletário como motor da história nem o setor produtivo como espinha dorsal da economia. Daí termos superado a contradição histórica entre capital e trabalho e a luta de classes. Essa tese se apoia no argumento do não cumprimento das promessas do projeto civilizatório de modernidade (HARVEY, 1994) e na defesa de sociedade colaboracionista na qual haveria harmonia e solidariedade entre as classes e não antagonismo. Contudo, conforme Antunes (2009), na ontologia do ser social uma sociedade sem trabalho é impensável, pois é da exploração dele que o capital gera riqueza.

A história do trabalho na sociedade moderna foi e é marcada pela luta constante entre os trabalhadores, que tentam garantir um nível mínimo que os possibilite (sobre)viver, e o capital, que sempre busca reduzir ao máximo este mínimo. Para tanto lançou mão de diversas ferramentas ao longo da história, dentre elas alguns modos de gestão do trabalho, como o taylorismo/fordismo e mais recentemente a escola japonesa ou toyotismo.

Sob a égide do taylorismo/fordismo a organização do trabalho era calcada na integração mecânica do trabalho. Hoje temos uma integração orgânica, na qual além do “fazer” e do “saber” do operário busca-se também capturar o seu consentimento, a sua subjetividade através da subsunção⁴ real do “trabalho vivo”, que ocorre sob a forma de gestão japonesa, ou toyotismo como aponta Alves (2000).

É uma nova forma de gerir a força de trabalho que se torna predominante na maioria das organizações em nível mundial entre as décadas de 60 e 70 do século passado. Promove estruturais mudanças na

4 Subsunção, processo mais profundo que submissão, pois nesta última pode existir certa docilidade e aquiescência; já subsumir aponta para um processo permanente de medição de forças, precisando ser reiteradamente afirmada, como aponta Galvan, in Alves (2000).

esfera laboral, algumas delas de caráter estrutural como o estímulo à fabricação globalizada, o deslocamento e a pulverização geográfica da produção, visando baratear o custo de produção.

A adoção desta nova organização do trabalho, de cariz mais flexível se baseava em algumas premissas, dentre elas a troca do trabalho vivo pelo trabalho morto, promovendo a liofilização organizativa, conforme aponta Guarany (2014) citando Antunes (apud LOURENÇO, 2010), que expurga mão de obra e emprega tecnologia, promovendo o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e a queda dos níveis salariais.

Hoje, o trabalho e a produção que resultam destes novos arranjos têm seus ambientes organizacionais marcados pela competição, pelo individualismo, inclusive na esfera pública.⁵ Isto acaba por debilitar a classe trabalhadora nas dimensões objetiva e subjetiva, impondo ao trabalhador uma situação de instabilidade que prejudica seu processo de consciência com impactos decisivos na solidariedade de classe. O mundo do trabalho emerge deste cenário mais complexo, heterogêneo e fragmentado.⁶

Por mais que o desenvolvimento do capital e sua mundialização tenham aprofundado o estranhamento entre o trabalhador e o seu trabalho, este último continua sendo a preocupação central do capitalismo. Mesmo tendo sofrido estrutural reversão na esfera produtiva nas últimas décadas, aumentando seu quantitativo na esfera improdutiva e sofrendo com a flexibilização crescente, o trabalho continua a ser central na sociedade. O que mudou foi a sua forma e junto com ela o perfil do trabalhador requerido, já que nos ambientes de trabalho passou a imperar cada vez mais a flexibilidade.⁷

5 Para saber mais sobre este processo ver Guarany (2014).

6 Boito, apud Santana e Ramalho, aponta que “[...] as classes trabalhadoras sempre apresentaram uma heterogeneidade e fragmentação socioeconômica muito grande. Essa fragmentação se renova e se transforma a cada nova etapa do capitalismo”. (SANTANA; RAMALHO, 2003, p. 331)

7 A flexibilidade sempre esteve presente no mundo do trabalho, sendo conforme Alves (2000) algo intrínseco à produção capitalista, revolucionando de modo constante as condições de produção. Marx em *A ideologia alemã* (1985) já falava dela, mesmo que de forma superficial. Apontava a exigência que a indústria moderna tinha de variar o trabalho, dar-lhe fluidez e mobilidade, mas foi a partir

Dentre as várias experiências de arranjos produtivos para encontrar àquele que pudesse preservar o capital da crise de superprodução que se instalava, o toyotismo foi o que maior alcance obteve na economia mundial. Surgiu no Japão na década de 50 e junto com a ofensiva neoliberal foi um dos mais duros, se não o maior golpe sofrido pelo trabalho na correlação de forças histórica com o capital.

O trabalhador inserido no processo de produção toyotizado e flexível sofre a subsunção de sua dimensão objetiva, já que se submete à rotinização imposta pela organização de trabalho, além de também subsumir sua esfera subjetiva, na medida em que é alcançado pelas inúmeras estratégias de captura e manipulação de seu consentimento e de sua inteligência, que são então postas a serviço da valorização do capital.

Importante destacar que esta nova forma de gerir a força de trabalho não rompe com a anterior, qual seja o taylorismo/fordismo, mas a ela se soma e promove a captura da subjetividade do trabalhador, engendrando inclusive um novo perfil a ele requerido, mais adequado à nova etapa do capitalismo.

Na era puramente fordista/taylorista, o trabalhador era submetido à lógica do capital, porém os antagonismos de interesse eram mais claros e ele possuía consciência das contradições entre as classes e sabia a qual delas pertencia. No toyotismo forjam-se novas estratégias, como inovações organizacionais, institucionais e relacionais que acabam por promover a captura da subjetividade do trabalhador, logrando a manipulação da força de trabalho.⁸

É como Alves (2000) aponta, um processo que registra uma ruptura no interior de uma continuidade, ou ainda uma superação no sentido dialético, já que supera conservando. Há a maximização da intensidade do trabalho (promovida pela Revolução Tecnológica), mas

da crise de 60 com a ofensiva neoliberal, que esta flexibilidade alcançou dimensões nunca antes realizadas, tendo como “momento predominante”, toyotismo, segundo Alves (2000).

8 Interessante notar que já havia registros que davam conta da importância da captura da subjetividade do trabalhador antes mesmo no fenômeno de mundialização do capital. Alves (2000) aponta que no livro *Beyon Capital*, Mezsáros faz referência à Babbage, que já no século XIX defendia a importância desta captura para o capital.

que prescinde ainda da repetitividade na produção, com novas características (não mais de movimentos manuais). Os ideólogos do toyotismo e defensores do capital chamam essa nova estratégia de requalificação e polivalência do trabalhador, o que na realidade não passa de desqualificação profissional e técnica, já que seu trabalho é totalmente esvaziado de conteúdo concreto.

O toyotismo adula o trabalhador individualmente, estabelecendo, por exemplo, a relação entre salário e produtividade, promovendo a meritocracia que “destaca” os melhores, incentivando a competição entre eles, defendendo ainda o aumento da participação do trabalhador no processo de trabalho por meio dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), gestão participativa e sistema de sugestões.

Todas estas iniciativas são postas para os trabalhadores como sendo a preocupação da organização em promover a participação dos mesmos na estrutura, como reconhecimento pelo seu esforço e envolvimento e é assim que elas são incorporadas pelos mesmos, de forma positiva, pelo menos por uma significativa parcela daqueles que estão inseridos no mercado. Mas em verdade, na essência são todas estratégias voltadas para a maximização da produção e do lucro e não visam o bem-estar da mão de obra trabalhador. São inovações gerenciais e organizacionais que concorrem para a captura da subjetividade operária.

Verifica-se o surgimento de uma nova classe operária e o aprofundamento da desigualdade social, que têm como marcas um nível de educação formal mais elevado e alta qualificação, além de uma crescente fragmentação em seus aspectos de gênero, cultura e etnia. A classe trabalhadora sofre uma redução numérica no centro do processo de produção, mas têm seu crescimento registrado nas zonas periféricas e precárias do mesmo processo. Ocorre ainda o crescimento da subproletarização,⁹ na medida em que surge e cresce o número de trabalhadores temporários, subcontratados, escondendo sob o fenômeno da quantidade, a questão da qualidade dos empregos criados, já há uma grande parcela dos trabalhadores que a tecnologia e a robotização expulsaram

9 Alves (2000) salienta que esta população é o equivalente contemporâneo do proletariado sem direitos, empobrecido e superexplorado do capitalismo primário. Somada a este grupo há os desempregados estruturais.

do mercado e eles acabam indo para a informalidade, para o trabalho precário ou para as ruas, gerando uma nova exclusão.

A flexibilidade que passa a marcar o trabalho, bem como todas as táticas usadas pelo capital somadas ao ideário neoliberal, produz um panorama que aprofunda as desigualdades surgidas no decorrer do século XX, forjando novas exclusões sociais, configurando mais um duro golpe a já frágil solidariedade de classe.¹⁰

A desestruturação do mundo do trabalho leva a classe trabalhadora a viver num clima de insegurança crescente e contínuo. Como diz Dejours (DEJOURS in SNELZWAR, 2004), temos um sofrimento que é causado pela organização do trabalho, mas que acaba por ser aprofundado pelos fracos laços que os trabalhadores estabelecem entre si: [...] todas as formas clássicas de solidariedade estão em processo de desestruturação – e não apenas as estratégias coletivas de defesa (p. 17).

Diante deste cenário os sindicatos parecem ter perdido parte de sua vitalidade e força. Os elementos que contribuíram para tanto são diversos, mas Marx (1978) já sinalizava a necessidade de se tomar cuidado com as estratégias utilizadas pela luta organizada, pois em sua opinião desde os primórdios o movimento:

[...] luta contra os efeitos, mas não contra as causas; [...] logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; [...] aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. (MARX, 1978, p. 99).

Ao falar no Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1865, Marx sugeriu que se empreendesse uma luta para garantir não somente o imediato, os meios básicos de subsistência ou artigos de primeira necessidade, mas que visasse a superação do sistema calcado na exploração do trabalhador. Em outras palavras, já pressentindo que para superar a desigualdade não poderia haver concessões, a oposição deveria ser total, pois para ele estava posto o risco de se perderem no processo de luta.

10 Senett (1999) em seu livro *A corrosão do caráter*, baseado no relato de duas gerações, promove uma discussão sobre a fragilidade dos valores morais e éticos impostos e necessários por este novo padrão de acumulação flexível e os impactos disto no caráter do homem.

Até os últimos anos do século XIX a tendência mais expressiva, mas não hegemônica do movimento operário clássico foi a de romper e promover a transformação social. A partir do início do século XX ganhou força a disposição social-democrata, que acreditava “inocentemente” em reformar o capitalismo e instaurar o socialismo “aos poucos”.

Este tipo de sindicalismo conhecido como de resultado passa a ser preponderante e atribui ao tipo de classe e de confronto um duro golpe, agravado por dois fatores: a ofensiva neoliberal e a predominância do toyotismo no mundo do trabalho.

Segundo Alves (2000), ao longo da história do movimento organizado dos trabalhadores algumas estratégias sindicais podem ser destacadas:

- 1) resistência operária de confronto, que se negava a colaborar com o capitalismo;
- 2) influência defensiva, caracterizada pela negociação com o capital, visa minimizar os impactos das ofensivas do capital sobre o trabalho;
- 3) e por fim aquela que Alves (2000) chamou de influência propositiva, que dominou o sindicalismo brasileiro nas últimas décadas, e se propôs a dialogar com o capital e agir limitado à sua ordem.

Entretanto cremos que a crise do sindicalismo moderno marcada pelo declínio da representação sindical é mais complexa. Além do desemprego estrutural há outros elementos que precisam ser avaliados quando falamos no baixo número de sindicalizados. Dentre eles podemos elencar, além de questões equivocadas relacionadas as suas estratégias:

- 1) a nova divisão internacional do trabalho, que em função do processo de mundialização do capital agregada à migração de milhares de empregos dos setores industriais (de altos e históricos índices de sindicalização) para o setor de serviços (historicamente de difícil sindicalização);
- 2) feminização do mercado (mulheres historicamente tem baixos índices de sindicalização);

- 3) crescimento do subproletariado tardio que pelas condições de vida e de trabalho, os leva a ter como preocupação primária sobreviver, são pouco suscetíveis à sindicalização para além das estratégias de luta escolhidas;
- 4) fatores socioinstitucionais: por muito tempo os sindicatos se organizaram em um modelo burocrático de cariz vertical e corporativo, que dominou o período da grande indústria, mas que não cabe mais no cenário atual;
- 5) e finalmente os fatores político-ideológicos os quais apontavam para a cooperação com o capital.

O movimento organizado da classe trabalhadora emerge no início do XXI combalido e enfraquecido. A maioria dos sindicatos adere à lógica do capital tornando-se cooperativos às empresas e realizando um sindicalismo de resultados, forjando o que Alves (2000) chama de “novo egoísmo de fração”,¹¹ criando um sindicalismo que aprofunda o processo de burocratização dos sindicatos e inscreve o neocorporativismo no movimento.

A metamorfose do mundo do trabalho no Brasil e a crise do movimento sindical

O capitalismo brasileiro se desenvolveu sob a proteção e apoio do Estado que investiu em infraestrutura de forma a dar condições para a instalação das fábricas, além de também conceder “incentivos” fiscais e conferir favores para atrair o capital estrangeiro.

Por ser um país de capitalismo tardio o Brasil sempre se colocou como subordinado aos interesses e necessidade dos países centrais, o que marcou a história da classe trabalhadora brasileira bem como do seu movimento sindical.

A classe trabalhadora brasileira mesmo tendo começando a se forjar com a mistura entre os escravos libertos e os europeus imigran-

11 Segundo Gramsci “egoísmo de fração” é a manifestação de interesses de ordem particular e individualista, sem a perspectiva de reivindicações nem de uma consciência de classe.

tes, e apresentando desde então um potencial contestatório à superexploração do trabalho, foi somente nos anos 50 que se consolidou e se massificou, fortalecendo-se como classe neste período.

O processo de industrialização no Brasil se deu a partir do financiamento de capital estrangeiro com a instalação de plantas industriais na década de 50, principalmente de indústria de produção de bens de consumo duráveis, congregando um enorme número de trabalhadores, constituindo o trabalhador coletivo e facilitando o “reconhecimento” e a insurgência contra a exploração a que eram submetidos. Neste período, sob predomínio da organização do trabalho taylorista-fordista nas indústrias, emerge um novo proletariado metalúrgico nacional.

Submetida na época da ditadura militar a uma exploração sem precedentes na história, com uma extensa, intensa e extenuante jornada de trabalho e recebendo como pagamento um salário que ia paulatinamente sendo depreciado, a classe operária brasileira, juntando-se ao restante da sociedade, vai engendrar um processo de luta que acaba por extrapolar a esfera do trabalho e pela primeira vez na história do Brasil consegue a participação da sociedade como um todo na discussão dos rumos do país.

Para retomar o controle da força de trabalho o Estado articulou um fordismo mais violento e adotou um toyotismo chamado por Alves (2000) de restrito,¹² mas que já demonstrava a preocupação do capital em buscar novas formas de gerir a produção capitalista brasileira.

A agenda dos sindicatos no Brasil na década de 1980 exigia uma maior participação dos trabalhadores no processo decisório e no debate contra a superexploração do trabalho. Somava-se a isto o momento político e econômico pelo qual o Brasil passava: uma economia ainda protegida pelo Estado da concorrência mundial, saindo de uma ditadura civil-militar e com participação crescente da sociedade civil nos debates sobre o rumo do país, exigindo uma nova Constituição. Marcava o sindicalismo desta época um perfil classista e combativo,

12 Alves (2000) chama o toyotismo nascente no Brasil de toyotismo restrito porque na sua implantação ele enfrentou o caráter classista e de confronto que marcava na época os sindicatos vinculados à CUT, e que resistiam à cooptação ideológica do operariado.

representado, dentre outras, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) que tinha claramente o compromisso com a construção de uma nova sociedade de cariz socialista.

O aumento da participação dos trabalhadores de setores da classe média e “universitária”, como professores, funcionários públicos, médicos entre outros, além do avanço do sindicalismo rural, também é um elemento determinante para a consolidação do movimento sindical no Brasil, em contraste com a crise profunda vivida pelo sindicalismo nos países centrais.

Este período coincide com uma nova ofensiva do capital no mundo e que alcança um novo patamar nos anos 80. A despeito disto ou até por isso também, diante das diversas mobilizações e reações da classe trabalhadora brasileira contra o capital, começou a ser implantada em muitas fábricas brasileiras a Qualidade Total, tendo como carro chefe os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), que pregavam a intervenção do operário no processo de produção e nas condições de trabalho.

A adoção dos CCQs era na verdade uma nova tentativa do capital para controlar o trabalho, pois a participação que o capital buscava não era genuína, mas trazia a intenção de cooptar a inteligência do trabalhador e colocá-la a serviço da maximização dos lucros. Entretanto algumas mudanças nas condições de trabalho foram realizadas, mas em verdade escondiam interesses do capital com os novos e grandiosos investimentos da modernização do parque industrial.

Este período foi marcado por deslumbramento e otimismo da parte de uma parcela do movimento organizado dos trabalhadores, apontando uma tendência da formação de uma parceria do trabalho com o capital, deixando cada vez mais de lado a postura classista e de enfrentamento que marcou a luta dos trabalhadores até então.

Foi somente a partir da adoção do neoliberalismo que o capital conseguiu impingir ao trabalho e ao seu movimento de luta brasileiro o mais duro golpe. Dentre outras consequências para a classe-que-vive-do-trabalho, podemos enumerar:

- 1) alteração da percepção da existência de uma sociedade constituída por classes antagônicas;

- 2) obstaculização da possibilidade de perceber a luta de classes e a correlação de forças entre elas nos diversos complexos sociais.
- 3) além de dificultar com tudo isso a tomada da consciência, pois conseguiu aos poucos promover uma parceria entre capital e trabalho, adotando o toyotismo e outras novas estratégias de gestão do trabalho, como também de investidas em outras esferas da vida social.

Os anos 90 são marcados por um cenário no qual os principais centros de resistência dos trabalhadores são duramente atingidos, contribuindo para o surgimento do que Boito in Santana e Ramalho (2003) chama de sindicalismo de cariz neocorporativo. No Brasil a implantação da flexibilidade se dá por intermédio da negociação entre os trabalhadores e o capital, como por exemplo, a adoção de banco de horas ao invés de pagamento das horas-extras, o que revela a prostração do movimento sindical diante da ofensiva do capital neste momento histórico.¹³ Aliada à postura “cooperativa” dos trabalhadores está o desmonte da legislação de proteção ao trabalhador, permitindo legalmente a flexibilização. A partir de 1987 o sindicalismo no Brasil consolida uma nova direção tendo como marco histórico o III Congresso da CUT no qual se adotou a negociação em detrimento do enfrentamento.

Frente a isto, o sindicalismo opta por estabelecer uma parceria com o capital, de forma a tentar alcançar as metas e os objetivos das empresas, pensando que o alcance deles teria como contrapartida a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, saindo de cena a postura classista e as reivindicações de classe, adotando a cooperação conflitiva.¹⁴ O sindicalismo passa a ser propositivo e “parceiro” do capital,

13 É interessante apontar que o desenvolvimento das forças produtivas deveria ser acompanhado por uma correspondente liberação do trabalhador do tempo dedicado ao trabalho, de forma a que ele pudesse dispor deste tempo para sua plena realização, mas o que assistimos acontecer é uma constante e mais violenta usurpação dele.

14 Erro que como citamos em páginas anteriores Marx (1978) apontava que o movimento sindical morreria no século XIX.

ocasionando o que Alves (2000) chama de inflexão político-ideológica do movimento sindical.¹⁵

Alguns autores avaliam este novo posicionamento como um avanço, pois acreditam que a adoção de uma postura propositiva e a abertura do diálogo com as empresas nestas bases represente um progresso. Os sindicatos passam a ser chamados a opinar, negociar e propor.

Os anos 90 trouxeram um avanço para os sindicatos, mas este não vem da adoção desta postura e sim pelo fato deles terem deixado de ser tutelados pelo Estado, abandonando o corporativismo de Estado estabelecido desde a era Vargas, e só. Em contrapartida perdem e muito, pois passam a ser tutelados pelo capital. Opinam e participam, mas a decisão de onde e quando serão feitos os investimentos, o que se vai produzir continua a ser dos capitalistas.

O movimento sindical brasileiro manteve-se dentro da lógica e das estratégias de enfrentamento classista adotadas até este período,¹⁶ não permitindo uma análise crítica e realista do contexto social de forma a poder, a partir da antecipação, traçar ações à altura do golpe que o neoliberalismo e o toyotismo, desferiram nos sindicatos de cariz classista.

Alves aponta alguns elementos presentes nesta dificuldade:

- 1) a estrutura descentrada, fragmentada e dispersa do movimento sindical;
- 2) um amplo espectro de sindicatos com pouca expressão representativa e de força no conjunto do movimento;

15 Segundo Gramsci ocorre com os sindicatos o “egoísmo de fração” que é a manifestação de interesses de ordem particular e individualista, sem a perspectiva de reivindicações nem de uma consciência de classe. Para este autor e outros marxistas, como Rosa de Luxemburgo, Lenin, entre outros, os limites dos sindicatos está justamente em sua lógica ontológica e histórica, que os manteve e ainda os mantém na ordem do capital.

16 Cabe aqui destacar que em verdade a presença do sindicalismo classista era hegemônica, mas não total, já que junto à CUT havia a Força Sindical, que desde sua fundação defendia um sindicalismo de resultados (ROSSI, GERAB, 2009).

- 3) os poucos empreendimentos de caráter coletivo e unificado dos trabalhadores como um todo e ainda a parca inserção e a falta de raiz no interior das empresas, sendo naquele momento uma estrutura externa a estas.

Somada a tudo isto ainda há a dificuldade de empreender ações horizontais que congregassem a classe trabalhadora como um todo, o que acabou ficando ainda mais difícil diante do padrão descentralizado imposto pela reestruturação produtiva.

Havia ainda dentro da própria CUT um debate entre os socialistas, que defendiam o confronto e a luta aberta de classes e outros (de cariz) social-democrata que eram favoráveis à estratégia da participação dentro da lógica do capital para aos poucos ir dominando e empareando o capital, além da Força Sindical, que desde sua criação em 1990 defendia o sindicalismo de resultados.

Com a mudança do cenário econômico no planeta, a mundialização do capital, a reestruturação produtiva, a ofensiva neoliberal, e a financeirização da economia, o cariz propositivo e de resultados torna-se hegemônico no movimento sindical, firmando uma parceria com o capital.

Esta nova direção deixa o trabalho ainda mais refém da lógica capitalista, na medida em que hoje não apenas o domina pela força, mas apropria-se de sua dimensão subjetiva, conquistando sua permissão para o processo de exploração e submissão, enfraquecendo a possibilidade e a potencialidade de tomada de consciência de classe e de reação diante das investidas do capital.

Consolida-se, a partir deste momento a via da consertação social no meio sindical, que busca “dissolver” o antagonismo de classes, estabelecer a cooperação conflitiva, adotando a política do ganha-ganha e da convergência de interesses, propõem-se a abertura de diálogo com o capital. Diálogo este que acabou sendo limitado, na medida em que permaneceu dentro da sua lógica. Até conseguiu impor alguns limites às investidas do capital, mas permaneceu consultivo, sem poder decisório efetivo, já que esta prerrogativa sempre foi e continua sendo do capital.

A partir dos anos 90 a crise que se abateu sobre o movimento sindical de cariz classista e de enfrentamento conforma um colapso

estrutural no movimento organizado dos trabalhadores que passam a adotar uma direção neocorporativista e propositiva.

Os analistas da crise que se abate sobre o movimento sindical e a inércia em reagir, imputam essa desesperança ao abatimento sofrido pelo fracasso das experiências de socialismo real. Este fato pode ter sido um dos determinantes, mas com certeza não foi o único. Estão presentes neste cenário e que não podem ser desprezados, a mudança do processo de produção com a introdução de um padrão toyotista flexível, a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal. Todos convergindo para mais uma vez abater o poder da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo.

O contexto que se forjou a partir da confluência de todos estes elementos foi um cenário no qual o trabalhador emerge com grande dificuldade de identificar qual seu lugar na luta contra o capital, além de ele passar a “consentir” a exploração, não se percebendo como explorado, graças às novas estratégias de gerenciamento da força de trabalho que promovem a subsunção do trabalhador e a captura de sua subjetividade, além de produzir uma nova exclusão social,¹⁷ que aparece reificada para aqueles que a vivem e para a sociedade como um todo.

O processo de consciência, os sindicatos e a emancipação humana

No movimento real, a classe proletária ao não concluir o seu ciclo revolucionário acaba por novamente se imiscuir na situação que sua ação teria tentado negar e superar, e “retorna” à sociedade e à posição de indivíduos em concorrência, não mais se reconhecendo como sujeitos históricos universais, únicos capazes de construir, pela ação revolucionária, novas relações de produção e sociabilidade.

17 Só para ilustrar esta relação, com o fenômeno da terceirização, os índices de ausência de equipamentos de segurança, trabalho sem registro e jornadas mais extensas não ultrapassam 5% da força empregada por esta modalidade, o que demonstra uma efetiva melhora nas condições de trabalho, mas alarma saber que a diminuição dos benefícios sociais para a força de trabalho terceirizada alcança 72,5%, bem como os salários pagos aos terceiros é mais baixo do que para aqueles com contrato permanente em 67,5% dos casos. (ALVES, 2000, p. 269).

Iasi (2011) ao falar sobre emancipação faz uma distinção necessária entre emancipação política e emancipação humana. A primeira só é possível dentro da sociabilidade burguesa, contudo é abstrata. Já a última é a que verdadeiramente resgata o mundo e as relações sociais e o restitui ao próprio homem. Seu alcance está necessariamente implicado com a capacidade de organização e articulação da classe proletária, mas também e talvez primariamente com o processo de consciência, que segundo Iasi (2011) não é linear, muito menos contínuo. Ele implica elementos subjetivos, históricos, familiares, e se dá dentro de um movimento dialético, no qual há rupturas e superações com continuidades, onde o novo está sempre na presença do antigo e vice-versa. Ora avançando e, em outros momentos, retrocedendo.

No Brasil, o momento presente configura exatamente este processo. Após passar por uma fase de agudização da luta de classes na qual ficaram claro os interesses antagônicos, na qual houve forte mobilização e controles sociais, via partidos, movimentos sociais e sindicatos os quais se fizeram muito presentes nos debates e nas instâncias decisórias, conseguiram impingir ao capital algumas derrotas, como muitos dos itens constantes na Constituição de 88, o cenário hoje é de retrocesso sem precedentes.

O ciclo foi encerrado com o retorno do “movimento” à lógica e à sociabilidade burguesas em diversas dimensões, entretanto se percebido como ciclo e não como fim da história, traz em si a potencialidade de vir a ser diferente, traz em si a possibilidade de se construir outro cenário, cabendo ao sujeito histórico retomar seu papel, reconstruir-se, reconfigurar-se, reencontrar-se para mais uma vez avançar na luta pela construção de uma nova sociedade capaz de estabelecer-se a partir da emancipação humana.

Considerações finais

Marx, através de sua teoria social, forneceu aos homens em geral e aos trabalhadores em particular subsídios e bases para que lutássemos pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária onde não deveria haver necessidade de adaptação do homem a qualquer organização do trabalho, mas sim do trabalho ao homem.

O sindicalismo mundial bebeu desta fonte, e teve sua trajetória de lutas marcada pelo paradigma marxiano, mas não conseguiu ainda hoje, superar o modelo capitalista nem tão pouco suas mazelas; no máximo impôs limites que não ameaçavam a lógica do capital. A história mostrou que pelo contrário, enquanto os movimentos coletivos dos trabalhadores reivindicavam melhores condições objetivas de trabalho, o capital promoveu estudos e pesquisas neste ramo, produzindo inovações gerenciais que vêm prometendo “felicidade”, identidade e realização para aqueles que se adaptarem à sua cultura organizacional, se apropriando da dimensão subjetiva na relação do homem com o trabalho.

O próprio Marx que “n’*O Manifesto Comunista*” (1977) colocou uma visão mais estruturalista da sociedade dividindo-a entre capital e trabalho, avançou e ampliou sua análise a partir da apreciação e estudos que fez da revolução promovida por Napoleão na França exposto no texto *O 18 brumário*” (2011), no qual identifica 13 classes e frações de classes envolvidas naquela luta, naquele contexto, demonstrando que suas análises e julgamentos precisariam desvendar e identificar as diversas mediações e determinações presentes.

Em seu livro *O Capital*, vol. 1, o autor também identificou diversos elementos envolvidos na correlação de forças na sociedade capitalista que não necessária e logicamente estariam claras, como quando reconheceu o papel dos inspetores de fábrica, agentes do Estado britânico como guardiões dos direitos do trabalhador.

Sua análise da formação social acabou se complexificando e reconhecendo que há muito mais interesses em cena do que os de somente duas classes sociais antagônicas, o que nos levar a inferir que olhar para a esfera do trabalho e ver apenas trabalhadores vítimas do capital é subestimar a força desta classe e tirar deles e de outros atores sociais a possibilidade de reação e transformação da realidade, não percebendo as reais mediações presentes.

A crise estrutural enfrentada pelos sindicatos hoje não significa o fim do movimento sindical classista, mas um momento de reestruturação, oportunidade de retomar os laços políticos com a luta pela emancipação humana, a partir da análise do passado e da aproximação com outros atores e movimentos sociais.

Conforme aponta Alves (2000) as saídas estão colocadas dentro do próprio contexto de crise que vivemos e Marx já falava que o capital é uma contradição viva, mas a contradição em si não resulta num processo revolucionário, ela é apenas a possibilidade. Precisamos apreender estas contradições. Na negatividade encontraremos a possibilidade de erigir um novo movimento de resistência e oposição à lógica e à ordem do capital de forma a poder caminhar na direção de sua superação.

No cenário contemporâneo, o sindicalismo continua sendo uma arma do trabalho contra os abusos do capital e um ator fundamental na construção de uma nova sociabilidade, mas para tanto é necessário que o mesmo retome sua potencialidade de se contrapor à ordem capitalista. A estratégia adotada pelo movimento sindical a partir dos anos 90 se revela um círculo vicioso perverso, pois debilitou o poder sindical na medida em que o coloca cooperativo e dentro da lógica de mercado, enfraquecendo seu poder de representatividade e de engendrar obstáculos efetivos ao avanço deste capital. Esta postura precisa ser superada. É importante que se diga que esta (re)tomada de consciência de classe tem como espaço prioritário a esfera do trabalho, já que esta sempre foi e continua sendo um dos espaços capazes de instaurar uma nova sociabilidade e na qual a contradição da sociedade capitalista se assenta e se estabelece.

A existência de classes antagônicas é condição ontológica do capitalismo, e entre as formas de resistência engendradas no decorrer da história contra o capital, somente aquelas que optaram pelo confronto sem perder o cariz classista conseguiram ser interlocutoras capazes de impor limites ao capital. Mas hoje esta resistência não pode mais se circunscrever à esfera da produção, é preciso generalizar a resistência, agregar-se a outros movimentos sociais, unificar a bandeira de lutas e entender que o cerne de toda desigualdade social e injustiça está na ordem burguesa e não se circunscreve a diferenças outras presentes, “secundárias” diante da contradição capital X trabalho. O movimento sindical dos trabalhadores é fundamental, mas não é suficiente.

Precisamos pensar estratégias para as ações que cooptam a subjetividade do trabalhador e estimulem um olhar crítico para a realidade, para que percebam que continuam sendo explorado, mas que hoje isto é consentido. Estratégias que podem ser forjadas em outras esferas que não só a da produção. Precisamos estabelecer alianças, solidariedade de classes com atores e movimentos sociais, inserir os “novos” excluídos sociais

neste movimento, que também não se conformam com a lógica do egoísmo de fração, como denunciou Gramsci, para construir a consciência de classe, superando a visão estreita de que suas agendas reivindicatórias estão circunscritas àquilo que as atinge e que são conflitantes.

Existem focos de resistência, devemos identificá-los e nos unir a eles, há insatisfações e contradições objetivas (e estruturais, segundo Alves (2000)). Precisamos retomar a luta em escala planetária e não mais como práxis sindical, mas como práxis política e ideológica de classe (ALVES, 2000). É necessário resgatar a solidariedade como valor universal do proletariado,¹⁸ superar a fragmentação imposta pela sociabilidade burguesa e pelo ideário neoliberal, pois se continuarmos com movimentos sociais pautados no egoísmo de classe e com sindicalismo propositivo e colaborativo a potência da classe trabalhadora continuará cada vez mais neutralizada. “Abrimos mão do nosso desejo e nos rendemos à satisfação da sobrevivência imediata”. (IASI, 2011, p. 34).

Precisamos superar a posição de indivíduos em concorrência e reconhecer a nossa situação de injustiça na injustiça do outro, superar o sentimento de revolta e torná-lo força organizativa capaz de engendrar ações para alterar o que efetivamente causa a desigualdade.

Fazendo nossas as afirmações de Iasi (2011), “O que se exige é um esforço do indivíduo capaz de conceber, ao mesmo tempo, a fraqueza da pessoa, seu caráter transitório e a percepção no outro, a continuação da obra coletiva que é a história” (op cit, 2011, p. 41). Pode parecer um sonho, mas “Para aqueles que encontram um ponto de inserção adequado à sua sobrevivência dentro da ordem do capital, esta é uma alternativa, mas para a humanidade não”. (op cit, 2011, p. 74).

**Submetido em 4 de julho de 2016 e aceito para
publicação em 13 de outubro de 2016**

18 Segundo Iasi (aulas no Programa de Pós-Graduação da ESS/UFRJ) o proletariado hoje não é o mesmo daquele descrito por Marx, mas foi e continua sendo a única força motriz revolucionária, sua negatividade diante do capital é a única capaz de enfrentá-lo e superá-lo.

Referências

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

GUARANY, Alzira M. B. **Trabalho docente, carreira doente**: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, apresentada à ESS/UFRJ, dez/2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1994.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital** – O processo de produção do capital. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Coleção Os Pensadores**, São Paulo: Abril, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9. ed., São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Manifesto comunista**. Coleção Textos, vol. III. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. **Além da fábrica**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SENETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SZNELWAR, Laerte I.; LANCMAN, Selma (orgs.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

Nacionalismo, educação e cidadania: algumas estratégias discursivas¹ / *Nationalism, education and citizenship: some discursive strategies*

ROSANGELA MARIA DE NAZARÉ BARBOSA SILVA²

WÍLMA DE NAZARÉ BAÍA COELHO³

Resumo: Este texto analisa a inter-relação da cidadania na educação considerando dois aspectos: as influências vividas pelos momentos históricos e a formação para a cidadania proposta pela Lei nº 5.692/71. A formação para cidadania fez parte do projeto educacional do Regime Militar por meio da disciplina Educação Moral e Cívica. A cidadania é compreendida como direito à educação e, no âmbito da escola, como direito à participação, à formação de uma consciência crítica e ao respeito à diversidade. A realização desses direitos se dá de modo contínuo, nas relações sociais, ou seja, é permeado por conflitos, contradições, relações de dominação e de discriminações, mas

-
- 1 O termo *estratégia discursiva* é uma noção conceitual trabalhada por Bourdieu (2004b, p. 81) que a compreende como “[...] o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente, suposta pelo estruturalismo (que recorre por exemplo à noção de inconsciente) [...] Ela é produto do sentido prático”. Consiste num constructo derivado da relação de múltiplos agentes alocados em determinada formação sócio-histórica, conotando “sequências de práticas estruturadas” ou “série de ações ordenadas e orientadas” que os agentes desenvolvem em função de *habitus* adquirido e das possibilidades de um determinado *campo* para obtenção do “sentido do jogo” social.
 - 2 Doutora em Educação pelo Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (Iced/UFPA). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (Gera/Iced/UFPA). robarbosa42@yahoo.com.br
 - 3 Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2. Pedagogia. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005). Atualmente é professora Adjunto IV da Universidade Federal do Pará. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (Gera/UFPA e Gepre/Unama). Foi pró-reitora de Graduação-Unilab/CE wilma-coelho@yahoo.com.br

também de ações afirmativas. Assim, a formação para cidadania proposta pela Lei nº 5.692/71 é uma formulação que perpassa um contexto histórico peculiar no país, não apenas isso, mas nos conduz a uma questão: como compreender o exercício da cidadania na lei sancionada, de forma que a luta pela mesma – a cidadania plena – não se converta em uma pugna contra a democracia e os direitos fundamentais mais amplos?

Palavras-chave: educação; cidadania; Lei nº 5. 692/71; nacionalismo.

Abstract: This paper analyzes the interrelationship of citizenship education considering two aspects: the influences experienced by historical moments and training for citizenship proposed by Law nº 5.692/71. Training for citizenship was part of the educational project of the military regime by Moral and Civic Education discipline. Citizenship is understood as the right to education and within the school, such as the right to participation, the formation of a critical conscience and respect for diversity. The realization of these rights occurs continuously, in social relations, that is, is permeated by conflicts, contradictions, relations of domination and discrimination, but also affirmative action. Thus, training for citizenship proposed by Law nº 5,692/71 is a formulation that runs through a peculiar historical context in the country, not only that, but leads us to a question: how to understand the exercise of citizenship in sanctioned law, so that the fight for it - full citizenship - does not become a wrestling against democracy and the broader fundamental rights?

Keywords: education; citizenship; Law nº 5.692/71; nationalism.

O termo cidadania não é novo. Isso não significa, por outro lado, que seja destituído de conflitos epistemológicos. Schwarcz e Botelho (2012) apontam para os problemas da teorização acerca da cidadania, destacando que:

A cidadania ganha significados distintos atribuídos pelos atores sociais em suas interações e contendas sociais diversas, expandindo-se seus sentidos. Essa expansão no tempo e no espaço não significa, porém, e necessariamente, que a dinâmica da

cidadania se processe numa linha reta por mera sucessão de significados, em que as conquistas mais recentes anulam ou tornam desnecessárias as anteriores. (SCHWARCZ; BOTE-LHO, 2012, p. 13).

Sem sombra de dúvidas, outros autores colocaram o problema da cidadania, ainda que não específica e explicitamente. Santos (1987), por exemplo, debate a conformação do cidadão e, conseqüentemente, da cidadania, a partir da política social brasileira por meio do conceito de “cidadania regulada”; Carvalho (2000; 2002; 2005), faz o mesmo, a partir dos direitos civis, sociais e políticos que constituem algo parecido com a “santíssima trindade da cidadania”. Para Reis (1999), o conceito de cidadania é pelo menos culturalmente, um conceito emancipacionista. Entretanto, todos reconhecem que definir com exatidão o significado de cidadania não é tarefa fácil. A cidadania apresenta uma dimensão histórica, desenvolvida dentro do fenômeno, também histórico, denominado de Estado-nação⁴ e que data da Revolução Francesa de 1789 (CARVALHO, 2002, p. 12; SCHWARCZ, 2012, p. 18). Para os autores, a luta pelos direitos, todos eles, sempre se deu dentro dos limites geográficos e políticos do Estado-nação, ao qual está vinculada a noção moderna de cidadania.

Um ponto de partida para a discussão do tema, nos estudos aqui referenciados, tem sido a conceituação empregada por Marshall,⁵ que enumera três dimensões na instituição da cidadania estabelecidas nas sociedades modernas. A civil é representada pelas garantias necessárias às liberdades individuais: faculdade de expressão, pensamento e crença; à propriedade e ao estabelecimento do direito à justiça. A política refere-se ao voto universal; ao acesso ao poder e aos cargos públicos. A social refere-se a padrões de bem-estar adequados ao meio, estabelecidos pela redução das desigualdades materiais. As três dimensões são compreendidas como seqüência lógica ordenada e

4 Em seus estudos Ribeiro (2002, p. 118) destaca que “a cidadania moderna, vinculada ao Estado-nação e à afirmação da burguesia como classe, guarda, em sua definição, elementos comuns e, ao mesmo tempo, diferentes aos encontrados na cidadania grega”.

5 O estudo de Marshall a que se referem é *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

progressivamente conquistada. (CARVALHO, 2002, p. 10; SCHWARCZ, 2012, p. 17 e 18).

A forma como a política social foi implantada no país deixou raízes na ordem social brasileira. Santos (1987) é contundente em afirmar que o cerne, a questão fundamental da cidadania, é a definição do conceito de “cidadania regulada”:

Cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. (SANTOS, 1987, p. 68).

Desse modo, o conceito de “cidadania regulada” apresentado pelo autor, é eloquente ao explicitar que o aparecimento de direitos de cidadania no Brasil obedece não a uma lógica de adoção de um código de valores políticos universalistas, mas a de um sistema social estratificado, no qual esses direitos aparecem com o objetivo principal de mediar o conflito, entre imperativos da acumulação capitalista e anseios de equidade.

A constituição de uma “cidadania regulada” se articula com o papel do Estado de garantidor das posições sociais da população e dos direitos associados a essas posições (SANTOS, 1987, p. 17 e 18). Os membros da comunidade nacional são definidos pelo conjunto de posições de profissões instituídas por lei. A cidadania, portanto, poderia ser mais ampliada, na medida em que o Estado se dispusesse a regular novas profissões. Este sistema aberto, embora sob controle do Estado, conceberia a existência de um “pré-cidadão” definido por Santos (p. 68), como “todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece”. Este é o diferencial na tese do autor. A “cidadania regulada” se apre-

senta como uma maneira de inclusão para os que se encontram nas margens da sociedade brasileira. Em sua análise, a ideia de “cidadania regulada” seria a explicação para o processo de dominação pelo alto,⁶ emergência das classes populares e controle repressivo destas mesmas classes. Esses aspectos, também explicam, segundo o autor, a forma de regime autoritário de 1964.

Em trabalho mais recente, Carvalho (2002; 2005) defende a tese de que, no Brasil, a obtenção de direitos sociais a partir de 1930, se deu sem que os direitos civis e políticos tivessem sido consolidados como conquistas da sociedade. Ao contrário, foram a aquisição de certos direitos sociais pelos trabalhadores que, contraditoriamente, acabaram por impulsionar a sociedade no sentido da obtenção mais plena de direitos políticos e civis elementares. Contrariamente, pela Inglaterra, onde a conquista de direitos sociais no presente século foi precedida dos direitos civis, no século XVIII, e dos direitos políticos, no século XIX. Portanto:

O percurso inglês foi apenas um entre outros. [...] Para dizer logo, houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. (CARVALHO, 2002, p. 11 e 12).

Ao longo do século XIX, consolidou-se na Europa uma forte correspondência entre cidadania e nacionalidade onde o nacional é visto como possuidor direto do estatuto de cidadão. Esta condição é precedida por certo nível de consciência de seus direitos civis e políticos (CARVALHO, 2002; 2005). A nacionalidade acrescentará o sentimento de pertencimento a um determinado Estado-nação e o dever cívico para com a sua soberania. Daí que a construção da cidadania, segundo Schwarcz (2012, p. 15), “seja um processo que diz respeito à relação das pessoas e grupos com o Estado e, mais atualmente, com o sentimento de pertença a uma nação”.

6 Saviani (1999, p. 148 e 149) esclarece essa estratégia como “conciliação pelo alto”, utilizada pela elite dirigente do Regime Militar, mediante a qual essas elites preservam seus privilégios adiando para um futuro remoto e indefinido a realização das aspirações populares.

No caso brasileiro, a nacionalidade não é um traço indicador de cidadania, mas, quase sempre, da ausência dela. A nacionalidade aqui foi definidora de um território⁷ e de um poder político a ser exercido sobre ele pelo Estado, mas que caiu do alto sobre a população como uma necessidade que se impunha, não sendo, portanto, o corolário de uma luta por direitos civis e políticos travados pelas classes sociais na própria sociedade. Assim, o dever cívico aparecerá não como consciência, mas como algo imposto pelo Estado nacional:

Através do discurso visual, oral e escrito, os conceitos de *unidade, raça, trabalho e ordem* eram repetidos com frequência, contribuindo para a sedução da população, analfabeta em sua maioria. A repetição de mensagens ufanistas reforçava no povo a imagem de que todos eram filhos do Brasil, trabalhadores, esportistas, ágeis e fortes. (CARNEIRO, 2002, p. 38 – grifos no original).

Desse modo, o sentimento de pertencimento a uma nação ou a questão da *identidade nacional*, como temos tratado, tem sido há muito um problema ambíguo que permeia o debate da democracia e a inclusão do país no projeto da modernidade. Nem mesmo tínhamos uma sociedade livre, que assegurasse o mínimo de igualdade, liberdade de culto e associação “pedra angular na configuração de uma sociedade mobilizada coletivamente” (SCHWARCZ, 2012, p. 19), e já tínhamos um Estado que se pretendia moderno em sua primeira constituição. (CARVALHO, 2002).

Importante assinalar que a “construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação” (CARVALHO, p. 12). Assim, as pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado. Para Carvalho (p. 12), estes dois tipos de dinâmica social nem sempre aparecem juntas, pois “a maneira como se formaram os Estados-nação condiciona assim a construção da cidadania”.

Além disso, essas relações não guardavam proporcionalidade. A cidadania, vista como exercício de direitos, era muito precária para a

7 Esta referência ficou conhecida como vertente ufanista, cuja referência principal era a identificação da nação com o território, onde se situa toda sua riqueza e, portanto, motivo de orgulho nacional. Ver: OLIVEIRA, 1990; CARVALHO, 1999.

população brasileira de modo geral. Os direitos civis só existiam no papel, pois:

A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considera arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império seja na República. (CARVALHO, 2002, p. 83).

Do ponto de vista do autor, a distinção material entre nacionalidade e cidadania apresenta-se a partir da verticalidade das legislações brasileiras: a primeira, como uma relação baseada na neutralidade política, e a segunda, como a garantia de direitos, concedida com maior ou menor amplitude segundo o período histórico. Nesse sentido, Carvalho sustenta que, no Brasil:

A formação do cidadão nas circunstâncias históricas em que evoluímos não poderia ser processo fácil e rápido. Mas, é preciso reconhecer que este processo está sendo excessivamente lento, assim como foi excessivamente lenta a abolição da escravidão. A pergunta que ocorre logo é se a lentidão não se deve à falta de interesse em que a cidadania se desenvolva. (CARVALHO, 2005, p. 287).

Schwarcz (2012) aprofunda as razões de suas reflexões, justamente pela necessidade universalista da democracia ou de universalização de uma democracia plena e verdadeira, pois:

A história da cidadania é, assim, uma história de lutas e conquistas relacionadas a diferentes processos nacionais de construção e democratização de Estados de direito, e o caso brasileiro não foge à regra. Ou seja, tendeu a se formalizar com a consolidação da democracia representativa que reconhece a existência de canais institucionais oficiais e públicos para a resolução de conflitos [...] até meados do século XX parecem ter prevalecido lutas por diferentes direitos individuais – corporificadas pelo *jusnaturalismo*, como modelo jurídico que conferia ao sujeito o acesso genuíno e usufruto do corpo da lei –, ao passo que, sobretudo a partir dos anos 1970, novos direitos coletivos passaram a conviver

na agenda da cidadania democrática. (SCHWARCZ, 2012, p. 21 e 22).

Em relação à cidadania na educação, muitas são as influências vividas pelos momentos históricos. Assim, a formação para cidadania proposta pela Lei nº 5.692/71 é uma formulação que perpassa um contexto histórico peculiar no país, não apenas isso, mas nos conduz a uma questão: como compreender o exercício da cidadania na lei sancionada, de forma que a luta pela mesma – a cidadania plena – não se converta em uma pugna contra a democracia e os direitos fundamentais mais amplos?

Assim é que, tratando de leis educacionais, uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como é o caso da Lei nº 5.692/71, “nasce sempre das Constituições promulgadas no país” (SOUZA, 1993, p. 11). Trata dos princípios que regem a educação nacional e do planejamento⁸ educacional para o país, caracterizando-se por seguir filosófica e doutrinariamente o que define a Constituição. Ela estabelece os rumos que deverá tomar a educação no país. A política e o planejamento educacional surgem da ação conjunta do texto da Constituição e do contexto da LDB que deve regular a vida das redes escolares “primando pela clareza, pela generalidade e pela síntese” (p. 25), haja vista as variedades incontestáveis de situações regionais para servir a todos os sistemas de ensino do país. Da mesma forma, por meio de uma LDB, pode-se afirmar ou não o estabelecimento da cidadania.

De acordo com Teixeira (2001, p. 104) a formação para a cidadania se constitui em um “princípio-garantia que faz com que os cidadãos possam usufruir de direitos conquistados e garantidos na Constituição, como a saúde”.

A partir de sua aprovação, a Lei nº 5.692/71, em relação à cidadania, contempla o tema da diversidade cultural indicando o atendimento às diferenças individuais dos alunos, conforme expressa o art. 8º:

8 Toledo (2004, p. 103) assevera que essa era uma “política ideológica” assumida pela burguesia industrial por meio de um “programa de desenvolvimento, de planificação, de intervenção orientadora e diretora”.

A ordenação do currículo será feita por séries anuais de disciplinas ou áreas de estudo organizadas de forma a permitir, conforme o plano e as possibilidades do estabelecimento, a inclusão de opções que atendam às diferenças individuais dos alunos e, no ensino de 2º grau, ensejem variedades de habilitações. (BRASIL, Lei nº 5.692/71).

A Lei nº 5.692/71 consubstancia-se como uma reforma da Lei nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), ajustando a educação às novas necessidades do mercado que surgem no contexto brasileiro a partir de 1964 (ROMANELLI, 1994). Ela “completa o ciclo de reformas educacionais destinadas a ajustar a educação brasileira à ruptura política perpetrada pelo golpe militar de 1964” (SAVIANI, 1999, p. 116). Segundo Saviani, há uma ruptura, mas não para instalar uma nova ordem econômica, e sim para:

[...] garantir a continuidade da ordem socioeconômica que se acreditava ameaçada pelo grupo que então exercia o poder político formal, apoiado numa crescente mobilização popular alimentada pela ideologia do nacionalismo desenvolvimentista. (SAVIANI, 2004, p. 21).

Desse modo, a questão da cidadania era submetida à lógica do próprio modelo de desenvolvimento. Este, segundo Xavier (1994, p. 249), necessitava “administrar as desigualdades geradas no processo, propiciando uma suposta igualdade de oportunidades no plano formal”. Entretanto, para a autora, apesar desta questão constar na referida Lei, o mesmo não ocorreu com o Plano Setorial de Educação e Cultura,⁹ “se examinarmos com atenção não há nenhuma referência ao exercício da cidadania” (p. 250), havendo apenas, uma visão tecnicista e utilitária de educação e de preparação do homem para o mercado de trabalho.

9 O Plano a que a autora se refere é o II Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-1979), conforme palavras do Plano: “[...] o sistema educacional brasileiro deve, antes de tudo, assegurar meios para a plena afirmação do homem brasileiro, enquanto pessoa. Depois, promover a sua integração na sociedade nacional. Em seguida, capacitá-lo como recurso para o desenvolvimento do país [...] Por fim, garantir a democratização do acesso à educação e do sucesso individual e social consequente”. (BRASIL, 1976, p. 33).

Assim, o cidadão de que a sociedade precisava é o trabalhador submisso à ordem vigente, é o funcionário fiel e aplicado, que respeitava seu governo, amava sua bandeira, cumpria suas obrigações e não se envolvia em questões político-ideológicas (CARVALHO, 2002), mas com o conhecimento necessário para trabalhar na indústria que estava sendo desenvolvida. A esse respeito Brandão menciona que:

Aí o exercício da cidadania não é a observância crítica dos princípios éticos e eticamente políticos do contrato social, mas a adequação da conduta pessoal aos preceitos de astúcia e “competitividade” da lógica de mercado do “mundo dos negócios”. A cidadania é utilizada para que se mantenha a ordem, a aparente paz social, com “pessoas produtivas não socialmente críticas e nem politicamente ativas”. (BRANDÃO, 2002, p. 67).

Nesse sentido, o preparo do educando para o exercício da cidadania incluía capacitá-lo para o mundo do trabalho, mas também, adequá-lo ao Regime Militar. Os cidadãos precisavam ter consciência do que era permitido ou não, de como agir para integrar-se naquela sociedade. Ou seja, a garantia dos seus direitos e da sua condição de cidadão brasileiro, dependia de suas atitudes perante a ordem institucionalizada.

Para Bourdieu et al (1990), existe uma grande influência da “regra” sobre a prática que advém dos direitos sociais e políticos. É que, seguir a regra, ou melhor, dar a “impressão” de se estar seguindo a regra, equivale a maximizar vantagens na medida em que o grupo social recompensa melhor ações aparentemente motivadas pelo respeito às regras num sistema de disposições. O fundamental, portanto, é manter a percepção sobre a prática, visto que só ela permite perceber a *estratégia* concreta dos agentes sociais em relação à regra do exercício da cidadania “o que é quase sempre, e em todas as sociedades, a condição da perpetuação de sua posição no espaço social” (BOURDIEU, 2004, p. 94).

Para consubstanciar essa formação educativa do cidadão, o Conselho Federal de Educação, por meio do Decreto-Lei nº 869, de 12/09/1969,¹⁰ instituiu a Educação Moral e Cívica (EMC) como disci-

10 O referido Decreto-Lei nº 869 é resultado do trabalho da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, determinando que a disciplina Educação

plina e prática educativa obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades. No art. 2º apresenta como finalidade a defesa do princípio democrático, por meio da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sociopolítico-econômica do país; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando o bem comum; o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (BRASIL, 1975).

De igual modo, no art. 3º apresenta no grau médio a disciplina Organização Social e Política Brasileira, bem como, no sistema de Ensino Superior, a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros, visando ao mesmo objetivo.

Verifica-se que o sistema educativo, então estabelecido por meio da legislação educacional, apresentava uma estrutura curricular¹¹ com objetivos definidos e determinados no sentido de transmitir os conhecimentos de formação para a cidadania a partir do espaço escolar. O que se caracteriza pelo esforço no sentido de oferecer um aprendizado voltado para a obediência, para a disciplina e para a hierarquia. Fenômeno que se estabelecia pelo compromisso com a produção de conhecimentos em sala de aula, assim como, pelas atividades extraescolares.

Moral e Cívica devesse integrar obrigatoriamente todos os currículos escolares em todos os níveis. No nível superior, a disciplina recebeu o nome de Estudos de Problemas Brasileiros. Com o fim do Estado Novo, a disciplina EMC foi abolida, contudo o golpe de 1964 encontrou vivas as tradições autoritárias e sobreviventes muitos dos seus partidários no campo da educação, promovendo seu retorno aos currículos escolares do período (CUNHA; GÓES, 1985; SAVIANI, 2004; GERMANO, 2005).

- 11 O art. 4º do Decreto-Lei nº 869/69 define que “os currículos e programas básicos para os diferentes cursos e áreas de ensino, com as respectivas metodologias, serão elaborados pelo Conselho Federal de Educação, com a colaboração do órgão de que trata o art.5º, e aprovados pelo Ministério da Educação e Cultura”.

Portanto, há um propósito no sentido de elaborar uma disciplina e prática educativa obrigatória para a formação de valores, os quais seguem a lógica dos interesses dos governos estabelecidos no curso do período do Regime Militar. (WARDE, 1986).

Ainda no que tange ao proposto no Decreto-Lei nº 869/69, é criada a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). Esta Comissão seria responsável pela implantação, manutenção e fiscalização da doutrina de EMC em todos os espaços escolares e extraescolares (BRASIL, Decreto-Lei nº 869/69, art. 6º, “a”). Era um órgão do Poder Executivo e seus membros eram escolhidos sem a participação popular, seguindo a lógica do período ditatorial com cargos de nomeação. Faziam parte da Comissão, nove membros¹² brasileiros, pessoas “dedicadas à causa da Educação Moral e Cívica, de ilibado caráter e valor cultural, e acorde com as orientações dos dispositivos do Decreto-Lei nº 869, de 12/09/1969”. (BRASIL, Decreto nº 68.065/71, art. 9º).

As finalidades da EMC para os membros da CNMC, “representavam uma sólida fusão do pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da doutrina da segurança nacional, conforme era concebida pela Escola Superior de Guerra”. (CUNHA; GÓES, 1985, p. 76).

Entretanto, em 1971, outra Comissão é instituída pelo Conselho Federal de Educação, denominada de Comissão Especial de Educação Moral e Cívica, da qual faziam parte Raymundo Moniz de Aragão (presidente); Dom Luciano José Cabral Duarte (relator); Esther de Figueiredo Ferraz; Maria Therezinha Tourinho Saraiva; Pe. José Vieira de Vasconcellos e Tarcísio Meirelles Padilha. Esta Comissão elabora o Parecer nº 94/71 com a finalidade de fixar os Currículos e Programas de EMC em todos os níveis de ensino do país em substituição ao elaborado pela CNMC. Esta segunda Comissão, também realiza ações conjuntas com os militares e parte conservadora da Igreja Católica.

12 Os membros da CNMC foram: General Moacyr de Araújo Lopes (Presidente da comissão, membro da ESG e um dos principais elaboradores do Anteprojeto da Lei da EMC); almirante Ary dos Santos Rangel; professor Álvaro Moutinho Neiva; prof. Padre Francisco Leme Lopes; prof. Elyvaldo Chagas de Oliveira; prof. Guido Ivan de Carvalho; prof. Hélio de Alcântara Avelar; prof. Arthur Machado Paupério; prof. Humberto Grande. Este último, veterano da ditadura varguista e autor dos livros: *A pedagogia do Estado Novo*; *A educação cívica e o trabalho*, além de *Educação cívica das mulheres* (CUNHA; GÓES, 1985, p. 75 e 76).

Essas ações faziam parte de um acordo entre o setor reacionário da hierarquia da Igreja Católica e os militares.

A esse respeito, Cunha e Góes (1985) mencionam que o relator da Comissão, Arcebispo Luciano José Cabral Duarte não disfarçava essa orientação no texto das diretrizes da disciplina EMC, nem nos livros didáticos aprovados por ela para uso nas escolas, portanto:

O parecer proclamava que a religião é que era a base da moral a ser ensinada. Para escapar desse paradoxo, o Arcebispo Luciano lançava mão do conceito de “religião natural”, isto é, aquela que leva ao conhecimento de Deus pela luz da razão. Assim, ficavam afastadas todas as religiões afro-brasileiras, apesar de efetivamente praticadas por dezenas de milhões de pessoas, relegadas, pelos moralistas e civilistas, à condição de resíduos de ignorância ou de curiosidades folclóricas. O mesmo acontecia com as crenças indígenas, apesar do cínico culto dos índios com os primeiros brasileiros. Enquanto eles estavam sendo mortos pelos grileiros e pelos policiais a serviço dos latifundiários, o Hino Nacional era cantado, em tupi-guarani, por professores e alunos do Curso de Educação Moral e Cívica realizado pela Sociedade Educativa e Literária Brasileira, no Rio de Janeiro, em julho de 1970. (CUNHA; GÓES, 1985, p. 76 e 77).

Desse modo, duas prescrições foram formuladas pelas Comissões criadas e serviram de bases para as formulações acerca da disciplina EMC nos diversos níveis de ensino em vias de proporcionar ao alunocidadão “consciente”, direitos e deveres para com o país, obedecendo e respeitando o seu governo, observando as leis, mantendo os valores morais e a ordem social. Assim, a EMC teve como princípio um objetivo de amplo alcance, isto é, consolidar o exercício da cidadania por meio do predomínio das ideologias autoritárias na sociedade brasileira nas gerações vindouras, fazendo uso da educação escolar como forma de doutrinação política sobre as crianças e os jovens.¹³

13 No curso primário, o conteúdo do ensino estava mais diluído, centrado na categoria de comunidade. No curso ginasial, o conteúdo era mais ideológico, tendo temas como: o trabalho como um direito do homem e um dever social; as principais características do governo brasileiro; a defesa das instituições, da propriedade

É importante ressaltar que essa obrigatoriedade disciplinar não aconteceu sem resistências. Apesar de professores serem obrigados a servir às exigências da doutrina oficial, a resistência se manifestou de múltiplas formas no cotidiano escolar, segundo Cunha (1989, p. 37):

[...] pelas organizações clandestinas que não optaram pela luta armada; silenciosa e/ou tangencial, nas salas de aula; reorganizativa, nos sindicatos; inconformada, nas artes, na imprensa, nas empresas, no pensamento acadêmico, nas fábricas, nos campos.

Nessa linha, o regime autoritário objetivou “criar uma consciência nacional, incondicionalmente, favorável aos desígnios do grupo no poder. Assim, desmobilizou-se a “sociedade civil”, sujeitando-a inteiramente à “sociedade política”” (SAVIANI, 1999, p. 121). Portanto, a aprovação da Lei nº 5.692/71 ocorreu sem a participação da “sociedade civil”, até por que estava silenciada, seja pela cassação dos direitos políticos dos cidadãos seja pela prisão de professores (e muitos outros) que falavam abertamente sobre suas ideias políticas. Mas:

É importante notar a ligação íntima entre exercício dos direitos políticos e certo atendimento efetivo dos direitos sociais antes de 1964. Após o golpe militar, vivemos um período da história do Brasil em que isso se tornou inconcebível, impensável, e a cidadania perdeu terreno. (COVRE, 2003, p. 62-63).

É importante lembrarmos, como anteriormente citado por Cunha (1989) que, mesmo com toda a repressão, a ditadura não conseguiu calar todas as vozes. Muitas se ergueram clandestinas, e foram constituindo-se e fortalecendo grupos organizados, como sindicatos, partidos, movimentos populares, movimentos sociais negros, organizações não governamentais (ONGs), igrejas, associações. Tais grupos organizados são fundamentais para a conquista da democracia, influenciando e pressionando o Estado e a sociedade na defesa dos direitos invioláveis do cidadão e da coletividade.

É, sem dúvida, uma postura abrangente, sintonizada com o movimento político nos anos finais da década de 1970 que solicitava união de todas as forças populares contra o Regime Militar.

privada e das tradições cristãs; a responsabilidade do cidadão para com a segurança nacional (MEC *Documenta* 123, 1971; CUNHA; GÓES, 1985, p. 78).

Por esta razão, esse perfil cidadão começa, nos anos oitenta, a adquirir nuances de criticidade com o descontentamento da sociedade diante do Regime Militar. Assim, com a transição do Regime Militar ditatorial para o civil e democrático (GERMANO, 2005), esse perfil altera-se permitindo perceber o movimento de transição de uma situação em que os valores religiosos, familiares e educacionais que dão sustentação a uma sociedade marcada pela restrição das liberdades e garantias individuais para a construção e instauração de uma forma de se exercer o poder¹⁴ no seio da sociedade brasileira consubstanciada pelos movimentos sociais.¹⁵

É importante destacar aspectos históricos que de alguma forma influenciam este período. Em nível mundial, a crise econômica sofrida pelo capitalismo na década de 1970 – grande estagnação econômica e inflação crescente – causou o desgaste e o descrédito do modelo de Estado de Bem-Estar Social (Welfare State). Para Dupas (1987, p. 15) a crise internacional provocou no país “a dificuldade econômica, que optou pelo endividamento externo como alternativa para o crescimento”. Em contrapartida, foi proposto um novo modelo de Estado denominado de neoliberal. Esse novo sistema é inaugurado pelos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, os quais em pouco tempo, difundem-se para outros países (SHIROMA et al, 2004). Além disso, em fins dos anos de 1980, ocorreu a crise e a derrocada do socialismo soviético, alterando a configuração política mundial.

Em nível nacional, alguns fatores de pressão sobre o Regime Militar foram fundamentais, tais como: a crise econômica, a inflação, os conflitos entre as diferentes facções militares, o Movimento pela Anistia, as greves operárias, a progressiva insatisfação de setores das classes

14 Severino em artigo recente (2000) exorta sobre essa questão que marca uma peculiaridade humana, isto é, a sociedade humana é atravessada e impregnada por um *coeficiente de poder*, ou seja, os sujeitos individuais não se justapõem, uns ao lado dos outros, em condições de simétrica igualdade, mas se colocam hierarquicamente, uns sobre os outros, uns dominando os outros. Entretanto, uma estrutura social onde o poder ocorra de forma mais equitativa é condição básica para que os homens se humanizem.

15 A década de 1980 foi marcada pela ascensão dos movimentos sociais. A esse respeito ver GOHN, 1999.

médias, o fortalecimento dos sindicatos, as eleições de 1982 para os governos estaduais, a reforma partidária com a implantação de um sistema multipartidário, participação de entidades da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que juntamente com as universidades, centralizavam as discussões sobre os problemas sociais e os direitos dos trabalhadores (DUPAS, 1987; SKIDMORE, 1988; SHIROMA et al., 2004).

Segundo Dupas (1987, p. 24-25) o Brasil, passou a se submeter à supervisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e apesar da contínua pressão realizada pelo FMI¹⁶ e da influência exercida pelos países neoliberais com os quais mantinha relações externas, os anos de 1980 foram de readaptação e transição para o Brasil. A primeira metade daquele período “inicia-se com uma fundamental mudança de natureza política” (p. 23), havendo a lenta e gradual abertura democrática. Na segunda metade da década, o país começa, progressivamente, “a se mobilizar para uma grande cruzada cívica, na esteira da qual o regime acabará mudado” (p. 30). Ora, isso não foi possível sem que ocorresse:

Ao mesmo tempo uma liberalização do controle político e do compromisso ideológico que o “sistema” exercia sobre a burocracia civil, seus planos e programas, sobretudo na área social. Em outras palavras, quer por pressão do voto, dos movimentos sociais e da reorganização da sociedade civil, quer pela necessidade de o regime se modernizar para se manter (e seguramente por ambas), o fato é que, em nível do Estado, criaram-se espaços para políticas públicas socialmente mais abrangentes,

16 Segundo Skidmore (1988, p. 459), essa pressão se consubstanciava nas “cartas de intenções” assinadas pelo governo brasileiro em janeiro de 1983, pela qual o Brasil se comprometia a cumprir metas especificadas de política fiscal e monetária, assim como de política cambial e tarifária. Singer (1986, p. 50 e 51), também contribui a respeito mencionando que os países credores impuseram aos países inadimplentes, por meio do FMI, políticas “saneadoras” que exacerbaram a inflação e aprofundaram a crise econômica nestes últimos. Segundo o autor, o arrocho salarial é parte importante da política de ajuste recessivo posta em prática desde 1981 e intensificada a partir do início de 1983, quando o Brasil passou a se submeter à supervisão do FMI.

ideologicamente mais autônomas e operacionalmente mais eficazes. Por seu lado, esse processo tem como pano de fundo a crise da aliança social de sustentação do regime, e os esforços e contraesforços para consolidar novas alianças. (MICELI, 1984, p. 31).

As leis de repressão, segundo Carvalho (2002, p. 158) vão aos poucos sendo revogadas e a oposição se faz sentir com força crescente. Na economia, a crise do petróleo de 1973 reduz os índices de crescimento,¹⁷ que no início dos anos 1980 chegam a ser negativos. No campo educacional, fortalece-se o esforço pela educação como instrumento para a justiça social,¹⁸ referindo-se a esse momento, Salgado (1986) menciona:

O momento presente do povo brasileiro é de expectativas de mudanças importantes. No campo da Educação vem-se fortalecendo cada vez mais e explicação do fracasso como fracasso do Estado em concretizar os direitos básicos da população, tornando-se indispensável sensibilizar o poder público para atuar como propulsor de justiça social. *A Educação se coloca como direito indiscutível de todos, vinculado à cidadania*, como decorrência e ao mesmo tempo como requisito para seu exercício. As implicações desse vínculo suscitam questões gerais e questões específicas a cada nível de ensino. (SALGADO, 1986, p. 113 – grifo nosso).

De fato, a população brasileira depositou suas expectativas na elaboração da nova Carta Constitucional, cujos debates e projetos¹⁹

17 A partir de 1977, o crescimento começou a cair, chegando ao ponto mais baixo em 1983, com -3,2%, subindo depois para 5% em 1984 (CARVALHO, 2002, p. 168). Para Dupas (1987) o decréscimo do desenvolvimento definiu o contorno do impasse que o modelo, bem sucedido até então, iria enfrentar nos anos seguintes. A crise do petróleo comprometeu as fontes de financiamento, provocando elevação das taxas de juros.

18 Acerca da responsabilidade dos governantes nesse processo, ver: Santos, 1987. O estudo revela, de forma objetiva, porque as mesmas elites governantes que produziram mudanças e má política social, também, foram capazes de impor retrocessos na ordem política vigente, como as que ocorreram em 1930, 1934 e 1970. Além disso, a propósito, defende que a redução das desigualdades sociais vincula-se à estabilidade democrática da cidadania.

19 A esse respeito, ver Souza, 1993; Teixeira, 2001. A constituinte foi instalada no dia 01 de fevereiro de 1987, sob a presidência do ministro José Carlos

foram realizados pela Assembleia Constituinte entre 1987 e 1988 (SAVIANI, 2004) alimentavam o otimismo na possibilidade de mudanças mais profundas no âmbito da sociedade.²⁰ Este documento buscou abranger aspectos que durante o período do Regime Militar ficaram a desejar e, tal foi o seu caráter democrático, que ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”, em virtude de proporcionar a ampliação dos direitos individuais e ainda, pela reorganização e ascensão dos movimentos sociais e das lutas populares por direitos, materializados e consolidados na retomada ou criação de entidades e instituições representativas dos diversos setores e defensoras de suas reivindicações.²¹

De tal modo, em seu preâmbulo, a Carta Constitucional de 05 de outubro de 1988, apresenta o Brasil como um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Apresenta no art. 3º os quatro objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, quais sejam: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, C.F/1988). Tal documento representou avanços “em

Moreira Alves, então presidente do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, no dia seguinte assume o deputado Ulisses Guimarães que elaborou seu regimento interno. A Constituinte tinha como método ouvir inicialmente, as sugestões dos constituintes, bem como de representantes da sociedade civil e do Estado, e com base nessa consulta apresentar os primeiros anteprojotos e, após, construir o texto Constitucional.

20 Sobre esse aspecto ver alguns textos que tratam da educação nas assembleias nacionais constituintes: Demo, 1986; Pinheiro, 2005; Vieira, 2007.

21 Arelaro (2000) destaca que, apesar dos economistas brasileiros se referirem à década de 1980 como a “década perdida”, este período foi rico em termos da disputa política pela redemocratização da sociedade brasileira e quanto à reorganização dos movimentos sociais, notadamente os da área da educação, com a criação de entidades, tais como a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) e a Associação Nacional de Educação (Anede), ou a transformação de outras, como a da Conferência dos Professores do Brasil (CPB) em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Essas entidades influenciaram o resultado final da Assembleia Nacional Constituinte pelo poder de intervenção nos debates educacionais.

que a garantia dos direitos do cidadão era preocupação central”. (CARVALHO, 2002, p. 200).

A partir de então, manifesta-se o debate em torno da função que cabe à educação e o lugar que esta ocupa na sociedade. O acesso à escola seria o exercício da cidadania ou esta teria como instrumento a educação escolar. A modificação constitucional, ressaltada anteriormente por Salgado (1986), ao afirmar o sistema educativo e respectiva estrutura, afirma a universalidade do acesso e permanência na escola como direito de cidadania. De tal modo que, o exercício desta passa a ser uma das finalidades do saber escolar (BRASIL, 1988). Nesse sentido, caberia à educação:

[...] à formação do homem de forma plural, ao conhecimento, à cultura e aos valores, à participação política, enfim, ao capital sociocultural acumulado e em experimentação pela humanidade e constantemente reinventado pelas sucessivas gerações. (GERMANO, 1998, p. 05).

Ademais, os novos marcos legais educacionais vigentes apontam uma concepção de cidadania, relativa à diversidade étnico-racial como um dos fundamentos principais da política educacional, ressaltando avanço em relação às concepções que a entendem como direitos e deveres. Neste sentido, a concepção de cidadania referida na legislação educacional tem como fim principal formar cidadãos cômicos de conhecimentos aprofundados acerca das diversas matrizes culturais que contribuiriam para a construção da *identidade nacional* brasileira, de modo a fazer com que as gerações vindouras reconheçam e valorizem a diferença cultural e, sobretudo, respeitem a diversidade e a diferença da sociedade da qual estão inseridas (COELHO; COELHO, 2012b).

Assim, concordamos com Schwarcz (2012, p. 22), se antes a cidadania era ligada a pertença, passou para a égide e para o exercício dos agentes sociais em sua dinâmica social, para retornar, modificada, como uma agenda de grupos sociais, que declaram e defendem sua diferença. Destacam-se, nessa nova agenda, “os direitos à segurança e à propriedade do indivíduo, bem como à sua integração na comunidade política nacional”. Entretanto, essa agenda também requer “à ampliação dos sentidos e significados da cidadania, por meio das lutas por

direito à moradia, à saúde e à educação básica”, por exemplo, mas não somente a estes, abrangendo, também, grupos, etnias, nações e a própria humanidade, por exemplo, “em seu direito a um ambiente equilibrado, à paz ou à transmissão do patrimônio ecológico e/ou cultural às gerações futuras”. (SCHWARCZ, p. 23).

Para concluir, reafirmamos que cidadania é uma categoria construída e que pode ter seu significado e sua abrangência alterada conforme o tempo, a sociedade e o contexto em que estiver inserida.²² De acordo com Corrêa (2003, p. 38) a cidadania possui uma dupla dimensão: a dimensão jurídica e a dimensão política. A primeira refere-se ao “laço jurídico pelo qual todos pertencem à nação”; “todos recebem a proteção jurídica do Estado, pois, pela igualdade jurídica, constituem-se sujeitos de direitos e de deveres”. A segunda dimensão, por sua vez, diz respeito à “participação na comunidade política na qual o cidadão é inserido pelo vínculo jurídico” (p. 39).

Conforme bem mostra Anderson (1989) esta sensação de que todos fazem parte de um todo – no caso a nação – é gradualmente construída por uma esfera pública nacional, “uma comunidade imaginada”. Portanto, o cidadão surge historicamente, como processo de lutas pelos direitos dentro das fronteiras geográficas e políticas do Estado-nação, o que torna a construção da cidadania um processo que diz respeito à relação das pessoas e grupos com o Estado e, mais atualmente com o sentimento de pertença a uma nação.

O discurso oficial, por seu turno, enfatiza o sentido da formação para a cidadania na medida em que adota uma proposição que se encontra inserida no sistema formal de ensino, independente da prática democrática dos agentes do governo ou mesmo, daqueles que politicamente fazem gerir a atividade educacional. Vê-se, pois, que educar para o exercício da cidadania sugere um esforço geral e específico, formal e informal, capaz de proporcionar ao indivíduo a tomada de consciência dos direitos e deveres necessários ao movimento do agente social no âmbito da estrutura jurídica do Estado.

22 Esse argumento é ponto de convergência entre os autores que buscamos para referenciar nossa reflexão. Ver Carvalho, 2002; 2005; 2000; Santos, 1987; Pandolfi 1999a, 1999b; Schwarcz; Botelho, 2012.

Submetido em 12 de dezembro de 2014 e aceito para
publicação em 13 de outubro de 2016

Referências

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: n Ática, 1989.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Resistência e submissão. .A Reforma Educacional na década de 1990. In: KRAWCZYK, Nora et al. **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 95-116.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cidadania. **Revista Educação Cidadã (SEC)**. Porto Alegre, n. 2, 2002, p. 63-74.

BRASIL. MEC, **Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-1979)**. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria Geral. Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília, DF, 1976.

_____. Parecer nº 94/71, de 04/02/1971, do CFE. **Documenta**, n. 123, fev./1971, p. 121-143.

_____. Indicação nº 8/70, de 26/06/1970, do CFE. A propósito da Educação Moral e Cívica. **Documenta**, n. 127, jun./1971, p. 499 - 503.

_____; Decreto-Lei nº 869/69. In: **Leis, decretos etc.** Seleção, organização e notas de Guido Ivan de Carvalho. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

BRASIL. Parecer nº 94/71, de 04/02/1971, do CFE. **Documenta**, n. 123, fev./1971, p. 121-143.

BRASIL. **Leis, decretos etc.** Seleção, organização e notas de Guido Ivan de Carvalho. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

_____. Constituição Federal de 1988.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Trad. Cassia R. Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990, 5. ed., 2004.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Unesp, 2004b.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil: mito e realidade**. 8. ed., São Paulo: Ática, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.105-130.

_____. Brasil: Nações imaginadas. In: **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 2. reimpressão, 2005, p. 233-268.

_____. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: PANDOLFI, Dulce et al (orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

COELHO, Wilma Baía; COELHO, Mauro Cezar (orgs.). **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade**. 2. ed., Belo Horizonte: Mazza, 2010.

_____. **Trajatórias da diversidade na Educação: formação, patrimônio e identidade**. São Paulo: Editora da Física, 2012.

CORRÊA, Darcísio. A Cidadania e a Construção dos Espaços Públicos. **Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n. 2, jul.-dez./2003, p. 37-54.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

CUNHA, Luiz Antonio; GOÊS, Moacir de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DEMO, Pedro. **Educação e Constituinte**. Em aberto, ano 5, n. 30, abr.-jun./1986.

DUPAS, Gilberto. **Crise econômica e transição democrática: 83-86 – a delicada trajetória brasileira**. São Paulo: Klaxon, 1987.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 4. ed. 2005.

_____. A transformação da questão social e a educação. In: REUNIÃO DA SBPC, 50, Natal, jul./1998.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel Difusão S.A, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PANDOLFI, Dulce et al. (orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999a.

_____. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999b.

PINHEIRO, Maria Francisca. O público e o Privado na Educação: um conflito fora de moda? In: FAVERO, Osmar (org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 255-292.

REIS, Elisa. Cidadania: História, teoria e utopia. In: PANDOLFI, Dulce et al. (orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 11-18.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n.2, p. 113-128, jul.-dez./2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis,RJ: Vozes, 16. ed. 1994.

SALGADO. Maria Umbelina. Educação e transição democrática política para o ensino de 2º grau. In: MELLO, Guiomar Namó de et al. (orgs.). **Educação e transição democrática**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, p. 113-134.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. 2. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: _____ et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004, p.18.

_____. **Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SINGER, Paul. **Repatrição da renda: pobres e ricos sob o regime militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

SCHWARCZ, L. K. Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

- SCHWARCZ, L. K. Moritz; BOTELHO, André (orgs.). **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **ABC da Lei de Diretrizes e bases da Educação**. São Paulo: Unimarco, 1993.
- TEIXEIRA, Eliana Franco. **O direito à Educação nas constituições brasileiras**. Belém: Unama, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História** [on-line]. 2004, v. 24, n. 47, p. 13-28.
- VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio-ago./2007.
- XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. et al. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.
- WARDE, M. J. A formação do magistério e outras questões. In: MELLO, Guiomar Namó de et al. (orgs.). **Educação e transição democrática**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, p. 73-91.

Educação, inclusão precária e a politecnia como estratégia política dos trabalhadores */ Education, precarious inclusion policy and strategy as the workers policy*

JACQUELINE ALINE BOTELHO LIMA BARBOZA¹

Resumo: No presente texto, apresentamos a política de educação profissional no Brasil, num contexto em que as políticas sociais públicas sofrem os impactos das alternativas neodesenvolvimentistas à crise capitalista. As políticas de alívio à pobreza e de inclusão precária imprimem direção à educação básica brasileira numa privatização do espaço público, operada em nome da democracia e da participação popular, e numa formação aligeirada dos estudantes, em nome das necessidades de inserção da juventude no mercado de trabalho e de redução do desemprego. Neste contexto, a educação profissional é disputada por diferentes projetos de classe: os setores dominantes, representados pelo Sistema S e pelo agronegócio, defendem uma formação estritamente técnica, e os trabalhadores, representados por movimentos sociais como o MST nos apresentam um projeto de educação tecnológica, articulado à cultura e à ciência, cuja síntese encontra-se nas formulações de Marx sobre politecnia.

Palavras-chave: trabalho; educação; movimentos sociais.

Abstract: In this paper, we present the vocational education policy in Brazil, in a context where public social policies suffer the impacts of neodesenvolvimentistas alternative to capitalist crisis. relief policies to poverty and precarious inclusion print toward the Brazilian basic education in a privatization of public space, operated on behalf of democracy and popular participation, and a superficial training of

1 Professora da Escola de Serviço Social da UFF, Niterói; Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e Movimentos Sociais (NEPEC/ESS-UFF), e da Pesquisa Movimentos Sociais, Participação Popular e Educação do Campo. Pesquisadora do Grupo THESE (EPSJV/UERJ/UFF) e do NEDDATE (UFF).

students on behalf of youth integration needs in the market labor and reducing unemployment. In this context, vocational education is disputed by different class projects: the dominant sectors, represented by S and the agribusiness system, advocate a strictly technical training, and workers, represented by social movements like the MST in have a technical education project, linked to culture and science, whose synthesis is in Marx's formulations on polytechnic.

Keywords: work; education; social movements.

A política de educação profissional na atualidade encontra-se hegemônica pela projeto das elites dominantes, que servem de referência à estratégia da governabilidade adotada pelos governos Lula e Dilma, tal como as demais políticas públicas, que devem ser avaliadas como um termômetro da luta de classes no tempo presente: na medida em que assistimos seu retrocesso, com perda progressiva de direitos, vivenciamos o avanço do capital e, na medida em que garantimos direitos dos trabalhadores, ampliando o caráter público destas políticas, percebemos um avanço da luta de classes em prol dos trabalhadores.

Como destacou Aníbal Ponce em sua célebre obra *Educação e luta de classes* (2003), nenhuma reforma pedagógica fundamental poderá impor-se antes do triunfo da classe revolucionária que a reclamar. Por este motivo, num contexto de hegemonia dos dominantes, a politecnia se reafirma como um projeto da classe trabalhadora, fundamentado no rompimento das barreiras que separam cidade e campo, visto que o politecnismo não é somente um problema da cidade.

Como destaca Shulgin (2013), a politecnia, defendida pelos socialistas no campo educacional após Revolução Russa, é aquela que põe a produção a serviço da educação. Isto é, aquele educado pelo politecnismo *não apenas conhece bem um trabalho. O seu horizonte é mais largo. Ele conhece o lugar desta produção no sistema de produção do país, do mundo.* Melhor ainda, a politecnia permite a liberdade de trazer a criatividade para o trabalho, porque nela o homem domina a tecnologia e história das ferramentas e indústrias, ao passo que torna-se cada vez mais familiarizado com os mais recentes avanços no conhecimento científico. Desta forma, o trabalho social, em fábricas e oficinas seria

parte da formação dos sujeitos, homens, mulheres e crianças. Estas últimas deveriam conhecer o básico da produção, a fim de adquirir habilidades básicas para a sobrevivência.²

Shulgin advertia sobre a tendência de descontinuidade entre o trabalho nas oficinas e o trabalho nas fábricas. “(...) o fato de existirem oficinas nas escolas não as transforma de escolas verbalistas em escolas politécnicas.” Desta forma, referenciando Marx, Shulgin analisa que a escola politécnica nasce na fábrica. Com Frigotto (2012), podemos dizer que a educação politécnica nasce da contradição presente do desenvolvimento das forças produtivas das relações capitalistas de produção, assim como da luta para romper com os limites destas relações. Marx, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (1989) já analisava que o novo não brota do nada, sendo arrancado das velhas relações sociais.

O conceito de educação politécnica foi introduzido no Brasil na década de 1980, servindo de contraponto ao projeto de educação profissional orientado pela ideologia do capital humano e levado adiante pela ditadura civil-militar das décadas de 1960 e 1970, assim como pelos embates de elaboração da LDB e do PNE nas décadas de 1980 e 1990. Tratou-se de uma contraposição à pedagogia burguesa, formatada sob a ótica da polivalência e da multifuncionalidade do trabalhador, que identifica na escola o papel de adequar a formação dos estudantes às exigências do mercado.

Numa reação contra-hegemônica, a educação politécnica defendida por educadores marxistas realiza uma crítica contundente à divisão social do trabalho no capitalismo que separa cabeça e mãos, delegando papéis e lugar social diferenciado àqueles que pensam, planejam e àqueles que executam o trabalho. Tal desigualdade está refletida na fragmentação dos conhecimentos na escola, na separação entre educação geral e específica, entre técnica e política. O conteúdo desta formação é permeado pela defesa do domínio dos fundamentos científicos de diferentes técnicas pelos trabalhadores, relacionando-se de forma direta com os processos educativos e de construção de conhecimentos articulados ao trabalho produtivo, e que afirmam os interesses dos movimen-

2 Shulgin, 2013, p. 197-198.

tos sociais e trabalhadores do campo. É desta forma, que o projeto de Educação do Campo possui em seu conteúdo a defesa da educação politécnica na busca de uma formação emancipadora do homem, anunciando o germe do novo na sociedade capitalista.

Neodesenvolvimentismo e política social

No Brasil do século XXI foi construída a frente política neodesenvolvimentista que orientou a base de sustentação política dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, consolidada no decorrer da década de 1990. A partir de então, pudemos constatar a existência de uma ampla frente política, policlassista e instável como base de apoio da atual política de desenvolvimento, em que, embora o populismo e o nacionalismo não tenham mais a mesma importância que em tempos pretéritos, estão presentes nesta frente política formada na virada do século. (BOITO JR., 2012).

A frente neodesenvolvimentista é dirigida pela grande burguesia brasileira, envolvendo setores da classe trabalhadora que estavam excluídos do bloco no poder (baixa classe média, operariado, campesinato etc.), garantindo políticas de inclusão precária e marginal com essa massa de trabalhadores. Estas estratégias foram utilizadas pela grande burguesia nacional para garantir “sua ascensão no interior do bloco no poder”.³

Esta frente enfrenta o que poderíamos chamar de campo “neoliberal ortodoxo” que representa “o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terras e a alta classe média”, especialmente a alocada no setor privado, mas, também no setor público. Por meio desta frente e da ação dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, a grande burguesia interna brasileira garantiu uma aproximação com amplos setores populares.

No início da década de 1990 a camada mais expressiva da burguesia unificou-se em torno do programa neoliberal, provocando aumento do desemprego e refluxo do movimento sindical e popular, com exce-

3 Ibid.

ção do MST. No entanto, na segunda metade da década de 1990 surgem sinais de mudança, quando um setor da grande burguesia interna que havia apoiado de forma seletiva o programa neoliberal, começa a “acumular contradições com este mesmo programa”. (BOITO JR., 2012).

Num cenário marcado, de um lado por dificuldades concretas para o campo sindical e popular, e de outro por uma revisão de posição de um setor da burguesia diante de algumas reformas orientadas para o mercado, criaram-se as condições para a construção de uma frente política que aliasse setores das classes dominantes e das classes dominadas. Tal frente, organizada pelo PT chega ao poder em 2003 com a posse de Lula.

Na busca do crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Roussef empreenderam ações que estavam ausentes na política do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), tais como: recuperação de salário mínimo e de programas de transferência de renda para os mais pobres; financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida, a partir de forte elevação da dotação orçamentária ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES); política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para a exportação de mercadorias e de capitais, entre outras.

Neste processo é preciso desmistificar a ideologia do neodesenvolvimentismo como alternativa ao neoliberalismo, visto que ele se configura como o desenvolvimento do capitalismo sob a égide neoliberal, apesar da existência de um setor mais “ortodoxo” do neoliberalismo que é seu opositor. Entre as características desse projeto está a diminuição da importância conferida ao crescimento do parque industrial local e a ampliação da subordinação do país na divisão internacional do trabalho, quando reativa a função primário-exportadora do capitalismo brasileiro, sendo dirigido por uma fração da burguesia brasileira que “perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista”. Desta forma, o modelo neodesenvolvimentista é fruto do aumento da pressão dos Estados imperialistas sobre as economias capitalistas dependentes, assim como da classe capitalista sobre os trabalhadores.⁴

4 BOITO JR., 2012, [s/p].

A grande burguesia interna, dirigente da frente neodesenvolvimentista comanda diferentes setores da economia (mineração, construção pesada, indústria de transformação, grande bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional). Tais empresas reivindicam o favorecimento e proteção do Estado na garantia de sua competitividade para que concorram com o capital estrangeiro. Os governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff favoreceram em grande medida este setor pela busca de *superávit* na balança comercial que favoreceu o agronegócio, a mineração e outros setores associados à exportação de *commodities*.

A participação das frações da classe trabalhadora na frente neodesenvolvimentista é representada em parte pelo operariado urbano e pela baixa classe média por meio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT), visto que esta frente fornece a esses setores alguns ganhos relativos como a recuperação de empregos, a partir do crescimento econômico que garantiu “ganhos” em relação à era FHC, com a redução pela metade do índice de desemprego.

A política de salário mínimo permitiu um aumento real significativo desse que é um dos mais baixos salários mínimos de toda América Latina; inúmeros setores das classes trabalhadoras obtiveram, ao longo dos anos 2000 e como evidenciam os dados do Dieese, ganhos reais de salário. (BOITO JR., 2012, [s/p]).

Os trabalhadores rurais também estão presentes nesta frente de forma organizada, representados pelo MST e por outras organizações cuja base é formada por camponeses e trabalhadores rurais assalariados, como a Contag. Estes setores reivindicam assistência técnica, financiamento para a produção, assim como condições de participação no mercado para a venda de seus produtos. Tais reivindicações têm sido atendidas de forma parcial pelos governos neodesenvolvimentistas por meio do financiamento à agricultura familiar que também tem sido insuficiente, porém crescente se comparados ao governo FHC. “Em melhores, porém também em situação muito precária, está o camponês representado pela Contag e também no setor assentado do MST”. No entanto, o “campesinato” “extremamente pobre” que corresponde aos camponeses sem-terra ou com pouca terra que seguem firmes na luta por desapropriações das terras ociosas e por uma política

agressiva de abertura de novos assentamentos, é a mais marginalizada pela frente neodesenvolvimentista. (BOITO JR., 2012).

No extremo da frente neodesenvolvimentista estão os trabalhadores desempregados, subempregados que vivem do trabalho precário que formam um contingente de supérfluos para o capital que indicam a capacidade do capitalismo brasileiro de superexplorar o trabalho, aumentando o número de trabalhadores sobrantes que pressionam aqueles que estão inseridos no sistema produtivo a produzir mais a menor custo. Neste processo, é importante considerar que parte significativa desta massa social está desorganizada, formando, portanto, uma base eleitoral passiva que possui peso significativo na eleição de candidatos da frente neodesenvolvimentista.

Outra parte dos trabalhadores sobrantes encontra-se organizada em movimentos populares, tais como os movimentos por moradia e movimentos de desempregados. Esses movimentos têm conquistado vitórias e aparecem na luta reivindicativa no plano da ação direta, nas ocupações urbanas que conseguiram se colocar fora do alcance da repressão, assim como na política nacional, em medidas de política habitacional, a exemplo do programa Minha casa, minha vida, criado no final do governo Lula.

No entanto, é importante considerar que a frente política não é uma aliança de classes, visto que numa aliança, as classes e frações que participam de uma luta comum estão organizadas como forças sociais distintas, munidas de um programa político próprio e “têm consciência dos objetivos limitados e comuns que a aliança persegue”. Ao contrário, no caso de uma frente política, como é a frente neodesenvolvimentista, “as classes e frações que a integram não estão, necessariamente, organizadas como forças sociais distintas, não possuem, necessariamente, um programa próprio e podem não ter consciência de que participam de uma empreitada comum”; desta maneira, suas contradições internas são mais expressivas e a sua unidade é muito mais frágil.

É principalmente nos momentos críticos que aparece a unidade da frente política, tal como nas eleições presidenciais e nos momentos de instabilidade ou de crise política como a crise do Mensalão. Neste sentido, cada uma das forças integrantes da frente persegue objetivos próprios e pode entrar em conflito com as demais, sendo fundamental

aos movimentos populares antever e preparar o momento em que deverão romper com o campo neodesenvolvimentista.

Nesse processo, uma grande e confusa movimentação ocorre no campo partidário. Lideranças que eram consideradas de oposição de direita ao PT se movimentam em direção à base governista por meio da criação do Partido Social Democrático (PSD), que fora apresentado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM-SP), como um partido que não é de direita, nem de esquerda, voltado ao apoio ao governo Dilma. Além de Kassab, podemos citar outros adeptos ao partido, como o ex-senador Jorge Bornhausen, fundador do Partido da Frente Liberal (PFL) e do Partido Democratas (DEM) e uma das principais lideranças da Aliança Renovadora Nacional (Arena) na ditadura civil-militar; a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), a mais expressiva liderança do agronegócio “tradicional” e ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O PSD conta com a terceira maior bancada da Câmara dos Deputados – 57 deputados federais, ultrapassando o DEM e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que também cedeu parlamentares para o PSD. Desta forma, consolida-se o bloco de poder que vigorava no país desde o fim da ditadura civil-militar. Essa movimentação promoveu o esvaziamento do DEM, o principal partido da direita ideológica, que forçou o PSDB a realizar uma oposição moderada ao governo Dilma, ao ponto de os textos de conjuntura elaborados pelo partido pouco se diferenciarem dos textos governistas. (LEHER, 2014a).

Destarte, os governos atuam na defesa de um Estado forte para cobrir as falhas do mercado e buscam aprofundar o ajuste fiscal, sob a ideologia de uma política de responsabilidade, com uma tributação regressiva, capaz de onerar os mais pobres; promovendo incentivos fiscais, tributários e subsídios para conglomerados do capital monopolista; garantindo um aumento da massa salarial e do crédito para ampliação do consumo do mercado interno e nas expressões mais agudas da “questão social”. É realizada uma política social de transferência de renda de larga abrangência e focalizada nas camadas mais miseráveis da nossa sociedade, capaz de diluir e apagar a ideia de classe em nossa sociedade, quando os trabalhadores passam a ser nomeados como pobres, desvinculando a sua condição social do

lugar econômico que ocupam na produção. Desta forma, a classe trabalhadora torna-se ainda mais fragmentada, a ser representada pelos *vulneráveis, pobres e miseráveis*.

Estratégias de alívio à pobreza e formação aligeirada para os trabalhadores: desafios à educação

O enfrentamento da crise exige superarmos a propaganda do “risco país” e os arrepios diários das Bolsas de Valores, noticiados pela mídia, como causas do fenômeno, e analisarmos a origem da pobreza como uma síntese de múltiplos fatores. A crise do capital, a financeirização da economia, a contrarreforma do Estado, assim como a cultura pós-moderna e a pobreza são dimensões distintas do mesmo processo, quando as saídas para a superação da crise pressionam para baixo os salários, geram desemprego e políticas sociais de alívio à pobreza, na promoção do desmonte da seguridade social, com perda progressiva de direitos.

Vivemos num contexto de *desistoricização da pobreza*, com uma política governamental orientada para a satisfação de necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem que se rompa com as prioridades das classes proprietárias dominantes. As estratégias de enfrentamento da pobreza, via políticas compensatórias, consagram a fratura social, e operam uma restauração das bases da acumulação sob o domínio do bom capitalismo, servindo como uma reforma social e moral, na medida em que algumas necessidades da pobreza são atendidas, sem que se coloque em questão a exploração capitalista. (MOTA, 2012).

Conforme analisa Behring (2008), o *superávit primário*, instituído após acordo do governo com o FMI em 1999, é um dos grandes vilões do orçamento da Seguridade Social brasileira. O superávit é alimentado pela DRU (Desvinculação das Receitas da União), um mecanismo criado no âmbito do Plano Real que desvincula 20% das receitas de impostos e contribuições pessoais. Tal mecanismo foi prorrogado pela recente reforma tributária e sua incidência tem sido nefasta para a Seguridade Social brasileira, fazendo com que a mesma transfira recursos crescentes para o mercado financeiro.

As políticas de alívio à pobreza expressam a continuidade do projeto neoliberal de enfrentamento à pobreza no capitalismo, sob novas roupagens. Este projeto subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, e a política social à política econômica, especialmente às dotações orçamentárias, subvertendo no Brasil o preceito constitucional. Concordamos com Yamamoto (2001) que, desta forma, ao invés de o direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, as definições orçamentárias servem como parâmetros à implementação dos direitos sociais.

A “cultura da crise” analisada por Mota serviu como sustentação à crítica neoliberal à intervenção do Estado no financiamento de políticas sociais. A partir desta cultura, o neoliberalismo definia como alternativa à crise capitalista, um redimensionamento das funções do Estado, que deveria agora apoiar o mercado, deixando para as organizações sociais privadas e ao Terceiro Setor o gerenciamento, planejamento e execução dos serviços sociais. Numa recomposição de sua hegemonia, os dominantes operaram a regressão da assistência social, na perda de seu status de direito e uma hipervalorização do campo educacional. A assistência social transformou-se no principal instrumento de enfrentamento da pobreza que deveria voltar-se aos extremamente pobres, operando uma repolitização da política, posto que, como estratégia da pedagogia da hegemonia, parcela significativa da população foi definida como excluída, e os programas de assistência foram tomados como política fundamental de inclusão.

A educação e a instrução são duas categorias ontológicas que tomam formas diferenciadas ao longo da história e que têm sido duramente atacadas no capitalismo contemporâneo pela estratégia neodesenvolvimentista. Krupskaya(2009), em suas análises sobre a educação na revolução socialista russa, analisa que a *formação* não se aplica somente à escola, o que deixa clara a possibilidade de que a educação e a instrução continuem a ser realizadas, com a superação do capitalismo, sem que necessariamente tome a forma da escola capitalista atual. Porém, para a autora, não podemos eliminar a necessidade de que a instrução também se realize em lugar específico.

Para a consolidação do projeto de formação dos trabalhadores, não seria suficiente tornar crítico o conteúdo da escola capitalista, visto que há uma organização do trabalho escolar que está pensada a partir

das relações sociais capitalistas para familiarizar o aluno com estas relações, principalmente as relações de poder vivenciadas pela organização da escola capitalista.

A própria utilização da prática no interior da escola atual pode ser facilmente reduzida a uma tematização de questões da prática que encontram refúgio no âmbito da teoria com a promessa de um dia retornar à prática. É neste sentido que a escola soviética nos ajuda a ficar atentos para a capacidade da escola em recusar o trabalho e a prática social.

O projeto de educação do campo sobre influências da pedagogia socialista, sendo um desafio a esta escola superar o debate da prática, a análise estritamente cotidiana e avançar para outras dimensões da formação. Nesse sentido, para que a escola possa assumir seu sentido verdadeiramente público, deve ter superada a sua posição centralizadora na formação, considerando a necessidade de articulação com outras organizações igualmente educativas, consideradas informais. Desta maneira, na sociedade comunista poderá formar-se um conjunto de agentes educativos (escola, partido, organizações sociais, sindicatos, produção fabril, movimentos sociais) que darão direção à escola.

A extinção do Estado e da escola como instituição social formada a partir desse Estado é um elemento a ser pensado como estratégia na sociedade comunista e não imediatamente após a revolução socialista como aconteceu na experiência russa, visto que sob o *socialismo trata-se de usar o Estado e suas instituições contra a burguesia, no âmbito da ditadura do proletariado, sendo a eliminação do Estado apenas um horizonte a ser atingido progressivamente*. Desta forma, entende-se que a eliminação precoce do Estado e da escola acaba sendo uma ação que desarma a classe trabalhadora.

No entanto, isso não quer dizer que não possamos começar a pensar a escola dos trabalhadores e a construir possibilidades de fortalecimento do seu projeto, ainda na sociedade capitalista. Como analisa Krupskaya, precisamos criar uma escola que prepare os construtores da nova vida. Nesta perspectiva, a escola deve ajudar a criar e fortalecer a nova juventude, formando os lutadores por um mundo melhor e os criadores dele.

Todos esses elementos que são pensados por Krupskaya como desafiadores, aconteceram no começo da Revolução e ainda assim se faziam desafiadores. Após a revolução os desafios se complexificaram nas tentativas de organização da nova escola.

Como destaca Pistrak (2009), a construção da nova escola deveria partir da consideração de que a instituição não poderia ter objetivos absolutos de formação, assim a pensava o magistério formado na pedagogia pré-revolucionária.

A escola sempre foi, e não poderia deixar de ser, reflexo do seu século; sempre respondeu àquelas exigências às quais um determinado regime político-social colocou para ela e, se ela não respondeu ao regime do seu tempo, então não pôde ficar viva. (PISTRAK, 2009, p. 116).

A escola em tempos pré-revolucionários naturalmente foi um instrumento nas mãos das classes dominantes que não tinham o interesse em esclarecer a essência de classe desta escola e que, ao contrário, buscavam colocar para si o objetivo de ocultar esta essência, a fim de “evitar a preparação da destruição deste regime com a sua própria ajuda”. (PISTRAK, 2009).

Desta maneira, uma das tarefas da revolução social consiste no esclarecimento desta essência de classe. Nas análises de Pistrak alguns conceitos e terminologias podem transferir-se para a nova escola, porém o conteúdo, as formas organizativas e os objetivos da escola devem ser alterados. Na escola socialista analisada por Pistrak, não se deve apenas estudar a atualidade. A escola, mais do que isso deve ser formada pela análise crítica do real.

Pistrak (Ibid.) busca investigar o conteúdo do trabalho educativo na escola socialista. Nesta sociedade, era possível fazer o exame de todo o conteúdo do trabalho educativo, introduzindo nele partes sem as quais a atualidade não pode ser esclarecida corretamente, sendo necessária a introdução de novas disciplinas que antes não foram conhecidas pela escola.

O enfoque marxista para os fenômenos sociais na história, ciências econômicas, bases da técnica, elementos da organização do trabalho – tudo deve agora entrar na escola. Além da

história é preciso fundamentalmente limpar o curso de literatura, língua pátria; ciências naturais, física e química entram na escola em nova ótica e com novas tarefas.⁵

Neste sentido, o objetivo da escola não é apenas conhecer a atualidade, mas dominá-la, sendo necessário esclarecer a essência dialética do que nos cerca. No entanto, todos esses elementos só se tornam possíveis por meio da unificação do ensino por complexos, quando, neste processo, torna-se trivial a posição de que a *educação* é inseparável da *formação*.

Assim, é preciso pensar o lugar a ser ocupado pela juventude no conflito do *antigo* com o *novo*. Enquanto Pistrak já analisa as tarefas da juventude na sociedade socialista, pra nós é um desafio pensar a tarefa da juventude na sociedade capitalista, mesmo dentro de espaços que servem como germes da nova sociedade socialista.

Percebemos que as experiências de educação do campo protagonizadas pelos movimentos sociais são estratégias importantes na construção da revolução socialista que precisam ser abraçadas por outros setores da classe trabalhadora após seu fortalecimento no campo como tática pedagógica no avanço das lutas da classe trabalhadora. As escolas do campo têm ampla contribuição para a formação dos professores, muitas vezes vítimas do processo de alienação que a escola capitalista nos impõe da educação infantil à formação profissional.

Neste sentido, o MST exerce importante papel pedagógico como organizador da classe diante da crise que vivenciamos após o processo de transformismo experimentado pelo PT e CUT, e diante do período de refluxo das lutas sindicais agravado pelas mudanças no mundo do trabalho e contrarreformas operadas pelo neoliberalismo, que trouxe duras consequências às lutas trabalhistas com perdas progressivas de direitos, e grande cooptação de lideranças na última década.

Pistrak analisa que cada jovem deve pensar-se como um soldado na frente de luta e que sua tarefa é instrumentalizar-se detalhadamente para esta luta pelo conhecimento, que implica estudar bem o instru-

5 Pistrak, 2009, p. 119.

mento do inimigo e saber usá-lo em sentido positivo para a revolução, sabendo manejar na prática o seu instrumento – *o conhecimento*.

Na experiência vivida pelos movimentos sociais nas escolas do campo, experimenta-se esta nova forma de educação dentro da sociedade capitalista, a partir das possibilidades abertas nas contradições do Estado e da escola como sua instituição. A educação do campo pensa a outra sociedade, seus conhecimentos e habilidades necessárias, a crítica e apreensão da dimensão de classes da atual sociedade sem que os trabalhadores tenham chegado ao poder político do Estado.

Pistrak (2009) analisa que mesmo na sociedade socialista a relação trabalho e educação na escola deve ser posta em ligação com o trabalho social, com a produção real, visto que do contrário, não poderá conter o lado mais importante, ou seja, o aspecto social, podendo tornar-se de um lado, a obtenção de alguns hábitos técnicos e até artesanais, e de outro, apenas o instrumento metodológico. Desta forma, o trabalho será debilitado, rompido em partes, perdendo sua ideia unitária.

Nas escolas do campo, ainda que a relação trabalho e educação seja pensada de forma articulada e unitária, a relação trabalho e educação nos assentamentos precisa tomar como elemento principal a produção do trabalho na sociedade capitalista atual e a relação entre as classes sociais para que o projeto da escola não corra o risco de ser cooptado por interesses dominantes de “melhoramento dos assentamentos” a partir do paradigma do capitalismo agrário e do bom capitalismo.

Isto é ainda mais desafiador pelo fato da educação do campo viver a sociedade capitalista e o seu Estado ainda forte, que buscará tomar para si o projeto de educação do campo, no alívio à pobreza e na conciliação dos interesses de classe. Desta forma, sem a ampliação das lutas sociais, sem a articulação das lutas com outros setores dos trabalhadores e sem a luta pela destruição do agronegócio, o projeto de educação do campo e de uma escola verdadeiramente pública, correrá sérios riscos.

A senadora Kátia Abreu, líder da Frente Ruralista do Congresso Nacional fez recentemente a declaração de que o compromisso do governo é transformar qualquer propriedade em um excelente negó-

cio. Podemos encontrar a chocante frase no material de divulgação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), vinculado ao Sistema S e ligado à CNA, dedicado à educação profissional no campo brasileiro.

O Senar criou um módulo sobre empreendedorismo que integra todos os seus cursos, desde que tornou-se órgão executor do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), financiado com recursos do Ministério da Educação (MEC).

Para Caldart, o Pronatec, apesar de divulgado como uma política de democratização do acesso à educação profissional, que também chega ao campo, não passa de uma armadilha, visto que o agronegócio necessita do trabalhador assalariado, e requer certo nível de instrução e capacitação técnica, sendo poucos os empregos gerados. A formação profissional no campo, guiada pelo agronegócio, ajuda a formar um exército industrial de reserva. Desta forma, a versão do Pronatec no campo traz “embutido” um projeto reacionário, que impede qualquer possibilidade de transformação que a educação profissional do campo, defendida pelos movimentos sociais, poderia promover.

Considerações finais: movimentos sociais e contra-hegemonia

Para a juventude do campo, a escola significa o futuro, o lugar das possibilidades de realização, de crescimento, de sonhos e projetos, visto que ela almeja uma vida melhor no campo e um futuro sem sofrimentos. Estes jovens têm diante dos olhos dois projetos de educação do campo antagônicos: o gerenciado pelo *agronegócio* e aquele pensado a partir da Pedagogia do Movimento Social. Nosso desafio como educadores é desmistificar ao projeto de educação do agronegócio que tenta se confundir com o histórico projeto de educação do campo, defendido pelos movimentos sociais e pela juventude do campo.

Sabe-se que a sobrevivência digna da juventude do campo torna-se cada vez mais difícil em tempos de neoliberalismo, pois são seus derivados a financeirização das economias capitalistas, a abertura dos mercados, a retração do mercado manual na indústria, a redução de políticas sociais de Estado, as privatizações, o aumento da concentração de renda, o desemprego, a precarização do trabalho (trabalho

parcial, temporário, terceirizado, subcontratado), as novas formas de gestão da força de trabalho e a superexploração do trabalho com grandes níveis de trabalho infanto-juvenil.

Na sociedade atual, o trabalho juvenil tem exemplificado a forma como a situação de exclusão vem afetando os direitos sociais, bem como o próprio direito à vida, em *que os jovens brasileiros são privados de sonhar pela necessidade de sobreviver*.

A inserção nos movimentos sociais aparece como estratégia de resistência da juventude no campo e na cidade, o que possibilita o reconhecimento da Pedagogia do Movimento, posto que um movimento social demonstra seu potencial formador, quando se consolida como organização coletiva, agindo de forma coerente com os seus objetivos, envolvendo as pessoas. (CALDART, 2005).

Tais elementos reafirmam a formação para além da escola, o que significa dizer que a educação está em articulação constante com a vida concreta. No entanto, a Pedagogia do Movimento não suprime a escola, que possui a tarefa específica de dar um tratamento pedagógico planejado aos processos de socialização que compõem a totalidade da formação humana, que não se realizam de forma integral na escola, mas que precisam acontecer também nela, em diálogo com ela. A escola é mediação que oportuniza a vivência das relações sociais que podem contradizer ou fortalecer traços humanos desenhados em outros lugares de formação; isto é, ela é mediação fundamental na construção da *hegemonia dos dominados*. A escola é mediação fundamental no exercício do estudo.⁶

Na luta pela construção de uma escola efetivamente pública, os movimentos sociais devem analisar as correlações de força fora e dentro dos espaços institucionais e, sobretudo, travar lutas, inspirados nas sínteses produzidas por Marx e Engels sobre a educação no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), no Discurso Inaugural da Associação

6 Segundo Cالدart (2005), a práxis pedagógica está no sentido de movimento pedagógico de práticas que exigiram uma elaboração teórica que por sua vez exigem um salto de qualidade em novas práticas. Para os movimentos sociais que inspiraram estas teses, a educação do campo se constitui hoje como um novo e importante recorte deste desafio.

Internacional dos Trabalhadores (AIT), redigido por Marx no ano de 1864, nos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris (1871), e especialmente na *Crítica ao Programa de Gotha*, onde Marx, numa crítica ao Programa Político de Lassale, analisa que uma educação efetivamente pública nunca deve admitir o Estado como educador do povo. (LEHER, 2014b).

Ou seja, um projeto de educação pública dos trabalhadores não deverá admitir que o Estado seja dirigente do processo formativo dos estudantes, definindo seu conteúdo, sua metodologia, mas ao contrário, os trabalhadores precisarão definir os conteúdos, a metodologia das suas escolas, reconhecendo a pedagogia do movimento social como orientadora da formação dos trabalhadores. Esta pedagogia será capaz de formar os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora que ajudarão na construção de um novo uso da tecnologia em nossa sociedade, sob novas relações sociais, antagônicas ao capitalismo.

Referências

BEHRING, E. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S.; MIOTO, R. (orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JR. A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo: Unicamp, 2012.

CALDART, Roseli Salette. A Escola do Campo em Movimento. In: _____. ARROYO, M.; MOLINA, M. (org.) **Por uma Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. **Educação Profissional no campo: programas com diferentes formatos e concepções compõem uma política fragmentada, protagonizada pela Confederação Nacional da Agricultura**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/educacao-profissional-no-campo>>.

FRIGOTTO, G. A Educação politécnica. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, R; PEREIRA, I; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

- IAMAMOTO, M. V. A Questão social no capitalismo. **Temporalis**. Ano II, n.3, 2001.
- KRUPSKAYA, N.K. Prefácio da Edição Russa. In: PISTRAC, M.M (org). **A Escola- Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009 (p. 105-112).
- LEHER, R. Eleições de 2014 no Brasil: classes e projetos em disputa. **Blog Marxismo21**, Campinas, São Paulo, p. 1 - 20, 08/12/2014a.
- _____. Organização, estratégia política e o Plano Nacional de Educação. **Blog Marxismo21**, Campinas, São Paulo, p. 1-23, 08/11/2014b.
- MOTA, A. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico crítico ao Serviço Social brasileiro. In: **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e redução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.
- PISTRAC, M. M. **A Escola-Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2003.
- SCHULGIN, V. **Rumo ao politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

A política de assistência social no município de Paracatu-MG: dificuldades de consolidação do sistema único de assistência social (Suas) em tempos de ajuste fiscal / *Politics social assistance in Paracatu-MG municipality: system consolidation of difficulties single welfare (Suas) in times of fiscal adjustment*

THALITA ARAÚJO RIBEIRO

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data de Defesa: 04/07/2016

Orientador: Evilasio da Silva Salvador

Palavras-chave: assistência social; Suas; cofinanciamento; orçamento público; ajuste fiscal

Keywords: social assistance; SUAS; co-financing; public budget; fiscal adjustment.

Esta dissertação analisou o Sistema Único de Assistência Social (Suas) no município de Paracatu-MG, com recorte no período de 2006 a 2015, apresentando as dificuldades que o município tem encontrado para consolidação desse sistema, considerando o cofinanciamento da assistência social no contexto de ajuste fiscal em curso no país. Para tanto, foram consideradas as bases legais que institucionalizaram a Assistência Social como política pública, bem como, os contextos históricos e os gastos orçamentários das três esferas da federação, no período estudado, dedicando-se a uma aproximação sobre a gestão financeira da assistência social no município de Paracatu-MG. A necessidade de reconhecimento da assistência social como direito social e a garantia ao acesso aos serviços socioassistenciais por aqueles que dela necessitarem sinalizam para uma realidade que tende a se afastar de concepções historicamente construídas. Deliberado pela IV Conferên-

cia Nacional de Assistência Social de 2003, a implementação do Suas é orientada por princípios estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), considerados na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e é organizado pela Norma Operacional Básica (NOB/Suas). O Suas deve ter a gestão das ações baseando-se na descentralização político-administrativa, a participação e o cofinanciamento. Assim, no âmbito do cofinanciamento, verificou-se que entre todos os entes da federação, os estados têm apresentado pouca evolução na participação do financiamento da assistência social. Considerou-se também o debate em torno do fundo público, buscando compreender sua funcionalidade, principalmente em tempos de priorização de políticas econômicas, com estratégias de ajustes fiscais. Os resultados identificados foram que, em Paracatu-MG, as principais dificuldades de consolidação do Suas são: a maioria das equipes técnicas de referências não estão completas; expressiva oferta de serviços socioassistenciais por entidades; inexistência de Cras Volante para atendimento da população que vive em área rural e inexistência de sede própria para os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializada da Assistência Social (Creas) e Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Ação Social (Sedas).

This thesis analyzed the Single Social Assistance System (SUAS) in the municipality of Paracatu, Minas Gerais, with cut in the period 2006-2015, with the difficulties that the municipality has found to consolidate this system, considering the co-financing of social assistance in the context of fiscal adjustment underway in the country. Therefore, the legal bases were considered that institutionalized social assistance as a public policy, as well as historical contexts and budget expenditures of the three levels of the federation, in the period studied, dedicated to an approach on the financial management of social assistance in Paracatu-MG. The need for recognition of social care as a social right and ensuring access to social assistance services for those who need it signal to a reality that tends to move away from historically constructed conceptions. Decided by the Fourth National Conference on Social Assistance 2003, the implementation of SUAS is guided by principles established by the Organic Law of Social Assistance (LOAS), considered the National Social Assistance Policy (PNAS) and is organized by the Basic Operational Norm (NOB / SUAS). The SUAS must have the management of actions based on the political and administrative decentralization, participation and co-financing. Thus,

under the co-financing, it was found that among all the entities of the federation, the states have shown little improvement in the share of funding for social assistance. O. It was also considered the debate surrounding the public fund, seeking to understand its functionality, especially in prioritizing times of economic policies, with strategies of fiscal adjustments. The results were identified that in Paracatu-MG, the main difficulties SUAS consolidation are most technical references teams are not complete; significant supply socioassistencial services by entities; lack of CRAS Volante to meet the population living in rural areas and lack of proper headquarters for the Specialized Reference Centers of Social Assistance (CRAS), Reference Center for Specialized Social Assistance (CREAS) and the Municipal Development and Social Action (SEDAS).

Desdobramentos da adesão do Governo do Distrito Federal à Política Nacional para População em Situação de Rua / *Consequences of the accession of the Distrito Federal the National Policy on Population Homeless*

FABRICIA DA HORA PEREIRA

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da Defesa: 17/02/2016

Orientadora: Maria Lúcia Lopes Pereira da Silva

Palavras-chave: pessoas em situação de rua; política social; Distrito Federal

Keywords: people in homeless; social policy; Federal District

Esta dissertação propõe analisar os desdobramentos da adesão do Governo do Distrito Federal à Política Nacional para a População em Situação de Rua. Dessa forma, o estudo perpassou o entendimento sobre o fenômeno população em situação de rua a partir da análise marxiana sobre a acumulação primitiva e o pauperismo. Essa base analítica permitiu compreender que o fenômeno população em situa-

ção de rua é resultado dos processos de exploração e precarização acometidos ao trabalhador e é inerente ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, esta dissertação traz o perfil contemporâneo da população em situação de rua a partir do Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal (2010), além de destacar o contexto das mudanças ocorridas no capitalismo, em anos recentes. Foram consideradas as particularidades da formação sócio-histórica do Distrito Federal e as recentes configurações das políticas sociais e do Estado. A pesquisa realizada teve natureza documental e como principais fontes de dados foram utilizados documentos oficiais disponibilizados pelas Secretarias de Estado do Distrito Federal e pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, como atas de reuniões, legislações e relatórios de gestão. Recorreu-se ainda à literatura especializada sobre o tema e a outras bases de dados como, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O desvelamento do objeto ocorreu a partir da relação entre as bases de dados referidas e os seguintes eixos norteadores: 1- Direitos previstos e implementados; 2- Abrangência dos direitos; 3- Ação intersetorial entre as políticas; 4- Gestão e controle social; e 5- Financiamento. O percurso teórico-metodológico realizado possibilitou a confirmação da hipótese inicial: a adesão do Governo do Distrito Federal à Política Nacional para a População em Situação de Rua, apesar de ter representado algumas mudanças na ampliação dos direitos, e acesso, dessa população, não teria alterado substancialmente a realidade de vida desses sujeitos, pois ela reproduz a atual perspectiva neoliberal de ações focalizadas, condicionadas e seletivas, em detrimento de uma perspectiva de universalidade.

This research aims to understand the consequences of the accession of the Federal District to the National Population Policy for Homeless. Thus, the study ran through the understanding of the population phenomenon on the streets from the Marxian analysis of primitive accumulation and pauperism, this analytical base allowed us to understand that the population phenomenon on the streets is the result of processes exploitation and precariousness affected the worker and is inherent in the capitalist mode of production. In this sense, this work brings the contemporary profile of the population living on the streets from the Population Census in the Federal District Homeless (2010), in addition to highlighting the context of the changes in capitalism in recent years. It was considered the particularities

of historical socio formation of the Federal District and the recent settings of social and state policies. The research was documentary in nature and was used as main sources of data official documents made available by the Secretaries of State of the Federal District and the National Movement of the Population Homeless as meeting minutes, legislation and management reports. It also appealed to the specialized literature on the subject and other databases as IBGE and Secretariat for Human Rights of the Presidency. The unveiling of the object occurred starting from the relationship between those databases and the following guiding principles: 1. planned and implemented Rights; 2 Scope of the rights; 3- Intersectoral action between policies; 4- management and social control; 5- Financing. In the theoretical-methodological approach made it possible to confirm the initial hypothesis: the accession of the government of the Federal District to the “National Policy on Population Homeless”, even though it represented some changes in the expansion of rights and access of this population, not It would substantially altered the reality of life of these subjects, as it plays the current neoliberal perspective of targeted actions, conditional and selective, rather than a universal perspective.

Pelas mãos do socioeducativo: práticas disciplinares na medida socioeducativa de internação / *By the hands of socio-educative: disciplinary practices in socio-educational measure of internment*

CAROLINE SOUZA NEVES

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da Defesa: 01/03/2016

Orientadora: Debora Diniz

Palavras-chave: controle penal; jovens infratores; práticas socioeducativas; medida socioeducativa de internação; punição

Keywords: criminal control; young offenders; social and educational practices; socio-educational measure of internment; punishment

Esta dissertação teve como objetivo analisar a duplicidade do controle penal sobre jovens infratores em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Distrito Federal durante o ano de 2014, a partir do exame das práticas socioeducativas e da atuação dos sistemas de justiça. Nesta pesquisa, jovens infratores são aqueles que estão internados pela prática de ato infracional e que possuem entre 18 e 20 anos de idade. Deste universo, foram analisados os casos dos jovens infratores que apresentaram envolvimento em ocorrências disciplinares ao longo de 2014. O universo teve como base o total de jovens infratores que se encontravam em cumprimento de medida socioeducativa no dia 2 de janeiro de 2015. O trabalho de campo foi realizado nas unidades de internação do Recanto das Emas (Unire), de Saída Sistemática (Uniss) e de Brazlândia (Uibra), localizadas no Distrito Federal, com aplicação de pesquisa documental e observação qualitativa, além do uso da memória do visto como profissional. A fonte principal de pesquisa foram os dossiês dos jovens internados e os registros do cotidiano institucional. A análise dos dados utilizou métodos mistos que envolveram processos de codificação e desenvolvimento de categorias, próprios da pesquisa qualitativa. Verifica-se, nas práticas socioeducativas, uma lógica que visa à educação pela punição e disciplina. De forma particular, em relação aos jovens internados, a maioria dentro de uma unidade socioeducativa pode tornar-se um limbo para o sistema prisional. Aqueles que cometem ocorrências disciplinares para além dos procedimentos internos de punição têm o sistema prisional acionado por meio de práticas socioeducativas. O presente estudo ainda se propôs a problematizar a perversidade do procedimento de encaminhamento para delegacia para registro policial e de demais práticas socioeducativas que, em vez de ressocializar, conforme preconizam, disciplinam, punem e normalizam. Das ocorrências disciplinares que ocorreram no ano de 2014, 32% terminaram em delegacias para registro policial. Na maioria dos casos, trata-se de dano ao patrimônio, de brigas entre jovens ou da posse de algum tipo de substância entorpecente. Deste percentual, 26 (20%) jovens foram desligados do sistema socioeducativo em virtude da apreensão no sistema prisional em 2014 após o cometimento de uma ocorrência disciplinar dentro de uma unidade de internação. Na maioria das ocorrências, por terem danificado pias, chuveiros, vasos sanitários e colchões. Dessa forma, constata-se que os sistemas socioeducativo e prisional atuam em uma

relação de continuidade. O Estado, na figura do sistema de justiça, exerce seu poder de punir de forma contínua, e mesmo simultânea, por meio do sistema socioeducativo e do sistema de justiça criminal sobre os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Neste sentido, a finalidade das medidas socioeducativas como mecanismos de reinserção social em oposição ao sistema prisional não está sendo cumprida. A própria medida socioeducativa de internação não consegue evitar novas internações, incluindo a prisão.

This dissertation aimed to analyze the duplicity of criminal control over young offenders in fulfillment of socio-educational measure of internment in the Brazilian Federal District during the year 2014 from the examination of the socio-educational practices and the performance of the justice systems. In this research, young offenders are those who are admitted to the practice of an infraction and have between 18 and 20 years old. Of this universe, the cases of young offenders who had involvement in disciplinary incidents during the year 2014 were analyzed. The universe was based on the total of young offenders who were in fulfillment of socio-educative action on January 2, 2015. The fieldwork was conducted in youth detention center of Recanto das Emas (Unire) Systematic output (Uniss) and Brazlândia (Uibra) located in the Federal District with documentary research application and qualitative observation, besides the use of visa memory as a professional. The main source of research was the files of detained youths and records the institutional routine. Data analysis used mixed methods involving coding and development of own categories of qualitative research. Checks whether, in the socio-educative practices, a logic that aims at education for punishment and discipline. In particular, in relation to detained youths, the criminal responsibility within a youth detention center can become a limbo for the prison system. Those who commit disciplinary occurrences beyond internal procedures punishment has the prison system operated by means of socio-educative practices. This study also aimed to discuss the perversity of the procedure to refer to the police station to police record and other socio-educative practices, rather than re-socialize as recommended discipline, punish and normalize. Disciplinary incidents that occurred in 2014, 32% ended in police stations for police record. In most cases, if dealt with property damage, fights between young or possession of some kind of narcotic substance. This percentage, 26 (20%) young people were disconnected from the socio-educative system as a result of the seizure in the prison system in 2014 after the commission of a disciplinary

occurrence within an youth detention center. In most instances, for having damaged sinks, showers, toilets and mattresses. Thus, notes that the systems socio-educative and prison work in a relationship of continuity. The state, in the figure of the justice system, exerts its power to punish continuously and even simultaneously through the socio-educative system and the criminal justice system on youth in fulfilling of socio-educative action. In this sense, the purpose of socio-educative action as mechanisms of social reintegration as opposed to the prison system is not being fulfilled. The own socio-educational measure of internment cannot avoid new admissions, including prison.

Controle democrático da política esportiva brasileira: um estudo sobre o Conselho Nacional do Esporte / *Democratic control of Brazilian sports policy: a case study of the National Council of Sports*

SILVANA MARTINS DE ARAUJO

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da Defesa: 20/06/2016

Orientador: Ângela Vieira Neves

Palavras-chave: conselhos nacionais; esporte; controle democrático; direito social

Keywords: national councils; sports; democratic control; social rights

Estudo sobre o Conselho Nacional do Esporte como órgão responsável pelo controle democrático da política esportiva brasileira. A presente tese teve como objetivo principal analisar se o CNE nos Governos Lula e Dilma (2003-2014) constituiu-se como espaços de participação e controle democrático e qual a sua contribuição para a Política Nacional do Esporte e para a universalização do direito ao esporte no Brasil. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, a investigação é de natureza quanti-qualitativa, definida como

pesquisa de campo do tipo estudo de caso histórico-organizacional, combinada a uma pesquisa bibliográfica e documental. É inserida no âmbito do debate sobre democracia participativa, que tem como foco a participação social em espaços institucionalizados de controle democrático, nos quais a relação entre Estado e sociedade civil se torna central. A pesquisa documental teve como principais fontes: a Lei nº 10.672/2003 e o Decreto nº 7.984/2013, além do Regimento Interno, todas as 41 Resoluções aprovadas pelos conselheiros, 42 Portarias emitidas pelo Ministério do Esporte relativas ao Conselho e ainda Atas das 25 reuniões ordinárias e uma extraordinária. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com dezesseis (16) de seus membros e também com sua Secretária Executiva. Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, considerando as dimensões da representação, institucionalização e democratização do CNE, contemplando as seguintes categorias: concepção da política; qualidade da representação; poder de decisão; vontade política do governo e controle democrático. As análises demonstraram que na sua composição o poder público tem hegemonia; seus representantes são majoritariamente homens e apresentam um perfil de elevada escolaridade, com formação profissional predominante em Educação Física e Administração, mas a maioria atua como empresário e gestor público, sem nenhuma atuação em movimentos sociais ou sindicais e com baixa adesão à filiação partidária. Em relação à representação da sociedade civil, constatou-se que é um conselho diverso, moderadamente plural, mas não paritário. Quanto ao seu processo de institucionalização, verificou-se que se localiza abaixo da média no índice de institucionalização dos conselhos nacionais, possuindo pequena distribuição interna de poder no aspecto relativo ao processo decisório. Além disso, não cumpriu, no período investigado, nem a metade das suas atribuições definidas legalmente e no que concerne aos temas deliberados nas suas reuniões, obteve-se um resultado limitado, voltado prioritariamente para a dimensão de alto rendimento do esporte. Assim, concluiu-se que este Conselho teve um caráter legitimador das políticas de interesse do Poder Executivo, numa concepção da política esportiva associada ao mercado, que não apontou para a universalização do esporte como um direito social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, mas, sim, para o favoreci-

mento do segmento do esporte de alto rendimento, capitaneado por suas entidades privadas.

Study about the National Council of Sports (Conselho Nacional do Esporte – CNE) in Brazil as the body responsible for democratic control of Brazilian sports policy. This thesis aimed to analyze if the CNE during Lula and Dilma governments (2003-2014) was in fact a space for participation and for democratic control and its contribution for the National Sports Policy and for the universalization of the right to sport in Brazil. Based on the historical and dialectical materialism, this research has a quantitative and qualitative nature; it is also defined as a field research in the format of a historical-organizational case study, combined with bibliographical and documentary research. It is inserted in the debate on participatory democracy, which focuses on social participation in institutionalized spaces of democratic control, in which the relationship between the state and the civil society becomes central. The documentary research had the following as main sources: Law No. 10,672/2003 and Decree No. 7,984/2013, in addition to the Internal Rules of the CNE, all 41 Resolutions adopted by the Council, the 42 Ordinances issued by the Sports Ministry for the CNE, as well as the Minutes of 25 ordinary meetings and 1 extraordinary meeting. A semi-structured interview was carried out with sixteen (16) members of the CNE as well as with its Executive Secretary. Data were analyzed based on the content analysis techniques, considering the dimensions of representation, institutionalization and democratization in the CNE, comprising the following categories: policy design; quality of representation; decision power; government political will and democratic control. The analyses showed that the government has hegemony within the CNE's structure; its representatives are mostly men who have a profile of high educational standards, with predominant training in Physical Education and Administration; however, most of them act as entrepreneurs or public managers without any participation in social movements or trade unions, also having low adherence to party affiliation. Regarding the representation of civil society, it was found that the CNE is a diverse board, moderately plural, but not built upon parity. As for its institutionalization process, it was found that it is below the average in the institutionalization index of national councils, having small internal distribution of power in the aspect of the decision-making process. Moreover, considering the period of investigation, it did not fulfill even half of its legal tasks; regarding the issues

resolved in deliberative meetings, it showed limited results, which were primarily towards the dimension of high performance in sports. Therefore, it is concluded that the Council had a role of legitimating policies that interested the executive power, by conceiving sports policies associated with marketization, which did not point to the universality of sports as a social right, as stated in the Federal Constitution of 1988, but rather to benefit the segment of high performance in sports, that was led by its own private entities.

O Acesso à Habitação no Brasil em Tempos de Capitalismo Financeirizado: uma análise do Programa Minha Casa, Minha Vida / *Housing access in times of financialized capitalism: a analysis of social program Minha Casa, Minha Vida*

MAYARA DAHER DE MELO

Data da defesa: 30/03/2016

Nome do orientador: Evilasio da Silva Salvador

Palavras-chave: Programa Minha Casa, Minha Vida; capital financeiro; habitação; mundialização do capital

Keywords: Program Minha Casa, Minha Vida; financial capital; housing; globalization of capital

O presente estudo utiliza o método materialista histórico para retomar o debate da influência da acumulação capitalista na segregação socioespacial e os caminhos do capital que culminaram na sua financeirização e mundialização. Além disso, debruça-se sobre o histórico brasileiro, país periférico para o capital de sua origem colonial até a contemporaneidade, fato que afetou toda a sua formação política, econômica e social e possui reflexos mais presentes que nunca com a nova tendência do capital em não mais estimular o desenvolvimento dos ditos países emergentes. Esse contexto, com a “vista grossa” do

Estado, se reflete nas cidades gerando crescimento desordenado, lógica especulativa e gentrificação do trabalhador. Esta pesquisa procurou averiguar as interligações entre o Programa Minha Casa, Minha Vida e o capital financeiro, analisando como o funcionamento do programa fomenta a especulação, o mercado imobiliário e a lógica neoliberal de responsabilização dos sujeitos. Para tanto, foram investigados o orçamento público, as renúncias tributárias, os relatórios dos bancos, além das legislações, normativos e informações disponibilizadas por órgãos federais, instituições financeiras e indústria da construção civil. Os resultados não foram animadores, o PMCMV segue a lógica de outros programas e políticas de cunho social que foram moldadas para atender aos interesses do capital.

The present study uses the materialist method to retrieve the debate of the influence of capitalist accumulation in socio-spatial segregation, the paths of the capitalism that had culminated on its financialization and globalization and focuses on Brazilian history, peripheral country to capitalism since colonial time, fact that affected all of its political, economical and social formation and reflects more than ever with a new tendency of capitalism to not encourage the development of emerging countries. This context, with State's negligence, creates cities with uncontrolled growth, speculative logic and gentrification of the working class. This research tries to untangle the bond between social program Minha Casa, Minha Vida and the financial capital by analyzing how the program's operation foment bank's capital, real state market and the neoliberal logic of people's responsabilization. This has been done by studying public budgeting, tax expenditures, bank's reports, legislation, regulations and public information given by federal agencies, financial institutions and construction industry. The results have been discouraging, because the social program Minha Casa, Minha Vida follows the path of other social programs and policies that have been shaped to serve the interests of the capitalism.

Rede social da estrutural: uma reflexão à luz da teoria social crítica sob o prisma da relação entre estado e sociedade / *Social network of estrutural: a reflection in the light of critical social theory on the prism of the relationship between state and society*

THAÍS CAROLINE SENA DE OLIVEIRA

Nome do Curso: Política Social

Data da Defesa: 30/05/2015

Orientador: Perci Coelho de Souza

Palavras-chave: rede social da Estrutural; rede social; Movimento Social Urbano (MSU); sociedade civil; Estado ampliado

Keywords: social network of Estrutural, social network, Urban Social Movement (USM), civil society, expanded State

A presente dissertação tem por objetivo investigar o potencial político da Rede Social da Estrutural para a ampliação das políticas sociais. A pergunta de pesquisa que orienta este debate foi elaborada da seguinte forma: considerando uma fundamentação teórico-social crítica, quais seriam as evidências capazes de qualificar a Rede Social da Estrutural no cenário das políticas sociais locais? É possível verificar um potencial político dessa articulação no que tange a ampliação do acesso aos direitos sociais? Como resposta e hipótese a ser testada, entendemos que a Rede Social da Estrutural enquadra-se na categoria de Movimento Social Urbano – MSU proposto por Jean Lojkin perfazendo uma articulação que possui intensidade, extensão e desafio político, promovendo transformações nas relações sociais locais em prol da efetivação das políticas sociais e da ampliação da cidadania. A construção do percurso analítico desenvolveu-se pela exposição inicial de dois capítulos teóricos: o primeiro intitulado *Estado e Sociedade: fundamentos e perspectivas* e o segundo *Redes Sociais: limites e possibilidades de uma interpretação teórica na trilha dos movimentos sociais*, os quais buscaram saturar de mediações, à luz da teoria social crítica, a expressão “redes sociais” na medida em que esta pudesse alcançar o status de

categoria analítica. O último capítulo denominado *Entrada no campo: a cidade Estrutural, a Rede Social da Estrutural e potencialidades políticas do movimento* traduz o esforço de condensação e reflexão da práxis filosófica a partir do arcabouço teórico exposto. Nas considerações finais, apresentamos as principais conclusões sobre o estudo desenvolvido e tecemos algumas considerações para a realização de pesquisas similares no futuro.

This thesis aims to investigate the political potential of the Social Network of Estrutural for the expansion of social policies. The research question that guides this debate was prepared as follows: considering the approach of critical social theory, which would be the evidences capable of qualifying the Social Network of Estrutural in the local social policy scenario? Can we assign a political potential of this joint to expanding the access to social rights? In response and as a hypothesis to be tested, we understand that the Social Network of Estrutural can be understood as a species within the category of Urban Social Movement – USM proposed by Jean Lojkin indicating a joint that has intensity, extension and political challenge by promoting changes in local social relations in favor the effectiveness of social policies and the expansion of citizenship. The construction of the analytical course was developed by the initial exposure of two theoretical chapters: the first entitled State and Society: fundamentals and prospects and the second Social Networks: limits and possibilities of a theoretical interpretation on the trail of social movements that sought to saturate the mediations, in the light of critical social theory, the term “social network” to the extent that it could achieve the status of analytical category. The last chapter called Entering the field: Structural city, the Social Network Structural and political potential of the movement translates the effort of condensation and reflection of philosophy of praxis from the above theoretical framework. In the conclusion, we present the main findings of the study developed and weave some considerations for conducting similar research in the future.

Dependência e deficiência: um estudo sobre o índice de funcionalidade brasileiro aplicado à aposentadoria (IFBr-A) / *Dependency and disability: a study of the brazilian functionality index applied to retirement (IFBr-A)*

ANA PAULA DO NASCIMENTO BARROS

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da Defesa: 03/03/2016

Orientadora: Livia Barbosa

Palavras-chave: Lei Complementar n. 142/2013; Previdência Social; Índice de Funcionalidade Brasileiro; deficiência; dependência

Keywords: Complementary Act n. 142/2013; Social Security; Brazilian Functionality Index; disability; dependence

A presente dissertação é resultado de um estudo qualitativo com interlocução entre o debate sobre análise de políticas sociais e os marcos conceituais: feminista e dos estudos sobre deficiência. O objeto estudado foi o Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado à Aposentadoria (IFBr-A), instrumento utilizado pela Lei Complementar 142 de 2013 (LC 142/2013), que assegura o direito à aposentadoria para as pessoas com deficiência pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS). O IFBr-A mensura o grau de deficiência das pessoas podendo variar em leve, moderado ou grave. Essa mensuração definirá a redução no tempo de contribuição à Previdência Social por parte das pessoas com deficiência para fins da aposentadoria. Compreendendo que o conceito de deficiência assumido pelas políticas sociais determina o acesso aos direitos assegurados, a análise dos instrumentos utilizados por estas políticas que visam garantir a participação das pessoas com deficiência em igualdade de condições aos demais sujeitos ganha uma importante dimensão a ser considerada. Este estudo conclui que o IFBr-A privilegia a independência como valor ético central na sociedade contemporânea e sob esse marco avalia a deficiência para fins da aposentadoria pela LC 142/2013. A centralidade na dependência das pessoas com deficiência gera contradições na avaliação da deficiência reforçando a noção de que indivi-

dualmente as pessoas são responsáveis pelas suas condições de vida, e não que a deficiência é reflexo de uma sociedade opressora. Dessa forma, as pessoas que não precisam da ajuda de terceiros ou de adaptações em seu cotidiano, ainda que sofram discriminação pela deficiência, podem não ser contempladas no instrumento que as avalia como plenamente capazes. Apesar de superar a perspectiva estritamente biomédica sobre a deficiência, o instrumento expressa uma disputa entre pelo menos duas gerações do modelo social da deficiência, o que contribui para a manutenção de uma hegemonia de uma perspectiva ainda individualizante sobre a deficiência.

This thesis results of a qualitative study of the dialogue between the debate on analysis of social and political conceptual frameworks: feminist and disability studies. Object of the study was the Brazilian Functionality Index Applied to Retirement (IFBr-A), an instrument used by Complementary Law 142 of 2013 (LC 142/2013), which guarantees retirement rights for disabled people by the General Social Security System (RGPS). The IFBr-A measures disability of people ranging in mild, moderate or severe. This measure will set the reduction in the time of contribution to Social Security for disabled people for the purpose of retirement. Understanding that the concept of disability assumed by social policies determines access to rights, the analysis of the instruments used by these policies, which guarantee the participation of disabled people on equal conditions to others people, have gained an important dimension to consider. This work concludes that the IFBr-A favors independence as central ethical value in contemporary society and under this milestone evaluates disability for purposes of retirement by LC 142/2013. The centrality of the dependence of disabled people generates contradictions in disability reinforcing the notion that individual people are responsible for their living conditions, and not that disability is the result of an oppressive society. That way, people who do not need the help of others or adaptations in their daily lives, still suffering discrimination by disability, can not be included in the instrument that evaluate them as fully capable. Despite overcoming the strictly biomedical perspective on disability, the instrument express a dispute between at least two generations of the social model of disability which contributes to the maintenance of hegemony even individual perspective on disability.

A compressão do tempo e a formação de novos hábitos alimentares: reveses e possibilidades / *The compression of time and the formation of new eating habits: setbacks and possibilities*

ELCIO DE SOUZA MAGALHÃES

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da Defesa: 30/06/2016

Orientador: Newton Narciso Gomes Júnior

Palavras-chave: hábitos alimentares; compressão do tempo livre; mundo do trabalho; mobilidade; segurança alimentar e nutricional

Keywords: eating habits; free time comprehension; labor market; mobility; food and nutrition security

O aumento da quantidade de brasileiros com excesso de peso está relacionado com as alterações que estão ocorrendo no cotidiano do trabalhador e nos seus hábitos alimentares. Mudanças no mundo do trabalho, na mobilidade e no tempo livre do trabalhador têm estimulado a adoção de novos hábitos alimentares. O objetivo desta dissertação é investigar as relações existentes entre as mudanças que ocorreram nos hábitos alimentares com a compressão do tempo livre do trabalhador, bem como analisar e propor possíveis caminhos para intervir nesta realidade de sorte a minimizar os impactos negativos da corrosão das práticas alimentares na vida dos brasileiros. A metodologia utilizada para esta investigação foi a revisão de referências bibliográficas na literatura e a análise de documentos, de dados secundários e de estudos relacionados com os temas propostos. As transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1970 com a reestruturação produtiva, o desemprego e a intensificação das condições laborais têm tencionado pela redução do tempo livre dos trabalhadores. Há um aumento do tempo utilizado para a mobilidade porque são maiores as barreiras e as fricções espaciais encontradas pelo trabalhador. Há, também, uma ampliação na quantidade de atividades cotidianas disponíveis de obrigações, de necessidades de consumo e de serviços no atual estágio do capitalismo, que sobrecarrega o tempo livre dos trabalhadores, acarretando a aceleração de todas as atividades, incluindo nesse rol as práticas alimentares.

Destaca-se que há uma pressão especial sobre o intervalo na jornada de trabalho destinado legalmente para a realização do horário de almoço: o trabalhador programa diversas outras atividades para este horário, levando à aceleração do ato de comer e o surgimento de novos hábitos alimentares. Neste quadro, sobressaem-se os serviços que fornecem refeições e/ou alimentos prontos ou semiprontos para serem consumidos nestas condições de aceleração: *fast foods*, lanchonetes, restaurantes *self service*, refeições *delivery*, alimentos ultraprocessados. Para entender os novos hábitos alimentares, foi realizada uma reflexão sobre as transformações históricas do ato de comer tendo em vista quatro perspectivas: a acessibilidade, a condição de onívoros, a cultural e as influências macroeconômicas do modo de produção capitalista. É preciso uma mudança deste quadro para garantir o bem-estar e a segurança alimentar e nutricional da população, a partir de uma ação ativa e coordenada do Estado para mudar o atual contexto de desemprego e precariedade nas condições de trabalho e melhorar as condições de transporte do trabalhador, de tal forma que amplie o seu tempo livre. Também deve ser estabelecida uma nova prioridade para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a revisão e a proposição de novas políticas públicas para que haja ações práticas para possibilitar, conscientizar e estimular o preparo e/ou o consumo de alimentos saudáveis, como resposta ao atual quadro de ampliação do número de pessoas com excesso de peso no país.

The increase in the number of Brazilians with overweight is related to the changes that are occurring in the worker's daily lives and in their eating habits. Changes in the labor market, mobility and worker's free time has stimulated the adoption of new eating habits. The objective of this dissertation is to investigate the relationship between the changes that occurred in eating habits with the comprehension of worker's free time, it also analyzes and propose possible ways to intervene in this sort of reality to minimize the negative impacts of distorted feeding practices in the lives of Brazilians. The methodology used for this research was a review of references in the literature and analysis of documents, secondary data and studies related to the proposed themes. The changes occurring in the labor market since the 1970s which includes the productive restructuring, unemployment and the intensification of working conditions is tensioned by reducing the worker's free time. There is an increase in the time used for mobility because there are major barriers and spatial frictions found by workers. And also, there is an expansion in the number of daily activities including obligations, consumer needs and services

in the current stage of capitalism, which burden the work's free time, leading to acceleration of all activities, including the acceleration of practices of food. It is noteworthy that there is a special pressure on their break which is legally destined to carry out lunch: the worker ends up programming several other activities for this time, leading to acceleration of eating and the emergence of new eating habits. In this context, stand out the services that provide meals ready or semi-ready to eat in these accelerated conditions: fast foods, snack bars, self service restaurants, takeaways meals, industrialized food. To understand the new eating habits a research was carried out to reflect on the historical changes of eating on four perspectives: accessibility, on the condition of omnivores, on cultural perspective and on macroeconomic influences of the capitalist mode of production. Changes are needed in this framework to ensure the welfare and food and nutrition security of the population. That should come from an active and coordinated State action to change the current context of unemployment and precarious working conditions. Transport conditions must also be improved so it can broadens workers free time. It should also be established a new priority for the National Food and Nutrition Security Policy to review and propose new public policies so that there is practical action to enable, educate and stimulate the preparation and / or consumption of healthy foods as a response to the current expansion of the number of people with overweight in the country.

O acesso, posse e controle da terra das mulheres rurais nas comunidades do Distrito de Inharrime / *The access, ownership and control of land of women rural in communities of Distrito Inharrime*

MARIA ALBERTINA GOMES CHALE CHAMBE

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da Defesa: 07/03/2016

Orientador: Newton Narciso Gomes Júnior

Palavras-chave: acesso; posse e controle de terra; comunidade rural; mulheres; Moçambique

Keywords: access; ownership and control of the land; rural community; women; Mozambique

O objetivo principal da tese é discutir a questão da terra focando os problemas que as mulheres enfrentam para o acesso, posse e controle da terra junto às comunidades tradicionais onde estão inseridas. Sabe-se que, em Moçambique, o meio rural possui uma notória participação das mulheres nas atividades produtivas, que garante, além da segurança alimentar das suas famílias, a sustentabilidade da economia rural moçambicana num todo, bem como a reprodução social das comunidades rurais. Não é à toa que esta mulher encontra-se envolvida em um mundo tradicional culturalmente rico, em que, ao mesmo tempo em que exerce uma proteção sobre ela e sua família, pode representar uma forma de exclusão e um elemento limitante para o acesso aos recursos junto as suas comunidades. É nesse contexto que o argumento principal levantado no trabalho é de que, quaisquer que sejam os constrangimentos que as mulheres enfrentem para exercerem o controle de sua vida e ter acesso aos recursos fundamentais para a sua sobrevivência, existem formas de contornar, sem no entanto confrontar e questionar os preceitos das tradições e culturas, de modo que garantam e mantenham para elas o acesso, a posse e o controle da terra e outros bens, em caso de necessidade. Afinal, existem relações sociais que são mecanismos bem mais fortes de reprodução hierárquica e de submissão para com as mulheres e que definem os tradicionais papéis para a mulher e para o homem dentro das comunidades rurais. Neste contexto, sendo a terra um recurso produtivo bastante almejado no mundo capitalista em que nos encontramos envolvidos, não se poderia deixar de fora uma análise da posição em que Moçambique se encontra dentro dele, pelo que são mostrados os mecanismos de dependência externa econômica e como esta transita para o mundo social da sociedade, gerando ao mesmo tempo uma certa forma de dependência social. Por isso, descortinam-se ainda as riquezas culturais das comunidades que compõem o grande Moçambique, mostrando o posicionamento da mulher, bem como as formas que estas apresentam-na como forma de adquirir os recursos e aceder à terra, afinal, no fim das contas, são essas tradi-

ções, culturas, hábitos e costumes que exercem influência na atuação da mulher junto à família e que determinam em que condições esta poderá ter acesso aos recursos.

The main aim of the thesis is to discuss the land issue focusing on the problems that women face to have access, ownership and control that the land next to the traditional communities where they are inserted. It is known that in Mozambique the rural area has remarkable participation of women in productive activities that ensure, besides food security of their families, the sustainability of Mozambican rural economy as a whole, as well as the social reproduction of rural communities. No wonder that this woman, is involved in a rich traditional world culturally, that in the same time that exerts a protection about her and her family, can represent a way of exclusion and limited element to access the resources near their communities. It is in this context that the main argument raised in the work is that whatever the constraints that women faces to exercise the control of their life and to have access to the main resources for their survive, there is ways of turn around without confront and question the traditional and cultural principles, in way to ensure and maintain for them the access, the ownership, and control of the land and other goods in case of necessity. after all, there is social relations that are stronger mechanism of hierarchical reproduction and submission to women and define the traditional role for woman and for man inside the rural communities. In this context, being the land a productive resource very target in the capitalist world where we are involved, we can't left out an analyze of the position that Mozambique is within it, therefore are shown the mechanism of economic external dependence and how this transits to social world of society, generating at the same time a certain way of social dependence. That is why, are still revealed the cultural wealth of the communities that compose the great Mozambique, shown the woman positioning, as well as the ways that they present it is a way to acquire resources and access to land, after all are these traditions, cultural, habits and costumes that exert influence in the woman's performance inside the family and determine in which condition she can have access to the resource.

O comércio de drogas ilegais na trajetória de trabalho de mulheres presas na penitenciária feminina do DF / *The illegal drug trade in the working women path arrested in the DF women's prison*

HANNAH ZUQUIM AIDAR PRADO

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da Defesa: 09/03/2016

Orientadora: Maria Lúcia Pinto Leal

Palavras-chave: trabalho; comércio de drogas; mulheres presas; questão racial; criminalização

Keywords: work; drug dealing; women in prison; race; criminalization

Este estudo trata da análise do comércio de drogas na trajetória de trabalho de mulheres presas na Penitenciária Feminina do DF. O trabalho se torna a categoria central nesta pesquisa quando entendemos o comércio de drogas sob a perspectiva de gênero, da divisão sexual e racial do trabalho, no contexto da produção, na etapa da comercialização. Esta perspectiva desconstrói a noção mecânica de que o trabalho das mulheres no comércio de drogas deve ser tratado apenas sob a ótica da criminalização. A construção deste conhecimento se deu a partir do aprofundamento das teorias científicas acerca da mulher criminosa, sobre as origens das primeiras prisões para mulheres, e também uma aproximação com a história da mulher criminalizada no contexto brasileiro, a partir da discussão de trabalho, gênero e questão racial. Para estabelecer uma relação entre o corpo teórico e a realidade das mulheres esta pesquisa foi construída a partir das experiências de seis mulheres presas pelo crime de tráfico de entorpecentes no DF, a partir de suas narrativas sobre o ingresso e a dinâmica da trabalhadora no comércio de drogas, ou seja, como é organizado este mercado e como elas entendem que estão inseridas.

This study concerns the analysis of drug dealing in the work history of women inmates in the Women's Penitentiary of the Federal District in Brazil. Work is the focus of this study in which drug dealing is understood

in a perspective of sexual, of gender and of racial division of work, in the context of production, at the stage of commercialization. This perspective deconstructs the easy assumption that women's work in the commerce of drugs must only be viewed as criminalization. The construct of this knowledge was acquired by deepening the scientific theories around criminal women and the origins of the first women's prisons and also an understanding of the story of the criminalized women in the Brazilian context, starting from the discussion of the work, gender and race. In order to establish a relationship between theory and the women's reality, this study was based on the experiences of six women imprisoned for narcotics dealing in the Federal District, from their narrative on the entrance and dynamics of a female worker in drug dealing, how the market is organized and their understanding of their place within it.

NORMAS EDITORIAIS

A revista *SER Social* destina-se à publicação de trabalhos científicos sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, da Política Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Cada edição focaliza uma unidade temática, previamente definida pelo Colegiado da Pós-Graduação em Política Social do SER/IH/UnB, tendo em vista sua importância dentro do contexto social contemporâneo.

Os trabalhos submetidos à publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea a outro periódico, tanto do texto, quanto de figuras e tabelas.

Todos os direitos editoriais são reservados à revista *SER Social*. Nenhuma parte das publicações pode ser reproduzida, estocada por qualquer sistema ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou que venham a ser criados, sem prévia permissão por escrito da Comissão Editorial, ou sem constar o crédito de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

Quando do encaminhamento do artigo, o/s autor/es deverá/ão assinar e enviar a Declaração de Responsabilidade e a Transferência de Direitos Autorais (ver modelos em <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social> ou <<http://www.unb.br/ih/dss>>).

Os trabalhos submetidos à publicação serão analisados por pares, membros do Conselho Editorial Científico, ou pareceristas *ad hoc*, os quais arbitrarão sobre a conveniência, ou não, de sua aceitação, e poderão sugerir ao/s autor/es reformulações, ou adaptações às normas editoriais. A decisão final sobre a publicação dos trabalhos recebidos será da Comissão Editorial, com base no programa editorial da revista. Durante a análise serão verificados rigor, clareza e precisão quanto à produção científica, à redação, ao conteúdo e à probidade ético-teórica. As eventuais modificações de estrutura e conteúdo serão acordadas com o/s autor/es. Não serão admitidos acréscimos ou alterações ao texto, após sua avaliação e aceitação final. A Comissão Editorial assegura o anonimato para o/s autor/es no processo de avaliação, como também assegura aos avaliadores o sigilo de sua participação, permitindo liberdade para julgamentos e avaliações.

Todos os trabalhos resultantes de pesquisa ou relato de experiência, que envolverem sujeitos humanos terão sua publicação condicionada ao cumprimento dos princípios éticos, que deverá ser claramente descrito no último parágrafo da seção Metodologia do artigo. Deverão indicar se os procedimentos respeitaram o constante na Declaração de Helsinki (1975, revisada em 1983). Os trabalhos de autores brasileiros deverão, ainda, indicar respeito às Resoluções do Conselho Nacional de Saúde n. 196, de 10/10/96 e n. 251, de 07/08/97, e apresentar o parecer do Comitê de Ética da instituição de origem do/s autor/es.

Os autores devem informar a existência de conflitos de interesses (financeiros ou de outra ordem) que possam ter influenciado o seu trabalho. Portanto, precisam registrar no manuscrito todo o apoio institucional recebido e outras colaborações (financeiras ou pessoais) relacionadas ao estudo e/ou pesquisa realizados. O parecerista, por sua vez, deve comunicar à Comissão Editorial quaisquer conflitos de interesses que, em sua opinião, possam influenciar a sua avaliação do manuscrito (caso o identifique) e, quando couber, declarar-se impedido de analisá-lo.

Se os autores tiverem dúvida sobre o que pode constituir um potencial conflito de interesses, devem entrar em contato com a Comissão Editorial.

Excepcionalmente serão aceitos trabalhos já publicados (seja em versão impressa, seja virtual) desde que devidamente acompanhados da autorização escrita e assinada pelo autor e pelo Conselho Diretor do veículo no qual o trabalho tenha sido originalmente publicado.

A revista *SER Social* publica trabalhos nos idiomas Português, Espanhol, Inglês e Francês (estes dois últimos com versão simultânea em Português).

As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, assim como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade do/s autor/es, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.

O encaminhamento de trabalhos à revista implicará aceitação, por parte do/s autor/es, das normas aqui expressas.

A revista *SER Social* não remunera o autor que tenha seu trabalho nela publicado, porém lhe enviará cinco exemplares da edição com seu texto publicado e, no caso de coautoria, seis exemplares.

Seções da publicação

Editorial: de responsabilidade do(s) editor(es). Este texto deve ter, no máximo, 3.500 caracteres.

Debate: encomendado pelo(s) editor(es). Trata-se de artigo pertinente ao tema central da revista, que receberá críticas/comentários assinados de até seis especialistas, também convidados, e poderá ter uma réplica do autor principal. O artigo deverá ter, no máximo, 40.000 caracteres e os textos dos debatedores e a réplica, no máximo, 10.000 caracteres cada um.

Artigos Temáticos: revisão crítica ou resultado de pesquisa de natureza empírica ou conceitual sobre o assunto do número temático. Os textos de pesquisa de natureza empírica não deverão ultrapassar 40.000 caracteres e, os de revisão, 50.000 caracteres.

Artigos de Temas Livres: produção intelectual não incluída no tema central da revista, mas pertinente ou afim à área da política social. O número máximo de caracteres é o mesmo dos artigos temáticos, ou seja, 40.000 caracteres.

*Ensaio*s: constituem matéria de caráter opinativo e/ou análise que contribua com a reflexão e o aprofundamento de questões relacionadas ao tema desenvolvido na edição, com, no máximo, 30.000 caracteres.

Resenhas: análise crítica de livro relacionado ao campo temático da revista, publicado nos últimos dois anos, com, no máximo, 10.000 caracteres. O/S autor/es deve/m encaminhar à Secretaria da Revista uma reprodução de alta definição da capa do livro resenhado.

Entrevistas: diálogos com pesquisadores/as de referência com, no máximo, 20.000 caracteres.

Notas prévias: registros com indicação de resultados parciais ou desenhos metodológicos de pesquisas empíricas com, no máximo, 7.000 caracteres.

Cartas: crítica a artigo publicado em número anterior da revista, ou nota curta tratando criticamente de situações emergentes no campo temático da revista (máximo de 7.000 caracteres).

Resumos de Teses / Dissertações: *Dissertações:* defendidas no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB no semestre anterior à sua publicação na revista, com, no máximo, 5.000 caracteres.

Observação: o limite máximo de caracteres especificado em cada seção inclui texto e bibliografia (com espaços). O resumo/abstract e as ilustrações (figuras e quadros) são considerados à parte.

Mais informações sobre a apresentação dos manuscritos devem ser consultadas em <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social>.

Apresentação de manuscritos

O processo editorial só terá início se o encaminhamento do manuscrito obedecer às condições abaixo. Caso contrário, o manuscrito será devolvido para adequação às normas, inclusão de carta ou outros documentos.

Todo e qualquer encaminhamento à revista deverá ser precedida de uma carta do autor principal, na qual explicita a intenção de submissão ou resubmissão do trabalho para publicação.

Esta carta deverá vir antes da folha de rosto identificada.

– A contagem dos caracteres inclui desenhos, figuras, tabelas, fotos e referências. Se forem utilizadas fotos de pessoas, mesmo não identificadas, devem vir acompanhadas da permissão por escrito dessas pessoas e da cessão de direitos autorais do autor da fotografia. Para utilização de fotos de populações em situação de vulnerabilidade, deve, ainda, ser respeitada a legislação vigente.

– Deverão ser entregues no original, com cabeçalho (se for o caso), créditos e legendas, figuras, tabelas e fotos bem nítidas, em alta definição e somente em preto e branco. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicadas, mencionar a fonte e apresentar a permissão para reprodução.

Os trabalhos deverão ser entregues rigorosamente revisados, conforme as normas ortográficas e gramaticais vigentes.

Os trabalhos devem seguir os critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

– Para o envio de trabalhos, é necessário:

- 1) Carta de Encaminhamento;
- 2) Declaração de Responsabilidade;
- 3) Transferência de Direitos Autorais.

OBS: Os arquivos com os trabalhos podem ser enviados por correio eletrônico, sendo que os três primeiros itens (carta de encaminhamento, declaração de responsabilidade e transferência de direitos autorais) devem ser enviados assinados e em PDF para o email da revista. Em caso de impossibilidade de envio em PDF, o(a) autor(a) poderá remeter os três itens por correio postal ou por fax, assinados, e em CD/DVD com arquivos de imagens e ilustrações.

Deve ser utilizado o Editor Word for Windows, seguindo a configuração: fonte Times New Roman, tamanho 12, papel tamanho A-4, espaço interlinear de 1,5 cm, todas as margens com 2,5 cm.

Ordem de apresentação

Nome completo do(s) autor(es), formação profissional, títulos acadêmicos, cargos e nome da instituição a qual está(ão) vinculado(s), endereço profissional completo, telefone e e-mail, em folha separada do corpo do artigo.

– Título e resumo no idioma do respectivo artigo.

- 1) O título deverá ter, no máximo, 12 palavras.
- 2) O resumo deverá ser informativo, com 140-150 palavras e com três a cinco palavras-chave, descritivas do foco do trabalho.
- 3) Título, resumo e palavras-chave em inglês.

Padronização bibliográfica

Citações conforme a NBR-10520, de agosto de 2002, com especial atenção para:

– As citações devem ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data.

Citação de até três linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.

Citação de mais de três linhas: fora do corpo do texto, fonte 10, recuada para a linha do parágrafo, sem aspas (ou qualquer outro destaque), espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto.

Nome do autor da obra, para os dois casos acima:

1º) no corpo do texto (grafia normal para nomes próprios). Exemplo: Segundo Mota (1997, p. 87), “O conhecimento acadêmico [...]”;

2º) entre parênteses, em caixa alta. Exemplo: “O conhecimento acadêmico [...]” (MOTA, 1997, p. 87).

Referências: conforme a NBR 6023, de agosto de 2002, indicando-se somente os documentos efetivamente citados no trabalho.

Envio dos textos:

Pelo correio eletrônico: sersocial@unb.br

Pelo sítio: <http://seetbce.unb.br/index.php/SER_Social>

Pelo correio postal:

Programa de Pós-Graduação em Política Social

Endereço: Departamento de Serviço Social – Gleba A – ICC
Centro Mezanino – B1-432 – Campus Universitário Darcy Ribeiro
Brasília – DF – Brasil CEP: 70.910-900

CONSULTORES *AD HOC*

Angela Neves (UnB)
Antonio Sergio Escrivão Filho (UnB)
Carla Rosane Bressan (UFSC)
Daniela Neves (UFRN)
Fabiola Leal Xavier (UFES)
Fernando Mascarenhas (UnB)
Ísis Taboas (UnB)
Ivanete Boschetti (UnB)
Janete Luzia Leite (UFRJ)
Joana Valente Santana (UFPA)
Juliana Bravo (UERJ)
Katia Marro (UFF)
Kenia Augusta Figueiredo (UnB)
Lucelia Luiz Pereira (UnB)
Magda Scherer (UnB)
Maria das Graças Lustosa (UFF)
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB)
Maria Geunina Silva (Unila)
Maria Helena Elpídio (Ufes)
Maria Lucia Duriguetto (UFJF)
Maria Lucia Lopes (UnB)
Mario César Ferreira (UnB)
Nadia Fialho Nascimento (UFPA)
Pedro Atháides (UnB)
Perci Coelho de Souza (UnB)
Rosa Helena Stein (UnB)
Samya Ramos (UERN)
Silvana Martins Araujo (UFMA)
Silvia Cristina Yannoulas (UnB)

